

stricto
SENSU

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

ROSELI SANTOS CECCON

EM BUSCA DE UMA “ARQUEOLOGIA BRASILEIRA”.
UNIVERSIDADE DO PARANÁ, DÉCADAS DE 1950 A 1970.

Porto Alegre
2011

ROSELI SANTOS CECCON

**EM BUSCA DE UMA “ARQUEOLOGIA BRASILEIRA”. UNIVERSIDADE DO
PARANÁ, DÉCADAS DE 1950 A 1970.**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História, na Área de Concentração em História das Sociedades Ibéricas e Americanas. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Arno Alvarez Kern

Porto Alegre
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS / BIBLIOTECA CENTRAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

Ceccon, Roseli Santos

Em busca de uma “arqueologia brasileira” : Universidade do Paraná, décadas de 1950 a 1970 / Roseli Santos Ceccon. – Porto Alegre, 2011.
159f.

Orientador: Prof. Dr. Arno Alvarez Kern

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui ilustrações, referências e anexos

1. Arqueologia. 2. Fernandes, José Loureiro. 3. Universidade Federal do Paraná. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas – 1950-1970. I. Kern, Arno Alvarez. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 981

ROSELI SANTOS CECCON

**EM BUSCA DE UMA “ARQUEOLOGIA BRASILEIRA”. UNIVERSIDADE DO
PARANÁ, DÉCADAS DE 1950 A 1970.**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História, na Área de Concentração em História das Sociedades Ibéricas e Americanas. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 24 de março de 2011, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Arno Alvarez Kern – PUCRS

Prof. Dr. Klaus Hilbert – PUCRS

Profa. Dra. Gislene Monticelli – FFCH-PUCRS

Dedico esta dissertação a José Loureiro Ascensão Fernandes, criador do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas na Universidade Federal do Paraná e impulsor da arqueologia no Brasil, de cuja atuação inteirei-me estudando seus escritos.

Dedico-a, também, a Igor Chmyz, Eliane Maria Sganzerla, Jonas Elias Volcov, Eloi Bora, meus colegas no CEPA/UFPR, aos quais devo o início da minha trajetória no campo da fascinante arqueologia brasileira.

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo compreender o desenvolvimento do pensamento arqueológico no Estado do Paraná. Considerando a historicidade da ciência e os contextos de produção de ideias, tal estudo buscou entender os mecanismos e estratégias levadas a cabo por José Loureiro Fernandes para promover cursos de aperfeiçoamento na Universidade do Paraná, nas décadas de 1950 a 1970. A fim de organizar as ideias no tempo e no espaço, a dissertação foi dividida em quatro capítulos. Nos dois primeiros, de forma introdutória e sobre o desenvolvimento da ciência paranaense, buscou-se mapear as principais informações no campo da arqueologia paranaense produzidas até a década de 1950, seja por viajantes e colecionadores particulares, seja por “autodidatas” no Museu Paranaense. A partir da constatação de Loureiro Fernandes da destruição de sítios arqueológicos e, havendo carência de técnicas e teorias para uma intervenção adequada e, ainda, devido ao declínio das atividades do Museu, notou-se a transferência das atividades para o âmbito da Universidade do Paraná no início da década de 1950. Com poucos recursos financeiros algumas pesquisas foram realizadas, acompanhadas por estudantes que tomavam contato com modelos e métodos de escavação. Da documentação analisada, observou-se o intenso empenho político-pedagógico de Loureiro Fernandes junto aos órgãos de fomento, e entre contatos e viagem internacionais, tomava forma mais clara seu projeto de promover cursos regulares para capacitar estudantes universitários interessados na pesquisa arqueológica. Com a criação do CEPA em 1956, alguns destes cursos foram analisados, como os promovidos pelo casal francês Joseph Emperaire e Annette Laming, Wesley Hurt, o casal norte-americano Clifford Evans e Betty Meggers, e outros professores brasileiros. Como resultado dos cursos, alunos foram capacitados para enfrentar os problemas arqueológicos brasileiros, teorias foram discutidas e testadas, terminologias criadas, metodologias aperfeiçoadas, enfim, da mistura de visões de ciência propiciou-se um repertório próprio, visto atualmente por muitos daqueles alunos como de suma importância para o desenvolvimento da arqueologia brasileira, que naquela época encontrava-se em fase quase amadora.

Palavras-chave: Arqueologia; José Loureiro Fernandes; CEPA/UFPR; 1950-1970; História da Ciência.

ABSTRACT

This research aims appreciate the development of archaeological thinking in the State of Parana. Considering the historicity of science and the contexts of production of ideas, this study sought to understand the mechanisms and strategies implemented by Jose Loureiro Fernandes to promote improvement courses at the University do Parana, in the decades from 1950 to 1970. To propose of organize the ideas in time and space, this study was divided in four chapters. In the first two, treating the introduction and the development of archeology science in Parana, we attempted to map the main information in the field produced in the State until the 1950s, either by private collectors and travelers, whether for “self-educated” at Museu Paranaense institution. From the observation of Loureiro Fernandes about the destruction of archaeological sites, and without attendance of techniques and theories for appropriate action, and also due to the decline of the activities of the Museum, figured out the transfer of activities to the scope of the University of Parana in the early 1950s. With low financial resources some research was conducted, followed by students who took contact with models and methods of excavation. From the documents examined, there was observed the goal political-pedagogical by Loureiro Fernandes along with development agencies, and with contacts and international travels, took more clearly his project of promoting regular courses to training university students interested in archaeological research. With the creation of CEPA in 1956, some of these courses were analyzed, promoted by the French couple Joseph and Annette Laming Emperaire, Wesley Hurt, the American couple Clifford Evans and Betty Meggers, and other Brazilian teachers. As a result of the courses, students were trained to deal with archaeological issues in Brazil, theories were discussed and tested, terminologies created, methodologies improved, and at all, finally, a mixture of views of science provided a own repertoire, currently seen by many of those students as important for the development of Brazilian archeology, at that time was in almost amateur stage.

Key-words: Archaeology; José Loureiro Fernandes; CEPA/UFPR; 1950-1970; Science history.

**- PUCRS - FFCH -
Programa de Pós-Graduação em História**

Comentário

Prof. Dr. Arno Alvarez Kern¹

A universidade pode e deve ser um *locus* ideal para as reflexões sobre uma ciência como a arqueologia: os avanços teóricos sobre a disciplina e o rigor formal dos métodos da pesquisa. Entretanto, mais do que guardião dos valores científicos da ciência, a universidade pode proporcionar o ambiente ideal para as discussões sobre o histórico da construção gradual e paulatina da ciência, geração após geração, discutindo os encaminhamentos que foram dados, ou seja, sobre a epistemologia da própria ciência arqueológica.

Atualmente, os arqueólogos se encontram continuamente submetidos uma dinâmica implacável: dos salvamentos urgentes as pressões da conjuntura; dos limites cada vez menores do tempo disponível, às exigências da proteção e conservação patrimoniais. Resta sempre muito pouco tempo para as avaliações globais daquilo que é realizado, para o domínio do conhecimento adquirido que permitirá melhores explicações; para o aprofundamento das problemáticas e as definições das novas estratégias que elas deverão prever para as futuras pesquisas. Poderíamos ainda acrescentar que uma missão que se pode dar aos arqueólogos na atualidade, é a reconstituição do panorama das iniciativas passadas, a elaboração – em última análise - de uma história da arqueologia. E no caso deste trabalho de pesquisa, uma história da arqueologia brasileira como ela foi construída pouco a pouco no Paraná.

Muitos dos atores que participaram desta história ainda estão vivos e podem dar o seu testemunho. São arqueólogos que viveram e participaram na construção de sua ciência, ao mesmo tempo em que pesquisavam com o objetivo de uma reconstituição do passado vivido. Outros, que já se foram, deixaram seus vestígios, presentes ainda hoje na documentação de nossas instituições, bem como nas nossas memórias. O que me faz dar razão a Mortimer Wheeler, quando ele afirma em relação à arqueologia que “se ela quiser ter a sua vitalidade própria, ela deve ser vivida”. Nas páginas desta pesquisa encontramos em ação arqueólogos e arqueólogas que puseram em marcha a incipiente arqueologia brasileira, como pesquisa e ensino, na instituição universitária brasileira. Naquele momento, decidiu-se, também, o

¹ Arqueólogo, Historiador, Pesquisador do CNPq (1A). Professor Titular dos Cursos de Pós-Graduação do Departamento de História da PUCRS. Porto Alegre, Brasil. Professor Titular aposentado da UFRGS. Presidente da SBPH (Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica). Ex-presidente da SAB (Sociedade Brasileira de Arqueologia). Coordenador do PROPRATA (Programa de Pesquisas Interdisciplinares da Região Platina Oriental). Site: <http://proprata.com> E-mail: aakern@pucrs.br

destino de alguns dos nomes que surgem desta documentação, e que se destacam ainda hoje nas atividades arqueológicas que se seguiram, neste imenso país.

Este trabalho de pesquisa, como todos os outros em todos os campos do saber é, por definição, infinito e inconcluso. Infinito, pois a história que pretendemos reconstituir abre um panorama para o passado do qual selecionamos alguns dados mais interessantes. Inconcluso, porque não temos informações sobre tudo o que aconteceu no passado, mas apenas o que ficou documentado. Sinteticamente, neste trabalho muito bem elaborado, se relacionam os dados em pequena escala, abarcando a história da arqueologia de uma pequena parcela do território nacional, o Paraná. Teríamos ainda, seguindo o bom exemplo que nos é dado neste trabalho, que nos dedicar a reconstituir o amplo e complexo panorama das pesquisas pioneiras da arqueologia brasileira em todo o território nacional, sob pena de perdermos documentação e as informações testemunhais.

Mais uma vez se evidencia um problema fundamental da Arqueologia. Afirmamos que os documentos da cultura material são insuficientes para reconstituir a totalidade da complexa e variada vida quotidiana dos homens do passado. Que isto nos sirva de alerta, pois se perdermos parcialmente os documentos escritos, a história da arqueologia brasileira será limitada. Se perdermos os testemunhos, ou seja, os atores que participaram desta história, não teremos como recuperar perdas tão importantes. Os demais dados sempre serão insuficientes para reconstituir todas as deliberações e interpretações, na reconstituição de uma história da arqueologia nacional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização de sítios arqueológicos na área de Foz do Iguaçu, 1895.....	13
Foto 1 – Equipe do Museu Paranaense trajando uniformes. Excursão à Praia de Leste em 1949.....	30
Foto 2 – Adam Orssich de Slávetich em 1952.....	47
Foto 3 – Joseph Empeaire, Annette Laming e José Loureiro Fernandes durante pesquisas no Sambaqui da Ilha dos Ratos, em 1956.....	86
Foto 4 – Wesley R. Hurt, Oldemar Blasi e José Wilson Rauth iniciando as escavações no Sambaqui do Macedo, em 1958	109
Foto 5 – Oldemar Blasi, José Wilson Rauth e operários ao lado da trincheira escavada no Sambaqui do Macedo pela técnica de degraus	112
Foto 6 – Luiz de Castro Faria (Fonte: Galeria de Professores de Arqueologia – CEPA/UFPR).....	115
Foto 7 – Peter Paul Hilbert	117
Foto 8 – Betty J. Meggers e Clifford Evans, em 1964	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 A GÊNESE DA ARQUEOLOGIA NO PARANÁ	10
1.1 OS PRIMEIROS REGISTROS.....	10
1.2 O COLECIONISMO E A PRODUÇÃO INICIAL DO CONHECIMENTO.....	14
2 A FASE EMBRIONÁRIA DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO PARANÁ	21
2.1 A REESTRUTURAÇÃO DO MUSEU PARANAENSE.....	21
2.2 O DESENVOLVIMENTO DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO MUSEU PARANAENSE.....	35
3 A INSTITUIÇÃO DO ENSINO DE ARQUEOLOGIA NA UNIVERSIDADE DO PARANÁ	44
3.1 UMA TRANSIÇÃO PARA A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS.....	44
3.2 A PARTICIPAÇÃO DE ADAM ORSSICH DE SLÁVETICH NA ARQUEOLOGIA PARANAENSE.....	46
3.3 EM BUSCA DE CURRÍCULOS E TECNOLOGIAS NO ESTRANGEIRO.....	60
3.4 O PROCESSO POLÍTICO-EDUCACIONAL DE CRIAÇÃO DO CEPA.....	70
4 A REALIZAÇÃO DOS PRIMEIROS CURSOS PROMOVIDOS PELO CEPA	84
4.1 JOSEPH EMPERAIRE E MME. ANNETTE LAMING.....	85
4.2 WESLEY R. HURT.....	103
4.3 CURSO DE ARQUEOLOGIA E CIÊNCIAS AFINS.....	113
4.4 CASAL EVANS.....	118
CONCLUSÕES	128
FONTES CONSULTADAS	135
REFERÊNCIAS	138

ANEXOS

ANEXO A – CORTE DUM SAMBAQUI.....	145
ANEXO B – MOÇÃO AOS MAGNÍFICOS REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.....	147
ANEXO C – MOÇÃO AO XXXI CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS.....	151
ANEXO D – O PROBLEMA DAS JAZIDAS ARQUEOLÓGICAS NO PARANÁ.....	152
ANEXO E – DA NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DE UMA CÁTEDRA DE ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA NA FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ.....	155

INTRODUÇÃO

A importância tanto do arqueólogo como do historiador na sociedade moderna reside na recuperação e estudo da memória social, sendo que cada qual possui suas práticas específicas, mas ambos relacionados ao estudo de vestígios que podem compor uma memória coletiva. Maria Regina Furtado e Paulo César Krelling comentam que “*revisitando os registros do passado, os níveis de contato imaginário são múltiplos, pode-se aproximar da História para encontrar a segurança do presente como também satisfazer a necessidade de explicá-la, reorientá-la ou manter contato com seus personagens a despeito das suas invisibilidades, em uma clara (re) leitura das vidas públicas ou dos acontecimentos nos quais foram protagonizados*”. (FURTADO; KRELLING, 2003: 82). Quanto a isso, pode-se encontrar historiadores e arqueólogos dando entrevistas em jornais, apresentando textos em congressos especializados, ministrando aulas em escolas, trabalhando em escavações, etc. Prestam, portanto, um importante serviço à sociedade, ampliando e aprofundando o conhecimento sobre a mesma.

Com relação ao arqueólogo, a imagem da sociedade é criada muito por filmes ou livros sobre sua atividade quase “aventureira” e de “busca de tesouros”. Além disso, percebe-se a grande gama de ramificações que o pesquisador atualmente pode desenvolver, elencando áreas do conhecimento arqueológico, mostrando que “*as discussões intermináveis evidenciam que eles nem sempre se entendem em relação à própria definição de ciência*”. (KERN, 2002: 116). Relacionado à História, o fato se repete, com vertentes interpretativas, opções de grupos de pesquisas, enfim, a criação de centros especializados em determinados objetos ou períodos. Estes dados justamente apontam a historicidade da profissão, e não apenas do historiador ou do arqueólogo, que tratam do passado, mas de qualquer área do conhecimento. Ter este entendimento auxilia a compreensão da construção do pensamento científico, não no sentido de mostrar-se em constante progresso, o que pode ser indevidamente interpretado como positivista, mas talvez numa visão de subjetividade composta por pesquisadores que estão influenciados pelo contexto social, político, e que esta carga em parte transparece na pesquisa, com ou sem intenção (RAHTZ, 1989: 20). Os avanços ou diferenças de visões podem ser notados na incorporação de novas ideias, objetivos e perspectivas que renovam o olhar sobre as pesquisas e o próprio ofício.

Bruce Trigger, em livro que analisou várias correntes de arqueologia, chamou a atenção para a importância de se estudar a arqueologia como parte de um pensamento

dinâmico, ou seja, *“ninguém pode negar que a pesquisa arqueológica é influenciada por diversos fatores. Na atualidade, o mais controverso deles vem a ser o contexto social em que os arqueólogos vivem e trabalham. Muitos poucos arqueólogos, [...] negariam que as questões por eles elaboradas são, pelo menos em alguma medida, influenciadas por seu meio”*. (TRIGGER, 2004: 12). Isto não significa simplesmente que a partir do meio em que se encontra o arqueólogo possa-se identificar suas motivações, mas estas podem sofrer interferências pela relação que ele faz com seu contexto. Arno Kern, também, se preocupa com a epistemologia da arqueologia, no tocante aos trabalhos produzidos pelos próprios arqueólogos. Segundo o autor, *“estes textos são considerados atualmente verdadeiros documentos de época e nos evidenciam as importantes contribuições teórico-metodológicas dos arqueólogos [...] Eles somente podem ser plenamente compreendidos por nós se forem inseridos no momento histórico de sua produção e no âmbito da discussão científica então em curso”*. (KERN, 2007: 89). Ou seja, trata-se de uma reflexão que procura perceber as diferenças no pensamento arqueológico, e a partir disto, compreender as condições de produção de tais ideias.

Neste sentido, esta dissertação tem por objetivo compreender tais dinâmicas no campo da arqueologia do Estado do Paraná. Tendo como referência as noções acima enunciadas, torna-se importante compreender não apenas a constatação da prática arqueológica, mas sua constituição como campo do saber, o que implica num estudo dos interesses e estratégias para efetivação de condições da atividade. Em outros termos, em localizar e interpretar tanto a existência de um conhecimento como dos motivos para desenvolvê-lo, que, conforme o período, os envolvidos e suas relações dinamizam. No caso paranaense, a figura de José Loureiro Fernandes foi identificada como de grande incentivador nas instituições em que esteve atuando.

Diante destas constatações, estabeleceu-se a seguinte problemática: por quais estratégias e articulações político-educacionais José Loureiro dotou de pensamento científico o âmbito da Universidade do Paraná nas décadas de 1950 a 1970?. Segundo Igor Chmyz, *“não se atendo só a retórica, Loureiro Fernandes empenhou-se na criação de bases que possibilitassem a execução de pesquisas, formação de pessoal especializado e, paralelamente, na adoção de medidas protetoras do patrimônio arqueológico”*. (CHMYZ, 2006: 44). Trata-se, portanto, de analisar os mecanismos que empregou para realizar a produção do conhecimento científico, e seus principais colaboradores, dentro e fora do país. Observando os primeiros trabalhos de arqueologia no Estado, ainda no século XIX, e o processo que culminou com a criação de cursos de aperfeiçoamento em nível superior, fica

evidente tais mudanças, seja pela passagem do “amadorismo” ao “cientificismo”, seja pelas condições políticas de seu idealizador.

A fim de organizar as ideias no tempo e no espaço, a dissertação foi dividida em quatro capítulos. Nos dois primeiros, de forma introdutória e sobre o desenvolvimento da ciência paranaense, buscou-se mapear as principais informações no campo da arqueologia produzidas até a década de 1950. Assim, o primeiro capítulo, intitulado de “A gênese da arqueologia no Paraná”, versa sobre as primeiras informações arqueológicas no Estado, avolumadas no século XIX, como as descrições de sambaquis por Antônio Vieira dos Santos no litoral, ou viagens pelo interior, como de Telemaco Borba e Juan Ambrosetti. Práticas de colecionar peças, de forma particular ou no Museu Paranaense, também foram constantes na época. Na década de 1940, destacou-se no colecionismo a figura de Guilherme Tiburtius, que inclusive comprava peças para seu acervo próprio, o que já era na época combatido pelo Museu. A partir da organização destas coleções, alguns ensaios interpretativos começaram a surgir, sobre urnas funerárias, formação dos sambaquis, origem dos índios, e outras, principalmente pelos integrantes do Museu Paranaense.

Como etapa posterior, o segundo capítulo buscou discutir a produção do conhecimento arqueológico no âmbito do Museu Paranaense, reorganizado a partir de 1939 por Loureiro Fernandes. Contando seu diretor com auxílio de colegas do Círculo de Estudos Bandeirantes e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, as seções foram chefiadas por catedráticos da Faculdade. Muitas atividades levadas a cabo no Museu puderam ser recuperadas a partir das Atas do Conselho Administrativo, relatórios e correspondências, além de depoimentos. Entre as medidas, destaca-se a montagem de laboratórios e organização de biblioteca especializada, permuta de boletins, incorporações de objetos, organização de exposições e, principalmente, expedições de cunho científico, que compreendia a colaboração de vários profissionais contratados ou envolvidos voluntariamente. Na área específica da arqueologia, visitas e escavações em sambaquis começaram a se realizar, inclusive com posteriores comunicações em eventos científicos. Aproveitava-se, também, situações de desmontes dos concheiros para construção de estradas, ou produção de cal, para realizar pesquisas. A participação do barão Otorino de Fiore, neste sentido, contribuiu em técnicas de escavação, que naquela época eram escassas. A maioria dos colaboradores do Museu eram praticamente “autodidatas”, mas procuraram aprimorar o contato dos campos de pesquisa, seja dentro do Brasil ou no exterior. Alguns pesquisadores, também, vieram principalmente da Europa, onde aqui dispuseram de seus saberes para estudos e interpretações, o que contemplou a arqueologia, como o caso do barão supracitado.

Concomitantemente, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sob auspícios do Círculo de Estudos Bandeirantes, entidade católica de promoção do conhecimento da época, permitiu que muitos dos colaboradores tanto do Museu Paranaense como do Círculo, ministrassem aulas nas diversas cadeiras criadas. Boa parte das atividades era ainda feita nas instalações destas instituições, pelos poucos recursos existentes. Percebe-se, entretanto, a atenção voltada não apenas para reuniões de cientistas, mas o ensino de cursos de grau superior.

O processo de criação de cursos de arqueologia em nível universitário, como será visto no terceiro capítulo, foi fruto de anos de insistência e contatos com vários órgãos de promoção da ciência no Brasil. Além disto, sendo um intelectual voltado para o desenvolvimento da produção do conhecimento, esteve na Europa observando centros de pesquisa e formas de por em prática seus projetos. Em carta citada por Furtado e Krelling, quando de sua viagem à Europa em 1952, expressa Loureiro a seguinte opinião: “... *esta viagem trouxe um grande conforto intelectual, pois confirmou o acerto de muitas das diretrizes que havia traçado para alguns dos nossos problemas no setor da educação. É pena que a visão provinciana de muitos de nossos administradores, não tenha sofrido o influxo do exemplo de coletividades mais avançadas, poupando assim gerações futuras do ônus de erros perfeitamente evitáveis*”. (FURTADO; KRELLING, 2003: 84-85).

Sobre a figura de Loureiro Fernandes, ainda, faz-se necessário enquadrá-lo na categoria de “intelectual agenciador”, isto é, a habilidade de circulação e constituição de relações sociais no campo da ciência. Neste sentido, a teoria da agência auxilia na delimitação do conjunto de relações entre pessoas e instituições, ou melhor, entre agenciador e agentes (MONSMA, 2000; EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998). Assim, a teoria tenta identificar os incentivos que levam o agente a servir melhor os interesses do agenciador. Na área da sociologia, entretanto, tal perspectiva não contempla os motivos que a desencadeiam, sendo, portanto, necessário inseri-los no contexto histórico. Vários trabalhos já tiveram a intenção de destacar as ações de José Loureiro no campo científico, historiando sua participação de eventos e atividades que serão contemplados nesta dissertação (HERTEL, 1977; FURTADO, 1999, 2006; CHMYZ, 2005, 2006, 2010). Depoimentos também revelam a convivência com ele, que com a documentação utilizada, dão uma pista sobre a sua visão empreendedora nos cargos e funções que exerceu. Segundo Furtado e Krelling, “*enquanto indivíduo de temperamento forte e possuidor de um caráter empreendedor que, com muita determinação nas tomadas de posição, mobilizava o que fosse necessário para atingir suas metas de*

maneira incansável, Loureiro deixou marcas na formação profissional de várias gerações". (FURTADO; KRELLING, 2003: 83).

Aliando contatos políticos e espírito dinâmico, procurava solucionar a carência de profissionais na área com cursos ministrados pelos professores de diversas linhas teóricas e metodológicas. Como se procurará demonstrar pela documentação, a visão de Loureiro Fernandes era pela ausência de uma "arqueologia brasileira", nos moldes científicos vigentes então, e que para tentar sanar tal déficit, procurava trazer vários pesquisadores da Europa e Estados Unidos, quando estes já não estavam no país, para realizar cursos e pesquisas, colocando alunos em contato com técnicas e problemas da arqueologia. João José Bigarella, em depoimento, comenta que "*nesta época [décadas de 1940 e 1950] foi um dos primeiros, senão o único professor que levava seus alunos bem como outras pessoas interessadas de outras áreas da faculdade em excursões de campo, propiciando a todos um contato importantíssimo que incentivava o aprendizado prático e o conhecimento in loco dos assuntos abordados*". (BIGARELLA, 2005: 19).

Uma das estratégias utilizadas por Loureiro Fernandes era sondar pesquisadores brasileiros que estavam no exterior, e através de cartas, observa-se o seu interesse em saber de currículos de possíveis professores, como no caso de Fernando Altenfelder Silva, ou de estágios em museus e metodologias museológicas, como com Oldemar Blasi, ambos nos Estados Unidos. Na situação de Aryon Dall'Igna Rodrigues, ainda, que estava estudando na Alemanha, buscava adquirir equipamentos gravadores e saber da estrutura curricular europeia, comparando com sua experiência de estudos e viagem àquele continente. Em todos os casos, observa-se a preocupação de atualizar as bibliotecas com livros e revistas científicos.

O contato com pesquisadores estrangeiros também se fez quando estes estiveram no Brasil. Torna-se de suma importância analisar o 31º Congresso Internacional de Americanistas, ocorrido entre 23 e 28 de agosto de 1954. Neste evento, diversos pesquisadores apresentaram trabalhos, seja sobre sambaquis (Luiz de Castro Faria, Adam Orssich de Slávetch, Joseph Emperaire, Paulo Duarte e o próprio Loureiro Fernandes) seja sobre cerâmica da Amazônia, como o casal norte-americano Clifford Evans e Betty Meggers. Com todos estes pesquisadores, Loureiro Fernandes manteve vínculos, ou em cursos, ou como conselheiros, ou ainda como pesquisadores. Ainda neste congresso, uma moção para criação de cátedras de arqueologia nas universidades brasileiras foi apresentada ao representante da então Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES –, que respondeu ao pedido com críticas pela falta de pessoal treinado. Tal pedido já tinha sido feito em 1953, no encontro de reitores universitários em Curitiba.

Passados cerca de 2 anos do encontro de americanistas, em dezembro de 1956, a Universidade do Paraná criava o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, que tinha como objetivo promover cursos de capacitação de alunos. A correspondência que manteve com Rudolph Atcon, responsável da CAPES, mostra nitidamente os objetivos e justificativas que Loureiro apresentou, o que indica a maturidade do projeto e suas projeções. Aliando recursos da CAPES, Conselho Nacional de Pesquisas e do próprio Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, e ainda de agências de fomento da França e Estados Unidos, o CEPA conseguiu que cursos ministrados por Joseph Emperaire e Annette Laming, Wesley Hurt, Clifford Evans e Betty Meggers, e outros, entre eles professores da própria Universidade do Paraná, pudessem dar noções de técnicas de escavação, teorias de ocupação do homem na América, classificação de material lítico e cerâmico, além de temas científicos afins, em nível superior. Tais cursos, principalmente do ponto de vista organizacional, será analisado no quarto capítulo, tratando de como concepções de ciência, interpretação e ensino foram passadas aos alunos dos cursos, completando o projeto de formação de arqueólogos em nível superior no Paraná.

Esta dissertação, pois, procura estudar os contatos estabelecidos, o conteúdo das aulas, seus participantes e alguns resultados para a interpretação arqueológica brasileira. Procura-se acrescentar ao debate sobre a historicidade do ensino de arqueologia os componentes políticos e agenciadores, isto é, que os cursos foram possíveis graças a estratégias e vínculos pessoais e institucionais de seus idealizadores, que cumpriam a uma necessidade e visão de ciência, e ainda, que são localizáveis pela documentação que trata especificamente dos “bastidores” da elaboração dos programas. Em outras palavras, trata-se de analisar os obstáculos e necessidades para que a produção do conhecimento pudesse ser realizada, com objetivo de criação de profissionais treinados nas teorias da época.

Sobre a documentação e recortes cronológico e temático, algumas considerações precisam ser feitas. O arquivo do CEPA/UFPR possui documentos mesmo antes de sua criação, referentes à atividade de Loureiro Fernandes no Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná. A temática deles é extremamente vasta, desde pedidos de compra até informes de curso e relatórios para agências de fomento. Conforme já indicou Chmyz, “*a produção arquivada é a que expressa com mais clareza o seu pensamento, seus projetos e anseios e, os que documentam os embates travados em prol dos seus ideais. Muitos desses documentos relatam as frustrações que o levaram a interromper bruscamente um empreendimento perseguido com denodada dedicação*”. (2006: 90).

Diante de sua amplitude temática, uma filtragem precisou ser feita para dar conta de alguns assuntos, como os contatos para conhecimento de professores interessados em ministrar aulas, pedidos de verbas e destinação de bolsas, e concepções de pesquisa, resultados e intenções de cursos. Basicamente, teve-se maior atenção no estudo da forma como os pesquisadores foram contatados, a organização dos cursos e pesquisas, e a captação de recursos financeiros e estruturais. A quantidade de cada eixo varia conforme o período, em sentido progressivo, o que também indica o crescimento do interesse e atividades levadas a cabo.

A tipologia dos documentos também é vasta, com cartas, telegramas, moções, atas de reuniões, relatórios de pesquisa, artigos científicos, resumos de aulas, depoimentos, enfim, sobre o cotidiano do centro de pesquisa e ensino, com seus contatos internos e externos.

Apesar do CEPA/UFPR ter sido criado em dezembro de 1956, a documentação cobre tanto o período anterior como posterior. Passando por várias Instituições, Loureiro Fernandes deixou muitos registros por tais locais. Segundo Chmyz, “*essa dispersão documental, que dificulta a pesquisa e coleta de dados evidencia, por outro lado, o seu dinamismo e interação com os locais frequentados*”. (Id.: 90). Neste sentido, dividiu-se a análise dos arquivos em quatro etapas que correspondem ou a atividades características ou estratégias diferentes. São elas: o momento de transição da atividade arqueológica do Museu Paranaense para a Universidade do Paraná, devido sobretudo às dificuldades financeiras que enfrentava; a segunda etapa observada refere-se ao desenvolvimento de estudos a partir de recursos advindos do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Contatos para a contratação de pesquisadores no estrangeiro começaram a ser feitos, dotando o estudo da arqueologia de suporte adicional e maior infraestrutura. A terceira fase é uma consolidação da anterior, com a portaria que cria o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, dotado de cátedra e pesquisas sistemáticas. Esta foi a etapa que permitiu efetivamente o contato de alunos com uma estrutura curricular, visando a formação em nível superior. Por fim, mas não substituindo a etapa anterior, observou-se a implantação de abordagens que contemplassem uma interpretação arqueológica à realidade brasileira, decorrente dos cursos. Não se quer afirmar que anteriormente não houvesse uma interpretação arqueológica, mas que diante da conjunção de diversos cursos e visões da ciência arqueológica, a constituição de um aparato teórico e metodológico específico, como as terminologias para classificação, além de recursos financeiros contínuos, permitiram estudos sistêmicos e integrados, e principalmente, por pessoal formado em instituições brasileiras atuando com maior intensidade.

A última etapa precisou também de um filtro, pois vários foram os cursos ministrados. Optou-se, assim, pelo primeiro lecionado pelo arqueólogo Joseph Empeaire e sua esposa também arqueóloga Annette Laming. Esta, após a morte de seu marido em 1958, continuou cooperando com o Centro, seja em escavações, seja em cursos, até 1973. Entre 1958 e 1959, o arqueólogo norte-americano Wesley Hurt foi contratado para ministrar cursos e orientar pesquisas de campo pelo período de 10 meses, o que resultou em relatórios e técnicas de escavação.

Na segunda metade de 1959, um curso de ciências afins foi dado aos interessados, visando suprir a deficiência básica no estudo de áreas do conhecimento complementares na interpretação do ambiente e contextos arqueológicos. Participaram vários professores da própria Universidade do Paraná, além de Oldemar Blasi, Annette Laming-Empeaire e Luiz de Castro Faria. Por fim, deu-se atenção ao curso coordenado pelo casal de arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers, em outubro de 1964. Interessante destacar como o arquivo permitiu observar a insistência de Loureiro Fernandes na vinda deles, desde pelo menos 1954, e das dificuldades para encaixar o cronograma de ambos.

Em todos estes cursos, buscou-se perceber os resultados e impressões que cada professor procurou passar aos alunos, principalmente sobre os problemas de interpretação da realidade arqueológica paranaense. Teve-se a hipótese de pesquisa que Loureiro Fernandes procurava além de capacitar alunos para o trabalho de campo na arqueologia, que modelos e técnicas da época, oriundas de várias correntes científicas, servissem de fundo teórico e prático, e aquelas que se adequassem à realidade específica, fossem adotadas, criando assim uma “arqueologia brasileira”. Claro que outros pesquisadores no Brasil também estiveram no mesmo período preocupados com tal objetivo, mas este estudo procura focar a contribuição de José Loureiro Fernandes no Estado do Paraná. Apenas para se ter uma ideia, observe-se as concepções de Joseph Empeaire e Clifford Evans sobre o trabalho de campo e modo de estabelecer interpretações. O primeiro afirma, na 12ª aula do curso de Arqueologia Pré-histórica ministrado na Universidade do Paraná em 1957, que “*é melhor uma única pesquisa bem feita que uma multidão de escavações rápidas e inacabadas*”. Já Evans, ao introduzir as contribuições relativas ao 1º ano do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, o qual derivou do Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Cerâmicos, por ele e Betty Meggers conduzido em 1964, pondera que “*em vez de escavação de grandes trincheiras, ou da escavação total do sítio, [é suficiente] proceder em cada sítio um ou dois cortes-estratigráficos [e] naqueles com cacos superficiais, a coleta sistemática*”. (EVANS, 1967: 11). Esse método de coleta de material era adequado “*para os tipos de sítios encontrados nas*

terras baixas (lowlands) da América do Sul, a exemplo dos planaltos e planícies do Brasil". (EVANS; MEGGERS, 1965: VIII).

Mais ambiciosa para a época, foi a metodologia indicada por Adam Orssich para o estudo de sítios arqueológicos. Contratado pela Universidade do Paraná em 1952 para escavar o Sambaqui do Araújo II, Orssich, tendo em vista os resultados obtidos, alega que "*excavações isoladas [...] pouco contribuem para [...] o esclarecimento da formação [...] e da evolução cultural da população pré-histórica do Brasil*". (CARTA de Orssich para Fernandes, 22.01.53). Na sua ótica, os trabalhos deveriam abranger sítios em áreas amplas, nas quais atuariam equipes multidisciplinares dispendo de tempo e recursos financeiros condizentes.

Da conjunção de tais concepções, esperava Fernandes um produto inovador, ao menos aos padrões científicos e universitários brasileiros de então.

1 A GÊNESE DA ARQUEOLOGIA NO PARANÁ

1.1 OS PRIMEIROS REGISTROS

Embora referências a possível vestígio arqueológico datem da primeira metade do século XVII, informações relacionadas a ocupações pretéritas no Paraná avolumaram-se no século XIX, em consequência da ação de sertanistas, missionários e engenheiros que tinham por meta o reconhecimento do território, a evangelização dos indígenas e o planejamento de vias de comunicação conjugando percursos terrestres e fluviais.

Essas atividades, preparatórias para a ocupação dos espaços rotulados como “sertões desconhecidos” na cartografia da época, foram intensificadas após a criação da Província do Paraná, em 1853, culminando com a instalação das colônias indígenas e militares.

O primeiro registro foi proporcionado pelo jesuíta Antonio Ruiz de Montoya, um dos mais importantes personagens do episódio reducional durante a dominação espanhola no oeste do atual Estado do Paraná. Nesse período, entre a segunda metade do século XVI e a primeira do seguinte, foram erigidas vilas militares e reduções, estas constituídas por índios pertencentes aos troncos linguísticos Tupi e Macro-Jê, conforme a sua localização.¹

Na obra “Conquista espiritual”, o jesuíta da “Provincia del Guayrá” relatou que a:

200 leguas desta costa [do Atlântico], la tierra a dentro, vimos mis compañeros, y yo un camino que tiene ocho palmos de ancho, y en este espacio nace una muy menuda yerva, y a los dos lados deste camino crece hasta casi media vara, y aunque agostada la paja se quemem aquellos campos, siempre nace la yerva a este modo. Corre este camino por toda aquella tierra, y me han certificado algunos Portugueses, que corre muy seguido desde el Brasil, y que comunmente le llaman el camino de Santo Tome, y nosotros hemos tenido la misma relacion de los índios de nuestra espiritual conquista (MONTROYA, 1639: 30).²

Na primeira metade do século XIX, Antônio Vieira dos Santos, português radicado no litoral paranaense desde a infância, compilou documentos históricos arquivados em Paranaguá, Morretes, Porto de Cima e Antonina doando, em 1850 e 1851, os volumes manuscritos às respectivas câmaras municipais.

¹ A dominação espanhola no Guayrá cessou em 1631 devido à ação dos bandeirantes escravagistas. Entre as vilas e reduções abandonadas ou destruídas, poucas foram localizadas posteriormente em meio à floresta reconstituída, apesar de estarem de certa forma posicionadas na cartografia jesuítica. Vários desses locais tiveram efêmera existência e, não se estruturando urbanisticamente, não deixaram ruínas visíveis na superfície do terreno.

² Trecho de caminho apresentando as características descritas por Montoya foi localizado no vale do rio Piquiri, na região centro-oeste do Paraná. Era ladeado por sítios da tradição arqueológica Itararé (CHMYZ; SAUNER, 1971: 16).

No tocante à arqueologia, Santos descreveu e assinalou a posição de inúmeros sambaquis nas margens das baías e dos rios, arrolando objetos e restos ósseos humanos encontrados no seu interior durante os desmontes praticados para a produção de cal a partir das conchas.

Devido a ocorrência de cerâmica em sambaquis, Santos atribuiu aos “Carijós”,³ índios registrados historicamente no litoral do Paraná, a ereção desses sítios. Além de opinar sobre a formação artificial dos sambaquis, o autor também os considerava muito antigos, contrariando as concepções reinantes na sua época:

Enganão-se [os que assim pensam] mas com desculpa porque, a terra conduzida pelas agoas e ventos para çima daquelles montões formou sobre elle crustas tão grossas, que n’algumas partes, chegam a ter capacidade para sustentarem como sustentão, arvores bastantemente altas que sobre ellas nasçerão; e se conservão sempre viçozas. Tanta hé a antiguidade destas Ostreiras; ou Sambaquis que a humidade pelo decurso dos tempos veio a dissolver as conchas de algumas dellas, reduzindo-as a huma massa branda, as quaes petrificando-se pouco a pouco com o calor, formou pedras tão solidas que hé nesseçario quebral-a com morrões ou alavancas (SANTOS, 1951: 94).

É provável que a interpretação da artificialidade dos sambaquis defendida por Vieira dos Santos tenha sido influenciada por frei Gaspar da Madre de Deus, cujas “Memórias da Capitania de São Vicente”, de 1797, foram por ele citadas.

As menções a sítios e artefatos arqueológicos se avolumaram na segunda metade daquele século, inclusive quanto à diversidade das ocorrências. Entre esses informantes, destacou-se Telemaco Morocines Borba, sertanista que também desempenhou relevante papel na política da Província do Paraná. Convivendo com índios das regiões norte e oeste desde 1863, produziu textos que abordavam aspectos da sua cultura material, espiritual e língua, sendo, por isso, considerado o “Pai da etnografia paranaense”. Realizou coletas de peças etnográficas e arqueológicas doando-as, em testamento, para o Museu Paranaense.

Ao tratar dos “montículos cônicos” e “covas” [estruturas subterrâneas] escavados, Borba (1908: 130) adiantou que “*os vasos de argila [encontrados], são de formas e fabricação diferentes dos feitos pelos kaingangues [e guaranis]*”, concluindo que seus produtores teriam ocupado o Paraná antes daqueles. Nos montículos encontrou vestígios de cremação, prática funerária também por ele considerada distintiva em relação à dos outros.⁴

³ Estudos realizados com recipientes cerâmicos encontrados nos municípios de Paranaguá e Antonina evidenciaram a sua relação com os produzidos pelos Tupinikin no litoral paulista (CHMYZ, 2002: 71).

⁴ Nas já citadas pesquisas no vale do rio Piquiri, um aterro circular escavado revelou restos de cremação. Posteriormente, a prática de cremação associada a aterros circulares e sempre junto à estruturas subterrâneas da

Em 1876, Telemaco Borba, navegando pelos rios Paranapanema e Paraná visitou, na margem esquerda do primeiro curso fluvial, as ruínas das reduções de Santo Inácio Mini e Nossa Senhora de Loreto fundadas pelos jesuítas em 1610 e, na do segundo, as de Cidade Real do Guairá, implantada pelos espanhóis em 1557, sobre elas tecendo comentários (Ibid.: 140).

As ruínas de Nossa Senhora de Loreto haviam sido encontradas em 1852 pelo sertanista e cartógrafo João Henrique Elliot (1856: 443), durante expedição de reconhecimento planejada por João da Silva Machado, o barão de Antonina.

Os remanescentes da redução de Santo Inácio Mini, ao lado dos quais em 1862 foi implantada a Colônia Indígena de Santo Inácio do Paranapanema, foram também descritos por José e Francisco Keller (1942b: 194). Esses engenheiros, ao explorarem o vale do rio Ivaí em 1853, permaneceram algum tempo na área das ruínas de Vila Rica do Espírito no local em que foi fundada pela segunda vez em 1589, delas fazendo detalhada descrição (1942a: 161). Das plantas que produziram da redução e da vila, apenas a desta é conhecida (BLASI, 1963: Fig. 1).

A descoberta dos vestígios de Cidade Real do Guairá, entretanto, deveu-se à ação de um destacamento militar emanado da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, em 1772 (FERREIRA, 1905: 96).

Os locais outrora ocupados pelas vilas e reduções não deixaram de atrair a atenção de aventureiros no século XIX e mesmo no seguinte, motivados pelo imaginário das riquezas acumuladas e ocultas pelos missionários. A viagem promovida pelo general José Cândido da Silva Muricy em direção ao “País dos jesuítas”, em 1896, embora dela tenha resultado apreciáveis referências a populações indígenas, também almejava encontrar “*valiosos e variados tesouros*” em Vila Rica do Espírito Santo (1976: 296), por ele considerada como redução.

No final do século, em viagens feitas pelo rio Paraná, Juan Bautista Ambrosetti (1895a: 227; 1895b: 392) realizou coletas e escavações na área da então Colônia Militar de Foz do Iguaçu (Fig. 1). Exumou grande quantidade de urnas funerárias cerâmicas e artefatos líticos, atribuindo-os aos guaranis. O acervo formado foi trasladado para o “Museo de La Plata”, na Argentina.

tradição arqueológica Itararé, foi constatada em outras regiões do Paraná. Os aterros funerários têm datações variando de 885AP a 470AP (CHMYZ et alii, 2008: 247).

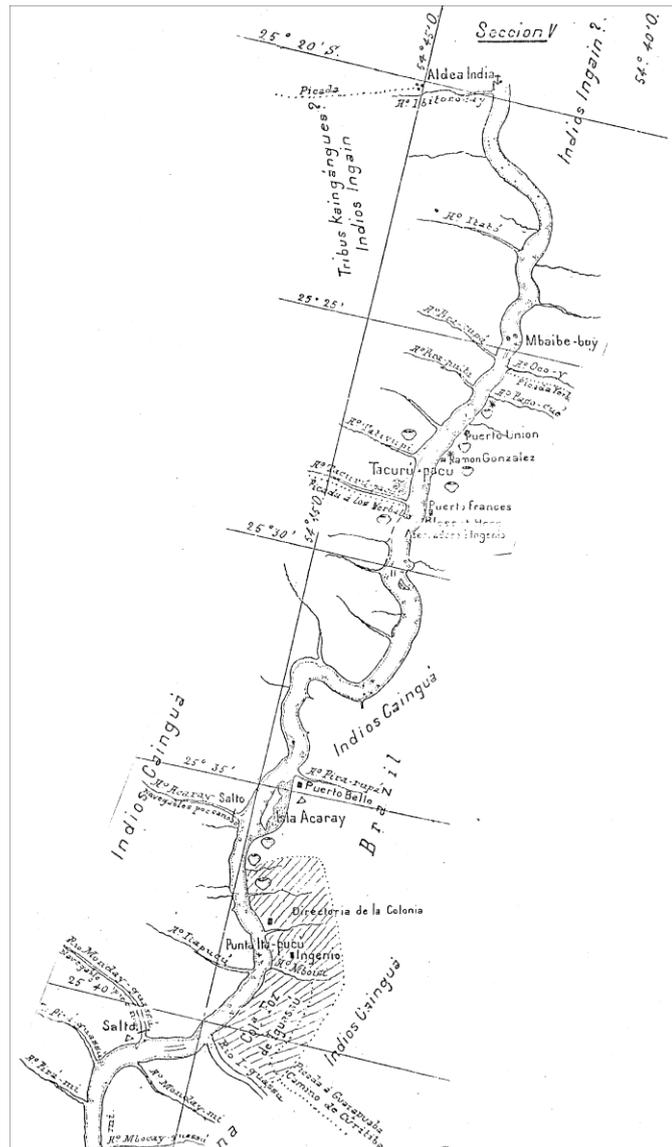


Figura 1. Localização de sítios arqueológicos na área de Foz do Iguaçu (Fonte: AMBROSETTI, 1895b).

Às informações arqueológicas proporcionadas pelos autores mencionados, somaram-se as de outros, como o “adelantado” Alvar Nunes Cabeza de Vaca (1947), o tenente-coronel Afonso Botelho de S. Paio e Sousa (1962),⁵ os religiosos Francisco das Chagas Lima (1842 e 1943) e Luiz de Cemitille (1931) e os sertanistas Joaquim Francisco Lopes (1848), José Francisco Thomaz do Nascimento (1866) e José Maria de Brito (1977), principalmente, sobre os indígenas que povoavam as várias regiões paranaenses por eles percorridas entre os séculos XVI e XIX, importantes para a compreensão dos sítios nelas encontrados atualmente.

⁵ A iconografia produzida por Joaquim José de Miranda para ilustrar o relatório de Afonso Botelho sobre as expedições aos Campos de Guarapuava entre 1768 e 1774, composta por 40 pranchas aquareladas, permaneceu extraviada até 1985, quando foi adquirida em leilão internacional; hoje integra a coleção Beatriz e Mário Pimenta Camargo (BNP PARIBAS, 2003: 7).

Os anteriores, desde Montoya – e outros jesuítas que atuaram no Guayrá (CORTESÃO, 1951) – até Ambrosetti, também forneceram valiosos dados a respeito das populações indígenas do território hoje ocupado pelo Paraná.

1.2 O COLECIONISMO E A PRODUÇÃO INICIAL DO CONHECIMENTO

Coleções de objetos etnográficos resultaram da ação de alguns dos expedicionários ou sertanistas dos séculos XVIII e XIX, como a formada em 1774 por Afonso Botelho junto aos índios Jê dos Campos de Guarapuava (1962: 289)⁶ e por Telemaco Borba entre os índios Jê e Tupi-Guarani dos vales dos rios Tibagi, Paranapanema e Iguaçu.

Acervos arqueológicos começaram a ser formados na segunda metade do século XIX e na primeira do seguinte. Eram mantidos particularmente ou destinados a instituições museológicas. Os mais antigos, como já foi mencionado, foram os acumulados por Telemaco Borba e Juan Ambrosetti, aquele guardado na cidade de Tibagi, no Paraná, e este no Museo de La Plata, na Argentina.

Outra coleção foi iniciada em 1876, com a criação do Museu Paranaense⁷. Idealizada dois anos antes pelo advogado Agostinho Ermelino de Leão e pelo médico José Cândido da Silva Muricy (FERNANDES, 1936: 1), a instituição surgiu como uma consequência das exposições nacionais e internacionais que contavam com a participação da Província do Paraná (TREVISAN, 1976: 18).

Produtos regionais, amostras minerais e vegetais e objetos curiosos reunidos na Província eram encaminhados para exposição no Rio de Janeiro. Entre os organizadores da coleta paranaense, constituídos por intelectuais, políticos e destacados industriais e comerciantes, figuravam os diretores do Museu.

Para a mostra nacional de 1875, o material enviado passou por um processo de seleção, pois representaria também o Brasil na exposição internacional de Filadélfia no ano seguinte. Conforme Trevisan (Id.: 21), os itens refugados, depois de devolvidos, eram

⁶ Entre os itens arrolados, e que foram destinados ao governador da Província de São Paulo, constavam machado de pedra, tanga, casquete de pele de onça, balaio, recipientes cerâmicos de barro preto, novelos de fio de embirá e saquinho com milho vermelho pururuca.

⁷ Os museus instituídos nesse século no Brasil, entre os quais o do Paraná foi o terceiro, pautaram-se nos congêneres europeus, com seus gabinetes de história e história natural firmando-se, nas sociedades que os acolhiam, como os locais ideais para divulgação do progresso e de novos padrões de civilização (CARNEIRO, 2001: 21).

destinados à venda benemerita ou acumulados na residência de José Muricy. Uma parte desse material e mais o que retornou após o evento, compuseram as exposições do Museu recém-criado. A receptividade do público, representada pela posterior doação de objetos, contribuiu para o aumento do acervo da Casa. Paralelamente, Agostinho de Leão realizava coletas de crânios humanos e peças líticas em sambaquis de Antonina para o mesmo fim.

Após a visita do imperador D. Pedro II às suas instalações, em 1880, o Museu empenhou-se na seleção dos objetos que comporiam o mostruário do Paraná durante a Exposição Antropológica Brasileira, no Museu do Rio de Janeiro (FERNANDES, 1936: 4). Para complementar a participação, Leão, autorizado pelo presidente da Província elaborou, em 1882, um catálogo no qual foram arroladas as peças antropológicas, arqueológicas e etnográficas do acervo próprio e algumas cedidas temporariamente por Telemaco Borba e outros.

O catálogo incluiu a memória produzida por frei Luiz de Cemitille sobre os índios “Camés ou Coroados” e um vocabulário das tribos “Cayngangs, Cayguás e Chavantes”, de Borba.

Por ocasião da visita de 1880, o imperador, apesar dos elogios feitos ao Museu, havia reclamado a falta de um catálogo referente ao acervo exposto.

Em dezembro de 1882, o Museu, até então uma instituição particular, foi assumido pela Província, sendo dotado de um quadro mínimo de funcionários. De acordo com o regimento elaborado, à Casa competiria “*colligir e conservar sob sua guarda, devidamente classificados, os productos naturaes e industriaes que interessem ao estudo da historia natural ou que mostrem as riquezas da provincia e quaesquer curiosidades em geral*” constituindo, o seu acervo, quatro seções: “*1ª De anthropologia, zoologia e paleontologia animal, 2ª De botânica geral e paleontologia vegetal, 3ª De mineralogia e geologia e 4ª De archeologia, ethnographia e numismática*”. (CARNEIRO, 2001: 145-Anexo 1).

Nesta fase, Agostinho de Leão desempenhou a função de diretor de 1883 a 1886 e de 1892 a 1901, já no período Republicano. No intervalo das gestões de Leão, o presidente da Província, considerando que além dos produtos industriais que seriam enviados para a Exposição Sul-Americana em Berlim, determinou que fossem incluídas “*coleções do Museu que pudessem atestar as nossas riquezas minerais, vegetais e zoológicas, bem como documentação comprovadora das produções paranaenses no terreno científico e literário*”. (FERNANDES, 1936: 7). Muitos espécimes enviados a Berlim jamais foram recambiados, ocasionando desfalques nos mostruários, lacunas que posteriormente Leão procurou preencher com novas doações da população.

Agostinho de Leão foi substituído por seu filho historiador, Ermelino de Leão; o qual permaneceu poucos meses no cargo. Em 1902, a direção da Casa foi assumida pelo também historiador Romário Martins, que deu continuidade à obra de seleção e metodização iniciada pelos fundadores recorrendo, para a classificação de espécimes naturais, a técnicos especializados. Publicou, em 1904, o “Boletim do Museu Paranaense” anunciando, no editorial, a intenção “*de recolher os muitos materiaes até agora dispersos [...] de todos aquelles que possuem materiaes archeologicos e ethnologicos, e queiram concentrar esforços congregando-os com os desta directoria, para que as colleções do Museu apresentem em breve um cunho verdadeiramente scientifico, capaz de servir de base a investigações precisas sobre a matéria*”. (MARTINS, 1904: 5).

A intenção explicitada por Martins significava um avanço nos propósitos iniciais da Instituição, que era de coleta, conservação e classificação de peças. Por outro lado, a proposição de esforços conjugados com colecionadores particulares inferia a existência de outros acervos privados no Paraná, além daquele formado por Telemaco Borba.

Em 1925, ao publicar os “Catálogos e estudos”, Martins apresentou as divisões criadas conforme as coleções por ele organizadas: Geologia, Mineralogia, Botânica, Zoologia, História Pátria, Pinacoteca e Biblioteca; a divisão de História Pátria englobava Etnografia, Arqueologia Histórica e Numismática. Na catalogação da última divisão, foram arroladas peças arqueológicas e etnográficas, várias destas recolhidas após choques entre indígenas e a sociedade envolvente, episódios mencionados na listagem. Muitos objetos, tanto etnográficos como arqueológicos, identificados quanto à sua função, também foram relacionados aos seus doadores, entre os quais Telemaco Borba, de quem, em 1924, o Museu recebera o acervo. A associação do nome do doador ou do cedente das peças, o que já ocorrera no Catálogo de 1882, era uma forma de incentivação à prática.

O arrolamento arqueológico incluiu artefatos procedentes do Paraná, os mais numerosos, e de outros estados. Dele constavam pontas de flechas,⁸ lâminas de machados, almofarizes, mãos de pilões, quebradores de coquinhos, zoólito, tembetás e recipientes cerâmicos.

Romário Martins permaneceu à frente da instituição até 1928, quando assumiu a direção do Departamento de Agricultura do Estado. Sucederam-no dois diretores e, com a

⁸ Ao comentar as pontas de flechas, Romário lamentou o extravio da “*ponta de lança*” que fora encaminhada para a Exposição Antropológica Brasileira, em 1882, um artefato com 25cm de comprimento e elaborado em “*calcedonia cinzenta*”, encontrado na localidade paranaense de Castro (MARTINS, 1925: 19). Sobre esse artefato, Ladislau Netto, o organizador do evento, manifestou-se em 1885, como sendo “*um formoso producto da arte bárbara dos índios nômades do sul*”. (p. 503).

extinção desse cargo em 1931, um auxiliar-técnico. Todos enfrentaram dificuldades de ordem financeira para o desempenho de suas atribuições. O fato notável desse período foi a transferência do acervo, em 1930, para edifício situado na rua Buenos Aires, que oferecia melhores condições de armazenamento, exposição e trabalho.

Restabelecido o cargo em 1936, para ele foi conduzido José Loureiro Fernandes, responsável pela reestruturação do Museu e a criação de condições para o surgimento da sua fase científica na década seguinte.

Na visão de Ralph Hertel, que colaborou na Seção de Botânica da Casa a partir de 1941, o Museu antes era “*conduzido totalmente sob normas provincianas, as coleções mantidas tudo exibiam, desde o ‘tamanco de gigante’, até o ‘feto humano de duas cabeças’.* De cunho eminentemente popular, sua administração vinha sendo entregue a quem a pretendesse, mas se lhe dificultava o respaldo econômico”. (HERTEL, 1977: 11).

Durante a atuação de Fernandes no Museu Paranaense, começava a se formar uma das maiores coleções privadas de objetos arqueológicos no Paraná. Foi esta reunida pelo imigrante alemão Guilherme Tiburtius entre camponeses dos arredores de Curitiba, que encontravam as peças ao ararem a terra. Para acelerar o enriquecimento do acervo, Tiburtius adotou a prática de remunerar seus fornecedores, chegando a estabelecer critérios de valor conforme o estado de conservação e dimensões dos artefatos (TIBURTIUS, 1996: 19). Desta forma adquiriu, também, considerável volume de recipientes cerâmicos artesanais abandonados ou em uso pela população rural da região (TIBURTIUS, 1968: 49), hoje valioso referencial para o estudo da arte oleira popular.

Em 1944 comprou grande coleção de artefatos arqueológicos e etnográficos, além de crânios de animais silvestres e amostras de rochas, que era mantida particularmente por Manoel Antônio Gomes, ex-prefeito de Reserva, um município da região central do Estado.

No ano seguinte, Tiburtius iniciou a coleta de peças deslocadas por operários durante o desmonte de sambaquis litorâneos⁹ passando, a seguir, a neles realizar escavações.

A compra da coleção de Reserva¹⁰ e as escavações praticadas em sambaquis por Tiburtius, motivaram atritos com Loureiro Fernandes, o qual, pelo Museu, começava a

⁹ Aproveitados desde o Período Colonial para produção de cal, os resíduos da fauna malacológica dos sambaquis, na época das explorações de Tiburtius estavam sendo utilizados para o revestimento de estradas abertas pelo Estado. Nesse momento, Loureiro Fernandes iniciava um movimento para a sustação da prática.

¹⁰ O ex-prefeito de Reserva mantinha contato com o diretor do Museu Paranaense, pois em 1941 já havia se prontificado a colaborar localizando “cemitérios indígenas” na sua região (ATA nº 30 do Conselho Administrativo do Museu Paranaense, 05.06.41). Loureiro Fernandes tinha interesse em incorporar o acervo de Gomes ao Museu.

Quando publicou artigo resultante das pesquisas desenvolvidas entre os Kaingáng na segunda metade da década de 1930, Fernandes (1941: 204) creditou “ao octogenário e venerando sertanista Manoel Antônio Gomes,

praticar coleta arqueológica sistemática. No Sambaqui de Matinhos, que Fernandes pesquisava (1955: 579), Tiburtius também realizava “*secretamente algumas escavações maiores apenas nos meses de inverno*”. (TIBURTIUS, 1996: 27).

Tiburtius, como oriundo de um dos países do Eixo na Segunda Guerra Mundial, encontrava-se em uma situação delicada, com restrições de ordem variada. Para a operação comercial em Reserva e o transporte do acervo adquirido para Curitiba valeu-se, como intermediário, de seu filho nascido no Brasil.

As atividades de Tiburtius no litoral foram obstaculizadas também pela promulgação do decreto estadual nº 1.361, em 1951, e de sua regulamentação no ano seguinte. O decreto, cujo texto havia sido redigido por Loureiro Fernandes, reservava para fins de pesquisas de proto-história os sítios conchíferos existentes no litoral do Paraná. A regulamentação estabelecera que a licença para a exploração de sambaquis deveria ser requerida à Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, à qual caberia a determinação do seu valor científico (CHMYZ, 2006: 52).

Esse cerceamento levou Tiburtius a se mudar para a cidade catarinense de Joinville, onde continuou as escavações. A sua coleção, até então mantida em Curitiba, foi adquirida pela Prefeitura de Joinville e integrada ao Museu Arqueológico de Sambaqui daquela cidade.

Os acervos formados por Telemaco Borba e Agostinho de Leão no século XIX, representando curiosidades ligadas às antigas populações indígenas, e assim exibidas para um seleto grupo de conhecidos ou aos frequentadores do Museu, também serviram para ensaios interpretativos. Como já se comentou com relação ao primeiro, de suas escavações resultaram considerações sobre a função dos “montículos de terra” e dos “buracos de bugre”, por ele identificados como túmulos e habitações, respectivamente. Baseado nos conhecimentos adquiridos com os índios do oeste e noroeste do Paraná, argumentava que a nenhum dos grupos contatados se poderia vincular aquelas estruturas. Tendo encontrado vestígios de cremação nos aterros, esclarecia que os “coroados ou kaingangues” não a praticavam. Os enterros realizados pelos “cayguás e guaranis” envolviam a utilização de recipientes cerâmicos. Adiantou, ainda, que havia diferença entre a cerâmica produzida pelos componentes das etnias referidas e a que constatara nas estruturas escavadas, presumindo que esta dizia respeito a uma ocupação mais antiga (BORBA, 1908: 124 e seguintes).

As pesquisas desenvolvidas por Juan Ambrosetti no vale do rio Paraná, além de revelarem peças arqueológicas nas margens da Argentina, Paraguai e Brasil, possibilitaram o

companheiro de trabalho do Cel. Telemaco Borba”, preciosas informações recebidas sobre a vida daqueles índios.

colecionamento de rochas, plantas e insetos e o estudo de grupos tribais. Os resultados dessas abordagens foram por ele publicados como relatórios de viagem e artigos temáticos. No dedicado à arqueologia, Ambrosetti (1895a: 227) forneceu os dados obtidos por meio de escavações e dos informantes locais, dos quais também recebeu artefatos.¹¹

O acervo foi constituído, predominantemente, por recipientes cerâmicos vinculados a práticas funerárias. Esta constatação, aliada à morfologia e tipologia das peças, levaram Ambrosetti a associar os achados aos antigos guaranis (Id.: 251). Para esta filiação, foi decisivo o encontro de tembetá de resina junto a enterro em urna cerâmica, artefato similar ao que registrou entre os “cainguás”, índios por ele estudados em Misiones e relacionados aos guaranis (Ibid.: 252).

Apesar da abundância dos vestígios colecionados nos espaços que percorreu, Ambrosetti vaticinou, ao comentar a área de dispersão dos guaranis que “*ni el Paraguay, ni Misiones son la cuna de la raza*”. (Ibid.: 257).

As peças arqueológicas coletadas por Agostinho de Leão, utilizadas nas exposições do Museu Paranaense e para o rol do seu Catálogo de 1882, inspiraram Ermelino de Leão, seu sucessor na Instituição no início do século seguinte, a desenvolver trabalhos mais acurados em sambaquis de Antonina.

Deles resultaram dois artigos (1912: 103; 1919: 233), nos quais Ermelino posicionou-se favoravelmente à corrente artificialista dos sambaquis, estabeleceu o padrão de implantação desses sítios na paisagem, refutou a ideia da sua função como monumentos funerários e, baseado na tipologia dos artefatos em relação às camadas, esboçou uma periodização que compreendia uma ocupação inicial composta por “*productos archeolíticos [...] procedentes da familia gês*”, sucedida pela dos “*neolíticos*” invasores, os “*Tupy-guarany*”. (LEÃO, 1912: 107). Valeu-se também, para fundamentar seu raciocínio neste particular, das características morfológicas apresentadas pelos crânios recolhidos por seu pai e pelos que exumou.

¹¹ No seu texto foram descritos os procedimentos que adotava em campo. Frequentemente, valendo-se de indicações, localizava recipientes cerâmicos parcialmente expostos pela erosão em áreas agrícolas. Nas florestadas, em pontos igualmente indicados, procurava-os “*enterrando un machete perpendicularmente*” no solo. Utilizava essa estratégia também para, partindo da primeira ocorrência, detectar outras nas cercanias. A escavação consistia, inicialmente, na remoção do conteúdo da peça, seguida pela retirada da terra do seu entorno. O trabalho era executado com pá e “*escoplo*”, um pau apontado em bisel, instrumento que considerava eficiente para o deslocamento da terra, levando-o a supor que desta forma as covas foram abertas pelos índios para a deposição das vasilhas.

As peças coletadas na área da Colônia Militar de Foz do Iguaçu foram tão numerosas que lhe causaram problema de ordem logística. Devido à insuficiência de caixotes, determinou que as maiores fossem envolvidas com trançado de cipó para o transporte fluvial.

Os procedimentos de campo adotados por Telemaco Borba não foram explicitados nos seus escritos, mas é possível que fossem equivalentes aos de Ambrosetti, com o qual mantinha correspondência.

Antônio Vieira dos Santos, mencionado no item anterior, que dos sambaquis tratou na primeira metade do século XIX, atribuía a sua formação unicamente aos índios “carijós”.

Romário Martins também desenvolveu estudos arqueológicos com base no acervo do Museu (1904a: 6; 1925: 27), nos quais manifestava-se, igualmente, adepto à corrente artificialista dos sambaquis, mas questionava a periodização estabelecida com base na tipologia dos artefatos, sem um estudo detalhado por especialistas das suas relações com as camadas dos sítios. Não se caracterizou, entretanto, como colecionador; no Catálogo elaborado em 1925, arrolou apenas uma ponta de flecha que recolheu em sambaqui da Ilha Guamiranga, em Antonina. Criou condições, porém, para que a instituição continuasse tendo seus mostruários enriquecidos. Em 1904, como deputado, conseguiu a sanção do seu projeto que tornava obrigatório o envio, para o Museu, às expensas do Estado, “*os artefactos da primitiva arte indígena, objectos fosseis e amostras de mineraes*”. (MARTINS, 1904b: 32). Em outro artigo do mesmo Boletim (1904a: 8), Romário conclamava os governos estaduais a tomarem medidas para sustar a destruição dos sambaquis, “*até que competentes de ahi retirem os materiaes anthropologicos que para isso são indispensáveis*”.

Do colecionamento feito por Guilherme Tiburtius resultaram vários artigos descritivos. Com referência ao Paraná, nos seus textos, muitas vezes secundados por Alsedo Leprevost, João J. Bigarella e Iris K. Bigarella, pesquisadores que lhe deram aval, abordou temas como bula timpânica de baleia e artefatos derivados (1949), pedras corantes e esqueletos pintados (1952), lâminas de machados de pedra (1953), virotes (1954), objetos zoomorfos (1960), adornos (1960 e 1961) e cerâmica popular (1968).

2 A FASE EMBRIONÁRIA DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO PARANÁ

2.1 A REESTRUTURAÇÃO DO MUSEU PARANAENSE

Reorganizado a partir de 1939, o Museu Paranaense desempenhou importante e decisivo papel nos campos das ciências humanas e naturais, aos quais já se haviam dedicado precariamente seus antigos diretores. Ao assumi-lo em 1936, José Loureiro Fernandes, professor da Faculdade de Medicina do Paraná, encontrou-o estagnado e desamparado pelo poder público. A inércia ainda prosseguiu por dois anos porque, nas esferas administrativas, cogitava-se a transferência do Museu para a Prefeitura Municipal de Curitiba. Não se enquadrando, porém, no Departamento Municipal de Cultura, o Museu retornou ao Estado no final de 1938, subordinando-se à Secretaria do Interior e Justiça (FERNANDES; NUNES, 1956: 12).

Definida a vinculação, pôde o diretor dar início à implantação do seu projeto de reestruturação, projeto que expusera pessoalmente ao interventor federal Manoel Ribas no momento da sua posse. Contou, nessa fase inicial, com a colaboração de colegas do Círculo de Estudos Bandeirantes e da recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná.¹²

O regimento do Museu, aprovado pelo decreto estadual nº 8.201, de 22 de fevereiro de 1939, estabeleceu as seções de História, Antropologia-Etnografia, Geologia-Paleontologia, Zoologia e Botânica, as quais, no primeiro momento, passaram a ser chefiadas pelos então catedráticos da Faculdade de Filosofia: o engenheiro Arthur Martins Franco, o médico José Loureiro Fernandes, o engenheiro Francisco de Assis Fonseca Filho e o filósofo-teólogo padre Jesus Moure; a Seção de Botânica foi assumida pelo advogado Antônio Martins Franco no início de 1941.

¹² O Círculo surgiu em 1929, reunindo intelectuais católicos para o desenvolvimento de estudos filosóficos e pesquisas científicas. Idealizado pelo padre Luiz Gonzaga Miele, o Círculo teve como um dos seus fundadores mais ativos José Loureiro Fernandes, que o sediou por alguns anos em sua residência. A entidade representou um movimento de oposição aos livre-pensadores e anticlericais liderados por Dario Vellozo, professor do Ginásio Paranaense (BALHANA, 1981: 77).

A Faculdade, fundada em 1938, teve como germe o curso de Filosofia Tomista ministrado no Círculo entre 1934 e 1937 (SANTO, 1954: 765) e foi inicialmente mantida pela União Brasileira de Ensino e Educação ligada aos Irmãos Maristas.

O Museu, desde a sua reorganização em 1939, tornou-se uma extensão da Faculdade graças às instalações laboratoriais nele criadas e a ela disponibilizadas.

Esse grupo constituiu, também, o Conselho Administrativo, para o qual, de acordo com o Regimento, foi eleito como seu primeiro presidente Arthur Martins Franco. Na presidência do Conselho, revezavam-se anualmente os seus membros.

As ações desenvolvidas por esse grupo heterogêneo e autodidata em sua maioria,¹³ para que o projeto de reorganização fosse concretizado em curto espaço de tempo, constam em registros produzidos pelo Museu nesse período. Para o entendimento dessa reconstrução, a qual, em detrimento da própria Casa, propiciou o desenvolvimento de outras instituições dez anos depois, recorri ao Livro de Atas do seu Conselho Administrativo, relatórios e correspondências. Artigos publicados e depoimentos de protagonistas também foram utilizados para a percepção dos acontecimentos.

No Livro de Atas foram narradas 105 sessões do Conselho, abrangendo os anos de 1939 a 1947. Tratam da organização espacial, formação e tratamento das coleções, constituição de equipes, especialização de pessoal, edição de monografias e criação de periódico, organização de biblioteca especializada e planejamento de expansão física, entre outros assuntos.

Ocupando desde 1928 o Palacete Coronel Manoel Macedo, uma vestuta edificação situada à rua Buenos Aires nº 200, no bairro Batel, a sua adaptação para as necessidades expositivas conforme as concepções museológicas do diretor e chefes de Seções, exigiu o máximo empenho de todos, uma vez que haviam decidido franqueá-las à visitação pública ainda em 1939. A primeira data estipulada, de 2 de dezembro daquele ano, teve de ser postergada para o dia 16 do mesmo mês (ATA 12, 14.01.40). Com essa alteração, pôde o Museu contar com a presença do interventor no ato solene de inauguração.

A substituição dos mostruários obsoletos ou atacados por térmitas, foi iniciada nessa ocasião e prosseguiu nos anos seguintes pelos mesmos motivos ou devido à necessidade da montagem de novas salas. Os móveis utilizados, de madeira e vidro, eram planejados pelos chefes de seções. Produziam-nos empresas especializadas locais. A decisão da sua execução dependia da aprovação do Conselho, o qual também elegia como vencedora a melhor proposta apresentada pelos fabricantes. Móveis metálicos, representados por prateleiras para a biblioteca, arquivos para documentos e caixas para acondicionar excicatas, poucas vezes foram adquiridos; passaram a ser usados com mais frequência após a 2ª Guerra Mundial, com o barateamento da matéria-prima.

¹³ Desde 1937 o pe. Jesus Moure realizava, em São Paulo, cursos de aperfeiçoamento nas áreas de Zoologia Geral, Anatomia Comparada e Biologia Marinha com Frederico Lane, Ernesto Marcus e Paulo Sawaya (CURRÍCULO de Moure arquivado no CEPA/UFPR).

As homenagens prestadas pelos antigos diretores, designando como patronos das salas de exposição pessoas que se destacaram nos campos das ciências naturais e humanas, preferentemente do Paraná ou que nele tivessem atuado, foram mantidos. Nas duas salas dedicadas à Zoologia, foram homenageados Adolpho Lamenha Lins e Guido Straube; na de Botânica, Per Carl Dusén; na de Etnografia Indígena, Telemaco Borba e, na de Numismática, José Cândido da Silva Muricy (ATA 1, 22.6.39). Com a montagem da sala de Armas, em 1941, a homenagem coube ao historiador Francisco Negrão e, em 1942, na segunda sala de Etnografia Indígena, o frei Luiz de Cemitille.

Grandes doadores também foram homenageados, como o coronel Temístocles Paes de Souza Brasil na exposição de Etnografia Indígena Amazônica, organizada com o material por ele cedido (ATA 51, 11.01.43).

Às vezes, estratégias eram desenvolvidas para a incorporação de acervos. Os documentos reunidos pelo destacado historiador Moyses Marcondes e em poder de sua viúva, motivaram a criação antecipada de uma sala em sua memória (ATA 35, 30.10.41).

Igualmente mantido foi o costume de associar nomes de doadores às peças expostas. Essa norma não foi sempre obedecida, uma vez que, em 16 de julho de 1947 (ATA 104), o Conselho tratou das crescentes reclamações de doadores ao não verem seus nomes ao lado dos objetos cedidos. Foi decidido, para contornar o problema, que o Museu realizaria exposições temporárias no saguão com as aquisições recentes acompanhadas dos nomes dos respectivos colaboradores.

Tal falha, entretanto, já poderia estar sinalizando o desencanto dos conselheiros e dos demais pesquisadores em virtude das crescentes dificuldades enfrentadas pela Casa junto à esfera estadual.

As doações, feitas por populares, autoridades e pelos próprios membros do Museu que mantinham peças ou coleções em suas casas,¹⁴ passaram a ser sistematicamente registradas nas atas do Conselho. Não queriam, os novos gestores, repetir os erros cometidos no passado, quando boa parte do acervo foi incorporado sem as devidas anotações. Em uma das mais extensas atas do livro, redigida por Loureiro Fernandes como secretário *ad-hoc*, foram expostas as falhas perpetradas pelos administradores que sucederam os fundadores, falhas decorrentes, principalmente, da deficiente infraestrutura. A Coleção Telemaco Borba, por

¹⁴ O regimento interno do Museu, que começou a ser elaborado em 1940, proibiu a formação de coleções particulares por seus integrantes. João Tenius, administrador do Museu entre 1931 e 1936 e que nele permaneceu como técnico até a sua aposentadoria em meados da década seguinte, mantinha um museu paralelo nos porões da Casa, para o qual desviava os visitantes da exposição oficial. No seu museu encontravam-se peças arqueológicas que reunira na região paranaense de União da Vitória em 1920 (SILVA, 1933: 155).

exemplo, não havia merecido “*um arrolamento condigno*”. (ATA 20, 17.09.40). A crítica de Fernandes, embora de caráter reservado, para o conhecimento do Conselho, estava sendo registrada “*no intuito de deixar à posteridade elementos para que possa julgar*”.

Livros para o tombamento do acervo nas respectivas seções, foram instituídos em 1942.

Adquirindo novamente visibilidade perante à sociedade após a inauguração das exposições em fins de 1939, o Museu passou a receber numerosas doações, como a do bastão que o pai-bang Kaingáng Arakxó entregara a Telemaco Borba e que era mantido por sua filha; de peças arqueológicas, etnográficas e históricas oferecidas por Guilherme Tiburtius e seus filhos; de arcos e flechas colecionados por Alfredo Heissler; de material cerâmico e lítico procedente do Pará, Mato Grosso e Paraná, por Adriano Robine. Urnas funerárias encontradas no Município paranaense de Cornélio Procópio, foram cedidas por Pinto Rebello, encarregando-se do seu transporte até Curitiba, o Departamento de Viação e Obras do Estado (ATA 6, 24.08.39).

Aos doadores, o Conselho emitia ofícios de agradecimento. O crescente volume de ofertas, porém, obrigou a adoção de formulário impresso para tal fim (ATA 87, 24.12.45).

Instituições e órgãos públicos passaram a encaminhar importantes coleções para o Museu. Entre elas, destacaram-se a de fósseis e conchas de moluscos do Departamento Nacional de Produção Mineral; de insetos, ofertada pelo Colégio Clareteano; de sabre japonês confiscado pela Delegacia de Ordem Pública e Social; de moedas uruguaias cedidas pelo vice-cônsul daquele país no Paraná e de moedas brasileiras que se encontravam na Secretaria da Fazenda.

Coleções também foram compradas. Assim, acervos arqueológicos etnográficos, zoológicos, botânicos e históricos, representados por lâminas de machados, pontas de flechas, recipientes cerâmicos, arcos, cestos, crânios de animais silvestres, excicatas, louças, trajes, armas e pinturas, foram incorporados à Casa. Os valores pagos foram especificados nas atas em que os itens foram arrolados (p. ex.: ATA 83, de 23.08.45).

Os conselheiros preocupavam-se com a qualidade e o estado de conservação das coleções oferecidas para venda, assim como com a sua autenticidade e origem; recusavam-se a negociá-las quando os ofertantes não comprovavam a sua posse legal. A coleção zoológica e etnográfica proposta para venda pela Sociedade Livonius, de Blumenau, revelou-se inservível para os propósitos do Museu. Do seu exame procedido no local por membros do Conselho, resultou um laudo técnico transcrito na Ata 37 (02.12.41). Entretanto, como algumas peças etnográficas pudessem ser aproveitadas depois de restauradas, foi apresentada uma proposta

no valor de “*dois contos e vinte mil réis*” por estas e outra de “*tres contos de réis*” por toda a coleção. Para a aquisição de importante acervo entomológico do Colégio Claretano, o Museu dispendeu a soma de Cr\$ 19.500,00. Essa importância representava uma redução na proposta inicial feita pelo colégio, e apesar das negociações enfrentarem a concorrência de interessado de São Paulo (ATA 99, 23.02.47).

O recurso da contraproposta era usual nessas operações comerciais. Diante do oferecimento de uma espada do Segundo Império no Brasil por duzentos cruzeiros, o Conselho contrapropôs a quantia de cem cruzeiros (ATA 79, 10.05.45).

Trocas de peças também costumavam ocorrer. Possuindo várias duplicatas de pratos de porcelana com o brasão do Barão de Antonina, o Conselho concordou com a permuta de um deles por outro, igualmente de porcelana, mas com o brasão do Marquês do Paraná, desde que o proponente, caso viesse a se desfazer de sua coleção de objetos históricos, o prato retornasse ao acervo do Museu (ATA 12, 14.01.40). O possuidor de uma moeda de ouro portuguesa adaptada como abotoadura, propôs a sua troca pelo peso correspondente em ouro 18k (ATA 27, 30.03.41). Na mesma ocasião, sobre as moedas de ouro pronunciou-se o conselheiro responsável pela seção de Numismática, dizendo que estas eram fundidas por joalheiros e dentistas para o seu aproveitamento, causando prejuízo para a história. Dessa intervenção resultou um movimento para que o Museu recebesse do Estado as moedas de ouro doadas pelo povo em 1930, como contribuição para o pagamento da dívida externa do Paraná.

João Alfredo Rohr,¹⁵ que reorganizava o Museu de História Natural do Ginásio Catarinense, apresentou proposta para trocar peles de garças ou socós pelas de araras disponíveis em duplicata no Museu Paranaense. Caso a troca não fosse aprovada, dispunha-se a comprá-las, inclusive pagando pelo serviço de montagem do taxidermista da Casa (ATA 86, 15.11.45).

Atentos, os conselheiros esforçavam-se para incorporar ao acervo da Instituição itens abandonados ou que eram noticiados pela imprensa. Os canhões e respectivas balas desprezadas na Fortaleza da Ilha do Mel em Paranaguá, foram solicitados ao Comando Militar da Região (ATA 3, 20.07.39). A aquisição de um pássaro não classificado capturado na localidade de Irati e de um gato-do-mato albino abatido no interior, apesar da insistência, somente foi concretizada no segundo caso; o proprietário da ave recusou-se a vendê-la (ATAS 22, 28.11.40 e 87, 24.12.45). Panela de barro contendo moedas não muito antigas, encontrada

¹⁵ O padre Rohr tornou-se um atuante arqueólogo em Santa Catarina, destacando-se na luta em defesa do patrimônio arqueológico.

por funcionários da Prefeitura de Curitiba durante a urbanização do Alto do São Francisco, também frustrou a iniciativa do Conselho, uma vez que a ele não foi encaminhada (ATA 99, 23.02.47).

Um acordo celebrado com a direção do Passeio Público de Curitiba, possibilitou que os animais mortos naquele zoológico fossem destinados ao Museu, para o seu aproveitamento nas exposições. Uma proposta do Jardim Zoológico de Rio do Testo, em Santa Catarina, para a troca de animais vivos por peles tratadas, porém, foi recusada uma vez que o Museu, desde 1928, não mantinha mais animais em cativeiro (ATA 87, 24.12.45).

Além do auxílio prestado por inspetores do Departamento de Terras e Colonização na coleta de amostras minerais e de peças arqueológicas e etnográficas, em decorrência da lei de autoria de Romário Martins e sancionada em 1904, o Museu contava com outros colaboradores externos para a mesma atividade. No Município de Reserva, Manoel Antônio Gomes contribuía localizando sítios arqueológicos (ATA 30, 05.06.41), Joannes Röhl prontificava-se a fornecer espécimes zoológicos da região catarinense de Blumenau (ATA 37, 02.12.41) e Paulo Graf, residente em Rio do Sul, também em Santa Catarina, propunha-se a coletar material etnográfico para as coleções do Museu (ATA 101, 29.05.47). Os religiosos do Convento dos Frades Pregadores de São Paulo, depois de receberem as publicações do Museu, dispuseram-se a encaminhar peças etnográficas coletadas entre os índios de suas missões em Conceição do Araguaia (ATA 105, 11.09.47).

Oferecimentos para classificação de coleções zoológicas e botânicas do Museu eram, igualmente, numerosos. Procediam de pessoas residentes em vários pontos do Brasil. Apenas um desses oferecimentos deixou de ser atendido porque a Instituição possuía apenas três insetos da ordem Neuroptera solicitados (ATA 91, 16.05.46).

A pinacoteca, iniciada pelos antigos diretores, foi incrementada por meio de aquisições e encomendas. As telas existentes, inclusive as de Alfredo Andersen, foram restauradas recorrendo, o Conselho, para os serviços de Ernesto Altini de São Paulo. As aquisições eram submetidas a exames prévios por especialistas locais e de outros estados. Quadros eram encomendados a consagrados pintores locais, como Maria Amélia de Assumpção e Guido Viaro. Este retratou a antiga Igreja Matriz e o primeiro palácio do Governo Provincial do Paraná. Maria Amélia, ao concluir o quadro encomendado do sertanista Joaquim Francisco Lopes, optou pela sua doação ao Museu (ATA 20, 17.09.40).

Entre as pessoas que enriqueceram o acervo do Museu, selecionei duas para apreciação dos processos de incorporação. Uma delas, André Mayer, taxidermista especializado na Alemanha, foi contratado como auxiliar-técnico em princípios de 1940;

desenvolveu intensa atividade de coleta de peles, sua preparação e montagem para as exposições.

Programando suas excursões nos períodos em que a fauna não procriava, realizava caçadas em diversas regiões florestadas do Paraná, como nos vales dos rios Tibagi, Ivaí, Paraná e Iguaçu. Abatia espécimes também nos Campos Gerais e no litoral. Atuava geralmente acompanhado por um ou dois auxiliares recrutados em Curitiba ou nos locais de caçada, mas integrava-se, em certas ocasiões, às excursões organizadas pelos conselheiros. Uma de suas viagens, a direcionada aos vales do Ivaí e Paraná, foi programada para os meses de junho e julho de 1945 (ATA 78, 26.04.45).

Apesar de também exercer particularmente a sua profissão, ao ser convidado pelo prefeito de Bocaiuva do Sul para participar de viagem com técnicos daquele município vizinho de Curitiba, Mayer solicitou e obteve o aval do Conselho para realizá-la, dela resultando, como compensação, uma nova coleção de peles para o Museu (ATA 24, 02.02.41).

A sua crescente produção levou à gradativa eliminação das antigas peças taxidermizadas, *“infestadas por larvas de insetos daninhos constituindo ameaça para a boa conservação das outras”*. (ATA 43, 21.05.42).

Obrigou, também, a instalação de uma oficina de preparação de peles no porão do prédio (ATA 97, 26.04.45). Dotada de lixadeira motorizada, a oficina acelerou o moroso serviço antes praticado pelo taxidermista em sua residência.

Para o desempenho das atividades de campo, o Conselho autorizava a aquisição de armas apropriadas, munições, redes e armadilhas solicitadas pelo auxiliar-técnico. Uma Winchester foi comprada para o abate de onças em Campo Mourão. Armas usadas chegaram a ser incorporadas porque atendiam às suas necessidades e não eram disponíveis no comércio; assim, uma espingarda de três canos, indicada para as caçadas no alto rio Paraná, foi negociada com morador de Castro (ATA 17, 26.05.40). Esse tipo de arma também não pôde ser fornecido pela Chefatura de Polícia do Paraná, órgão que costumava atender os pedidos do Museu.

Sendo estrangeiro, Mayer enfrentava restrições para circular com armas durante a Segunda Guerra, obstáculo removido pelo Conselho junto à Delegacia de Ordem Política e Social, da qual o taxidermista obteve autorização de porte (ATA 30, 05.06.41).

Reconhecendo que o Museu não dispunha de um “naturalista-viajante”, função acumulada por Mayer, mas com vencimentos de auxiliar-técnico, o Conselho procurava compensá-lo fornecendo diárias de campo extras (ATA 6, 24.08.39). A remuneração final,

entretanto, não o satisfazia, levando-o a manifestar-se pela não renovação do contrato nessas condições. Contornado o impasse, com o reforço orçamentário conseguido para atender sua reivindicação, novo surgiu durante a tramitação do processo de renovação. A Secretaria do Interior e Justiça apontou a falta, entre os documentos do interessado, do Certificado de Reservista (ATA 36, 13.11.41). O memorial encaminhado a seguir pelo Conselho àquela secretaria, sobre o relevante papel desempenhado pelo taxidermista no Museu, surtiu efeito quase dois anos depois, quando Mayer, tendo “*satisfeito as exigências legais de naturalização e achar-se quites com o serviço militar*”, foi autorizado a assinar o contrato (ATA 58, 07.07.43).

A sua competência, muitas vezes explicitada nas atas e em correspondências, também era reconhecida externamente. Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, chegou a solicitar ao Museu Paranaense a cooperação de Mayer nas excursões que aquela Instituição planejava (ATA 22, 28.11.40).¹⁶ O recém-criado Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná, igualmente passou a requisitar ao Conselho os serviços do taxidermista (ATA 89, 02.03.46). Algumas das magníficas peças por ele processadas e ambientadas foram divulgadas no volume 6, estampas 15 e 16, dos “Arquivos do Museu Paranaense”.

A pesquisadora austríaca Wanda Hanke destacou-se entre os fornecedores de material etnográfico para o Museu. Tendo recebido a oferta de uma coleção por ela organizada na Bolívia, seu diretor, depois de obter do Conselho Brasileiro de Fiscalização de Expedições Científicas e Artísticas o esclarecimento de que tal operação, por envolver peças estrangeiras a ele não competia, encaminhou o assunto para deliberação no Conselho Administrativo, sendo autorizado a comprá-la (ATA 27, 30.03.41). Apesar do posicionamento do Conselho de Fiscalização, Loureiro Fernandes recorreu, por intermédio do secretário do Interior e Justiça, ao Cônsul Geral do Brasil em La Paz para o desembaraço do acervo de Hanke (ATA 32, 31.07.41). Encaminhada para Corumbá, a coleção foi transportada para Curitiba, via correio aéreo militar.

Junto com as peças destinadas ao Museu, vieram outras que a pesquisadora reservara para Eugen George, o qual, no momento e por questões políticas encontrava-se detido. Com a

¹⁶ Posteriormente, por telegrama, a diretora do Museu Nacional consultava Fernandes sobre a possibilidade de o taxidermista do Museu Paranaense lá permanecer por um ano. Aquele museu planejava novas exposições e, para implantá-las, solicitava-se a colaboração de Mayer nos trabalhos de taxidermia e osteologia (TELEGRAMA de Torres para Fernandes, 22.11.44 - CEPA). Essa solicitação não deve ter sido atendida, pois, nas atas de 1945, Mayer foi mencionado várias vezes em atividades pelo interior do Paraná.

aquiescência da Delegacia de Ordem Pública e Social, a Instituição incumbiu-se da guarda do acervo que não lhe pertencia ficando, porém, o seu destinatário, ao ser libertado, obrigado ao ressarcimento da parte que lhe cabia nas despesas de transporte (ATA 41, 23.04.42).

De Corumbá, até princípios de 1943, a pesquisadora continuou remetendo peças etnográficas para o Museu. As atas desse período especificam as quantias a ela enviadas em pagamento das coleções. Tais pagamentos, como subvenção, possibilitavam a continuidade de seus trabalhos.

Wanda Hanke também colaborava com os Arquivos do Museu Paranaense encaminhando, desde 1942, artigos para publicação. Seu primeiro texto, divulgado no volume 2 do periódico, enfocou os índios “Cadivens y Terenos” por ela estudados no sul do Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul). Deles provieram várias peças comercializadas, algumas ilustrando o seu artigo, mas já como pertencentes ao Museu Paranaense. Nos volumes 6 e 8 divulgou notas e vocabulários colhidos entre os “Botocudos” de Santa Catarina e dos “Caingangues” das serras do Xagu e de Apucarana, no Paraná.

Acervos também foram reunidos pelos conselheiros do Museu quando passaram a desenvolver pesquisas de campo. Entre 1939 e 1943, as suas excursões direcionavam-se ao litoral e depois para outras regiões do planalto paranaense. Comprometidos com atividades particulares durante a semana, a eles restavam os sábados e domingos para as pesquisas de campo. Diárias previstas no orçamento da Instituição, ressarciam as suas despesas. O veículo destinado ao transporte da equipe, era requisitado a órgãos governamentais, mas como deveria ser conduzido por motorista da repartição de origem, que não trabalhava nos fins de semana, o pedido sofria restrições. Nesses momentos, conforme depoimento do então assistente da Seção de Zoologia, Rudolf Bruno Lange (2005: 31), Fernandes valia-se de seu prestígio junto ao interventor Manoel Ribas ou governador Moysés Lupion para, telefonicamente, deles obter a autorização de uso do veículo. Carroças chegaram a ser utilizadas pelos conselheiros para o acesso a pontos afastados nas praias (DEPOIMENTO de Bigarella, 2005: 22).

Para os deslocamentos pelas baías e rios adjacentes, locavam canoas ou lanchas, juntamente com seus pilotos ou práticos. Guias e auxiliares eram arregimentados nos locais de trabalho, e remunerados mediante assinatura de recibos.

As pesquisas, em função da precariedade das vias de comunicação e do equipamento utilizado, envolviam riscos. Na Ata 77 (01.03.45), foi relatado um acidente ocorrido com a equipe formada por Loureiro Fernandes, Otorino de Fiore, Felix Rawitcher, Aylton Joly e Manoel L. Fernandes, além de Salvador, chofer do Estado e o prático Paranhos. Embarcados em canoa impulsionada por motor de popa adquirido de segunda mão pelo Museu, com a

falha deste, acabaram naufragando no meio da baía de Guaratuba. Ficaram à deriva por 40 minutos, sendo salvos por pescadores dos arredores. Perderam vários objetos que transportavam; na Ata foram mencionados uma espingarda e trena do Museu e a bússola de geólogo de Fiore. Fernandes perdeu a máquina fotográfica que emprestara do Departamento de Terras e Colonização, prejuízo compensado posteriormente junto àquele órgão governamental.

O objetivo da excursão, a constatação do Sambaqui do Boguaçu, foi alcançado logo depois com o aluguel de lancha. O acontecido, porém, levou o Conselho a encaminhar um memorial ao Governo, expondo o caso e solicitando a instituição de Seguro de Vida para os chefes de seções e o “*aparelhamento [adequado] para determinadas excursões*”. Ainda na mesma Ata, Fernandes declarou que “*não assumirá a responsabilidade nem tomará parte em futuras excursões do Museu*”, se as reivindicações do Conselho não forem acatadas.

Além de carteiras de identidade especiais, fornecidas pelo órgão de segurança do Estado para uso dos chefes de seções, assistentes e auxiliares-voluntários do Museu em campo (ATA 33, 04.09.41), o Conselho deliberou também sobre a conveniência deles utilizarem uniformes nas atividades externas (ATA 67, 02.06.44). Uma foto incluída no depoimento de Bigarella (2005: 22), mostra-os trajando uniformes durante pesquisa em 1944 (Foto 1).



Foto 1. Equipe do Museu Paranaense trajando uniformes. Excursão à Praia de Leste, em 1944 (Fonte BIGARELLA, 2005:22).

Desde 1940 os chefes de seções contavam com a colaboração de especialistas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo nas suas abordagens. Na Ata 22 (28.11.40), consta o relato de Fernandes sobre o contato mantido com os pesquisadores de São Paulo dispostos a cooperar para a intensificação dos estudos de geologia, flora e fauna no Paraná, desde que o “*Estado assegure a estadia dos referidos professores nas zonas de estudo durante o período de colheita do material*”. Adiantando, comunicou que o primeiro volume dos “Arquivos do Museu Paranaense” publicará o artigo de Ernest Marcus sobre os “Bryozoários marinhos do litoral paranaense” e o de Paulo Sawaya sobre “Tatuiras de Caiobá”, ambos resultantes das pesquisas que realizaram no mês passado. Frisou, a seguir, que esta era “*uma feliz oportunidade de trazer a público valiosos trabalhos, [uma] oportunidade que não se deve perder por constituir uma base notável para futuros estudos científicos em nosso Estado*”.

O apoio governamental foi conseguido, pois, para as pesquisas programadas em 1942, e das quais participaram Paulo Sawaya, João de Paiva Carvalho, Erasmo Mendes e João Eufrosino, Fernandes foi autorizado pelo Conselho para alugar casa em Caiobá e fazer as necessárias despesas de campo (ATA 49, 16.11.42).¹⁷

Na Ata seguinte, de 30.12.42, Fernandes prestou contas dos gastos, que totalizaram Cr\$ 3.841,90. Os recibos arrolados, referiam-se a despesas feitas com a hospedagem do pessoal de São Paulo em Curitiba, passagens de ônibus para o litoral, aluguel de canoas, lanchas e carroças, aluguel de cães (utilizados nas caçadas de Mayer), combustíveis e produtos químicos, filmes para documentação cinematográfica, tábuas (para confecção de caixas destinados ao transporte de peças coletadas por Fernandes no Sambaqui de Matinhos) e diárias de campo. Estas haviam sido fixadas pelo Conselho no valor unitário de Cr\$ 16,00. Não constou da relação de despesas o aluguel de casa em Caiobá.

Na avaliação de Bigarella, com o trabalho integrado instituído no Museu, “*surgiram diretrizes e uma nova visão do que seria um conceito inovador de universidade no Brasil*”, [uma ideia adotada] “*no Instituto de Geologia da Universidade do Paraná, nas décadas de 50, 60 e 70*”. (DEPOIMENTO de Bigarella, 2005: 23).

Professores e pesquisadores egressos da Faculdade de Filosofia e de outras faculdades do Paraná passaram a ser admitidos nas seções do Museu, como auxiliares-voluntários e

¹⁷ As excursões organizadas pelo Museu para também atender os anseios do grupo de São Paulo, tornaram-se mais frequentes nos anos seguintes. As planejadas para meados de 1944, compreenderam atividades nos arredores de Caiobá, entre 22 de junho e 2 de julho, na área de Guaraqueçaba, entre 3 e 8 de julho e na Ilha de Superaguí, entre 9 e 12 do mesmo mês (ATA 69, 15.04.44). Isto significou a movimentação dos pesquisadores desde a baía de Guaratuba, no sul da faixa litorânea paranaense, até a de Guaraqueçaba, na fronteira norte.

assistentes-voluntários. Poucas vezes a administração da Casa conseguiu que alguns deles fossem nomeados e remunerados pelo Estado. Somente em meados de 1941 foram admitidos os voluntários Frederico Waldemar Langue, Julio Estrela Moreira, Heitor Rodrigues Jr., Rudolf Bruno Lange, Gert Günter Hatschbach, Enio Neves Labatut, Joran Leprevost, Orlando Freitas, Carlos Hintz Franco, Máximo Pinheiro Lima e Rosário Farani Mansur Guérios (ATA 30, 30.05.41). Nos anos seguintes, novos voluntários foram incorporados, às vezes para substituir os que, por vários motivos, da Casa se afastavam.

Essa conjuntura, embora favorecesse os anseios dos voluntários, angustiava os conselheiros, que para o Museu desejavam profissionais efetivados pelo Governo. Em 1947, Fernandes comunicou ao Conselho os entendimentos mantidos com o governador para a criação do quadro de pessoal técnico. Na época, o Museu contava com 19 cargos honoríficos e 4 efetivos (ATA 100, 19.04.47).

Criavam-se, oportunidades para que voluntários participassem dos trabalhos de campo e laboratório desenvolvidos pelos chefes de seções e também daqueles executados pelos especialistas de São Paulo. Esse afluxo ocasionou desdobramentos das seções originais, a criação de novos laboratórios e a aquisição de instrumentos necessários para o seu funcionamento.

Carlos Stellfeld, admitido em 1941 como assistente-voluntário na Seção de Botânica encarregou-se, a seguir, da Sub-seção de Biologia Vegetal, criada em função da sua presença (ATA 34, 02.10.41). A colaboração iniciada pelo engenheiro Vladimir Kozák em 1946, quando passou a documentar por meio de fotos e filmes cinematográficos as pesquisas realizadas ou facilitadas pelo Museu, como a desenvolvida por Emilio Willems na baía de Paranaguá, nele instalou, no ano seguinte, a Seção de Cine Educativo. Antes de Kozák a documentação cine-fotográfica era executada pelos próprios excursionistas ou encomendadas a profissionais. Entre estes, destacavam-se Afonso Wishrall e João Groff. Em 1941, Groff filmou as Cavalhadas de Guarapuava e a cerimônia dos Kaingáng em Palmas.

Os contatos mantidos pelos integrantes do Museu com os especialistas externos durante suas pesquisas no Paraná, propiciaram a alguns deles estágios na Faculdade de Filosofia de São Paulo. Assim, os assistentes-voluntários Rudolf Bruno Lange e Ralph João Jorge Hertel, autorizados pelo Conselho e contando com apoio governamental, estagiaram naquela Faculdade “*afim de tomar conhecimento dos métodos de preparo e conservação de material*”. (ATA 62, 11.11.43). Regressaram no ano seguinte, portando certificados fornecidos por Paulo Sawaya, Ernest Marcus e Felix Rawitcher (ATA 64, 14.02.44). Lange

também participou do “Curso de Biologia Marinha”, ministrado por Sawaya na “*Ilha das Palmas na Baía de Santos*”. (ATA 78, 26.04.45).

No âmbito do Museu, em 1944, o Conselho havia deliberado sobre a criação de um “Curso de Taxidermia” (ATA 70, 21.09.44), que ficaria a cargo de seu especialista André Mayer.

O mesmo esforço dispensado pelos conselheiros para que as exposições fossem rapidamente disponibilizadas ao público e para que o volumoso acervo fosse trabalhado por pessoal qualificado, foi empregado na organização de biblioteca especializada, por eles considerada como de capital importância para o desenvolvimento das pesquisas. Nos orçamentos anuais, consideráveis verbas destinavam-se ao atendimento da biblioteca. Os títulos arrolados pelos chefes de seções, auxiliares e assistentes, eram submetidos à apreciação dos conselheiros, os quais, deliberando sobre a sua aplicabilidade às necessidades da Instituição, encomendavam-nos aos editores ou a livreiros do país, que os importavam, pois eram, na maioria, livros e periódicos estrangeiros. Ao serem recebidas e apreciadas pelos conselheiros, as publicações eram registradas no próprio Livro de Atas e destinadas à biblioteca, delas se tornando responsáveis os chefes de seções. Apenas uma Ata (104, 16.07.47), menciona o desaparecimento de alguns livros.

Obras raras eram procuradas em “antiquários” de São Paulo e Rio de Janeiro. Recorriam, também, à microfilmagem de textos que não podiam ser obtidos de outra forma (ATA 72, 19.10.44). Publicações de cunho científico, confiscadas de estrangeiros ou de suas sociedades culturais e recreativas durante a Segunda Guerra, foram encaminhadas ao Museu pela Delegacia de Ordem Política e Social (ATA 81, 28.06.45). A “*Flora Brasiliensis*” de Martius, que fôra retirada da antiga biblioteca e depositada no Ginásio Paranaense em 1901, depois de gestões da nova diretoria, foi reincorporada à Casa (ATA 17, 26.05.40).

O admirável crescimento da biblioteca, constatado pelos sucessivos registros,¹⁸ sofreu um momentâneo impacto com a proibição governamental de sua importação (ATA 104, 16.07.47), restrição suspensa logo após para os livros científicos.

Permutas foram incrementadas com o início da publicação dos “Arquivos do Museu Paranaense, em 1941. Anteriormente, as permutas eram alimentadas apenas por poucas monografias de história. Nos Arquivos passaram a ser divulgados os resultados dos trabalhos desenvolvidos nos campos abrangidos pelas seções da Instituição, aos quais se dedicavam seus membros e colaboradores externos.

¹⁸ Na Ata 28 (28.04.41), por exemplo, foram relacionados 57 títulos, entre livros e periódicos adquiridos.

Em relatório retrospectivo (1937-1947), encaminhado no início do primeiro mandato do governador Moysés Lupion, Fernandes, ao resumir as atividades do ano de 1941, frisou que:

Merece a publicação do primeiro volume dos “Arquivos” em Junho [...], uma particular referencia pois o Museu nunca editou uma publicação periódica cujo carater científico pudesse favorecer sua permuta com publicações similares de instituições congêneres nacionais e estrangeiras. Sobrestimo particularmente, por ser um meio pelo qual foi possível incrementar os estudos serios sobre a terra e o homem paranaense, contribuindo favoravelmente para maior renome científico do Estado (RELATÓRIO de Fernandes para Lupion, 1947).

A série original dos “Arquivos” comportou 10 volumes. Os dois últimos, de 1952 e 1954, foram publicados quando o Museu estava sob mandato universitário. José Loureiro Fernandes foi o editor dos volumes 1, 2, 5 e 6, Arthur Martins Franco dos volumes 3 e 4, Julio Moreira do 7, Carlos Stellfeld do 8, Jesus Moure do 9 e Frederico Waldemar Lange do 10. Neles, predominaram os textos relacionados à história natural. Para a elaboração destes e dos vinculados a outras áreas atendidas pelo Museu, os autores valeram-se, principalmente, de dados coletados no Paraná. Entre os autores, os paranaenses sobrepujaram os paulistas representando, esses dois grupos, a grande maioria dos colaboradores do periódico.

Os textos afetos à Seção de Antropologia foram poucos, correspondendo a 20% do total das contribuições, muitos deles devidos aos trabalhos de Wanda Hanke. Nos divulgados por Fernandes, “Os Caingangues de Palmas” (1941:161) e “Contribuição à geografia da Praia de Leste” (1947: 3), poucas referências foram feitas a sítios ou artefatos arqueológicos. Os resultados parciais das pesquisas que realizou no Sambaqui de Matinhos na década de 1940, das quais tratarei adiante, somente foram publicados por Fernandes (1955: 579) na década seguinte, quando se dedicava mais à Universidade do Paraná.

2.2 O DESENVOLVIMENTO DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO MUSEU PARANAENSE

José Loureiro Fernandes, como diretor do Museu ou como membro do seu Conselho, foi o organizador das excursões que visavam sítios arqueológicos, mesmo que delas participassem conselheiros interessados em outros assuntos nas áreas percorridas.

Sobre a primeira pesquisa de campo da Instituição, realizada por Fernandes para o estudo dos “túmulos da Pedra Branca” na baía de Guaraqueçaba, não foi localizado relatório por ele produzido. Os percursos fluvial e terrestre, entretanto, feitos em 1939 desde o porto da cidade de Guaraqueçaba até a localidade de Pedra Branca na serra Negra, incluindo a constatação de restos ósseos humanos em abrigos calcáreos, foram documentados por meio de filme cinematográfico.¹⁹ O conselheiro Antônio Martins Franco, que da expedição participou como botânico, entre as considerações feitas do seu campo de atividade, mencionou que:

estamos agora em face ao paredão que se ergue a prumo, alvacente e grande [no qual] sabíamos, por testemunha insuspeita e presente, que [...] existiam cavidades [...] que permitiam entrada franca de diversas pessoas e onde se achavam sepultados esqueletos completos que, contados pelos ossos ímpares, perfaziam o elevado número de oitenta, alguns ainda envoltos na trama grosseira da mortalha tecida com cascas de cipó imbê (FRANCO 1941: 141).

Prosseguindo, o autor esclareceu que o local havia sido dinamitado poucos anos antes, por “*estrangeiros sem escrúpulos, no pressuposto de tesouros ocultos*”. Complementando, informou que dos “*túmulos [...] ainda restavam nichos que mal abrigam tíbias e fêmures*”.

Loureiro associava o local a quilombo, conclusão a que também havia chegado Antônio Franco (Id.: 140), talvez influenciado por comentários feitos por aquele na ocasião.

Em 23 de agosto de 1946, ao encaminhar ofício para o presidente do Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil, protestando contra a destruição de sambaquis por colecionadores estrangeiros, classificados como “*investigadores improvisados, levados pelo espírito de aventura*”, e denunciando a expedição noticiada por jornais, rumo às ruínas de Vila Rica do Espírito Santo, em cujo rol de participantes não encontrava nomes credenciados para a realização de investigações nas “*ruínas de tão alto*

¹⁹ O filme, em preto e branco, bitola 16mm e com duração de 11 minutos, pertence ao acervo do CEPA/UFPR. Foi reproduzido em VHS e, posteriormente, informatizado.

interesse histórico”, Loureiro lembrou a destruição dos túmulos da Pedra Branca (OFÍCIO nº 113, de Fernandes para Gomes, 23.08.46).

Ao publicar sua “Geografia da Praia de Leste”, monografia premiada pelo Conselho Nacional de Geografia em 1942, Fernandes, depois de fazer algumas considerações sobre os sambaquis até então visitados, comentou a destruição dos que estavam situados nas proximidades da Estrada do Mar (1947: 14). Construída em 1926, a estrada teve o seu leito pavimentado com o material conchífero de sambaquis demolidos. Em vários deles recolheu restos ósseos humanos e artefatos líticos.

Nas atas do Conselho, redigidas entre fins de 1942 e princípios de 1943 existem referências a um sambaqui encontrado intacto ao lado da Estrada do Mar e outro em Saquarema, um distrito de Paranaguá, para cujos atendimentos Fernandes solicitou recursos financeiros ao Governo. Na Ata 50 (30.12.42), constou a primeira coleta por ele feita no Sambaqui de Matinhos. Constaram, também, suas anotações sobre vários sambaquis visitados nas baías de Guaratuba, Paranaguá e Antonina, inclusive um ao lado da Praia Grande, no Município de Guaratuba.²⁰

No planalto percorreu, em 1948, as ruínas de Cidade Real do Guairá e, desta constatação resultou, por sua iniciativa, a lei estadual nº 33/48 de proteção aos locais que encerravam vestígios das vilas espanholas e reduções jesuíticas (FERNANDES; BLASI, 1956: 73). Pouco antes, a arqueóloga norte-americana Virginia D. Watson havia realizado pesquisas em Cidade Real (1947: 163).

Durante alguns anos, o diretor do Museu Paranaense contou com a colaboração do geólogo italiano Otorino de Fiore, o qual, desde 1937 realizava abordagens em sambaquis de São Paulo. De doador de coleções de conchas marinhas para a Instituição, em 1942, o barão de Fiore passou a participar ou a realizar individualmente excursões que enfocavam sambaquis no Paraná. Existem evidências de que, no início desse relacionamento, Fiore transmitiu a Loureiro, de São Paulo, as experiências que adquirira nas suas pesquisas em sambaquis. Em duas folhas datilografadas, que deveriam estar capeadas por correspondência

²⁰ Em caderneta de campo, Fernandes anotou, quantificando, os sambaquis visitados: 1 em Matinhos, 4 no Guaraguaçu, 2 no São João, 1 no seu afluente, 1 na ilha do Corisco, 1 na ilha do Lessa, 1 na Ponta da Pita, 3 no rio da Praia, 1 no Cambará, 1 no Taboleiro do Casqueiro, 1 na Passagem de Caiobá, 3 na ilha do Mel, 2 no Boguaçu, 1 na antiga fábrica de tanino, 1 em Caieiras, 1 na ilha do “Rato”, 3 em Alexandra e 3 em Guaraqueçaba.

Na mesma caderneta o pesquisador registrou que análises de conglomerados de conchas por ele mandadas fazer em São Paulo, acusaram altos teores de cálcio, fósforo e potássio. Arrolou, a seguir, os sambaquis que conhecia na baía de Guaraqueçaba, cujas valvas de ostras formavam conglomerados: nas ilhas do Pinto, dos Moleques, do Pontal, da Tibicanga, do Guapicu e do Poruquara, além das situadas na barra do rio Guaraqueçaba, no rio Vermelho e na Fazenda Conceição (CADERNETA de campo de Fernandes, 1942/3-CEPA/UFPR).

não localizada, Fiore sintetizou os procedimentos que Loureiro poderia adotar para o “corte dum sambaqui”. (Arquivo do CEPA/UFPR).

O documento não está datado, mas considerando-se a nota de rodapé da folha 2, quando Fiore pede que Loureiro procure no arquivo do Museu as instruções que lhe enviara para coleta de “conchas vivas”, ele deve ter sido redigido entre 1942 e 1944. Somente no início de 1945 e em substituição a Paulo Sawaya, conforme a Ata 76 (01.02.45), Fiore foi convidado para participar das pesquisas programadas no litoral do Paraná passando, ele próprio, a realizar coletas malacológicas nos baixios das baías.

Serviriam as sugestões de procedimentos do documento para dirimir dúvidas que o diretor do Museu tinha com relação a uma abordagem mais aprofundada em sambaquis. Reforça esta hipótese o conselho nele contido para que Loureiro, quando escavasse um sepultamento em posição “estendida”, deveria “*cobrir o esqueleto com taboas, construindo um bom abrigo e mandar-me fotografias para indicar qual é a melhor técnica*”. A técnica referida era a do engessamento para a retirada do bloco.

As orientações do geólogo, ordenadas em 6 itens, versavam sobre os trabalhos iniciais de topografia do sítio e registro das características ambientais do local (solo e vegetação), frisando a importância dos desenhos de perfis dos cortes executados a seguir; as técnicas de escavação adequadas aos “*sambaquis limpos*” e “*sambaquis sujos*”, ou seja, aos sambaquis formados por conchas soltas e aos constituídos por “*conchas pisadas*”, terra e cinzas, adiantando que estes eram os mais “*preciosos, seja para o estudo das faunas, seja para o estudo da civilização*”; a execução de cortes-experimentais, que orientariam as escavações maiores, destacando a importância de ser atingida a base do sítio, a partir da qual obteria a sua “*altura absoluta*”, alertando ainda para a necessidade da adoção de medidas preventivas para evitar acidentes com desabamentos; a coleta e o acondicionamento das evidências arqueológicas, restos faunísticos e sedimentos, advertindo “*que o material de qualquer tipo não deve ser lavado no local e sim enviado sujo ao laboratório*”; a exposição de esqueletos para documentação fotográfica e registro das suas profundidades no sítio, posições e orientações, associação com objetos e “*fogueiras*”, bem como as técnicas de engessamento. Indicou, inclusive, as ferramentas apropriadas para cada operação e a técnica para a separação de elementos da microfauna dos sedimentos.

Fiore, como malacologista, via os sambaquis como sítios excelentes para o estudo da fauna marinha. Quase no final das suas orientações, deixou clara a sua predileção, lembrando a Fernandes “*que os sambaquis são especialmente importantes, em 1º lugar para o estudo das faunas malacológicas e em 2º lugar para o estudo da etnologia*”.

O conteúdo deste documento, como um “curso de métodos e técnicas de escavação”, deve ter contribuído para o êxito das escavações que Fernandes executou poucos anos depois no Sambaqui de Matinhos. Possibilita, por outro lado, o entendimento da arte da arqueologia na primeira metade do século XX em São Paulo e no Paraná. Dado a sua importância, está sendo reproduzido como ANEXO A desta dissertação.

Fiore produziu, em 1945, por solicitação de Loureiro, um texto “*expondo a necessidade e as vantagens de um estudo dos sambaquis do litoral paranaense*”.²¹ (ATA 78, 26.04.45). Apresentado o texto ao Conselho, este deliberou que o assunto fosse encaminhado ao governador e que, para pô-lo em prática, a ele se solicitasse um auxílio na forma de uma gratificação mensal e a cobertura das despesas de campo para o geólogo. Nada resultou de concreto desse encaminhamento.

Condições para que Fiore desenvolvesse trabalhos arqueológicos de maior envergadura no Paraná, entretanto, surgiram logo em seguida, com o acordo celebrado entre o Museu e as indústrias de papel Klabin, para a exploração de sambaquis nos arredores de Alexandra, um distrito de Paranaguá. À Klabin interessava a extração de carbonato de cálcio das conchas para ser utilizado no processo de branqueamento do papel.

Quando o assunto foi submetido à apreciação e deliberação do Conselho, Fernandes esclareceu aos seus pares que “*os sambaquis como jazidas páleo-etnográficas acham-se protegidos por lei mas que poder-se-ia fazer um acordo desde que a exploração econômica fosse condicionada ao interesse da investigação científica*”. (ATA 87, 24.12.45).²²

²¹ No CEPA/UFPR está arquivada a cópia de um texto talvez baseado ou reproduzindo o registrado na ata. Falta-lhe o inventário malacológico mencionado no documento original e também o título, o nome do autor e a data. No cabeçalho, a lápis, Fernandes escreveu: “Prehistoria-Sambaquis”. Esse texto foi datilografado posteriormente, pois as folhas utilizadas trazem o timbre da Secretaria de Educação e Cultura (SEC), um órgão estadual criado em 1947 e estruturado no ano seguinte por Loureiro Fernandes, como seu secretário por curto espaço de tempo.

As seis páginas iniciais de texto tratam de generalidades sobre Paleontologia Humana e Páleo-Etnologia. As seguintes traçam um panorama das pesquisas realizadas no país, inclusive as de Fiore em São Paulo, entre 1937 e 1942, e no Paraná, em 1945 e 1946. Nas páginas finais, o geólogo sugere alguns procedimentos adequados às abordagens em sítios da faixa litorânea e no interior, em aldeias antigas, cemitérios, alinhamentos e inscrições.

É possível ainda, que este texto de 16 páginas tenha derivado do preparado por Fiore para a conferência que proferiu na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em 1946.

²² Esse arranjo foi oficializado mais tarde, no âmbito da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da SEC. Em 1951, graças a iniciativa de Loureiro Fernandes, o Governo do Estado baixou o decreto nº 1.346, que reservava para fins de pesquisa proto-histórica os sambaquis existentes no litoral do Paraná (PARANÁ, 1951). No ano seguinte, o decreto nº 5.405 regulamentou o anterior, estabelecendo que, antes da concessão de licença de exploração de sambaquis para particulares, estes deveriam ser avaliados por técnicos da Divisão do Patrimônio Histórico (PARANÁ, 1952).

Em depoimento, Oldemar Blasi (2005: 380) declarou que, devido a inexistência de arqueólogos na secretaria na época, a iniciativa tornou-se obsoleta. Por solicitação de Fernandes, Blasi acompanhou, por alguns anos, o desmonte de uma dezena de sambaquis recolhendo, para o Museu Paranaense, centenas de peças.

Oldemar Blasi, formado em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia do Paraná, também colaborou com Fernandes na proteção de edificações históricas e, por sua indicação, assumiu a Divisão do

O acordo foi aprovado, sendo Fiore indicado como técnico do Museu para orientar os trabalhos da Klabin e efetuar o registro e coleta do material encontrado durante o desmonte dos sambaquis. Para que ele pudesse morar e trabalhar em campo, evitando demorados deslocamentos a cada dia, barracas foram adquiridas pelo Museu (ATA 93, 11.07.46).

Os resultados dessa atividade são desconhecidos, uma vez que na Ata 99 (23.02.47), Loureiro Fernandes comunicava ao Conselho que “*não obstante haver solicitado [a Fiore] o relatório dos trabalhos realizados nos sambaquis de Alexandra [...], nenhuma resposta recebera a esse respeito*”. No relatório encaminhado em dezembro daquele ano, o diretor do Museu expunha a Gaspar Veloso, Secretário de Educação e Cultura, o não cumprimento do acordo por Fiore (RELATÓRIO DO MP, 17.12.47).

A pesquisa documental não foi aprofundada para que se pudesse esclarecer o motivo ou motivos que levaram a tal desfecho. Um episódio anterior, protagonizado por Fiore, com reflexos constrangedores para o diretor do Museu, poderia ter contribuído para o início do comprometimento da relação. Ao anunciar ao Conselho a descoberta que fizera do Sambaqui do Rio Sagrado, entre Paranaguá e Morretes, Fernandes apresentou recibos dos pagamentos que efetuara para saldar dívidas contraídas pelo geólogo junto a trabalhadores locais (ATA 80, 14.06.45). Eles haviam ajudado Fiore na sua tentativa de localizar o sítio que acabou sendo encontrado por Fernandes.

Em 1946 e 1947 Loureiro Fernandes dedicou-se ao estudo do Sambaqui de Matinhos,²³ situado próximo à praia homônima, ao norte da baía de Guaratuba. O sítio encontrava-se em processo de demolição pelo Departamento de Obras e Viação. Nele, desde 1942, como já se mencionou, ele coletava peças em meio às conchas deslocadas por moradores locais e pela abertura de estrada.

Na caderneta de campo citada acima, encontrei detalhes sobre essa abordagem inicial. Nela, Fernandes anotou que em abril de 1942 Adriano Robine, professor da Faculdade de Filosofia de São Paulo, em férias no local, fizera uma escavação superficial nesse sambaqui e que, em dezembro do mesmo ano, juntamente com outros pesquisadores de São Paulo (ATA

Patrimônio Histórico da SEC. Antes de se tornar diretor do Museu Paranaense em 1967, Blasi teve uma atuação nas pesquisas arqueológicas promovidas pela Universidade do Paraná, chegando a ministrar aulas nos cursos do CEPA/UFPR, do qual foi o segundo Secretário.

²³ Nesse momento, Fiore acompanhava a demolição de sambaquis pelos operários da Klabin e talvez, por isso, Fernandes não tenha a ele solicitado auxílio. É intrigante, porém, o esclarecimento que faz, como justificativa para a sua iniciativa de escavar o Sambaqui de Matinhos, o fato de não contar *o Museu com a colaboração de arqueólogo* (FERNANDES, 1955: 579).

Poucos meses antes do início desses trabalhos, Fernandes havia sido convidado pelo Instituto de Altos Estudos Franco-Brasileiro para integrar a comissão que, liderada por Paul Rivet, realizaria pesquisas em sambaquis do litoral brasileiro (ATA 98, 30.12.46). O diretor do Museu esperava, portanto, a adesão de membros da Comissão Científica Franco-Brasileira às suas escavações.

49 e 50, já comentadas) deu continuidade aos trabalhos iniciados pelo primeiro. Praticaram, então, duas trincheiras em sentido perpendicular à estrada. Em junho de 1943, Fernandes encerrou as escavações nas trincheiras. Nessas pesquisas foram expostos nove enterros, cujas posições e profundidades registrou.

Não dispondo de tempo nem recursos financeiros suficientes para uma escavação continuada e ampla, Loureiro ao sambaqui se dedicou nos finais de semana. Para que essa abordagem intermitente pudesse ocorrer na área de uma estrutura em fase de desmonte, obteve de Osvaldo Lacerda, diretor do Departamento de Obras e Viação, a reserva do espaço situado entre as trincheiras iniciadas em 1942. Além da facilidade de acesso, ao lado da estrada para o Indaial, esse sambaqui foi por ele selecionado entre os vários que conhecia porque encerrava muitas ossadas humanas, uma preferência compreensível para um médico.

Os resultados dessa pesquisa, assim como das realizadas em 1942 e 1943, foram apresentados por Fernandes durante o 31º Congresso Internacional de Americanistas em São Paulo, em 1954, e publicados em seus anais no ano seguinte (FERNANDES, 1955: 579). Não obstante tenha priorizado as considerações sobre os sepultamentos escavados constata-se, na leitura do seu artigo, que houve o cuidado na correlação das camadas definidas com as evidências arqueológicas encontradas (ossadas humanas, artefatos e estruturas de combustão). Assim procedendo, Fernandes pôde concluir, principalmente, que os corpos haviam sido depositados intencionalmente em covas, que havia diferenças na forma e na orientação de suas disposições em cada camada e que as covas eram encimadas por estruturas de combustão. A presença de pontas de flechas líticas pedunculadas na camada de conchas mais superficial, levou-o a inferir que houve reocupação do sítio por outro grupo (Id.: 595).²⁴

A preocupação manifestada por Fernandes na elaboração de plantas e perfis, no controle da escavação, tendo como parâmetros a superfície e a base do sítio e no registro das evidências, aponta para as orientações recebidas de Fiore. Mas, com relação à técnica de engessamento ensinada pelo geólogo, esclareceu que “*o emprêgo de ataduras gessadas sôbre bloco isolado, pareceu-nos preferível ao simples encaixotamento ou ao revestimento direto com gesso*”. (Ibid.: 588).

Enquanto transcorriam as pesquisas no Sambaqui de Matinhos, deterioravam-se os entendimentos com os órgãos governamentais para a construção da nova sede do Museu Paranaense. Em 1943, o interventor Manoel Ribas havia prometido a Fernandes a doação de

²⁴ Pesquisas desenvolvidas posteriormente nos remanescentes desse Sambaqui possibilitaram a datação radiométrica de sua base que ainda continha enterros, assim como, à luz de novos sítios pesquisados na região, a confirmação da presença de grupo caçador-coletor com pontas de flechas líticas no litoral, como apontara aquele autor (CHMYZ; SGANZERLA; CHMYZ, 2003).

um terreno localizado em frente ao edifício da Universidade do Paraná. Nessa área, e após o comprometimento do interventor, inadvertidamente, foi lançada a pedra fundamental do Colégio Paranaense (CARTA de Fernandes para Lupion, 20.03.47). Este fato levou Fernandes a apresentar a sua renúncia da direção ao interventor (CARTA de Fernandes para Ribas 14.06.43), atitude reconsiderada quando, na esfera governamental, foi baixado o decreto nº 1.993, de 14.07.44, reservando o referido espaço para o Museu.

As verbas prometidas para o início das obras, entretanto, foram sendo proteladas e a construção planejada não foi concretizada.²⁵ Na Ata 104 (16.07.47), o secretário registrou as ponderações do diretor sobre a:

conveniência de adaptar o prédio do Museu às suas mais prementes necessidades e construir talvez nova ala [...]. Tais adaptações são necessárias porque, no seu modo de ver, não será iniciada a construção do novo prédio do Museu no presente exercício e nesta ocorrência reafirmou o Senhor Diretor que pedirá demissão em caráter irrevogável, continuando possivelmente a colaborar ao lado dos Senhores Conselheiros como Diretor da Seção de Etnografia e Antropologia.

Pressentia o diretor, o malogro do projeto de construção da nova sede do Museu integrado à Faculdade de Filosofia. Mantinha, porém, seus propósitos de continuar prestigiando a Casa com suas pesquisas.

Nesse período também, o Museu começou a perder colaboradores, atraídos pelo Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT), um órgão da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado.²⁶ O geólogo João José Bigarella, formado em Ciências Químicas pela Faculdade de Filosofia, iniciou suas atividades como assistente-voluntário do Museu em 1944. Participando de excursões no ano seguinte, começou a registrar sambaquis na margem paranaense do rio Saí. Continuou essa tarefa em 1947, quando assumiu a Divisão do Patrimônio Histórico da SEC, na qual se pretendia o tombamento dos sambaquis localizados. Após curta permanência nessa função, transferiu-se para o IBPT (DEPOIMENTO de Bigarella, 2005: 26).

No primeiro volume dos “Arquivos de Biologia e Tecnologia” do IBPT, porém, datado de 1946, que incluiu o seu artigo “Contribuições ao estudo da planície litorânea do Estado do Paraná”. (BIGARELLA, 1946: 75), com a localização dos sambaquis até então registrados, o geólogo já figurava filiado àquele órgão.

²⁵ Durante a gestão do governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), colega de Fernandes no Círculo Bandeirantes e na Faculdade de Filosofia, o terreno em questão, no qual a pedra fundamental do Museu chegou a ser lançada, foi usado para a implantação do Teatro Guaíra (CHMYZ, 2005: 98).

²⁶ Em 1956 as seções de história natural separaram-se do Museu Paranaense, passando a constituir o Instituto de História Natural do Estado (TREVISAN, 1976: 51).

O geólogo alemão Reinhard Maack, que teve importante participação no Museu, contribuindo para a sua projeção no exterior, igualmente se transferiu para o IBPT. Maack efetuou levantamentos em sambaquis a pedido de Fernandes ajudando-o, inclusive, na caracterização ambiental da faixa litorânea, dados que utilizou integralmente na sua “Geografia da Praia de Leste”. (FERNANDES, 1947: 7).

Em 1956, resenhando os “80 anos de vida do Museu Paranaense”, Fernandes e Nunes compararam o período de sua reorganização com o que o antecederam desde a fundação:

Até 1948, este pequeno grupo de homens de ciência que constituía o Conselho do Museu Paranaense, conseguiu, conjugando com as cátedras especializadas Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em dez anos, em eficiente instituição científica, um museu velho e sem viço simples arquivo de objetos diversos que não eram o resultado de pesquisa científica nem a provocavam (FERNANDES; NUNES, 1956: 16).

Com a federalização da Universidade do Paraná em 1950, conseguida graças à incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, em cujo processo muito contribuiu Fernandes, conselheiros e pesquisadores do Museu para ela se transferiram, dando continuidade aos trabalhos que lá desenvolviam. No ano seguinte, Loureiro Fernandes criou, na Faculdade de Filosofia, o Instituto de Pesquisas (IP). Um organismo que propiciou a contratação de professores, o deslocamento de alunos para aulas de campo e a execução de pesquisas.

No IP foram instituídas, inicialmente, as seções de Antropologia, Etnologia e Antropogeografia; Botânica e Zoologia, desdobrando-se a seguir, as áreas de antropologia e etnologia, em seções de Sociologia e Folclore (FURTADO, 2006: 168). A Seção de Arqueologia surgiu em 1954 e, para chefia-la, Fernandes convidou Fernando Altenfelder Silva, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Neste mesmo ano, Altenfelder, em companhia de Oldemar Blasi, Iroshi Saito e Vladimir Kozák, continuou as escavações iniciadas por Fernandes no sítio Estirão Comprido, na margem do rio Ivaí, em 1951 (CHMYZ, 2006: 70). A Seção de Arqueologia deu lugar, em 1956, ao Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA/UFPR), tema ao qual me dedicarei adiante.

O prédio que hoje acomoda o Centro e o Departamento de Antropologia, ambos fundados por Fernandes, foi inaugurado em 1958. Antes disso, as seções do IP e a administração do CEPA/UFPR ocupavam salas no “Edifício Bandeirantes”, a sede do Círculo de Estudos Bandeirantes. Para as atividades laboratoriais de arqueologia e o armazenamento das evidências resultantes das pesquisas de campo, eram utilizadas as instalações do Museu

Paranaense, o qual, entre 1952 e 1960, permaneceu sob o mandato da Universidade tendo, o seu representante, assento no Conselho Universitário e no Conselho Técnico Científico do IP.

Esse período de transição também foi sintetizado pelos autores anteriormente citados:

Por uma feliz associação de esforços entre o Museu e o Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, os trabalhos dos especialistas prosseguem, ao passo que nas suas acanhadas e velhas instalações o Museu popular há muito estacionou (FERNANDES; NUNES, 1956: 17).

3 A INSTITUIÇÃO DO ENSINO DE ARQUEOLOGIA NA UNIVERSIDADE DO PARANÁ

As décadas de 1950 a 1970 marcam para a Arqueologia no Paraná uma transformação efetiva em várias esferas, e o ponto de inflexão de tal mudança pode ser entendido pela atividade arqueológica em âmbito universitário. Como exposto no capítulo anterior, a produção de pesquisas capitaneadas no Museu Paranaense permitiu que pessoas tivessem contato tanto com a prática de escavação como com os saberes de várias áreas, concepções científicas e nacionalidades. Neste capítulo, assim, a documentação existente no atual Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná (CEPA/UFPR), permite entender o processo que culminou com a instituição de cursos com a finalidade de formar profissionais capacitados no tratamento da prática arqueológica, dentro do universo acadêmico reconhecido, conforme algumas diretrizes de seu idealizador, José Loureiro Fernandes.

A documentação contempla diversos temas, em volume extenso. Teve-se, assim, que optar por uma filtragem que permitisse discutir a mesma em espaço adequado, e considerou-se a seleção de três eixos que sinalizam para os meios de implantação do projeto de arqueologia na esfera universitária. Basicamente, tratam da forma como os pesquisadores foram contatados, a organização dos cursos e pesquisas, e a captação de recursos financeiros e estruturais. A quantidade de cada eixo varia conforme o período, em sentido progressivo, o que também indica o crescimento do interesse e atividades levadas a cabo.

3.1 UMA TRANSIÇÃO PARA A FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

As atividades desenvolvidas no Museu Paranaense foram de grande volume, voltadas para diversos campos de atuação, como já discutido no capítulo anterior. Entretanto, alguns motivos fizeram com que parte das pessoas que atuavam naquela instituição fossem ou transferidas para a Universidade do Paraná, ou migrassem para outros institutos de pesquisa no Estado e fora dele. Deve-se ter em conta que a infraestrutura da Universidade na década de 1950 esteve por bom tempo vinculada ainda ao Círculo de Estudos Bandeirantes e ao Museu Paranaense, este último, por exemplo, sob mandato da universidade até 1960. Assim, várias

ações que são observadas na documentação como no âmbito da Universidade do Paraná eram realizadas na sede do museu.

Na transição do Museu Paranaense para a Universidade do Paraná, com a instalação, em 1950, do Instituto de Pesquisas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, algumas pesquisas foram possíveis. Na área da arqueologia, pode-se citar o caso de Estirão Comprido. Segundo Chmyz, “no final de 1951, motivado por uma comunicação feita por Arthur Barthelmess, o Instituto promoveu prospecções no sítio de Estirão Comprido, situado na margem esquerda do rio Ivaí, no então Município de Prudentópolis, hoje no Município de Cândido de Abreu”. (CHMYZ, 2006: 67). Em 1956, uma nota prévia sobre a expedição foi publicada por Loureiro Fernandes e Oldemar Blasi, chamando a atenção para “*também salvar do extermínio as jazidas arqueológicas existentes no restante do território paranaense*”. (FERNANDES; BLASI, 1956: 67). Comentam os autores dos constantes avanços na ocupação humana do interior, e dos danos que poderiam causar ao estudo do passado na região, caso não houvesse acompanhamento.

Na sequência afirmam que em dezembro de 1951, o Instituto de Pesquisas “*organizou uma excursão ao local com o intuito de proceder a uma prospecção na jazida, tendo participado da excursão além dos signatários desta nota os Srs. Professores Arion Dall’Igna Rodrigues, Arthur Barthelmess e Felipe de Souza Miranda, bem como o taxidermista do Museu Paranaense, Sr. André Mayer*”. (Id.: 75). Com vestígios cerâmicos e ósseos, os autores sugeriram “*trata-se da base de uma antiga aldeia de índios, cujos vestígios culturais deixados na camada superficial do depósito humano faz supor terem sido, pelo menos na sua última fase de ocupação, primitivos elementos guaranis ou manifestantes guaranizados*”. (Ibid.: 80). Ou seja, desta pesquisa de 1951, percebe-se a interação de membros tanto do Museu, que estava sob mandato universitário, como de professores da Universidade. Talvez pelas condições de suporte financeiro mais fragilizado do Museu, a viabilização de atividades e custeio pelo Instituto de Pesquisas fosse uma alternativa para manter atenção para temas da arqueologia, como este caso parece ter sido.

3.2 A PARTICIPAÇÃO DE ADAM ORSSICH DE SLÁVETICH NA ARQUEOLOGIA PARANAENSE

O arqueólogo iugoslavo Adam Orssich de Slávetich²⁷ teve seu primeiro contato direto com a arqueologia quando na adolescência viajou a lazer para o Egito, em 1914, e havendo uma expedição da Universidade de Viena que realizava escavação na região, integrou-se ao grupo. A partir de então, os estudos universitários foram realizados na Áustria, tendo formação em Engenharia de Minas, passando a ocupar as atividades profissionais no campo da mineração, e paralelamente em pesquisas arqueológicas na região do Mediterrâneo e na própria Iugoslávia. O interesse crescente no assunto e nas suas atividades levaram o Governo local a nomeá-lo para a direção do patrimônio nacional, em que atuou inclusive em projeto de lei de preservação de monumentos históricos. Ensinava turmas de conservadores locais e elaborou um procedimento para relato de achados acidentais, bem como organizou um fichário completo dos monumentos históricos e sítios arqueológicos até então encontrados.

Entre 1931 e 1935, registram-se 16 concentrações de escavações onde teve participação, com mais de 400 sítios catalogados. Deste período até 1938, incrementou seus estudos acadêmicos na Universidade de Beograd, nas áreas de História da Arte, Arqueologia, História Eslava e Germanística. Com tal fundamentação, começou a lecionar como professor visitante na Universidade Popular de Beograd as disciplinas de Arqueologia Pré-histórica, Metodologia Arqueológica e Conservação de Monumentos. Com os acontecimentos político-militares da 2ª Guerra Mundial, foge para Viena, onde prossegue seus estudos, casando-se com Elfriede Stadler, que também atuava na arqueologia. Com o fim da guerra, teve cargos na reorganização das instituições locais da Áustria, até que em 1951, acompanhado de sua família, imigra para o Brasil, fugindo desta vez da revolução de Tito e da implantação do comunismo, uma vez que era da aristocracia e inclusive possuía título de conde.

Dedicou-se, aqui no Brasil, primeiramente ao estudo da literatura arqueológica brasileira e das coleções pré-históricas do Museu Nacional do Rio de Janeiro, do Museu Paulista e do Museu Paranaense. Foi contratado em 1952 por José Loureiro Fernandes, no âmbito do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, para chefiar os trabalhos de escavações do Sambaqui do Araujo II (Foto 2).

²⁷ Os dados bibliográficos de Orssich foram obtidos dos “Cadernos de Arqueologia”, do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, n. 2, 1977.



Foto 2. Adam Orssich de Slávétich em 1952 (Fonte: Galeria de Professores de Arqueologia – CEPA/UFPR).

Interessante observar esta trajetória principalmente porque analisando suas atividades na Universidade do Paraná, e o conteúdo de suas interpretações, os conhecimentos profissionais e arqueológicos puderam ser conjugados. Note-se, por exemplo, que no artigo publicado em 1956 na revista *American Antiquity*, e posteriormente editado nos *Cadernos de Arqueologia* com o título de “O Sambaqui do Araujo II – Nota prévia”, introduz o motivo para sua contratação: “*A finalidade dos meus trabalhos foi experimentar as vantagens técnicas de escavações modernas nas investigações dos sambaquis, e tentar resolver algumas das questões em suspenso referentes à arqueologia brasileira, observando com exatidão e interpretando corretamente todos os fenômenos que surgissem durante o trabalho*”. (ORSSICH, 1977: 11). Pode-se entender que o que define por “vantagens técnicas de escavações modernas” seja a aplicação dos saberes em escavação, tratamento do solo, retirada de material e controle de níveis que conhecera em seus estudos anteriores, bem como da literatura científica existente na Europa naquele período, e da prática em minas; o fato de ser engenheiro de minas e arqueólogo o habilitaria nesta atividade. Pensando de outra forma, também, seu conhecimento das diferentes maneiras de escavar um sítio, fruto da sua

experiência na Europa, pôde credenciá-lo para que analisasse uma maneira viável frente aos problemas específicos daquela estrutura de conchas.

Também afirma que os estudos foram necessários devido ao perigo de destruição dos sítios arqueológicos, evitando, pois, que pesquisas sobre as populações pretéritas que ali estiveram fossem perdidas. Após suas abordagens, por exemplo, ele percebe que precisaria adaptar sua intervenção para compreender com mais detalhes as diferenças estratigráficas, sugerindo que *“o único meio de verificá-la exatamente em futuras escavações será a substituição de ferramentas pesadas, tanto quanto for possível, pela remoção das conchas e cinzas com as mãos, camada por camada. Este sistema, embora demorado, daria os melhores resultados científicos”*. (Id.: 22). O ambiente, com conchas e detritos, necessitava de uma abordagem mais delicada e demorada, ainda que para uma escavação naquelas condições a compactação dos sedimentos dificultava tal metodologia. Tal constatação parece ter sentido a um arqueólogo que não havia praticado escavação em ambiente americano, e pelo que tudo indica aos concheiros, o que sugere a aproximação e adaptação de suas técnicas com o contexto de sambaqui.

Em prosseguimento de suas primeiras justificativas de trabalho, há uma ressalva importante sobre a abordagem que efetuara, que confirma a ponderação de primeiro contato com o ambiente dos sambaquis: *“é preciso acentuar que tanto eu, como qualquer dos assistentes científicos, jamais tínhamos escavado um sambaqui anteriormente, e que os métodos técnicos teriam que ser adaptados às exigências especiais do solo, e que além disso, não tínhamos a menor idéia de que espécie de fatos iríamos encontrar no interior do sambaqui”*. (Ibid.: 11). Considerando as particularidades de cada sítio arqueológico, e principalmente a diferença daqueles que ele havia pesquisado na Europa e África e o em solo brasileiro, esta preocupação e ressalva eram necessárias, pois não se tratava de uma abordagem amadora. Ele considerava sua intervenção prática como um experimento, atento aos métodos e formas de escavação, que por mais que tivesse experiência, esta não era sobre a realidade arqueológica brasileira. Cada intervenção arqueológica revela, igualmente, surpresas que a prospecção pode apenas sinalizar; o sítio pode conter pouco ou muito material, o que influi na condução do cronograma previsto anteriormente.

Lembre-se, entretanto, que o contato de pesquisadores do Museu Paranaense com este tipo de sítio arqueológico já ocorria a um bom tempo, apenas para citar uma instituição paranaense, na qual desempenhou Loureiro Fernandes, que foi o responsável pela contratação de Adam na Universidade do Paraná. Loureiro, por exemplo, que os pesquisara entre 1942 e 1947, publicou resultados e impressões nos Anais do 31º Congresso de Americanistas, evento

ocorrido em São Paulo, entre os dias 23 e 28 de agosto de 1954, sob coordenação de Herbert Baldus. Na comunicação, afirma ter escavado devido ao conhecimento de ossadas humanas no Sambaqui de Matinhos, que sofria de desmonte para uso comercial. Reconhece Loureiro que *“na impossibilidade de um trabalho sistemático de arqueólogo, procurando salvar algum material antropológico do sambaqui que vinha sendo destruído, tivemos um entendimento com o Departamento Estadual, que retirava o material do casqueiro, para deixar isolado no sector sudoeste do Sambaqui de Matinhos um bloco”*. (FERNANDES, 1955: 582). Anteriormente, em 1948, comunica uma nota prévia sobre o mesmo sítio, em que chama a atenção dos historiadores sobre o estudo dos sambaquis.²⁸ Neste espaço, *“trabalhando em precárias condições, tentamos, tendo em mira um estudo de ossadas, situar numa grosseira posição estratigráfica, os achados ósseos, tomando por referência no sambaqui, particularmente, a sua superfície e base”*. (Id.: 583). Considerando uma intervenção de salvamento, com reduzido espaço de abordagem, Loureiro sugere ter encontrado uma solução intermediária, possivelmente também a partir do conhecimento de estudos anteriores, como os capítulos precedentes buscaram discutir sobre a prática arqueológica no Estado do Paraná.

No mesmo congresso, Luiz de Castro Faria apresentou um trabalho sobre o projeto iniciado em 1947 pelo Museu Nacional de estudo sistemático de sambaquis. Sendo a revisão bibliográfica um dos primeiros objetivos, Castro Faria comenta suas impressões sobre, afirmando que desde a segunda metade do século XIX vários artigos, alguns em língua estrangeira e de difícil acesso no Brasil, trataram do tema. No Brasil, o autor considerava as interpretações de Sílvio Fróes Abreu e Othon Leonardos passíveis de diálogo, e principalmente que *“a realização de um projeto de pesquisas sobre sambaquis não pode admitir o pressuposto, implícito na totalidade das publicações mais recentes, de que os trabalhos antigos já foram devidamente apreciados e de que neles nada mais há digno de exame minucioso e de ponderação”*. (CASTRO FARIA: 1955: 573). Ou seja, de que as interpretações sobre os sambaquis, ainda que não tão atuais para a época, estavam sendo esquecidas, ainda que fossem em tom de crítica. Arno Kern, em conferência ministrada no seminário sobre o cinquentenário do CEPA, em 2006, cita a arqueóloga francesa Annette Laming-Emperaire para exemplificar a historicidade do pensamento arqueológico, afirmando que *“cada pesquisa tem valor – ou não – em relação ao contexto no qual ela é realizada. É*

²⁸ Sabe-se apenas indiretamente sobre esta nota prévia, através da sua publicação em conjunto com Oldemar Blasi de *“As Jazidas Arqueológicas do Planalto Paranaense. Nota prévia sobre a jazida do ‘Estirão Comprido’*, no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. 6 – Fasc. 3-4. 1956, onde afirma: *“um de nós [Loureiro], já teve oportunidade de chamar a atenção dos historiadores paranaenses para a importância dessas jazidas litorâneas arqueológicas, que são os sambaquis, e da necessidade da sua proteção contra uma destrutiva exploração econômica”*. (p. 67).

tão difícil estabelecer um primeiro mapa arqueológico, organizar uma coleção pela primeira vez, evidenciar um primeiro cemitério do que codificar pela primeira vez uma indústria lítica que nunca foi estudada". (KERN, 2007: 87). Considerando tanto Annette como Castro Faria, as dificuldades da pesquisa científica em geral são de primeiros contatos, mas que podem ser iluminadas pelo acesso à experiência de estudiosos que se depararam com questões semelhantes, para estabelecer analogias.

Assim, o arqueólogo Adam, apesar de seu primeiro contato com a pesquisa de sambaqui, contaria com experiências e tentativas de abordar o problema, e provavelmente suas ressalvas ganham o tom de evitar algumas conclusões prematuras. Além dos problemas apresentados, considera que *"se os resultados deste primeiro período de escavações foram de certo modo satisfatórios, isto foi principalmente devido às valiosas instruções recebidas previamente do Prof. Dr. José Loureiro Fernandes, pondo à nossa disposição as suas experiências, colhidas na escavação de outros sambaquis, e ao apoio que nos deu, possibilitando a organização da expedição"*. (ORSSICH, 1977: 11-12).

A deduzir pelo trajeto que Adam Orssich fez antes de ser contratado pela Universidade do Paraná, do período em que esteve no Rio de Janeiro e São Paulo, nas instituições do Museu Nacional e Museu Paulista, o contato com a bibliografia sobre os sambaquis é muito breve em seu relatório publicado. Deve-se considerar, também, que o arqueólogo iugoslavo procurou analisar o material até então inédito, conforme seu ponto de vista que, como será visto, foi questionado pelos conhecedores do contexto arqueológico dos sambaquis. Tomando a correspondência anterior aos trabalhos do Sambaqui de Araújo II, em especial a carta em que oferece serviços de arqueologia, encontra-se um esboço de planejamento que contemplaria o estudo da literatura a respeito, em tempo bastante reduzido. Na mesma carta, observa-se o posicionamento de como poderia agir durante a escavação, e dos recursos necessários e etapas a cumprir:

Estarei pronto de assumir a direção das escavações arqueológicas num sambaqui perto de Guaratuba em mês de Julho, pressuposto que estaria reservado o direito exclusivo da publicação dos resultados arqueológicos. Proponho de fazer primeiro um fosso de 150 cm de largura, cortando o sambaqui até a base de areia. Um pequeno corte na areia até o nível da planície vizinha deve demonstrar, se esta base de areia é natural ou artificial. Depois de determinar no sector as diferentes camadas proponho escavar num sector adiante de 4m as camadas uma a uma. Com 6 trabalhadores podia finir este trabalho em um mês. Para o preparo e estudo do material precisaria mais um mês no Instituto em Curitiba. Para o estudo da literatura e elaboração do relatório final e da publicação mais um mês no Rio. Meu tempo sera ocupado com estes trabalhos no mínimo tres meses (CARTA de Orssich para Fernandes, 19.06.1952).

Chama a atenção na carta o período muito breve de trabalho, considerando a proposta da escavação, o volume a ser deparado e os problemas cotidianos que dilatam os prazos de trabalho, além das etapas de análise e redação do relatório. Na carta deixa claro que o projeto contempla um período mínimo. Como será discutido a frente, muitas justificativas foram embasadas na ampliação da pesquisa, considerando empecilhos conhecidos dos arqueólogos, e o próprio volume de informações coletadas, mas que não foram considerados no momento da aceitação daquela proposta de pesquisa. Causa estranheza a princípio aquela menção de orientações por parte de Loureiro Fernandes sobre a intervenção aos sambaquis, e o tempo curto proposto e aceito. Em outras palavras, conhecendo a realidade dos sambaquis, seus problemas de acesso, nível de instrução dos ajudantes e, principalmente, a condução da escavação a bom termo, o objetivo de contratação de Adam Orssich por Loureiro Fernandes talvez tenha que ser buscado na própria justificativa do relatório: “experimentar as vantagens de técnicas de escavação modernas”.

Levando-se em conta que Loureiro conhecia as dificuldades de escavar um sambaqui, sugere-se que a aceitação da proposta oferecida por Adam pelo Instituto de Pesquisa visava conhecer em prática o trabalho do arqueólogo iugoslavo, em caráter temporário, e assim obter uma opinião vinda de outra realidade científica. Este parece ter sido o principal objetivo das contratações dos arqueólogos estrangeiros, ainda sob regime de pesquisas, que paulatinamente foram contribuindo para a formação de arqueólogos no Paraná. Estando o pesquisador no Brasil, interessado em realizar pesquisas, e talvez pelo orçamento disponível para contratação, aliava-se o curto espaço de tempo com um primeiro contato.

Conforme o relatório publicado, a equipe chegou ao litoral no dia 5 de julho de 1952, e a pesquisa teve início no dia 7, uma segunda-feira, de forma ainda incompleta, uma vez que “*só no dia 17 de julho é que contamos com todos os homens para a escavação propriamente dita*”. (ORSSICH, 1977: 17). O fim da pesquisa de campo ocorreu no dia 1º de agosto, completando exatas quatro semanas, como previsto no plano apresentado na carta.

O efetivo era relativamente pequeno, formado pelos professores Fernando Corrêa de Azevedo, então diretor do Departamento de Cultura do Estado do Paraná, e Oldemar Blasi, também alocado do Estado do Paraná, na condição de diretor do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Como assistentes participaram ainda a arqueóloga Elfriede Stadler e Aryon Dall’Igna Rodrigues, este membro do Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná; sem considerar, evidentemente, os demais colaboradores da região, com ajuda mais pontual e esporádica, e os operários cedidos pela Prefeitura de Guaratuba. O regime de trabalho entre os assistentes foi de separar cada um por seção, e concentrar os trabalhos

quando necessário. Pela falta de efetivo, consta que havendo um número insuficiente de assistentes, que eram aprendizes, que atuavam nas pesquisas do Museu Paranaense em regime de colaboração científica, recebiam de Adam orientações de abordagem, e ao final de cada jornada, todos se reuniam para elaborar desenhos das peças, o diário de escavação e discutir os resultados e planos a prosseguir.

Indiretamente os ajudantes e os assistentes foram recebendo orientações, tomando ciência das técnicas e colaborando para sua formação na arqueologia, ainda que não no regime de cursos, como será visto com outros profissionais. No relatório consta que foram encontrados 15 esqueletos humanos, mas devido à condição dos mesmos, nem todos puderam ser estudados detidamente. Observa-se que a técnica para retirada escolhida seria de engessamento já mencionada no capítulo anterior, mas não praticada pelo estado das ossadas.²⁹

Nas correspondências posteriores, observa-se uma insistência de Orssich na direção de estender seu período de análise. No dia 29 de setembro de 1952, ou seja, no limite de encerrar o contrato de três meses, o arquivo do CEPA possui duas cartas que foram escritas por ele: uma endereçada ao padre Jesus Moure, naquele momento substituto de Loureiro Fernandes que estava em viagem à Europa, e outra ao Conselho Administrativo do Instituto de Pesquisas, órgão que o contratara. Na primeira afirma:

Antes do começo das escavações em Guaratuba avalei em três meses o tempo necessário para a escavação, o estudo dos achados, e a composição do relatório. Mas, depois de três semanas de meu trabalho no Instituto, está evidente, que ao menos o estudo dos achados, e a elaboração do relatório vão exigir ao menos três meses de trabalho no instituto, e mais um mês nas bibliotecas do Rio, visto, que o número das peças achadas e as preciosíssimas observações feitas durante a escavação muito excederam nossas expectativas. Por conseguinte peço cortesmente de prolongar meu contrato, o qual foi feito por três meses, por mais dois meses, para possibilitar a elaboração dum relatório verdadeiramente bem fundido (CARTA de Orssich para Moure, 29.09.1952).

Pode-se pensar que a projeção de pesquisas em três meses foi devida a baixa expectativa de encontrar artefatos, ou mais provavelmente a um primeiro contrato que, sendo de curto período, estaria mais adequado a uma aceitação pelo Instituto de Pesquisas. Talvez se Adam Orssich tivesse proposto um cronograma mais extenso, sua chance de contratação seria menor. Ainda na carta ao padre Moure afirma: “*como já disse ao Snr. Professor será*

²⁹ João Alfredo Rohr, pesquisador do Museu do Homem do Sambaqui de Florianópolis, na década de 1960 produziu um manual onde sugeriu uma técnica alternativa de retirada de ossadas, através da cimentação, pois o engessamento, segundo ele, grudava nos ossos e não possuía a qualidade de ser transportado com cuidado e segurança (ROHR, 1970).

impossível de registrar, desenhar e estudar o material lítico, desenhar as plantas, e escrever um relatório bem fundido no curto prazo, previsto no meu contrato". (Id.: 29.09.52). Interessante observar que encaminha ao Conselho Administrativo o prolongamento do contrato que ele próprio sugeriu, o que reforça a ideia de primeiro estabelecer uma relação com a Universidade do Paraná, ter uma pesquisa em andamento que permita justificar seu trabalho. Em caso de ter seu pedido negado, a pesquisa estaria paralisada e todo o investimento comprometido. A prorrogação seria, num primeiro momento, devido aos achados que foram superiores ao projetado. Parece que estes imprevistos e mesmo condições de trabalho não foram mensurados no planejamento do estudo, e que Loureiro quanto a isso não fez ponderações, talvez mais interessado em conhecer os métodos e práticas de escavação do arqueólogo iugoslavo, ainda que não tenha participado diretamente no estudo.

Nas correspondências posteriores, encontram-se pedidos de Adam para divulgar alguns dados a interessados na Europa, provavelmente pesquisadores conhecidos aos quais notificou seus estudos: *"acabo de receber uma carta dum antropólogo, catedrático numa capital estrangeira, exprimindo maximo interesse para os resultados de nossa escavação em Guaratuba, especialmente pelos esqueletos, e pondo as questões seguintes, as quaes não posso responder sem a autorização do Instituto. [...] Peço conferenciar sobre estas perguntas, as quaes focalizam o interesse, os trabalhos do Instituto de Pesquisas estão despertando no estrangeiro, e autorizar-me de dar uma resposta previa"*. (CARTA de Orssich para Moure, 02.10.52). Pela data, próxima daquela sobre o fim do contrato, percebe-se como adiciona indiretamente outro argumento para a prorrogação, pelo interesse internacional que significaria a importância do estudo. Parece que Adam tentou dar projeção dos seus estudos, inserindo nos contatos internacionais a pesquisa financiada pela Universidade do Paraná, o que em alguma medida poderia sensibilizar os membros do Instituto de Pesquisas sobre as relações dele com instituições acadêmicas mundiais. Esta consulta permite entender a forma como o estudo era divulgado, apesar de não haver a correspondência de resposta do pedido, isto é, se foi permitido; provavelmente não tenha obtido a permissão, uma vez que não existe no arquivo nenhuma menção ao fato.

Constam nos registros as dificuldades de acesso, tempo de trajeto e inclusive delimitação da área do sítio. Pelas suas dimensões e recurso humano disponível, o sambaqui não poderia ser estudado integralmente, sendo que apenas uma parte foi abordada. Assim, *"acabando o tempo previsto para nossa escavação, paramos o trabalho no setor a uma profundidade média de 1,90 m sob o nível do Marco Zero"*. (ORSSICH, 1977: 18). Adam Orssich afirma que *"tanto os operários, quanto a turma científica, chegavam de manhã ao*

local já cansados, sofrendo com isto a capacidade de trabalho e observação. No caso de se prosseguir com as excavações deste sambaqui, será conveniente construir barracões no próprio local para a turma científica e os operários". (Id.; 17). Em outra correspondência, provavelmente de novembro de 1952, endereçada ao padre Jesus Moure, afirma que "*elaborei o relatório prévio aqui no Rio, baseando-me exclusivamente nos diários e desenhos feitos por minha esposa e mim. Cheguei a conclusões bastante importantes, e sugerem-se algumas outras para cuja verificação serão necessários estudos ulteriores. É uma pena que os Snr. Blasi e Arion não me entregaram os seus diários, como foi combinado, e que as fotografias não foram prontas. Se os teria havido aqui, o relatório trouxesse mais conclusões*". (CARTA de Orssich para Moure, Nov ? 52). Deixa a impressão de trabalho imparcial subentendida também no relatório quando afirma "*o sucesso final de cada etapa de campo depende principalmente dos diários de campo*". (ORSSICH, 1977: 17).

Não possuindo sobre este período a correspondência de resposta aos pedidos de Orssich, conhece-se apenas de forma indireta o relacionamento dele com a Universidade. Existem no arquivo cartas enviadas até outubro de 1954. Consegue-se observar por meio delas dois pontos que são essenciais para o entendimento das visões de ciência e das intenções de contrato, que provavelmente definiram o rumo do pesquisador iugoslavo na Universidade do Paraná. No primeiro caso, nota-se uma divergência interpretativa sobre as conclusões chegadas pelo arqueólogo, como pode ser observado em várias cartas, mas em especial na enviada em 20 de janeiro de 1954:

Lamentei muito que V. Excia não concordou com algumas das minhas conclusões. Como acentuei previamente, o relatório foi feito em Curitiba com alguma presa, sem que me for possível consultar a literatura a respeito, nem a opinião dum conhecedor profundo do assunto, que o Senhor é. As conclusões proferidas espelham só as impressões dum arqueólogo europeu, feitas sem conhecimento das culturas representadas nos sambaquis, mas por isso possivelmente não menos valiosas, sendo colhidas por um observador treinado, mas sem preconceitos formados. Foi este relatório escrito "ad usum internum" e não para publicação, como acentuei imediatamente o Snr. Professor Padre Moure. Tendo estudado entretanto a literatura e algumas coleções não hesito confessar que errei na classificação do estado cultural dos construtores do sambaqui, erro este provocado pela tentativa duma paralelização com as culturas pré-históricas europeas, não permissível, como hoje sei (CARTA de Orssich para Fernandes, 20.01.54).

A comparação com outras realidades é evidente. Apesar da discordância, enfatiza que o fato de não possuir "preconceitos formados" seria uma vantagem. O quesito em discussão era a definição de três fases distintas de ocupação até onde havia escavado. Na fase A, a mais próxima da superfície, sua interpretação dos objetos corresponderia a povos radicados originalmente em zona de campo aberto; na fase intermediária, "*acusa este conjunto*

[materiais encontrados] *uma única estada de uma população culturalmente mais desenvolvida*” e por fim, a fase C, com camadas mais espessas, de estada mais prolongada de um grupo mais numeroso, com objetos de “*formas ainda mais primitivamente trabalhadas que as das fases A e B*”. (ORSSICH, 1977; 29). Quando na carta justifica o paralelo com o contexto europeu, não deixa de ter um preconceito que era direcionado em sua análise. Pensando que Loureiro contratou Adam a fim de obter uma opinião de arqueólogo estrangeiro, além de conhecer as técnicas de escavação, isto não significava que o isentaria de críticas, como o pesquisador brasileiro o fez insistentemente.

Na mesma carta citada acima, após reavaliar suas conclusões, sugere que se façam dois perfis para observação estratigráfica. Analisando tanto a correspondência como o relatório, nota-se como a opinião de Loureiro não foi sobre a escavação em si, mas da interpretação dos objetos nos cortes-estratigráficos, induzindo a uma classificação que seria para ele incompatível com a realidade dos sítios de sambaqui no Brasil.

Em parte esta divergência deve ter se acentuado no 31º Congresso de Americanistas, em que ambos apresentaram comunicações. Cerca de um mês antes do evento, Adam Orssich enviara uma carta a Loureiro afirmando que “*recebi ontem uma carta do Dr. Duarte, comunicando que me fosse reservado o tempo de 30 minutos para a apresentação do relatório sobre a nossa escavação*”. (CARTA de Orssich para Fernandes, 22.07.54). Pondera o arqueólogo iugoslavo que com pouco tempo apresentaria apenas “*minhas conclusões sem muitas palavras*”. Sobre a participação de Adam no evento, tem-se apenas a opinião de Paulo Duarte intitulada “Comentários à Sessão de Estudos de Sambaquis”, onde fala dos problemas nas pesquisas, dos cuidados do método científico, do perigo do amadorismo, e faz críticas severas aos trabalhos. Especificamente sobre Adam, primeiro comenta sobre a limpeza completa da vegetação para o registro da forma, altura e orientação do mesmo; estas tarefas não teriam sido feitas. Em seguida, afirma:

quero deixar o meu inteiro apoio às críticas feitas há pouco pelo Sr. Castro Faria ao Sr. Orssich Slavetich, o qual tirou conclusões que também eu acho apressadas e com base insuficiente. Assim é a conclusão sobre vestígios de habitações, pois a observação do Sr. Slavetich poderia permitir apenas uma hipótese de trabalho, jamais uma conclusão. Da mesma forma, a dedução sobre um possível chão de cabana feito de cinzas, da mesma forma as pedras maiores informes, que podiam ser, não instrumentos, como declara aquele arqueólogo, mas simples cercadura de cadáveres, elementos incipientes portanto (DUARTE, 1955: 615).

A constatação de Adam encontra-se também no relatório publicado posteriormente, sobre a morfologia da camada que poderia indicar estacas utilizadas para sustentar a

habitação. Ele ainda faz uma comparação com sítios escavados em outras partes do mundo, afirmando que *“buracos-de-estacas, preenchidos secundariamente com material alheio à camada, encontramos freqüentemente nas escavações arqueológicas na Europa, Ásia e África. Observando cuidadosamente as circunstâncias nas quais foram quase sempre achados, é possível determinar para que finalidades as estacas haviam servido”*. (ORSSICH, 1977: 45). Loureiro, sobre isto, parece ter inclinado sua opinião aos colegas brasileiros, podendo considerar a experiência destes com aquele tipo de sítio, e não a observação destoante do arqueólogo estrangeiro. Esta suposição será confirmada quando foi analisado parte da correspondência com Annette Laming-Emperaire, na qual Loureiro faz alusões e sondagens sobre a opinião desta em situação interpretativa semelhante, isto é, se a arqueóloga francesa pensara que aqueles indícios, também observados em sua escavação de sambaqui, seriam de estacas de habitação, o que Paulo Duarte e Castro Faria discordavam. Em todo caso, uma divergência que provavelmente contou contra a inclusão de Adam no círculo de pesquisadores, sendo um parâmetro indireto para confiar às conclusões nacionais os valores interpretativos vigentes naquele período.

Em fins de outubro de 1954, Adam remete uma carta a Loureiro dizendo que *“o Dr. Baldus informou-me que não foi possível publicar o trabalho, senão em forma muito resumida e sem pranchas, o que sinto muito, devido a crítica por parte do SS. Castro Faria e Duarte. Sem publicação do texto in extenso a discussão e crítica não será compreensível”*. (CARTA de Orssich para Fernandes, 27.10.54). Como alternativa, sugere então que fosse buscada uma revista no estrangeiro, fato que se concretiza com a publicação de seu texto na *American Antiquity*, em abril de 1956.

O outro ponto definido como de divergência de objetivos, foi com relação aos períodos de trabalho de arqueólogos. Como já foi sugerido, tem-se a hipótese que a contratação de Adam Orssich por três meses foi devido ao potencial de conhecer técnicas diferentes de escavação e pesquisa, que pudessem contribuir para os problemas locais e permitissem que o arqueólogo praticasse seus conhecimentos. Em outra correspondência de 22 de janeiro de 1953, Adam Orssich procura estabelecer uma aproximação com os estudos da Universidade do Paraná, onde provavelmente projetava campo de atuação. Tal carta é extensa e repleta de elementos para o entendimento da visão de arqueologia de Adam e, por isso, deve ser estudada em várias partes. Primeiramente, no fim da correspondência notou-se o interesse do arqueólogo em se estabelecer no Paraná:

Tendo começado os meus trabalhos arqueológicos no Brasil sob a protecção do Senhor, e tendo achado em Curitiba muitas famílias aparentadas com a minha esposa, gostaria muito radicar-me no Paraná, e colaborar com o Senhor nas pesquisas pre-históricas. Mas podia mudar para Curitiba so mediante um contrato de varios anos, tendo de abandonar no Rio o meu apartamento e o trabalho numa empresa da qual sou socio-gerente (CARTA de Orssich para Fernandes, 22.01.53).

Provavelmente o arqueólogo quis aliar seus interesses pessoais com a configuração de atuação profissional, impondo condições. Situação que inclusive pode confirmar o contrato de três meses como o primeiro relacionamento para integrar o corpo de pesquisadores da Universidade do Paraná, uma vez que pede a prorrogação daquele em fim de setembro de 1952, e em 22 de janeiro de 1953 escreve a carta. Considere-se que esta foi escrita antes das principais divergências interpretativas, pois afirma logo no início: *“espero que o Senhor já teve tempo para ler o meu relatório, que está satisfeito com o trabalho feito, e que concorda com as conclusões as quaes cheguei”*. Naquele momento Loureiro retornava de viagem à Europa, estando em contato com vários centros de pesquisa e museus. Este fato inclusive pode ter motivado a escrita da carta, pois afirma: *“congratulo-me com o Senhor por ocasião do suo regresso da Europa [...] Estou certo que o Senhor voltou com ainda mais entusiasmo por os estudos pré-históricos, e que tem alguns projectos a respeito da reorganização destes estudos no Paraná”*. O fato dele ser estrangeiro, formado em arqueologia, diante daquela realidade brasileira, carente destes profissionais, e também pelo interesse de Loureiro Fernandes no assunto, pode ter despertado em Adam a oportunidade de se estabelecer no Paraná, e propor um plano conforme sua disponibilidade.

E prossegue na carta: *“Como o Senhor ouvi provavelmente, a Universidade de São Paulo propus-me de ler um curso de Arqueologia como professor convidado, a ser seguido no inverno numa excavação dum sambaqui. As condições e vencimentos oferecidos são muito convidativos. Mas preferirei continuar os trabalhos começados no Paraná”*. Tudo indica tratar-se de uma pressão sobre Loureiro, sugerindo que era procurado por outra instituição de ensino superior no Brasil, talvez na tentativa de sensibilizar o professor a tomar uma decisão a favor do que havia escrito e de suas qualidades.

Nessa correspondência, o que chama mais atenção é o programa que traça para as pesquisas de arqueologia:

Baseando-me nos meus conhecimentos, se superficiais, da situação actual das pesquisas arqueológicas no Brasil, e nas minhas experiências de quase quarenta anos como escavador, organizador de museus e do Patrimonio Nacional da Jugoslávia, permito-me oferecer ao Senhor algumas considerações e sugestões a respeito dos trabalhos futuros. Excavações isoladas – mesmo se tem exito surpreendente, como a nossa em Guaratuba – pouco contribuem para o conseguimento do alvo principal da

arqueologia brasileira: o esclarecimento da formação sucessiva e da evolução cultural da população pré-histórica do Brasil, a qual forneceu o sub-strato humano para o desenvolvimento cultural actual. Este alvo podia ser alcançado só num trabalho sistematicamente planejado e bem organizado, extendendo-se por um período de muitos anos, trabalho este no qual deviam colaborar especialistas em muitas diferentes ciências. Mostrou-se já em Guaratuba que os resultados de pesquisas bem organizadas revolucionarizarão em breve as concepções actuaes a respeito da pré-história brasileira.

A maneira como ele sugere o programa vai ao encontro do conhecimento de que Loureiro observou em sua viagem, isto é, que como ele também conhecia a realidade europeia de pesquisa arqueológica, novamente o credenciando para tal trabalho. Também poder-se-ia interpretar tal projeto como uma orientação ao professor de como agir na instalação da pesquisa arqueológica, o que parece pouco provável, como visto no capítulo anterior sobre todo o envolvimento de Loureiro no Círculo de Estudos Bandeirantes e no Museu Paranaense. Adam Orssich teria a ponderação de observar em Loureiro um empreendedor do estudo científico, incentivador de pesquisas e envolvimento com pessoas do mundo. Neste sentido, a sugestão do arqueólogo iugoslavo parece mais como afirmador de uma sintonia do projeto que o professor queria implantar no Paraná. Os prognósticos de melhores resultados seriam obtidos com um período de pesquisa ampliado, o que na sua visão impediria de ter conclusões apressadas.

Interessante observar que a maioria das sugestões se encaixava no perfil de Adam Orssich, conhecedor da realidade europeia e do ensino universitário na área de arqueologia:

Na maioria dos países Americanos e Europeus esta organização, este planejamento e esta execução é feita pelas catedras de pre-história das universidades, ou pelos institutos pre-históricos junto a elas. No plano universitário do Brasil não são previstas catedras de pre-historia. Consequentemente o modo único de obter uma base sólida para as pesquisas seria organizar, junto a catedra de Anthropologia, um Instituto de Pesquisas Pre-Historicas. Membros regulares deste instituto deviam ser os professores das diversas especialidades, interessados em colaborar nos trabalhos de gabinete (Arqueólogos, Anthropologos, Ethnografos, Zoologos, Botanicos, Geologos, etc...). O Instituto devia organizar uma biblioteca especializada; um laboratório para o preparo e a conservação dos achados; um museu para a exposição publica; aulas universitarias para a formatura de futuros especialistas; conferencias para a divulgação de conhecimentos arqueológicos; excursões por fim de achar localidades, das quaes são anunciados achados; finalmente empreender excavações, e publicar regularmente os resultados.

Em outra carta, cerca de um ano depois da anterior, volta ao tema da busca de pesquisadores estrangeiros, comentando sobre as qualidades e ênfases que arqueólogos norte-americanos e europeus possuíam, dizendo que *“para o desenvolvimento dos estudos pré-históricos uns e outros [americanos e europeus] tem grande valor. Para o Brasil será ótimo conseguir a vinda de ambos os tipos, os quais, em colaboração, darão um ímpeto enorme às*

nossas pesquisas”. (CARTA de Orssich para Fernandes, 18.03.54). Retorna a sugerir um plano de pesquisas, desta vez em dois projetos distintos. No primeiro, definido em 17 semanas, com várias exigências técnicas, como assistentes científicos, acesso ao sítio facilitado, moradia, limpeza do sambaqui, fotografias, etc. e finaliza: “*em 1952, devido a falta destas providências prévias muito tempo precioso foi perdido*”. Há de notar na carta uma sinalização à lápis em forma de “x”, provavelmente de Loureiro, reprovando a proposta. A segunda proposta na mesma correspondência, mais extensa, previa a estada no Paraná de um ano, “*para chefiar excavações, buscar novas jazidas arqueológicas e conduzir um curso sobre Técnicas de Excavações e de observações Arqueológicas*”. Sugere também pesquisas na região de Cerro Azul, o que conta também com uma sinalização de “não”, ou seja, não consentido por Loureiro Fernandes. Finaliza a carta acatando as críticas interpretativas feitas pelo professor, considerando que “*são muito amáveis e confortadoras as palavras de V. Excia a respeito da minha interpretação errônea do material de 1952. [...] A critica dum cientista competente, que o Senhor é, honra os meus esforços fracos, e da-me a esperar, que, com esforços contínuos compreenderei as intricancias da pré-história brasileira*”. Já analisado, naquele ano ainda receberia novamente críticas na reunião científica em São Paulo, e em nenhum momento encontram-se contraposições que desconsiderem tais observações, isto é, Adam aparenta aceitar as críticas, buscando possivelmente sua inserção no meio arqueológico brasileiro.

Como será observado em outros documentos, esta estrutura proposta foi posta em prática com a criação do CEPA, mas muito provavelmente não devido às sugestões de Adam, mas porque o professor Loureiro conhecia esta estrutura desde seus trabalhos no Museu Paranaense, dos contatos com outros pesquisadores no Brasil, Europa e Estados Unidos, como já foi ponderado por Chmyz (2006: 69). Tem-se a hipótese que Loureiro buscava vários pesquisadores mundiais a fim de obter a maior quantidade de opiniões e visões de ciência, para que observasse aquelas que fizessem mais sentido à realidade brasileira, e naquele momento, estabelecer de forma fixa uma corrente estrangeira seria como limitar o campo de interpretações possíveis. Com pesquisadores da França e Estados Unidos, também em caráter contratual, ainda que com cursos, o estudo da arqueologia na Universidade do Paraná abriu suas instalações para que diversos pesquisadores contribuíssem para iluminar o problema da arqueologia brasileira, ainda em caráter embrionário. Não havendo ainda cursos regulares, no caso de Adam Orssich, estas experiências de contrato de pesquisas foram uma solução para manter um estudo científico, capacitando indiretamente os ajudantes brasileiros em campo e laboratório, ainda que com divergências interpretativas, como é comum na pesquisa. Este

período, como sugerido no início deste capítulo, refere-se à segunda fase de implantação da arqueologia na Universidade do Paraná, onde o ensino ainda não fôra contemplado diretamente, mas já apontando para tal, como a carta de Adam o sugere pelo trajeto que Loureiro fez na Europa. O grande objetivo de Loureiro, como se verá a frente, foi formar pesquisadores brasileiros com os cursos promovidos pelo CEPA, e a partir de então, que estes brasileiros fossem os condutores dos estudos, pesquisas e ensino da arqueologia no Paraná e Brasil. O contato com Fernando Altenfelder Silva, como será visto a seguir, e a implantação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas em dezembro de 1956, comprovam o rumo que o ensino de arqueologia e o contato de interessados tiveram a partir da iniciativa de Loureiro Fernandes.

3.3 EM BUSCA DE CURRÍCULOS E TECNOLOGIAS NO ESTRANGEIRO

Antes propriamente de analisar a carta enviada por Fernando Altenfelder Silva, com o currículo de americanos interessados em pesquisar no Paraná, outra correspondência, datada de 19 de fevereiro de 1954 corrobora o objetivo de manter contatos científicos na viagem de Loureiro à Europa. Nela, o professor paranaense se comunica com Gabriela Mineur, adida cultural da Embaixada da França, sobre arqueólogos franceses que lecionariam no Brasil. Diz ter encaminhado outra carta sobre o ensino de arqueologia na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, em especial o currículo do prof. J. L. Baudet. O objetivo da carta foi: *“o meu entendimento, como Diretor do Instituto, e a V. Excia., como Adida Cultural, é no sentido de conseguir a vinda do Prof. Raoul Hartweg – Prof. no Instituto de Ethnologia da Universidade de Paris – como Professor Visitante, por três meses – agosto, setembro e outubro – para um curso de especialização em Antropologia, conforme o entendimento preliminar quando da minha viagem a Europa em 1952-1953”*. (CARTA de Loureiro para Mineur, 19.02.54). Esta informação faz sentido sobre a hipótese da vinda de professores estrangeiros, pelo caráter temporário, o que seria inclusive melhor recepcionado pelos órgãos responsáveis pelo custeio das visitas. Importante observar que Loureiro Fernandes buscara instituições capazes de viabilizar a vinda de pesquisadores, tornando o intercâmbio científico suprido com verbas e facilidades diplomáticas, como no que segue na mesma carta: *“volto a consultá-la sobre o apoio que a Faculdade de Filosofia poderá contar da parte da Embaixada no sentido de permutar peças de interesse etnográfico com o Museu do Homem, a*

Faculdade enviaria material brasileiro e receberia em troca material da África. Fiz entendimento preliminar com o Prof. Henri Vallois, a dificuldade está na entrada e na saída do material nos respectivos países". Consultando os órgãos políticos e diplomáticos, Loureiro visualizava que estes seriam meios a facilitar os demorados trâmites alfandegários e burocráticos, tornando o intercâmbio científico mais fluído.

Retomando na trajetória de Loureiro, observou-se um bom trânsito em diversos órgãos públicos, como na secretaria estadual de cultura, contato com governadores, prefeitos e deputados, que culminaram, por exemplo, na promulgação da lei de preservação dos sambaquis, aparelhamento do Museu Paranaense, verbas para pesquisas e liberações em aduanas. Naquele momento, observa-se novamente a influência de agenciador de projetos, tornando seus objetivos possíveis pela lida com autoridades e instituições, expondo seus problemas e sugerindo soluções. Desta forma, a iniciativa de Loureiro parece ter sido da ação em resolver as questões que considerava prioritárias, como na formação de arqueólogos e antropólogos para pesquisas no Estado do Paraná. Em diversas ocasiões, como ainda será observado neste capítulo, a presença e insistência das solicitações do professor puderam permitir a execução de seus projetos, em especial nos órgãos de promoção da ciência no Brasil.

Em um destes contatos, com Fernando Altenfelder Silva, que estava realizando especialização nos Estados Unidos, revela algumas das intenções de José Loureiro Fernandes sobre a procura internacional de arqueólogos. Em correspondência datada de 26 de fevereiro de 1954, Fernando afirma: "*a finalidade desta é pô-lo ao par do que o nosso amigo Charles Wagley me comunicou sobre arqueólogos norte-americanos que poderiam preencher os requisitos que V. deseja: trabalhar em sambaquis e falar português ou espanhol*". (CARTA de Silva para Fernandes, 26.02.54). Considerando as interpretações de Adam Orssich e o contato com este que se encerrou no âmbito da Universidade do Paraná, a busca por outros arqueólogos que abordassem sambaquis, desta vez nos Estados Unidos, sugere a proposta de observar as interpretações daqueles sobre a realidade brasileira, além evidentemente de conhecer o estado da arte da arqueologia norte-americana. Isto confirma indiretamente a sugestão de que Loureiro buscava conhecer o maior número de pesquisadores interessados na pesquisa de sambaquis. Tal busca, no entanto, não deve ser pensada apenas como uma alternativa frente ao contato com o arqueólogo iugoslavo, mas como um leque aberto de contatos que enriqueceriam a visão da ciência.

Fernando Altenfelder cita cinco nomes (Rose Lilien, Bob Stigler, Georges O'Neill, Jack Hughes e Carlyle Smith), sendo a maioria de Nova Iorque, descrevendo as características

acadêmicas, média de idade, pesquisas realizadas, línguas faladas e intenções de vir ao Brasil. Havia em anexo currículos de Rose e Bob, que não constam no arquivo do CEPA, e uma separata com trabalho de Carlyle. Procura ainda se assegurar: “*estou evitando influenciar V. e estou lhe transmitindo o que Wagley me escreveu. Aguardo a sua deliberação a respeito e, sinceramente, vou ficar na torcida*”. (CARTA de Silva para Fernandes, 26.02.54). No fim da carta, como complemento do esquecido a datilografar, em lápis azul, ele relembra: “*P.S. Naturalmente, que, no caso de você se decidir por algum dos nomes mencionados, as negociações precisam ser entabuladas. Apenas Rose e Bob foram “sondados” por Wagley (Não sei se Smith fala espanhol)*”. Ou seja, procura conhecer a disponibilidade e locais possíveis de contatar arqueólogos, o que significa que para por em prática seus objetivos, precisava de uma rede de contatos tanto para fornecer currículos como para efetivamente convidar os pesquisadores. Estes arqueólogos não vieram ao Paraná, o que não inviabiliza o entendimento dos contatos buscados.³⁰

Em correspondência trocada entre Loureiro e Aryon Dall’Igna Rodrigues, observa-se por parte daquele o interesse em ficar atualizado das novidades acadêmicas da Antropologia na Alemanha – onde Aryon estava fazendo curso em Hamburgo –, e principalmente em conhecer equipamentos de gravação. A carta de Aryon para Loureiro, datada de 9 de março de 1957, diz: “*trato de escrever-lhe, a fim de acusar o recebimento do cheque do Banco da Província, que recebi já em janeiro. A esta carta junto dois recibos, um correspondente ao dinheiro para a aquisição do aparelho gravador, outro referente ao meu auxílio. Por este último estou-lhe profundamente agradecido*”. (CARTA de Rodrigues para Fernandes, 09.03.57). Trata-se, provavelmente, de uma ajuda de custo que Loureiro disponibilizou ao estudante de linguística, permitindo que comprasse livros e mantivesse instalado por mais algum tempo. Sobre os aparelhos, comenta de vários modelos, entre eles um fabricado em Laussane “*que foi empregado pela Dra. Leuzinger com muito bons resultados na África Ocidental (Leuzinger é uma etnóloga suíça, que voltou no ano passado da África e fez uma conferência sobre sua pesquisa musicológica aqui no Museum f. Völkerkunde)*”. Traz ainda em sua correspondência, especificações de duração das baterias, tempo de gravação e peso, preços e equipamentos complementares. Todas estas informações estão, a lápis, anotadas por

³⁰ Em 1957, sabe-se que Luiz de Castro Faria iria aos Estados Unidos, a convite do Departamento de Estado “*para visitar os EE.UU. durante três meses, a fim de percorrer museus e universidades, e devo embarcar no dia 4 de março vindouro. Desde já coloco a sua disposição os meus préstimos. Espero estar de volta na primeira semana de junho*”. (CARTA de Faria para Fernandes, 23.01.57). Ainda que não tendo mais informações sobre a referida viagem, se de fato ela ocorreu, nota-se o constante trânsito de pesquisadores em busca de centros e museus estrangeiros, talvez na tentativa de adquirir conhecimento e acordos para o desenvolvimento da ciência no Brasil.

Loureiro, pré-selecionando o modelo que julgava ideal para as pesquisas que estava desenvolvendo entre os índios Xetá, inclusive num folheto publicitário do modelo Butoba.

Pelo atraso em receber notícias, Loureiro enviara uma carta em maio do mesmo ano, dizendo: “*aguardava sua resposta sobre o aparelho de gravação. Você fala no novo modelo que seria exposto na Feira de Hannover, o que é que deu tudo isso? É indispensável que você traga o aparelho. Temos muito trabalho de campo com os índios do Paraná, nos quais as gravações interessam tanto a você como a mim*”. (CARTA de Fernandes para Rodrigues, 12.05.57). A preocupação de Loureiro explica-se por ele mesmo no fim da carta: “*Escreva-me logo mandando as informações pois necessitamos que no seu regresso o Instituto seja beneficiado com o recebimento de material científico que de outro modo será difícil de importar e de escolher*”. Estando Aryon na Europa, seu contato com equipamentos de gravação permitia que escolhessem os mais adequados para a tarefa. Este fato já seria respondido na carta de março, que talvez Loureiro não tenha recebido a tempo, pois Aryon explica ter demorado em escrever por causa dos cursos e disciplinas. De todo modo, pode-se supor que a importância de manter um contato na Alemanha justificasse a ajuda financeira em uma espécie de consultoria. Naquela correspondência de Aryon, de março de 1957, finaliza o texto neste sentido: “*como parece que temos dinheiro de sobejo para a compra do gravador julgo conveniente que o Sr. já procure indicar-me o que poderemos eventualmente comprar com o que sobrar, seja em aparelhos ou revistas ou livros*”. (CARTA de Rodrigues para Fernandes, 09.03.57). Esta preocupação foi posta em correspondência mais detalhada em final de setembro do mesmo ano, e em outras, como em trocas de cartas com Kozák, cinegrafista da Universidade que solicitara informações dos equipamentos de gravação de áudio e vídeo.

Loureiro, ainda, nutria em Aryon a oportunidade de no regresso ao Brasil estabelecer-se na Universidade do Paraná, mas que isto dependia do orçamento e do trânsito com o reitor. Escreveu Loureiro em 1958: “*Confidencialmente, meu ponto de vista é que poderia fazê-lo saber que, terminado seu estagio na Europa, você desejaria fixar-se no Paraná e que por isso consultava das possibilidades do seu aproveitamento numa cátedra universitária [...] Eu já insinuei ao reitor que você tem outras possibilidades no Brasil e seria lamentável que os paranaenses perdessem a sua colaboração*”. (CARTA de Fernandes para Rodrigues, 07.07.58). Não se deve julgar que o contato de Loureiro era estritamente interessado na obtenção de notícias tecnológicas, descartando qualquer outra área que o estudante Aryon tivesse a contribuir; ou ainda, que o professor via na formação na Alemanha a qualificação para credenciá-lo ao ensino no Paraná, mas que devido aos valores de remuneração e disponibilidade de recursos da Universidade do Paraná, tal intento não se concretizou.

Entretanto, além da parte tecnológica, a indicação de bibliografia e moldes eram outras preocupações. Na carta de Aryon, esta preocupação já constara: *“Do Dr. Krantz não recebi, infelizmente, nenhuma resposta. Creio que deverei procurar diretamente em Bonn, quando viajar para o sul. Por outro lado, já no ano passado, estive no Anthropologisches Institut da Universidade de Hamburgo, a fim de informar-me sobre outras possibilidades de adquirir modelos”*. (CARTA de Rodrigues para Fernandes, 09.03.57). Tratava-se de moldes de ossadas pré-históricas, de interesse de Loureiro para equipar a Universidade do Paraná de material de apoio aos cursos e interpretações. Na carta de Loureiro, afirma o professor: *“Agradeço-lhe as indicações bibliográficas. Já conhecia o trabalho publicado no Jornal dos Americanistas e a dessa bibliografia o Baldus me forneceu. [...] Pelo que vejo nada se consegue a respeito de moldes pré-históricos de Bonn. Vou receber alguma coisa adquirido no Museu do Homem. Tivemos para arqueologia uma ajuda do Governo Francês facilitada a vinda de material científico, para o “Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas”, através da mala diplomática da Embaixadora Francesa no Rio”*. (CARTA de Fernandes para Rodrigues, 12.05.57). Com este trecho, confirma-se o relacionamento com a embaixada francesa, com as facilidades diplomáticas em obter as liberações de materiais. Em rascunho de carta ao professor Joseph Emperaire, provavelmente em 1956, diz também: *“[o material adquirido] não pode ser despachado simplesmente, pois, teríamos complicações com a Alfândega. [...] avise-me por carta aérea logo que decidir o caso do material, para que eu possa tomar as necessárias providências”*. (CARTA manuscrita de Fernandes para Emperaire, s/d.).

Este quesito dos moldes foi retomado na carta de setembro de 1957, quando Aryon passa uma informação importante:

quanto ao material antropológico, visitei o Prof. Schultz, diretor do Instituto de Antropologia da Universidade de Zurique – o maior instituto e museu do mundo para primatas – e ele me disse que os melhores modelos de homens fósseis que se podem obter são os do Museu da Universidade da Filadélfia. O British Museum havia encarregado um especialista em modelagem de fazer reproduções de quantos tipos há de homens primitivos e de antropoides, tanto da Europa como dos outros continentes. Os moldes, que ficaram em poder do artista, foram vendidos, após a morte deste, à Wenner-Gren Foundation, que os pôs à disposição do University Museum de Filadélfia. Êste faz reproduções sob patrocínio da fundação e as vende a institutos científicos (CARTA de Rodrigues para Fernandes, 23.09.57).

Por fim, outro elemento importante nessa carta de Aryon trata de informar sobre o estado da pesquisa antropológica na Alemanha, como depõe ao citado Instituto de Antropologia de Hamburgo:

Mas não me puderam dar nenhuma informação, pois há muito que o instituto deixou de ser “antropológico” no sentido tradicional de palavra. O seu diretor, prof. Walter Scheidt, transformou a antropologia antes de tudo numa psicoanálise e eliminou do instituto toda a consideração da antropologia física e da paleontologia humana; o que os estudantes devem saber de anatomia é estudado na Faculdade de Medicina. [...] De fato, o interesse pela antropologia física desapareceu de tal maneira do instituto, que o professor considera desinteressante para o mesmo a aquisição da nova edição de Martin: “nós não usamos aqui esta obra”, disse-me um dos assistentes. Em consequência disso não há em Hamburgo, atualmente, um estudo de antropologia que possa servir aos etnólogos ou arqueólogos.

Apesar deste estudo enfatizar a busca de parâmetros estrangeiros para o estudo da arqueologia, pela Universidade do Paraná, isto não significava uma importação pura e direta de vários conceitos e métodos. Como já analisado sobre a interpretação arqueológica de Adam Orssich, aqui se pode observar o tom crítico de Aryon sobre o desenvolvimento da ciência antropológica em Hamburgo, ou ainda, no filtro que ele possuía para repassar a Loureiro, mostrando sua base de formação na antropologia física, e como a mudança para a “psicoanálise” não estava adequada ao trabalho arqueológico pretendido no Paraná. Desta maneira, percebem-se critérios de afastamento ou aproximação com áreas de conhecimento, e que nem toda novidade científica deveria ser transladada para o Brasil; o que mostra indiretamente um programa dos saberes antropológico e arqueológico. Na carta de 07 de julho de 1958, em anexo, Loureiro ainda enviara o regimento interno do Departamento de Antropologia, que acabara de fundar e pedia a Aryon que *“leia e com a sua experiência européia nos envie emendas, correções e novas sugestões. Os artigos não estão numerados (cite o número da página) pois devem ser aprovados, modificados ou rejeitados pelo C.T.A.”*. (CARTA de Fernandes para Rodrigues, 07.07.58). Ou seja, ainda que Loureiro tenha visitado a Europa diversas vezes, entrando em contato com instituições científicas e educacionais, e que as considerações de Aryon não fossem totalmente contra o que estaria no estatuto, ou mesmo avaliadas, o pedido seria um complemento, diante da “experiência europeia”.

Paralelamente, outro contato encontrado na documentação do arquivo do CEPA refere-se ao pesquisador Oldemar Blasi nos Estados Unidos. Blasi lá esteve porque no ano anterior participou do “Projeto Arqueológico Lagoa Santa”, sob coordenação do arqueólogo Wesley Hurt. Segundo depoimento de Blasi (2005: 45), *“o projeto teve a duração de 6 meses e, após seu término, ensejou-me ida aos EUA, para aperfeiçoamento arqueológico, no ano seguinte”*. Uma bolsa foi conseguida com ajuda de Loureiro, que evidentemente via na ida dele a chance de capacitação. O volume de correspondências entre 1957 e 1958 é relativamente alto, e o conteúdo delas reforça a ideia da busca no estrangeiro de informações que dotassem a pesquisa e o ensino da antropologia e arqueologia de bases científicas

reconhecidas mundialmente. Em 5 de junho de 1957, Blasi se comunica com Loureiro: “*são passados 4 meses desde que me ausentei de Curitiba, estando eu agora, portanto, em condições de relatar o que de mais interessante ocorreu comigo este período*”. (CARTA de Blasi para Fernandes, 05.06.57). Ele divide sua carta em tópicos, de ordem pessoal e estudantil, comentando os cursos que realizara na Universidade de South Dakota, nas áreas de Geologia, Museologia e aprimoramento da língua inglesa. Enfatiza que “*a maior parte do meu tempo, no entanto, esta sendo ocupada no aprimoramento dos conhecimentos arqueológicos. Tenho adquirido boa prática de laboratório, estando agora me preparando para fazer parte de um Projeto de pesquisas arqueológicas, durante os meses de Julho e Agosto, na margens do rio Missouri, próximo Gettysburg, Est. de South Dakota*”.

Além de dar informações, pergunta sobre as pesquisas antropológicas na Serra dos Dourados, em que Loureiro estava em contato com os índios Xetá. Também comenta que recebeu carta de Fernando Altenfelder sobre a instalação do CEPA, parabenizando o professor pelas primeiras medidas. Importante notar que comenta sobre publicações na área de arqueologia, como a “*American Antiquity*”, consultando sobre a possibilidade de assinatura. Por fim, havia programado o retorno ao Brasil na segunda quinzena de outubro, passando antes pelas cidades de Chicago, Boston, Nova Iorque e Washington D. C.

Loureiro Fernandes, em 8 de agosto de 1957, em resposta àquela carta, assim escreve a Blasi: “*folgo muito que prossiga na sua ideia de aprimoramento em conhecimento arqueológico, pois é um imenso campo de estudos, do mais alto interesse nacional e que está carecendo de brasileiros que a ele se consagrem especificamente [...] não seria interessante você trabalhar em outros centros arqueológicos*”. (CARTA de Fernandes para Blasi, 08.08.57). Sabendo do retorno em outubro, e mesmo das condições financeiras em visitar estes outros centros, promete: “*falarei com o Diretor do Instituto, tentaremos com a CAPES o que importa é que você se prepare bem em Arqueologia, pois o Paraná será um grande centro nesses estudos*”.

Assim como analisado da carta de Fernando Altenfelder Silva, Loureiro comenta do contato com Castro Faria: “*O Castro Faria falou-me sobre os centros arqueológicos que visitou nos USA e aconselhou-me que animasse a você ir ao menos a tres deles e tentar estagio são: o de Michigan, dirigido por James Griffin, o de Washington dirigido pelos Evans (nossos conhecidos Betty e Clifford) e o Centro de Pesquisas Arqueológicas de Berkeley California, dirigido por Robert Heizer. Há elementos ai que querem articular com o nosso Instituto de Arqueologia*”. É claro o objetivo de integração e conhecimento das instituições arqueológicas norte-americanas, ainda mais com a presença de um conhecido do professor

naquele contexto. Não se encontra no acervo do CEPA a carta citada por Loureiro, mas pela forma como a comenta, pode-se ter ideia do conteúdo. Comenta ainda: *“O Fernando falou tanto da possibilidade dos Evans virem ao Paraná e de repente silenciou. Sobre a possibilidade de Wesley Hurt vir o que há de positivo? Recebi uma carta sua, fiz-lhe uma pergunta a propósito e nada mais sei, sobre o caso”*.

Vários livros e coleções são comentados por Loureiro Fernandes, tanto aqueles que Blasi o indicara, como outros já adquiridos pelo CEPA. Comenta ainda dos índios Xetá, que fez comunicações na Bahia e em Recife, na qual Gilberto Freyre apreciou as notícias. Faz um breve panorama dos estudos arqueológicos no Paraná, das pesquisas de Joseph Emperaire e do curso de “Arqueologia Prehistórica” ofertado pelo CEPA, dos bolsistas, e comenta: *“como vê os horizontes são amplos para a Arqueologia nesta terra, mas falta arqueólogos”*.

A carta que segue da comunicação entre Blasi e Loureiro, foi datada de 18 de agosto de 1957, onde Blasi acusa o recebimento de um cheque no valor de 120 dólares. Comenta os dados passados pelo professor sobre as atividades do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, principalmente sobre os bolsistas nas pesquisas paranaenses: *“muito animadora a notícia de que 3 estudantes estão deveras interessados em arqueologia. Magnífica média para um centro estudantil como Curitiba. Aqui o Hurt consegue interessar 1 em cada 5 anos. A resposta para este baixo índice é a seguinte: arqueologia não dá dinheiro”*. (CARTA de Blasi para Fernandes, 18.08.57).

Entretanto, o que chama mais atenção nessa carta são as informações sobre estágio em outros centros de pesquisa arqueológica, mostrando que seguiu as sugestões de Loureiro da carta anterior, e escolhendo sobre o que considerava mais adequado aos objetivos traçados:

Acabo de redigir carta ao Clifford Evans consultando-o sobre as possibilidades de eu realizar um estágio de 30 dias no United States National Museum, em Washington, no mês de outubro próximo. Este Museu possui a melhor coleção, segundo o Hurt, de material etnográfico e arqueológico da América do Sul e, particularmente, do Brasil. O mesmo não acontece com outros museus, como o de Michigan e Califórnia, que se especializaram somente em material indígena da América do Norte. Caso obtenha resposta satisfatória, tratarei, em imediato, de lhe comunicar. Quero, no entanto, adiantar ao Sr. que para minha manutenção em Washington, por um mês, vou necessitar de \$350 ou \$400 dólares. O custo de vida na capital do país é elevadíssimo. Espero, com optimismo, que tal não venha a se constituir barreira para a possível realização do estágio.

Blasi ainda pretendia, antes do possível estágio, visitar institutos de antropologia da costa leste, sendo as passagens aéreas pagas pelo Departamento de Estado, e a estada por ele. Informa sobre Wesley Hurt que *“acabo de ter uma longa conversa com ele, sobre as possibilidades de uma nova visita ao Brasil. Revelou-me que tem grande interesse em voltar*

ao Br, e realizar pesquisas no Paraná, estado que muito lhe foi simpático. Ele deseja realizar pesquisas em Sambaqui. Sobre o assunto, oportunamente, remetera carta ao Sr. Posso-lhe adiantar que seria magnífico podermos contar com ele, pois é um grande arqueólogo e, também, magnífico etnógrafo". Provavelmente esta sondagem tenha sido feita pelo interesse que Loureiro tinha em contratar pesquisadores norte-americanos, e o "estado que muito lhe foi simpático" também tenha a ver com a instalação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, dotado de recursos e projetos na área de arqueologia, isto é, atrativo aos pesquisadores já formados naquela ciência em desenvolver trabalhos no Paraná. Neste sentido, ainda que estrutura estivesse fisicamente voltada no Museu Paranaense, a ampliação de possibilidades e o rumo de desenvolver a arqueologia no Paraná, com envio de pesquisadores aos Estados Unidos, pode ter influenciado na escolha de Hurt, como será analisado ainda neste capítulo. Cabe aqui apenas sinalizar que estes contatos de Loureiro, além de permitirem obter informações, passavam aos demais centros internacionais a imagem de desenvolvimento do estudo na área de arqueologia, o que poderia atrair pesquisadores, fomentando o estudo.

Em 3 de setembro, Blasi envia nova carta a Loureiro, desta vez para notificar que "*em resposta a carta que mandei aos Evans, em Washington, fui informado que eles terão maior prazer em facilitar tudo o que for possível para que eu aproveite, ao máximo, a minha estadia no National Museum. Eles disseram-me que irão iniciar um trabalho de classificação de material coletado em escavações realizadas as margens do Rio Napo, leste do Equador, que tem muita relação com o material Marajoara, dos quais eles são especialistas. Para tal trabalho eles esperam contar com a minha presença, a fim de que eu possa me familiarizar com a cerâmica que caracteriza tal área*". (CARTA de Blasi para Fernandes, 03.09.57). Pede, evidentemente, que consiga o valor para a estada, e que seja notificado até o dia 3 de outubro, data que estaria em Washington; em caso negativo, voltaria para o Brasil. Em resposta, Loureiro envia em 17 de setembro uma carta com o cheque de \$350 dólares, dizendo que "*quando lhe consultei sobre prolongar a estadia esperava que você se demorasse mais aí o que permitiria tomar providências junto a CAPES, mas, assim tão apressadamente não é possível se fazer nada neste Brasil burocrata*". (CARTA de Fernandes para Blasi, 17.09.57). Note-se os prazos curtos entre as cartas, mostrando que ambos tinham um movimento de informações rápido para a época, e que Loureiro vendo a grande oportunidade de manter vínculos com os Evans, "*num esforço de notável boa vontade, conseguimos arrebanhar uns saldos de verbas do Instituto e reunir trinta e poucos mil cruzeiros para comprar os tresentos*

e cinquenta dólares que estamos lhe enviando no cheque anexo, para que você não perca a oportunidade de estagiar no serviço dos atenciosos Evans”.

Na carta de setembro enviada por Blasi, este pedia que remetesse informações diretamente ao National Museum, não estando mais em South Dakota, fato que se observa na correspondência de 1º de outubro: *“acabo de receber das mãos do Clifford Evans, aqui no National Museum, a sua preciosa carta do dia 17 de setembro. Confesso que cheguei a temer sobre a remessa do cheque que acompanhava a mesma. [...] A verdade, porém, é que em nenhum momento e[u] duvidei da sua capacidade em solucionar os assuntos intrincados, principalmente os relacionados com dinheiro”.* (CARTA de Blasi para Fernandes, 01.10.57). Relata dos centros de pesquisa que visitou, não sendo possível contatar James Griffin em Detroit tão pouco Gordon Childe; os acervos não eram tão completos sobre a América do Sul, salvo que *“a melhor e maior coleção de peças arqueológicas da região amazônica encontra-se no Museu de Filadélfia, cidade que pretendo visitar na próxima semana, visto estar muito próxima aqui de Washington”.* Assim como Aryon havia comentado dos moldes de pré-históricos deste museu, Blasi completava com o acervo arqueológico, mostrando ser aquele museu um centro de referência a ser conhecido.

Oldemar ainda transmite a Loureiro Fernandes o objetivo que pretendia com o estágio de um mês na capital norte-americana: *“aqui pretendo realizar o levantamento dos processos usados na elaboração de material para exposições. Este museu possui o pessoal mais capacitado, do país, em tal metier. Já tive a oportunidade de visitar algumas exposições, podendo constatar a extraordinária equipe que aqui funciona. Já falei ao Evans sobre a possibilidade de aquisição de fotografias em preto e branco das exposições mais importantes, bem como de peças de especial interesse existentes no Museu, além de slides”.* Observa-se, além da capacitação técnica e aprendizagem das montagens de exposições museológicas,³¹ importantes para Loureiro na divulgação de pesquisas etnográficas e arqueológicas, a possibilidade de adquirir material sobre este tema. No decorrer da carta, Blasi comenta que adquiriu com alguns desfalques a coleção da *“American Antiquity”*, e do projeto que havia em adquirir um jipe para facilitar as pesquisas de campo no Paraná, mas que devido aos preços e a situação de importação, ainda não era a melhor solução naquele momento.

Por fim, diz que *“os Evans mandam um abraço para o Sr. e alimentam a esperança de não só visitar o Paraná, com também realizar pesquisas arqueológicas. São como o Sr. já*

³¹ Nessa época, Fernandes começava a estruturar o Museu de Arqueologia e Artes Populares da Universidade do Paraná, que seria implantado no antigo colégio dos jesuítas, em Paranaguá. Sua inauguração aconteceu em 1963.

esta ciente, magnificas pessoas, alem de possuírem meios de conseguir boas verbas para pesquisas”.

Quase finalizando seu estágio em Washington, Blasi diz ter conseguido peças (cerca de 300) de procedência da América do Norte, que seguiriam em janeiro de 1958. Em troca, deveria enviar peças do sul e dos sambaquis, “*que não foram escavados cientificamente e que hajam em duplicatas (mais ou menos), bem como trançado dos índios Caingang. Tudo, naturalmente, dependendo da sua previa autorização*”. (CARTA de Blasi para Fernandes 25.10.57). Talvez a data de despacho fosse adiada para janeiro considerando um primeiro contato entre Blasi e Evans, que dependia, como citado na carta, da disposição de Loureiro, quando Blasi já estivesse no Brasil e decidissem sobre o câmbio de peças. Sendo peças sem contexto arqueológico, a título de inventário e exposição de formas, poderiam ser enviadas em troca de enriquecer com outros objetos oriundos de outros locais. Assim, tanto de saberes no campo da arqueologia e museologia, como de objetos fez-se a visita de Blasi no Museu Nacional de Washington.

Apesar dos casos serem independentes e sem conexão, o envio de dinheiro para Oldemar Blasi e Aryon Rodrigues configura e comprova uma estratégia importante para Loureiro obter contatos e informações sobre órgãos de pesquisa e ciência na Europa e Estados Unidos. Parece que em cada caso foi enfatizado um objetivo: a Aryon a aquisição de equipamentos, e a Blasi, a instrução acadêmica na área da arqueologia. Em ambos a consulta bibliográfica era requisitada, permitindo a atualização de referências e aquisição de obras para o ensino e pesquisa.

3.4 O PROCESSO POLÍTICO-EDUCACIONAL DE CRIAÇÃO DO CEPA

A criação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas na Universidade do Paraná, em dezembro de 1956, foi um projeto em que José Loureiro Fernandes se empenhara a diversos anos, conforme pode ser observado de sua intensa atividade na Antropologia e Arqueologia, pelos vínculos e contatos agenciadores que conseguia estabelecer, e pelas posições de direção em setores na universidade, todos estes pontos em conjunto e harmonizados. No entanto, a institucionalização do ensino de arqueologia no Paraná passou por algumas críticas, entre elas a finalidade de tal curso no Brasil, mas que foi devidamente

justificado por Loureiro a fim de realizar uma de suas maiores realizações e legado para a ciência brasileira.

Em 1952 a universidade enviou-o à Europa para representá-la em eventos científicos e estabelecimento de acordos de cooperação. Algumas destas informações podem ser resgatadas nos arquivos do CEPA, em folhas que constituem uma espécie de diário e impressões desta viagem, manuscritas por Loureiro Fernandes, sem que se possa datar de quando foram feitas. Há, por exemplo, alguns dos objetivos listados no que provavelmente seria uma introdução de um relatório de prestação de atividades, talvez exposto em alguma reunião oralmente, pela disposição em tópicos. Entre eles, Loureiro afirma que voltando à Europa após 24 anos, podia comparar o progresso universitário intenso no Brasil, como a criação de universidades. Sobre este campo,

nosso ensino superior começou tomar vulto desde que (sobretudo em S. Paulo) reagiu contra uma rotina didática criada por bacharéis de boa-vontade e interessados médicos e engenheiros. Bachareis que dada a não especialização eram capases de lecionarem Teoria do Estado – Geografia Física e até Botânica. Dado o progresso das ciências não se compreende num meio que merece o verdadeiro qualificativo de universitário, tal estado de cousa. Temos impressão que a hora chegou de por termo a essa improvisação do ensino superior. [...] Neste sentido recebi o encargo do Sr. Reitor entendimento preliminar (ANOTAÇÕES de Fernandes sobre a viagem à Europa).

A finalidade da viagem, pois, parece evidente em sua introdução. A universidade não deveria ser um espaço para simples retransmissão didática de conhecimentos, mas produtora de cientistas que produziram suas interpretações e técnicas conforme suas áreas. Se houve um progresso neste campo no Brasil, segundo a visão de Loureiro, foi fruto da iniciativa pontual de alguns idealizadores do ensino superior. Apesar de não se mencionar, ele deve ser incluído neste grupo, por sua atividade intensa. Se com atitudes particulares alguns resultados já eram observados, a estruturação do ensino superior em bases de pesquisa científica moderna e planejada traria benefícios maiores ainda, e por isso “a hora chegou de por termo”. E talvez, pela forma como expunha a meta, parece ser um consenso entre os gestores da universidade, convencidos da necessidade de atualizar a sua estrutura a partir da experiência européia, e não somente um ideal de Loureiro; disto pode-se deduzir pela viagem financiada pelo Instituto de Pesquisas da universidade. Ele representaria, segundo suas anotações, a instituição paranaense nos congressos de Viena e Cambridge, e buscava auxílios de bolsa de estudos. De qualquer forma, afirma ainda que *“aproveitando a oportunidade que a Universidade nos proporcionou com esta viagem, deliberamos permanecer a nossa custa mais seis meses na Europa para executar o programa de estudos proposto”*. O fato de estar

na Europa, com o objetivo de se atualizar quanto à estrutura universitária, dava a oportunidade de estender este mote para outros locais daquele continente, tendo assim uma visão mais ampla do caminho a seguir no Brasil.

Além da Inglaterra e Áustria, programou viagem por Portugal, França, Itália, Suíça, Alemanha, Dinamarca e Espanha. Em cada um dos locais, uma descrição breve da cidade, dos pontos turísticos, qualidade e facilidade de vida, e principalmente dos locais de ensino e pesquisa. A título de exemplo, na Alemanha, em visita a cidade de Dusseldorf, comenta sobre a organização dos objetos de indústria moderna no Wirtshaft-Museum:³² *“pareceu-nos muito perfeita a maneira como enfrentaram os complexos temas das organizações industriais de maneira a despertar o interesse do grande público. Serviram-se para isso não só de produtos e máquinas industriais, mas também de numerosos diagramas, mapas estatísticos, dioramas, associando frequentemente iluminação no momento oportuno e fazendo modelos moveis acionados pelo próprio visitante”*.³³ Com estas anotações, portanto, consegue-se supor o nível de contato e parâmetros que julgasse adequado, o que já observado na correspondência com Adam Orssich. Em Portugal, também, esteve presente em uma escavação de sambaqui, permitindo observar o trabalho de arqueólogos, e se interar das técnicas e métodos que tanto buscava conhecer e se atualizar.

Com os problemas institucionais no Brasil, a viagem teria a vantagem de buscar soluções para eles, principalmente se considerar a própria constatação de Loureiro de que os “bacharéis de boa-vontade” que tomavam a iniciativa de tal empresa, no pouco ou inexistente apoio do governo no fomento universitário do período. A viagem, sob tal perspectiva, se apresenta como mais uma medida isolada de transformar a condição de ensino de áreas carentes no país, na busca de outra realidade e tentando adaptá-la.

Do ponto de vista institucional, o ano de 1953 parece ser um momento importante no início de concretizar a melhoria da ciência arqueológica no Brasil. Ao realizar-se Iº Congresso de Reitores das Universidades Brasileiras em Curitiba no dia 15 de agosto, uma moção em defesa dos sítios pré-históricos foi apresentada por Loureiro Fernandes aos reitores, justificada pela então crescente destruição de sambaquis, que *“como jazidas artificiais e de interesse prehistórico deve a preservação das mesmas ser objeto de preocupação da parte de todos os homens de cultura e de modo específico das entidades cujo principal objetivo é o progresso educacional e científico na nação como soem ser as Universidades”*. (MOÇÃO aos

³² Trata-se de um museu voltado a História da Economia da Alemanha, onde diversas exposições desde aquele período de visita de Loureiro enfatizaram cultura material da industrialização. <<http://www.nrw-forum.de>>

³³ Mais tarde, essas ideias foram por ele postas em prática, na montagem de exposições no Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá (INFORMAÇÃO de Igor Chmyz, em 3 de novembro de 2010).

Reitores, folha 3, 15.08.53 – ANEXO B). Argumenta ainda que o Estado do Paraná se cercava de medidas para assegurar a proteção e estudo, como o decreto nº 1.346 de 1948, assinado pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto, também professor da Universidade, mas que casos em São Paulo, denunciados por Paulo Duarte na imprensa, necessitavam de maior atenção das autoridades. Em decorrência desta questão, afirma que “*cabe em particular às Universidades no seu labor científico desinteressado reconstruir, através do estudo permanente e sistemático dessas jazidas as grandes linhas da prehistória brasileira*”. Percebe-se como Loureiro entendia a finalidade da universidade, em especial aos problemas nacionais de caracterização do passado.

Na continuação de sua exposição, encontra-se talvez o mote conclusivo de tal projeto: “*a esse propósito, a nossa recente viagem à Europa, aumentou-nos a convicção que altamente proveitoso seria para a prehistória brasileira a exploração de jazidas, sob orientação de professores estrangeiros, de sedimentada formação universitária e com a larga colaboração dos nossos professores, licenciados e mesmo alunos de cursos universitários de História, de manifesta tendência para tais estudos*”. Ou seja, tendo observado tal dinâmica em universidades e centros de pesquisa na Europa, e comparando este campo no Brasil, como observado de suas anotações, entende-se que Loureiro Fernandes propunha o respectivo avanço no Brasil. E o argumento utilizado neste sentido foi a lei 1.190 que regia os estatutos básicos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no Brasil, em especial reproduzindo as palavras de Gustavo Capanema para criação de tal legislação e instituições no Brasil:

somos, neste particular um país de autodidatas. Os nossos pesquisadores e escritores são, em geral, trabalhadores isolados que formam a própria cultura com o mais angustioso esforço, desprovidos da assistência de mestres experimentados, da colaboração de colegas da mesma vocação e dos recursos técnicos imprescindíveis ao eficiente trabalho intelectual. Se grande numero deles conseguem chegar às culminâncias, emparelhando-se às vezes com os mais altos espíritos das outras nações, de tal coisa só decorre das prodigiosas qualidades inatas dos filhos deste país. Estamos, porém, longe de ser uma grande nação produtora de cultura”.

A semelhança dos argumentos com as impressões e objetivos da viagem à Europa acaba por confirmar a insistência de sensibilizar as autoridades, no caso os reitores, a pressionarem politicamente a criação sistemática de cursos de arqueologia, pois “*são fatos correlatos: a existência de jazidas arqueológicas e o funcionamento de cátedras de arqueologia, formando as ‘boas escolas’, dos futuros investigadores dessas jazidas*”. Ora, se Loureiro Fernandes investiu seus esforços primeiramente na preservação de sítios arqueólogos pela letra da lei, conforme os decretos e procedimentos para tal, tentando evitar o

desmonte crescente dos sambaquis sem o acompanhamento de arqueólogos, passava-se a etapa seguinte de permitir que tal norma fosse cumprida pela obrigação existencial das universidades, e para tanto iniciava sua empresa com as pessoas responsáveis e de peso político para pressionarem os dirigentes governamentais. A estruturação, como se pode observar na citação, constituía na formação de “escola” nacional, isto é, em cursos frequentes a partir de um projeto. Sobre isso ainda afirma quase no fim da moção: *“o nosso esboço pré-histórico foi traçado, até hoje, a mór parte das vezes, por cientistas estrangeiros, com frequente perda, para a Nação, do material documental arqueológico e sem a seqüência do trabalho de equipes de uma escola nacional”*. Neste raciocínio, cabia às universidades tratar de formar uma corrente interpretativa específica, ainda que oriunda de técnicas e métodos europeus e norte-americanos; seguindo o exemplo de países sul-americanos *“nos quais em ambiente de íntima colaboração científica, trabalham durante anos, no setor arqueológico, professores com cientistas estrangeiros e alunos universitários, colaboração esta de tão fecundos resultados, para o conhecimento da arqueologia sul americana”*.

Havendo o entendimento de formar pesquisadores brasileiros em cursos, e não pontualmente em pesquisas de salvamento, quando a verba para tanto era escassa e voltada para vinda de pesquisadores estrangeiros num primeiro momento, Loureiro talvez tenha projetado que o fomento universitário além de suprir a carência por profissionais formados no próprio país, pudesse destinar a aplicação de recursos nacionais em formação de arqueólogos também do Brasil. O que deveria ser permanente era a promoção de cursos de capacitação, alocando recursos específicos para tanto, permitindo ao interessado na pesquisa brasileira, o espaço e infraestrutura para isto.

Argumenta que em decorrência *“da cátedra surgirão os organismos técnicos e formar-se-ão os cientistas que irão criar a verdadeira pré-história brasileira revelando-lhe muito dos seus numerosos enigmas”*. Ou seja, a universidade como meio de formação científica teria a função de promoção, produtora e incentivadora do desenvolvimento de técnicas e profissionais habilitados a tratar do estudo do passado arqueológico brasileiro, em diversas regiões do país. Assim, parece que um ciclo se encerraria, justificando o papel político e social das instituições universitárias, voltadas para as demandas locais. Note-se como sua insistência era na direção de permitir estruturar a arqueologia no país, e não ficar dependente de recursos e ações pontuais, ou interpretações apenas de estrangeiros que muitas vezes traziam suas teorias, muitas destas não compatíveis. Talvez vendo o progresso universitário na Europa, onde os centros eram organizados e com financiamentos e incentivos governamentais, a realidade brasileira necessitava do mesmo tratamento.

Parece que a moção teve aceitação na reunião, pois junto dela encontra-se uma mensagem ao Ministro da Educação e Cultura sobre a necessidade de preservar os sambaquis, como fonte de estudo do homem pré-histórico.

Apesar do embasamento de Loureiro naquela moção, e da provável aceitação por parte dos reitores, o fato é que nenhuma medida significativa e concreta foi tomada desde então. Por isso, no 31º Congresso Internacional de Americanistas, de agosto de 1954, outra moção na Sessão de Arqueologia foi feita no sentido de reiterar os pedidos de organização do ensino e pesquisa arqueológicos no Brasil. Muito mais curta que a de 1953, esta defendia o estudo dos sítios pré-históricos em bases sólidas: *“considerando que êste estudo exige preparo adequado de pesquisadores treinados nas modernas técnicas de escavação arqueológica, encarecem aos poderes competentes a importância da criação da cadeira de Arqueologia Pré-Histórica junto às Faculdades de Filosofia das Universidades Brasileiras”*. (Moção ao 31º Congresso Internacional de Americanistas, 28.08.54 – ANEXO C). Note-se como não se tratava de um direcionamento para uma faculdade em específico, mas para todas as instituições do país. O sentido do documento era pela sensibilização da CAPES, isto é, que ela colocasse à disposição recursos para suprir tal área de conhecimento pelas faculdades de filosofia. O texto foi assinado por Paulo Duarte, Luiz de Castro Faria, José Loureiro Fernandes, Fernando Altenfelder Silva, Oldemar Blasi e Adam Orssich de Slávetich, ou seja, os participantes da sessão e os mais preocupados naquele momento com o tratamento dos sambaquis no Brasil. Apesar de Joseph Emperaire ter participado do congresso, e pertencer ao grupo de pesquisadores do eixo Paraná-São Paulo-Rio de Janeiro, não há assinatura dele na cópia do documento no arquivo do CEPA. Trata-se, pois, de mais uma tentativa em que Loureiro se empenhara para solidificar o estudo arqueológico. Como será visto por outro documento, tal pedido sofreu críticas do representante da CAPES, o que não encerrou a insistência de Loureiro em seu projeto.

Loureiro Fernandes voltava cerca de dois anos depois com pedido a CAPES para o ensino e pesquisa de arqueologia. Contava ainda com o empenho do professor Pierre Dufour, que esteve no Rio de Janeiro tratando pessoalmente com Rudolph Atcon, encarregado do programa universitário do órgão, sobre a implantação do centro. Em carta de 14 de junho de 1956 a Rudolph Atcon, retoma o tema da criação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, deixando claro os contatos que tinha com Anísio Teixeira, *“pela sua atuação no problema quando da realização do 31º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em 1954, em S. Paulo”*. (CARTA de Fernandes para Atcon, 14.06.56). O “problema” a que se refere o professor, era a crítica que sofreu por parte do representante da

CAPES, que pode ser entendida indiretamente em documento que foi anexado na correspondência para Rudolph Atcon. Sob o título de “O problema das jazidas arqueológicas no Paraná”, comenta a moção de 1954:

Moção que, quando submetida a plenário, recebeu a ponderação do representante oficial da CAPES, sob o risco de criação, em todas as Faculdades, da cátedra de Arqueologia Prehistórica, sem estarmos de posse de profissionais competentes para o conveniente exercício da função e conseqüentemente para preenchermos novos cargos que seriam creados. Na verdade, reconhecemos que, sem a segurança do contrato de professores ou especialistas estrangeiros da matéria, para o exercício dos referidos cargos, correriam os mesmos, entre nós, o risco de serem desempenhados por indivíduos imbuídos de idéia de cultura geral e, conseqüentemente, seria mais uma cátedra para proporcionar esse tipo de aula sobrepujada já no nosso ensino médio ao qual o Professor Peregrino Junior chamou de ‘aula de sobrecasaca, teórica, erudita, enfática e inútil’. (O PROBLEMA das jazidas..., 14.06.54 Anexo D).

Sua convicção era pela instalação e consolidação do ensino de arqueologia no Brasil, em sua meta cada vez mais clara de criar o centro de arqueologia no Paraná, o que tornava a discussão no congresso apenas um problema de partida: se não havia pessoal formado para tanto, dever-se-ia, pois, incentivar tal área carente. Se moção na reunião dos americanistas sugeria a iniciativa da CAPES, mas não era bem recebida, voltava Loureiro para que tal intento ao menos fosse pontual, isto é, se não era para aplicação geral no país, que a Universidade do Paraná tinha interesse e experiência no assunto, faltando o estabelecimento de um acordo de recursos. Argumenta Loureiro que *“conforme ficou patente nesse Congresso, o problema do estudo científico de nossas jazidas, tem que ser enfrentado com maior amplitude, e não limitando à iniciativas individuais pouco especializadas”*. Sobre isto, continua no texto: *“urge não só o planejamento e a realização de estudos, cuja continuidade seja convenientemente assegurada mas também a organização de um núcleo ou núcleos de estudos arqueológicos, nos quais se possam formar equipes de especialistas nacionais aptas a assegurarem o progresso dos estudos e pesquisas pré-históricas entre nós, pois é tempo de sairmos do empirismo de estudo dos achados puramente ocasionais” e “cuidar um pouco do preparo de especialistas”*. Observa-se que a preocupação de Loureiro pela “continuidade assegurada”, referia-se a verbas garantidas anualmente e sobre as diversas atividades, dentro da “organização de um núcleo ou núcleos”. Segundo Loureiro no documento, a Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná tentou solucionar o problema criando como disciplina optativa uma cátedra de Arqueologia Pré-histórica no curso de Geografia e História, sendo o projeto enviado ao Ministério da Educação em 1955, *“onde permanece sem solução até a presente data”*.

Como alternativa, Loureiro procurava a ajuda da CAPES, argumentando sobre as atividades arqueológicas já realizadas na Universidade do Paraná, a infraestrutura que seria aproveitada, inclusive do Museu Paranaense, o potencial e quantidade de sítios arqueológicos no Estado, resumidos no seguinte trecho: *“congregados todos esses auxílios brasileiros – CAPES, C.N.Pq, Universidade do Paraná, Governo do Estado, Museu Paranaense – com os franceses, seria possível fazer funcionar um “Centro de Pesquisas Arqueológicas e de Paleontologia Humana” no Paraná sobre cujos excepcionais resultados para o progresso científico dos estudos sobre o passado da terra e do homem brasileiro, não tenho dúvidas”*. Quando menciona “os franceses”, sugere a colaboração do casal de arqueólogos Joseph Emperaire e Annette Laming, que poderiam vir em 1957 para trabalhos de 10 meses, em breve descrição de intenções de materiais e recursos humanos necessários.

Aos olhos de Loureiro, não bastava apenas receber das autoridades competentes a confirmação do interesse pela implantação do centro de ensino, se este não tivesse um programa coerente. Neste sentido, em outro documento anexado à correspondência para Atcon, em 14.06.56, expõe com uma clareza de ideias a estruturação do ensino. Nele, Loureiro historia e embasa o funcionamento dos cursos das faculdades de filosofia no país, e da necessidade do curso de arqueologia, dentro do seguinte pensamento:

Não se nos afigura, no entanto, útil a criação de cátedra na qual sejam apenas ministrados ensinamentos teóricos de arqueologia, mas sim, de cátedra, onde a par dos indispensáveis conhecimentos teóricos, possam os alunos interessados adquirir sólidos conhecimentos de pré-história que os tornem capazes de enfrentar os problemas concretos das jazidas brasileiras, contribuindo assim, com os seus trabalhos de investigação, para o progresso dos estudos arqueológicos entre nós (DA NECESSIDADE da criação de... – ANEXO E).

Tal argumento vai exatamente contra ao entendimento que o representante da CAPES no congresso de 1954 tinha sobre o assunto, pois Loureiro não concordava com a existência só de aulas teóricas, mas também o exercício prático e investigativo que definia (e define ainda hoje) o ensino universitário, produtor de conhecimento. Após insistir novamente nas questões de preservação dos sítios, da importância para o conhecimento do passado do território brasileiro, afirma que *“mas, para o estudo dêsse documentos necessita o Brasil de arqueólogos com a devida formação científica, e com o necessário treinamento em pesquisas dêsse gênero, o que se nos afigura só será possível criando, na Universidade, um centro de preparação científica e didática”*. Numa série de sete pontos que entendia por linhas mestras, percebe-se sua clarividência nos problemas e soluções, que o credita a capitanear tal empresa:

- 1) Existe em nosso país, jazidas da mais alta importância arqueológica, cuja destruição vem acarretando perda irreparável de documentos, os quais são básicos à ciência a fim de poder reconstruir nossa prehistória.
- 2) Para o estudo de nossos documentos prehistóricos, necessitamos de muitos arqueólogos, convenientemente preparados e devidamente treinados.
- 3) A simples importação de cientistas para pesquisas determinadas, com relação ao exame e estudo de documentos prehistóricos é medida louvável e conveniente, mas, nunca suficiente.
- 4) Em nosso país, inexistente um centro de formação de arqueólogos; para que possamos formar um arcabouço científico com relação à arqueologia, torna-se necessário a criação na Universidade de um centro de estudos, dedicado a arqueologia brasileira. Tal centro exige além da importação de cientistas, a formação sob sua influência de técnicos especializados que fiquem em nosso meio.
- 5) Nem em nosso país, nem fora dele, existe um centro que tenha acumulado conhecimentos metodizados sobre arqueologia brasileira. Nas publicações, sobre arqueologia americana, o Brasil continua ainda, nesse setor, uma terra muito pouco conhecida.
- 6) Não é possível improvisação, pois, a arqueologia prehistórica é uma ciência especializada, que embora relativamente nova, possui um vasto cabedal de dados acumulados pela experiência de arqueólogos do Velho e Novo Mundos.
- 7) O primeiro passo para a solução é, sem dúvida, a criação de uma cátedra de arqueologia na qual dar-se-á a formação universitária de jovens devidamente treinados nas técnicas, métodos e conceituações teóricas de arqueologia.

A maneira como estrutura e sequencia o problema deixa em evidência a experiência que tinha no assunto, notadamente sobre a parte administrativa e de como deveria proceder para executar seu projeto. Como já analisado, a trajetória de Loureiro Fernandes em diversos órgãos, comandos e contatos com instituições de ensino e pesquisa, tanto no Brasil como na Europa, capacitaram e desenvolveram em sua visão de ciência o compromisso com a produção de conhecimento a partir de investimentos que trariam benefícios. Observa-se a preocupação e interesse pela “importação” de técnicas e teorias na arqueologia do Brasil, pois praticamente inexistiam estudos sobre esta área, mas desde que conseguissem formar profissionais habilitados para conduzir cientificamente estudos seqüentes e, portanto, criar uma “escola” de arqueologia, “que fiquem em nosso meio”.

Além desta exposição da necessidade do ensino de arqueologia, o documento apresenta o sequenciamento que tal ensino deveria seguir. Organizado em período de três etapas, pensado talvez em um triênio, os alunos iniciariam com uma seção geral com visão panorâmica da arqueologia, sobre métodos e técnicas da arqueologia pré-histórica, em especial da Europa. No segundo ano, o aluno seria iniciado no estudo da arqueologia americana, direcionando o olhar cada vez mais para a realidade específica nacional, pois:

finalmente, com uma visão geral da arqueologia americana, está o estudante apto a iniciar seus trabalhos e pesquisas na arqueologia brasileira, constituindo êsse, o coroamento do curso. Tanto mais que neste segundo ano adquiriu o aluno conhecimentos indispensáveis da arqueologia americana, facultando-lhe assim

julgar, face ao back-ground adquirido no primeiro ano da disciplina o que já foi feito no novo mundo, sentindo, portanto, o problema arqueológico não só em novas, mas, particularmente, em mais próximas áreas. Assim, será atingida a etapa final, e com a base anterior, poderá ser examinada e tratada em particular, a arqueologia pré-histórica brasileira”.

O ensino progressivo era associado às necessidades locais, tornando-o aplicável em técnicas e na geração de pesquisas ao mesmo tempo em que era formativo. Na última etapa, os alunos colocariam em prática os conhecimentos teóricos, exercitando classificações e tipologias de objetos. Note-se o caráter transformador do ensino de arqueologia, muito distinto da crítica do representante da CAPES, que o entendera ser essencialmente erudito e sem finalidade concreta.

Observando os documentos anexados na carta para Atcon, pode-se definir “O Problema das jazidas Arqueológicas no Paraná” como uma justificativa de intenções e competência do órgão de fomento. Já o “Da necessidade da criação de uma cátedra de Arqueologia pré-histórica na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná”, como a estruturação minuciosa e bem planejada de seu plano de ensino de arqueologia. Nestes, portanto, observa-se como Loureiro não era um cientista “romântico”, apenas interessado em desenvolver a arqueologia no Brasil, mas conhecedor dos problemas e dificuldades do ensino superior no país. Pelos documentos e ideias expressas, entende-se Loureiro como um intelectual preocupado em encontrar soluções e planejar etapas executáveis, bem fundamentadas e com projeções de resultados condizentes com seus investimentos. Conseguia transitar tanto pelo desejo de desenvolver a ciência no país sob a mais alta capacitação possível, mas ciente dos limites que o Brasil impunha neste sentido. Sobre isso, podem-se perceber como vários dos seus ideais eram barrados por trâmites burocráticos, falta de recursos financeiros, insensibilidade política, mas que não o impediam de continuar a implantá-los, sempre em medidas de contorno.

Deixa Loureiro em seu pedido mais argumentos, ainda, como a solicitação de auxílio para a Seção de Arqueologia do Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, para o qual aprovava um plano de atividades para aquele ano, isto é, de que o Conselho capacitado entendia a importância dos projetos propostos na área de antropologia; como também outra cópia da já comentada moção do Congresso de Americanistas, “*encarecendo aos poderes competentes a importância da criação da cadeira de Arqueologia Pré-histórica junto às Faculdades de Filosofia das Universidades brasileiras*”. (CARTA de Fernandes para Atcon 14.06.56). Procurava se cercar de vários respaldos, inclusive de ordem legislativa, como o decreto nº 1.346/51 no Paraná sobre a preservação de sambaquis para pesquisas científicas.

Portanto, o pedido de Loureiro era pela criação de condições estáveis de contratação de professores estrangeiros para transmitir as “modernas técnicas”, o que dependia de recursos fixados e disponíveis, para a partir de então, desenvolver a pesquisa arqueológica com fluência. Note-se como nos diversos documentos analisados até o momento a preocupação de Loureiro foi de viabilizar o contato com pesquisadores estrangeiros, atualizados e interessados em pesquisar e ensinar no Brasil. Em nenhum momento consta que ele queria que estes fossem fixos,³⁴ mas que contribuíssem para o desenvolvimento da ciência no Brasil, e para isto necessitava Loureiro de verbas e órgãos governamentais que facilitassem o trânsito de ideias e pessoas. O peso político e argumentativo da carta de Loureiro em 14 de junho de 1956 muito provavelmente contribuiu para o processo que culminou com a criação do CEPAC, devido sobretudo a quantidade de itens e embasamentos que legitimavam sua proposta.

Em resposta, Rudolph Atcon afirma ter recebido o memorial de intenções por Dufour, e que “*a CAPES tem o máximo empenho na formação de técnicos e cientistas brasileiros, muito particularmente quando não há, ou são muito raros, elementos nacionais que se possam dedicar ao ensino e pesquisas em matérias de mofino desenvolvimento no País*”. (CARTA de Atcon para Fernandes, 21.06.56). Nela, não existe nenhuma ressalva à proposta de Loureiro, o que pode indicar o grau de persuasão e, principalmente, o entendimento prático para colocar em operação o ensino de arqueologia no Brasil em nível científico permanente.

Pela reunião com os membros da então Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, desta vez comunicado a Loureiro em 10 de agosto, “*por dez meses, a partir de 1º de janeiro de 1957, financiaremos o Professor e Mme. Emperaire, conforme suas indicações*”. (CARTA de Atcon para Fernandes, 10.08.56). Pedia o currículo dos professores franceses, e confirmava ainda a concessão de quatro bolsas para estudantes para trabalho de campo e treino durante o período. O teor da carta é importante para o entendimento tanto do objetivo da CAPES como de Loureiro, que parecia ter enfim

³⁴ Sobre isto, inclusive, encontra-se indício bastante evidente. Quando, em 1957, Joseph Emperaire estava ministrando o curso “Arqueologia Prehistórica”, o primeiro promovido pelo CEPAC, Loureiro Fernandes recebeu de Paulo Duarte o pedido para contratação temporária do arqueólogo Pierre Neuville, que seria posteriormente empregado no instituto paulista. Havendo indisposição entre os franceses, por motivos políticos, e dos pedidos de ambos a Loureiro para intermediar o conflito, este envia uma carta confidencial a Joseph Emperaire, tentando mostrar seu ponto de vista. Entre este assunto, acaba revelando o que pode ser entendido como “programa de formação de arqueólogos”: “*Leia minhas cartas reflita bem no que eu lhe disse e verá que estou plenamente de acordo deste conceito de ciência [...] mas na prática, há manifestações de Escolas, Técnicas e Métodos cuja influência não podemos deixar de sentir na dinâmica da ciência. Quer me parecer, ter sido este um dos motivos pelos quais o Conselho Científico do ‘Centro’ planejou o rodízio anual de arqueólogos, para que os bolsistas possam ter contatos amplos com homens de ciência e principalmente com suas técnicas e seus métodos, de sorte a possibilitar a formação nas nossas novas gerações, de indivíduos qualificados para os múltiplos sectores da investigação científica*”. (CARTA manuscrita de Fernandes para Emperaire, s.d.).

sensibilizado o órgão adequado ao seu projeto, auxiliando no fomento que o Instituto de Pesquisas da Universidade paranaense já efetuava. Complementa Rudolph: “*o motivo da nossa assistência não é custear pesquisa arqueológica, mas proporcionar oportunidade para jovens brasileiros aprenderem técnicas arqueológicas no campo, pois nosso objetivo é fomentar o desenvolvimento de uma técnica faltante, esforçando-nos, assim, para preencher uma lacuna cultural que indubitavelmente existe*”. Note-se para o detalhe: a verba não era para pesquisas, mas para que brasileiros pudessem entrar em contato com técnicas carentes no país; provavelmente este tenha sido mais um argumento de Loureiro em conversas pessoais com os responsáveis da CAPES, demonstrando o papel da universidade no ensino, como se sabe das moções já analisadas.

O Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, assim como seu nome informa, trataria do desenvolvimento de pesquisas, que de forma indireta capacitariam os participantes; já a CAPES custearia o fomento do ensino, que também ocorreria em parte no campo de escavação, mas com programa mais objetivado na formação de pessoal. As duas agências promotoras do ensino superior, enfim, permitiam que a ciência de forma geral pudesse estar em prática na Universidade do Paraná, ampliando os esforços que ela até então já realizara.

Já no final de novembro, Rudolph Atcon enviou outra correspondência, sinalizando que para o pleno funcionamento do centro arqueológico, recomenda que “*o Instituto sob sua superior direção e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo estudem a possibilidade do curso a ser ministrado em Curitiba e na capital paulista; aulas práticas na primeira e teóricas na segunda*”. (CARTA de Atcon para Fernandes, 26.11.56). Provavelmente queria a CAPES estabelecer conexões com outros institutos de ensino no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, permitindo a integração de professores e facilitando as primeiras ações.

Paralelamente aos contatos externos à Universidade do Paraná, que garantiam verbas e apoio institucional para a criação do ensino e pesquisa da arqueologia, e contatos para contratação de especialista, os trâmites internos no fim do ano de 1956 foram direcionados para a elaboração da portaria nº 898, que criou em 5 de dezembro daquele ano o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas. Na portaria, em seu segundo artigo, define que “*o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas tem por finalidade precípua assegurar o funcionamento anual de uma cátedra de Arqueologia Pré-histórica e incentivar as pesquisas nas jazidas arqueológicas brasileiras, particularmente do Estado do Paraná*”. (PORTARIA nº 898, 05.12.56). Fazia parte ainda da portaria a necessidade de criar-se um regimento próprio, e conselho técnico científico, responsáveis pela direção da nova instância dentro da Universidade.

Depois de analisado o processo com a CAPES, compreende-se que o funcionamento da cátedra anual dependia de financiamento, por isso a busca insistente de primeiro se associar ao financiamento do órgão, que permitiria o ensino. Tal suposição se confirma na ata da primeira reunião do Conselho Técnico Científico, onde Loureiro informa que do contato com Rudolph Atcon “*ficara estabelecido que a Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, auxiliaria, durante os primeiros anos, a Universidade do Paraná a organizar um centro nacional de ensino e pesquisas arqueológicas, o qual, também, contaria com um auxílio especial do Conselho Nacional de Pesquisas*”. (ATA I do CEPA, 23.02.57).³⁵ Como também já analisado, pela carência de profissionais de arqueologia no Brasil, a verba era importante porque teria a finalidade de permitir que estrangeiros viessem anualmente, em módulos de cursos, ministrar aulas e colocar em prática o planejamento de desenvolver a arqueologia brasileira com alunos interessados nesta área.

Com a criação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, o reitor da Universidade do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, solicitara representantes para o Conselho Científico a Paulo Duarte, diretor da Comissão de Prehistória de São Paulo, e a Cyro Berlink, diretor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Lacerda pediu a Berlink, ainda, que Fernando Altenfelder Silva fosse indicado para “*ministrar aulas no Curso de Arqueologia Prehistórica, patrocinado pelo Centro*”. (CARTA de Lacerda a Berlink, 27.12.56). Este, em posterior reunião do Conselho do CEPA, neste sentido, propunha que “*além do curso [anual] poderiam ser feitas, durante o ano, algumas conferências sobre temas de interesse arqueológico. Essa sugestão foi aprovada tendo assumido o compromisso de as realizarem, no segundo semestre, os Profs. Fernando Altenfelder Silva e Luis de Castro Faria*”. (ATA I do CEPA, 23.02.57). Desta primeira reunião, participaram José Loureiro Fernandes, eleito

³⁵ O apoio do Conselho Nacional de Pesquisas veio a ser firmado por contrato em 6 de março de 1957, quando aquele órgão disponibilizou CR\$ 281.000,00 ao Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, “*única e exclusivamente e dentro do prazo de um ano, destinado à Secção de Arqueologia do referido Instituto, sendo que CR\$ 217.400,00 se destinam à aquisição de material de campo, de laboratório e de livros, a serem empregados no Laboratório do Centro de Estudos Arqueológicos nas pesquisas a serem efetuadas no litoral para[na]ense, e o restante (CR\$ 63.560,00) servirá para a compensação de possíveis acréscimos nas despesas de importação do mesmo material e para a compra de material necessário à instalação de um pequeno laboratório na Baía de Guaratuba*”. (Termo de Concessão CNPq.). Em carta de 30 de março de 1957, Loureiro indaga Antonio Moreira Couceiro sobre a exclusividade de uso do auxílio para compra de material, “*pois a verba que tinha de 1954 destinava-se a auxílios vários para os trabalhos de exploração das jazidas*”. (CARTA de Fernandes para Couceiro, 30.03.57). Em outra carta, do mesmo dia e para o mesmo Antonio Moreira Couceiro, Loureiro afirma: “*na direção do supracitado ‘Centro’ esperamos com os recursos obtidos no Conselho Nacional de Pesquisas, da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, da Reitoria da Universidade do Paraná, do Governo do Estado do Paraná levar avante um grande plano científico nos domínios da nossa desconhecida arqueologia*”. Ou seja, talvez Loureiro estivesse tentando flexibilizar o destino da verba, como para pagamento dos professores pelo período não preenchido pela CAPES, ou estender a estada dos franceses no Paraná.

Presidente do Conselho, Fernando Altenfelder Silva, Joseph Empeaire, e Luiz de Castro Faria. Posteriormente, em 26 de novembro, a ata foi assinada por Paulo Duarte.

4 A REALIZAÇÃO DOS PRIMEIROS CURSOS PROMOVIDOS PELO CEPA

Após todo entendimento analisado no capítulo anterior, pode-se estudar os primeiros cursos de arqueologia oferecidos pelo Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná. Note-se, como já enfatizado, que todas as ações promovidas no campo da arqueologia tiveram de maneira indireta consequências formativas, capacitando e experimentando os colaboradores das escavações pontuais. A participação em eventos e contatos com outras realidades também permitiu que o conhecimento sobre o assunto fosse refinando. Entretanto, como será observado neste capítulo, a instalação de cursos direcionados para o ensino de aperfeiçoamento permitiu que o objetivo de formar arqueólogos brasileiros fosse mais concretamente realizado. Diante dos vários cursos e períodos de seus funcionamentos, optou-se novamente por uma seleção em que se pudesse discutir em profundidade alguns deles, em especial na proposta de entrar em contato com várias “escolas arqueológicas” mundiais, e perceber a viabilidade e potencial interpretativo de cada um.

Neste sentido, foi selecionado para interpretação o estabelecimento dos primeiros cursos do casal Emperaire a partir de 1957, principalmente na contribuição de Annette Laming-Emperaire para a análise de material lítico, em 1959 e 1966 e, para técnicas de escavação, em 1973. A vinda do professor norte-americano Wesley Hurt em 1958, permitiu o contato dos alunos com o modo de trabalho e interpretação desenvolvido nos Estados Unidos, ampliando a contribuição das “escolas”.

Em 1959 e 1960, o curso de arqueologia promovido pelo CEPA teve por tema o estudo de várias áreas afins, isto é, especialidades contributivas para o trabalho e formação do arqueólogo. Diversos pesquisadores brasileiros foram convidados, tendo uma importância significativa para a formação mais completa dos alunos.

Por fim, escolheu-se o ano de 1964 para analisar a vinda dos professores norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers, que desde 1954 eram solicitados por José Loureiro.

4.1 JOSEPH EMPERAIRE E MME. ANNETTE LAMING

A presença do casal de arqueólogos franceses em pesquisas no Paraná foi anterior à constituição do CEPA. Desta forma, achou-se melhor estudar sua trajetória e contribuição em conjunto, antes e após 1956. Infelizmente, não consta nos arquivos do CEPA a correspondência relativa ao ano de 1955, referente aos temas de arqueologia, o que impede de conhecer com mais detalhes as medidas e contatos que a seção do Instituto de Pesquisas teve na comunidade científica. Existem, apenas, algumas cartas separadas em uma pasta sob o título de “Antropologia”, tratando dos contatos sobre assuntos etnográficos que principalmente Loureiro desenvolvia na Universidade.

Em especial, sobre a presença de Joseph Empeaire, a primeira carta existente no arquivo data de 09 de outubro de 1956, e revela um contato estreito entre Loureiro Fernandes com os franceses em diversas atividades, como sondagem para compra de equipamentos na França, publicação de conclusões de pesquisas, e intenções de retornar ao Brasil. Sabe-se, por conta de depoimentos em eventos comemorativos e também por trabalhos publicados, que o casal de arqueólogos esteve vinculado à pesquisas de campo no Paraná desde pelo menos 1954, mas provavelmente financiados pelo Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil, e pela Comissão de Prehistória do Estado de São Paulo. Em carta posterior de Loureiro Fernandes para João Cristovão Cardoso, presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, em 1957, relembra que “*o Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná obteve do Conselho Nacional de Pesquisas, em 1953, o primeiro auxílio para pesquisas de Arqueologia e de Paleontologia Humana, destinado a incentivar os trabalhos da secção de Arqueologia do referido Instituto. Em 1955, obteve novo auxílio e prosseguiu seus estudos, dado o vulto e interesse das jazidas encontradas*”. (CARTA de Fernandes para Cardoso, 24.12.57). Ou seja, provavelmente tratava-se do financiamento que permitiu a vinda dos Empeaire ao Paraná.

Quando da publicação de resultados das intervenções práticas, insistira Loureiro para que Joseph incluísse as informações dos órgãos de fomentos no texto a publicar: “*no trabalho que publicam sobre o Sambaqui da Ilha dos Ratos a referência que deve ficar bem clara é que os trabalhos foram financiados pelo “Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil e pelo Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná”*”. (CARTA de Fernandes para Empeaire, 09.10.56). Em resposta, o francês afirma: “*dans le travail que nous avons fait sur les sambaquis du littoral sud du Brésil, et donc je suis présentement en train de corriger les*

épreuves – il est expressément fait mention en termes clairs et non équivoques du financement des recherches par les Conseil National et l’Institut de Recherches”.³⁶ (CARTA de Empereire para Fernandes, 22.10.56).³⁷

O trabalho publicado pelo casal no periódico “Journal de la Société des Américanistes” em 1956, traz alguns dados importantes para conhecer o contexto de pesquisa, e de que forma o casal foi se inserindo no âmbito da pesquisa arqueológica no Paraná (Foto 3). Na introdução, informa que duas campanhas de escavações foram realizadas entre abril e



Foto 3. Joseph Empereire (à esquerda), Annette Laming e José Loureiro Fernandes durante pesquisas no Sambaqui da Ilha dos Ratos, na Baía de Guaratuba, em 1956 (Foto: Oldemar Blasi – Acervo do CEPA/UFPR).

³⁶ [no trabalho que nós fizemos sobre os sambaquis do litoral sul brasileiro, e que estou em processo de revisão - é expressamente mencionado em termos claros e não equívocos o financiamento de pesquisas pelo Conselho Nacional e o Instituto de Pesquisas].

³⁷ De fato tal menção existe na publicação: “*Le Conseil National de Recherches de Rio et l’Institut de Recherches de l’Université de Paraná ont pris à leur charge le financement de ce travail et mis à notre dispositions les moyens matériels et un nombre d’ouvriers en rapport avec l’ampleur de l’entreprise*”. (EMPERAIRE; LAMING, 1956: 80). [O Conselho Nacional de Pesquisas do Rio e o Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná nos concedeu o financiamento deste trabalho e nos deixou à disposição os meios materiais e um trabalhador relativo à atividade].

setembro de 1954, e entre maio de 1955 e abril de 1956, ou seja, a primeira de 6 meses e a segunda de um ano, incentivadas por Paul Rivet e por Paulo Duarte, este à frente da Comissão de Prehistória do Estado de São Paulo, e por Loureiro Fernandes, que havia feito um convite: “*nous avons reçu à deux reprises une invitation, sur l’initiative du Dr. José Loureiro Fernandes, Directeur de l’Institut de Recherches de l’Université du Paraná, à exécuter des fouilles dans l’État du Paraná*”. (EMPERAIRE; LAMING, 1956: 6). O contato entre eles já ocorrera desde a década de 1940, como observado nas atas do Museu Paranaense: “*o Sr. Diretor da secção de Etnografia e Antropologia científica o Conselho que recebera do Instituto de Altos Estudos Franco-Brasileiro um ofício com o honroso convite de integrar uma Comissão de estudos que, sob a orientação do Prof. Dr. Paul Rivet, deverá iniciar suas pesquisas paletoográficas nos sambaquis do litoral brasileiro*”. (ATA 98, do Conselho Administrativo do Museu Paranaense, 30.12.46).

Três áreas no litoral sul-brasileiro foram contempladas no que intitularam “*Les Sambaquis de la Côte Méridionale du Brésil*”: Santos, Cananéia e Guaratuba. Ao longo do texto, não consta detalhadamente o período em cada uma delas; sabe-se que em Santos havia os problemas de desmonte do sambaqui para fim econômico, e que “*les travaux d’exploitation durèrent plusieurs mois et en juin 1954, la partie restante fut provisoirement abandonnée, à la demande de la Commission de Préhistoire de l’État de São Paulo, pour qu’on puisse y effectuer commodément des fouilles. Celle-ci eurent lieu sans interruption du début de mai jusqu’à la mi-septembre 1954*”.³⁸ (Id.: 45). Na comunicação que Joseph Empereire fez no 31º Congresso Internacional de Americanistas, em agosto de 1954, seu objeto de estudo era do litoral paulista, em especial da região de Santos. Afirma que “*le sambaqui de Maratua, dont les restes encore intacts furent étudiés ces trois derniers mois par la Commission de Préhistoire de São Paulo*”.³⁹ (EMPERAIRE, 1955: 605). Pelas datas, a primeira etapa deve ter sido financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisas, e a segunda talvez por este órgão e pelo Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, devido à insistência de créditos por parte de Loureiro Fernandes. Pode-se também supor que o evento em São Paulo, marcado pela presença dos mais atuantes pesquisadores de sambaquis brasileiros na época, tenha de suas discussões estabelecido as diretrizes para pesquisas integradas, o que contemplaria as

³⁸ [os trabalhos de exploração duraram mais ou menos durante junho de 1954, e a parte restante foi provisoriamente abandonada, ao pedido da Comissão de Pré-história do Estado de São Paulo, para que pudessemos executar comodamente as escavações. Esta ocorreu de forma contínua no início de maio até meados de setembro de 1954].

³⁹ [o sambaqui de Maratua, cujos restos ainda intactos foram estudados nos últimos três meses pela Comissão de Pré-Histórica de São Paulo].

áreas paranaenses, inserindo Joseph Empereire no estudo promovido pela Universidade do Paraná.

Ainda que se perceba como não havia uma fixação muito rígida em cada área, uma carta de Annette Laming talvez possa esclarecer o período de escavação em Guaratuba com mais precisão. Em 15 de março de 1956, oriunda de Cananéia, a correspondência transmite uma série de perguntas que indicam o desconhecimento da situação cotidiana paranaense para a visita deles: *“existe-t-il au Parana un système d’assurances contre les maladies et les accidents ? Cette assurance est automatique en France pour tout les travailleurs et leur famille, mais ne fonctionne pas pour les Français a l’étranger”*.⁴⁰ (CARTA de Laming para Fernandes, 15.03.56). Talvez tenham vindo ao Paraná em visitas mais rápidas, mas estando num trabalho de campo constante, parece que este ocorrera a partir de março daquele ano, precisando saber das condições para se instalarem. Outro dado constante da carta, que acaba por confirmar esta hipótese, é o pedido de envio do contrato, o que mostra que o vínculo seria firmado naquele momento: *“vous seriez tout à fait gentil de nous envoyer une sorte de prot [...] de contrat pour chacun de nous deux (fonction, dates, traitement, etc.). Cela nous faciliterait grandement les démarches et conversations auprès du Dr. Rivet et des divers organismes dont nous relevons”*.⁴¹ Havia, ainda, a possibilidade de aulas em Curitiba, o que dependia do entendimento com Loureiro. O que chama atenção é tanto o pedido de envio do contrato como sobre a existência de assistência médica, o que não impede de imaginar que estiveram no Estado antes, mas talvez de forma mais transitória.

Pressupõe-se, portanto, pelas datas apresentadas no artigo publicado e pela correspondência supra descrita, que a escavação tenha ocorrido por um período de um mês, no fim da segunda expedição. Tal suposição se confirmaria considerando o recurso financeiro do Instituto de Pesquisas, que geralmente concedia curtos períodos de trabalho contratado. Isto não significa que o Sambaqui da Ilha dos Ratos não tenha sido pesquisado cientificamente no ano anterior, como depõe Oldemar Blasi: *“[o casal de franceses] coordenaram as pesquisas sistemáticas no Sambaqui da Ilha dos Ratos, Baía de Guaratuba. Essas investigações, das quais tive a oportunidade de participar, foram feitas em duas etapas: a primeira em dezembro de 1955, e a segunda em janeiro de 1956. No mesmo ano, em fevereiro, foram feitas as primeiras investigações sistemáticas em áreas em ocorrência de*

⁴⁰ [existe no Paraná um sistema de seguro de doenças e acidentes? Este seguro é automático na França para todos os trabalhadores e sua família, mas não funciona para os franceses no exterior].

⁴¹ [seria muito gentil de vossa parte nos enviar uma espécie de contrato para cada um de nós dois (funções, datas, tratamento, etc.). Isto nos facilitará enormemente os acordos e conversas com o Dr. Rivet e os diversos organismos e agências].

pinturas rupestres no Paraná, igualmente coordenadas pelo casal de franceses". (BLASI, 2007: 66). Estes dados são confirmados por outro artigo publicado no mesmo periódico que sobre os sambaquis. Nele, afirmam que "*nous nous trouvions alors à Curitiba, capitale du Paraná, au cours d'une mission archéologique qui avait pour but l'étude des sambaquis du littoral méridional du Brésil. Le Dr. J. Loureiro, directeur de l'Institut de Recherches du Paraná, mit aimablement à notre disposition une camionnette de l'Université qui nous conduisit à Pirai do Sul, en compagnie de M. Blasi, professeur d'histoire à Curitiba*".⁴² (LAMING; EMPERAIRE, 1956: 165-166).⁴³

Com as datas observadas, uma conclusão exata sobre o período em cada área se torna uma tarefa das mais difíceis. Entretanto, tal dinâmica revela o intenso trabalho que aqueles pesquisadores desenvolviam naquela época, com diversas frentes de pesquisas em território sem tratamento científico. Pode-se, por fim, supor que a presença dos franceses no Paraná tenha ocorrido por outro contrato desconhecido atualmente, e que também aquele que Annette se refere não tenha se concretizado. Sabe-se, evidentemente, que o Instituto de Pesquisas financiou num primeiro momento a pesquisa dos Emperaire, mas sem que se consiga datá-la. Assim, pode-se estipular um arco cronológico entre 1955 e 1956, pois quando da descrição do ambiente do Sambaqui da Ilha dos Ratos, comentam que uma casa existia na localidade em 1952, e que "*l'Université du Paraná avait, avant nos fouilles, fait exécuter quelques sondages au cours desquels un squelette fut découvert. La surface des sambaquis avait, à cette occasion, été complètement nettoyée. En décembre 1955, seules des herbacées avaient repoussé*".⁴⁴ (EMPERAIRE; LAMING, 1956: 82).⁴⁵ A pesquisa foi realizada em dois turnos, e "*grâces à l'aide de l'Université du Paraná, nous avons disposé en effet pendant toute la durée des travaux de moyens importants: un assistant, quatre à six ouvriers, un canot à*

⁴² [nós chegamos em Curitiba, capital do Paraná, no curso de uma missão arqueológica que havia por objetivo estudar os sambaquis do litoral meridional do Brasil. O Dr. J. Loureiro, diretor do Instituto de Pesquisas do Paraná, gentilmente colocou à nossa disposição uma caminhonete da Universidade que nos conduziu à Pirai do Sul, em companhia de M. Blasi, professor de História em Curitiba].

⁴³ No artigo, historiam a descoberta no século XIX de Lagoa Santa pelo paleontologista Lund, e que a revista "O Cruzeiro", em janeiro de 1956, havia feito uma reportagem sobre as pinturas rupestres encontradas pelo cientista oitocentista. Tal reportagem chegou até um morador do interior do Paraná, que reconheceu a mesma situação na região de Pirai do Sul, perto de sua casa. Avisando as autoridades, tal informe chegou à Universidade do Paraná. Infelizmente, devido aos boatos e lendas de tesouros dos jesuítas, o local foi depredado, restando poucos indícios das pinturas avermelhadas.

⁴⁴ [A Universidade do Paraná havia, antes das escavações, feito executar algumas sondagens no curso dos quais um esqueleto foi descoberto. A superfície do sambaqui havia, naquela situação, estado completamente limpa. Em dezembro de 1955, apenas as herbáceas haviam voltado].

⁴⁵ Em artigo publicado na "Revista Anhembi", Annette Laming comenta sobre o mesmo arco temporal aqui proposto para a pesquisa no sambaqui da Ilha dos Ratos: "*Durante a segunda campanha (J. Emperaire e A. Laming, 1955-1956) foram estudados os sambaquis da região lacustre e de Cananéia e o Sambaqui da Ilha dos Ratos na baía de Guaratuba*". (LAMING-EMPERAIRE, 1960: 228).

moteur, une remise pour ranger et classer les collections. Cette aide nous a permis d'effectuer rapidement l'étude minutieuse d'une partie importante du gisement".⁴⁶ (Id.: 81).

Percebendo a trajetória dos documentos analisados, observa-se que Joseph Empeiraire e Annette Laming tiveram seus contatos com a Universidade do Paraná aproximados primeiro através da Comissão de Prehistória de São Paulo, por intermédio de Paulo Duarte e Paul Rivet; estes, de contato na década de 1940 com o Museu Paranaense, expandem a pesquisa arqueológica para o sul do Brasil. Com a apresentação do 31º Congresso Internacional de Americanistas, talvez a sugestão de escavação do Sambaqui da Ilha dos Ratos tenha ocorrido, empreendimento feito com ajuda de recursos do Instituto de Pesquisas da universidade paranaense, e do Conselho Nacional de Pesquisas.

Tal envolvimento se transformou em interesse por parte de Loureiro Fernandes em trazer para o Paraná o casal de arqueólogos, desta vez para ministrar um curso de maior duração, como já assinalado no momento de criação do CEPA. Vendo o seu trabalho, e projetando a contribuição que poderiam dar em aulas, os contatos de tal interesse foram paralelos aos mantidos por Loureiro na viabilização do CEPA. Em junho de 1956, Loureiro entrara em contato com a CAPES, e em outubro do mesmo ano enviara carta para Joseph Empeiraire, indicando que recebera as correspondências deste de 9 e 27 de setembro, e que *“na sua carta diz que não recebeu minha carta de meados de agosto, como não ficou cópia é provável que seja a carta na qual lhe enviei a cópia da carta do Snr. Rudolph Atcon, da CAPES Ref. 26/4 (688/54), para cujo o trecho sublinhado sôbre o ‘Curriculum vitae’ e montante do Govêrno Francês peço a sua particular atenção. Como vê a CAPES concordou apenas com a vinda sua e de Mme. Empeiraire”*. (CARTA de Fernandes para Empeiraire, 09.10.56). Referia-se provavelmente a resposta de Rudolph Atcon de 10 de agosto, em que iniciava os entendimentos para criação do CEPA, com concessão de verbas para o curso de arqueologia, e solicitara dados do professor a ser contratado.

Percebe-se que os contatos tratados no segundo semestre de 1956 entre Loureiro e Joseph Empeiraire não foram tão sincronizados, talvez por problemas de extravio de cartas ou mudança de endereço. Em carta enviada da França, Empeiraire comunica que não teria recebido todas as mensagens de Loureiro, motivo pelo qual afirma: *“je vous confirme que je n'ai pas reçu votre lettre de la mi-août renfermant copie d'une lettre de Mr. ATCON; en ce*

⁴⁶ [graças a ajuda da Universidade do Paraná, nós dispusemos em efeito durante toda a duração dos trabalhos e meios importantes: um assistente, quatro a seis trabalhadores, um barco motorizado, um galpão para armazenar e classificar as coleções. Esta ajuda nos permitiu executar rapidamente o estudo minucioso de um parte importante do depósito].

qui concerne les curriculum vitae que vous demandez, je les établirai aujourd'hui même et vous les enverrai par le courrier suivant, ne voulant pas laisser partir le courrier de ce jour sans vous envoyer cette lettre. La subvention qui nous est accordée par les Gouvernement français est le 600.000Fr. soit approximativement 124 contos pour nous deux".⁴⁷ (CARTA de Empeiraire para Fernandes, 22.10.56). Pela menção ao subdiretor de assuntos universitários, e pelas cartas trocadas entre este e Loureiro no segundo semestre de 1956, tratar-se-ia do contrato de dez meses concedido pela CAPES ao casal, que necessitava dos currículos para autorizá-los. A preocupação pela urgência de Empeiraire de enviar o solicitado mostra o interesse de voltar ao Brasil, contando com verbas tanto do Brasil como da França. O extravio de correspondência alarmava o arqueólogo francês, que tentou sanar a situação enviando os pedidos de forma mais urgente possível.

Comunica Rudolph Atcon para Loureiro que "*dentro de dez dias receberá toda a documentação para a assinatura dos 'Acordos' referentes ao cientista supra [Joseph Empeiraire]*". (CARTA de Atcon para Fernandes, 26.11.56). Deduz-se que a solicitação do envio dos currículos tenha ocorrido, o que permitia o estabelecimento do contrato. Em outros documentos de 1957, ainda, estes assuntos foram discutidos, principalmente no referente ao período de concessão de bolsa aos arqueólogos. Em telegrama enviado para Fernandes em dezembro, Empeiraire informava: "*arrive 2 janvier Varig 14 heure Bonne Annee Empeiraire*".

Alguns dias antes da reunião do Conselho Científico do CEPa, em que fora reiterado e aprovado o plano do curso de arqueologia, Loureiro Fernandes já entrara em contato com alguns órgãos para programar atividades do curso, como o acordo para o sítio-escola. No dia 13 de fevereiro, por exemplo, solicitou a Guido Arzua, diretor do Departamento de Cultura do Estado do Paraná, medidas administrativas sobre o Sambaqui do Guaraguaçu, como permissão de acesso e autorização de escavação.

Na Ata da primeira reunião do Conselho Científico, a participação de Joseph Empeiraire parece ter sido destacada, pois após os primeiros avisos sobre a instalação do Centro e posse dos membros, o projeto de Joseph foi minuciosamente apresentado. Este era dividido em três concentrações: ensino, pesquisas de campo e trabalhos de laboratório. Os pontos específicos de cada momento são descritos, deixando claro o objetivo de iniciar os alunos no tema geral da arqueologia de forma teórica, para em seguida levá-los à pesquisa de

⁴⁷ [eu o confirmo que não recebi sua carta em meados de agosto contento uma cópia de Mr. Atcon; sobre o currículo que você pediu, hoje mesmo o farei e enviarei pelo correio seguinte, não deixando que acabe o dia sem enviar tal carta. A concessão que nos é dada pelo governo francês é de 600.000Fr. são aproximadamente 124 contos para nós dois].

campo. Eles continuariam a escavação do Sambaqui da Ilha dos Ratos, iniciariam o Sambaqui do Guaraguaçu e tentariam intervir em algum sítio no interior do Estado, com possibilidade ainda de escavação de abrigo-sob-rocha. Note-se, assim, como se procurava ampliar a possibilidade de contato dos alunos com diversas realidades arqueológicas. Por fim, “*o material obtido será objeto de tratamento e estudo em laboratório. No decorrer dessa última fase da pesquisa e no curso dos trabalhos de campo serão dadas aulas periódicas sobre problemas suscitados pelas atividades arqueológicas desenvolvidas*”. (ATA 1 do CEPA, 23.02.57). Em suma, a estruturação do curso assemelha-se muito à rotina de trabalho de arqueólogo, em suas etapas de pesquisa, podendo os alunos perceber os vários procedimentos que um profissional dessa área têm para produzir suas interpretações. E, ainda, a maneira como foi estruturado, provavelmente em entendimento com Loureiro Fernandes e sua proposta de convite, integrou de forma bastante coesa tanto o ensino como a pesquisa, fazendo jus ao Centro que tanto esforço político lhe custou.

Paralelamente a este evento interno, Junqueira Ayres,⁴⁸ novo responsável da CAPES, afirma ter recebido em 18 de janeiro os documentos para firmar o convênio financiador, isto é, “*de acordo com os entendimentos mantidos com V.S. em carta Ref. nº 2.614-688/56, de dez de agosto p.p., a CAPES contribuirá com mensalidades de dezesseis mil cruzeiros para o Prof. Joseph Emperaire, com igual importância para a Prof. Annette Laming-Emperaire, durante o período em que aqui permanecerem, e com quatro bolsas, no valor de quatro mil cruzeiros mensais, para estagiários*”. (CARTA de Ayres para Fernandes, 18.01.57).⁴⁹ Formulários para os interessados nas bolsas eram enviados em anexo, a critério de escolha de Loureiro. Pedia por fim dados de atividades, como datas de chegada dos professores, duração do curso, estagiários, e plano de trabalho do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas. Ao fim de cada ano, encontram-se no arquivo do CEPA diversos relatórios de atividades, tanto pelos professores como estagiários, voltados em especial para as atividades de campo, e cartas informando tanto o envio como o recebimento por parte da CAPES de tais documentos.

⁴⁸ Em carta de 3 de janeiro de 1957, Rudolph Atcon congratula sobre o “*projeto arqueológico paranaense*”, e afirma que “*tenho que deixar a implementação de seu projeto com o meu sucessor, uma vez que já estou, desde a semana passada, afastado do meu cargo na CAPES. Não há dúvida, porém, de que será atendido dentro das linhas por nós estabelecidas*”. (CARTA de Atcon para Fernandes, 03.01.57). Tal mudança, conforme a análise das cartas posteriores, não interferiu nas medidas e acordos já realizados. Apenas Loureiro precisou enviar algumas correspondências pondo a par de algumas situações tratadas pessoalmente com o antigo responsável.

⁴⁹ Passado cerca de um mês, Junqueira Ayres entra em contato com Loureiro, pois encontra um desajuste nas datas de permanência dos arqueólogos franceses no Paraná e o período de concessão de pagamentos, e que “*Esta campanha, por já se acharem distribuídas todas as verbas do Programa Universitário, e por somente se haver previsto permanecesse o citado cientista francês dez meses no Paraná, e não quatorze, como, agora, V.S. anuncia, não poderá manter as mensalidades do Prof. Emperaire em novembro e dezembro de 1957 e janeiro e fevereiro de 1958*”. (CARTA de Ayres para Fernandes, 28.02.57). Apenas com a confirmação da solução encontrada que Junqueira Ayres disponibilizaria os recursos.

Quando publicações científicas eram feitas por membros do CEPA, cópias eram despachadas também para a agência de fomento, conforme os ofícios arquivados.

No Conselho Nacional de Pesquisas, a situação de contrato foi semelhante. O apoio do CNPq veio a ser firmado por contrato em 6 de março de 1957, onde aquele órgão disponibilizou CR\$ 281.000,00 ao Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná,

única e exclusivamente e dentro do prazo de um ano, destinado à Secção de Arqueologia do referido Instituto, sendo que CR\$ 217.400,00 se destinam à aquisição de material de campo, de laboratório e de livros, a serem empregados no Laboratório do Centro de Estudos Arqueológicos nas pesquisas a serem efetuadas no litoral para[na]ense, e o restante (CR\$ 63.560,00) servirá para a compensação de possíveis acréscimos nas despesas de importação do mesmo material e para a compra de material necessário à instalação de um pequeno laboratório na Baía de Guaratuba (Termo de Concessão CNPq, 06.03.57).

Em carta de 30 de março de 1957, Loureiro indaga Antonio Moreira Couceiro sobre a exclusividade de uso do auxílio para compra de material, *“pois a verba que tinha de 1954 destinava-se a auxílios vários para os trabalhos de exploração das jazidas”*. (CARTA de Fernandes para Couceiro, 30.03.57). Em outra carta, do mesmo dia e para o mesmo destinatário, Loureiro afirma: *“na direção do supracitado ‘Centro’ esperamos com os recursos obtidos no Conselho Nacional de Pesquisas, da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, da Reitoria da Universidade do Paraná, do Governo do Estado do Paraná levar avante um grande plano científico nos domínios da nossa desconhecida arqueologia”*. (CARTA de Fernandes para Couceiro, 30.03.57). Ou seja, talvez Loureiro estivesse tentando flexibilizar o destino da verba, como para pagamento dos professores pelo período não preenchido pela CAPES, ou estender a estada dos franceses no Paraná. Sugere-se tal intenção porque nos anos seguintes, Loureiro buscou sempre contemplar nas verbas a vinda de Annette Laming, seja para ministrar cursos ou para escavar sítios.

Sabe-se por carta de 30 de março de 1957, escrita por Loureiro para Junqueira Ayres, que as aulas começaram no dia 23 daquele mês, e que os bolsistas estavam em atividade.⁵⁰

⁵⁰ Note-se que a CAPES disponibilizou quatro bolsas, e na carta de Loureiro, apenas três pessoas haviam conseguido o auxílio: a bacharela Margarida Davina Andreatta, que iniciara seu estágio no dia 1º de março, e os licenciados Iris Erica Koehler Bigarella e Waldemiro Bley Jr., que iniciaram em 25 de março. Sobre este último, ainda, Loureiro fez pedidos a CAPES para que manejasse o valor das bolsas a seu favor, com a desistência de Iris, e um valor ainda disponível. Tal pedido foi aceito, e entende Loureiro que *“conforme sindiquei a R.V.P.S.C. o prejuízo do referido bolsista, que é pessoa pobre, será nos dez meses, de um total de vinte mil cruzeiros. Suplementada a bolsa com a metade da importância da bolsa renunciada a CAPES compensa o referido bolsista, mui justamente, pois tem sido um dos melhores auxiliares do Prof. Emperaire”*. (CARTA de Fernandes para Ayres, 26.08.57). Tal prática, portanto, revela a sensibilidade de Loureiro Fernandes sobre os problemas dos alunos na participação no curso, e como tentava contorná-los com consentimento das autoridades. A última bolsa foi concedida a Maria José Menezes, em solicitação de 16 de abril de 1957. No anúncio das aulas, publicado em 27 de maio, constava Maria José como secretária do CEPA.

Em anúncio de 27 de maio, o CEPA divulgava aos interessados que as aulas práticas ocorreriam no Museu Paranaense, devendo realizar inscrição na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em correspondência para Blasi, que estava em estágio nos Estados Unidos, Loureiro comenta do curso: *“Organizamos um curso ‘Arqueologia Prehistórica’, com frequência inicial de 45 alunos no primeiro período, reduzido depois, pela frequência à metade. Temos três bolsistas, trabalhando com o Empeaire, o Waldomiro Bley Junior e a Margarida Andreatta e a Maria José Menezes. A Iris Koehler Bigarella desistiu da bolsa pelas dificuldades de acompanhar os trabalhos de laboratório e de campo”*. (CARTA de Fernandes para Blasi, 08.08.57).

Analisando as aulas ministradas por Joseph Empeaire,⁵¹ nota-se uma ênfase no entendimento de ciências afins para o estudo arqueológico pré-histórico.⁵² Os textos são bastante extensos e detalhados, procuram mostrar que, devido aos poucos indícios destes tipos de sítios muito antigos, qualquer elemento pode servir de base para estabelecer interpretações. Faltando a primeira página da primeira aula, ela versava sobre a localização dos sítios, pois nas páginas seguintes o autor comenta dos métodos de prospecção aérea. Provavelmente tal aula teve o objetivo de familiarizar os alunos sobre as condições e exemplos de sítios pré-históricos. A segunda aula mostra-se importante pelas informações de datação de sítios, nos métodos mais modernos da época, como o Carbono 14, além da estratigrafia. Num trecho do texto, comenta: *“o estudo das sucessões das civilizações humanas é baseado sobre este fato [estratigrafia], teoricamente muito simples: que os vestígios humanos foram depositados acima do solo, ao passo que as civilizações se desenvolviam e desapareciam; [...] estudando a estratigrafia, se nota unicamente uma ordem de sucessão dos acontecimentos da história e não a sua duração, e datas, ainda menos”*. (AULA 2, 28.03.57, f. 7). Tal observação era devido aos comentários de estudos que procuravam datar ocupações conforme a espessura das camadas de sedimentos, em estudos de geologia.⁵³ Apesar de estudos sobre minerais terem

⁵¹ O curso teve sua continuidade no segundo semestre de 1957, como indica o aviso de retorno: *“levamos ao conhecimento dos interessados que o reinício das aulas teóricas do curso de Arqueologia Prehistórica, prelecionado pelo Prof. Joseph Empeaire, dar-se-á no dia 27 (TERÇA FEIRA) na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, das 14 às 15 horas, as terças, quintas e sábados, na sala nº 60 – 6º andar do novo Edifício da Faculdade de Ciências Econômicas”*. (AVISO, 23.08.57).

⁵² A única cópia datilografada existente no CEPA/UFPR, conforme anotação de Igor Chmyz, estava entre os papéis da profa. Altiva Pilatti Balhana, uma das alunas do curso. Foi trazida ao CEPA/UFPR pelo prof. Carlos Alberto Balhana, seu sobrinho, em 5 de agosto de 2010. Faltam páginas no começo e no final. Dias depois, algumas destas foram recuperadas pelo prof. Carlos. Provavelmente tal cópia esteve em mãos de Loureiro Fernandes, pois em diversas aulas constam seus habituais comentários e grifos à lápis azul e vermelho, bastante frequentes na documentação consultada nesta dissertação. Nem todas as aulas estão com datas, e algumas ainda parecem desencontradas pelo calendário e sequência de cronologia.

⁵³ Comenta ainda a contraposição entre explicação bíblica da formação da Terra e a visão de pensadores modernos, como George Owen, Nicolas Stenon, Buffon, William Smith, Cuvier e Eduard Lartet. Segundo a

sido realizados utilizando tal técnica, Joseph Emperaire chamava atenção para os perigos de tal pensamento no estudo da ocupação humana.

Em outras aulas, aprofunda temas dos períodos de glaciações, condições climáticas e biológicas, estudo de fósseis, alterações físico-químicas do solo, enfim, mostrando como o trabalho científico dedicado ao homem pré-histórico exigia conhecimentos especializados e técnicas apuradas. A preocupação temática no campo da biologia e geologia eram maiores do que na área do comportamento humano, da cultura. Em poucos trechos de algumas aulas, apenas, toca em questões da arqueologia no sentido prático, isto é, nos tipos de sítios e interpretação de objetos. Questões de técnicas de escavação também não foram mencionadas, talvez porque estas eram passadas nos momentos de pesquisa dos sambaquis. Apenas na décima aula que trata mais do estudo das “jazidas”, considerando etapas de estudo a “reconstituição do ambiente”, em níveis de sedimentos minerais, animais e vegetais.

Os encontros seguintes continuam na explicação de relacionar tais elementos, até chegar na 12ª aula, a qual parece ser a última do primeiro semestre de 1957. Nela, apresenta com maior clareza o trabalho arqueológico, por afirmar: *“a reconstituição do quadro cronológico e do ambiente geográfico constitui uma base essencial nas pesquisas prehistóricas. O caráter técnico e a extraordinária minúcia exigida por esta reconstituição, suas dificuldades, suas incertezas conferem-lhe um caráter relutante. Sem esta reconstituição o nosso conhecimento do passado não ultrapassaria o estágio do romance prehistórico”*. (AULA 12, sem data, f. 33). Ou seja, todas aquelas etapas que desenvolveu nos encontros anteriores tinham o papel de situar o sítio em suas condições ecológicas, para então “interpretar os vestígios humanos aí recolhidos”. Devido às condições de preservações de materiais orgânicos, poucos são os objetos coletados, em maior número de utensílios de pedra. Estes deviam ser estudados enquanto “indústria”, através da *“reconstituição tão detalhada, que seja possível, das técnicas e das particularidades da vida [e] sobre questões de evolução no decurso do tempo”*. Sugere como possibilidade o uso de etnografia comparada ou experimentação de técnicas. Sobre pinturas em cavernas, comenta das dificuldades de interpretação, pois *“quando se procura reconstruir as crenças, ritos funerários ou ritos mágicos, baseando-se sobre escassas sepulturas e alguns santuários, a parte hipotética é grande, quando não se torna invenção ou fantasias. Basta dar-se conta das dificuldades dos etnólogos quando se trata de esclarecer os usos e crenças de tal e tal tribu quando não conhecem sua língua ou que lhes falta um contacto prolongado para abster-se de concluir*

constatação destes, em vários momentos desde o século XVII, a observação de diferenças de sedimentos indicava momentos distintos na formação geológica, o que ia contra o contido na Bíblia.

sobre os primeiros ensaios espirituais do homem”. (Id.: f. 35). Tal assunto seria abordado com mais detalhes no segundo semestre, inclusive pela experiência de Annete Laming-Emperaire, que naquele momento redigia sua tese de doutorado sobre o assunto (KERN, 2007: 95-99).

Segundo Waldemiro Bley Junior, um dos alunos do curso, além das aulas teóricas, as atividades se dividiam em aulas práticas na Seção de Arqueologia do Museu Paranaense, versando sobre classificação de moluscos, material lítico, reconstituição de crânios, estudos geológicos (BLEY JUNIOR, 2002: 19-20).⁵⁴ Informa ainda o aluno que houve três excursões para a baía de Antonina. Em texto de janeiro de 1958, sob o título de “Exposição geral do curso”, o autor faz comentários sobre a importância do estudo arqueológico, e das aulas que teve do professor Joseph Emperaire, em especial “*a interpretação e estudos dos fatos atinentes à ciência pré-histórica obtidos nas melhores obras do gênero*”. (Id.: 51).

As aulas do segundo semestre tiveram início em 27 de agosto, e mudaram de temática. Após abordar os aspectos de natureza física, o curso voltou sua atenção para o desenvolvimento das “civilizações humanas”, conforme o título da primeira aula. Baseando-se em ideias de Paul Rivet e Arambourg, o curso esteve voltado para a interpretação e exposição de pesquisas já realizadas, como estas foram feitas e principalmente sobre suas conclusões. Tratou-se de estudos dos continentes europeu, asiático e americano, da evolução técnica de objetos do Paleolítico, divididos cronologicamente entre Inferior, Médio e Superior. Observou-se que o que seria a segunda aula foi a repetição da 12^a do primeiro semestre.⁵⁵

Com relação aos objetos, nota-se uma preocupação de em várias aulas descrever as formas e grupos associados, mostrando diferenças que marcariam evoluções e definições de ocupações. Além disto, o estudo de sepulturas também foi apresentado, estabelecendo comparações etnográficas quando questões não mostravam respostas satisfatórias. Neste ponto, inclusive, os detalhes da posição de esqueletos, associação com pinturas e utensílios foram mencionados.

Tome-se, por exemplo, a tentativa de interpretação da arte no Paleolítico Superior:

as obras de arte são também documentos psicológicos. Nos indicam um extraordinário realismo, com a fineza do detalhe, a exatidão das atitudes dos

⁵⁴ A primeira entre 19 e 21 de abril. Não precisa o período, apenas que a segunda e terceira terminaram em 31 de julho, com mais pesquisas de campo em ilhas e sambaquis.

⁵⁵ Existindo numeração nas páginas, estas estão de acordo em dois blocos sequenciados, conforme o semestre. Além disso, a ordem e posição do texto nelas foram alteradas, não podendo ser uma simples reprodução. Pode ser, portanto, uma reorganização do conteúdo.

animais, com a interpretação da potência ou força ou da delicadesa dos animais: 1) Entre o artista paleolítico e animalista moderno não existe diferença fundamental. Devemos concluir que a sensibilidade humana a 12 000 anos foi idêntica a nossa. 2) Indicam da beleza e da procura estética, muito perto da nossa. 3) Indicam uma organização social complicada. A arte prehistórica indica sem dúvida, a noção de artistas especializados, uma continuidade técnica e possivelmente um ensino. 4) Um sistema de crenças”. (AULA 6, sem data, f. 30).

A ponderação e senso de relativismo, afastando uma posição etnocêntrica, mostram o cuidado no tema da interpretação, especialmente se considerar que a arte precisa estar contextualmente inserida para uma análise, e que tais elementos são muito frágeis de opiniões. Como já sugerido para o primeiro semestre, provavelmente esta aula tenha sido ministrada por Annette Laming, uma vez que era o tema de sua pesquisa no doutorado.

As últimas aulas versam sobre as teorias que explicavam a entrada do homem pré-histórico na América. Estabelecendo os três eixos de migrações (Bering, Pacífico e norte via Europa), e contrapondo com os mitos bíblicos, as aulas procuravam ainda dialogar com Canals Frau, pesquisador que sugeria ondas de ocupações com culturas diferentes. Interessante assinalar que no conjunto das aulas, apenas neste caso observa-se claramente uma crítica a um pesquisador:

as teorias de Canals Frau apresentam pontos discutíveis e erros: 1º) um paralelo entre as civilizações da América do Norte e a Terra do Fogo, é muito ousado. 2º) Os esquimós e atabascas são considerados como os mais recentes invasores da América. 3º) A objeção principal é a seguinte: que os povos chegados à América com um certo grau de civilização permaneceram no mesmo nível e que guardaram o mesmo tipo antropológico. As civilizações chegaram completamente feitas do Velho Mundo. 4º) É curioso que os australóides chegaram por Bering e os mongoloides pelo mar. Todas essas contradições têm a mesma origem: a raridade dos fatos certos arqueológicos ou paleoetnográficos, que obrigam a buscar paralelismo etnográfico dos quais a interpretação é muito difícil”. (AULA sem data, f. 35).

Ou seja, considerava-se muito ousado estabelecer uma explicação com poucos indícios arqueológicos, o que talvez indicasse também a raridade de estudos na América, se comparado com a Europa e África, por exemplo. Chamou-se atenção para esta crítica devido sobretudo ao fato de que no conjunto do curso é constante a exploração e citação dos assuntos sem comentários críticos, ou ainda, a partir do filtro e escolha dos professores. Talvez para eles a teoria de Frau fosse conflitante com a de Paul Rivet, pesquisador francês que esteve com eles nas escavações de São Paulo, incentivadas pelo Instituto de Pré-História liderado por Paulo Duarte.

Comparando o conteúdo das aulas com o projeto proposto na primeira reunião do Conselho Científico do CEPA, nota-se como as atividades voltadas para o campo do ensino

foram aquelas desenvolvidas no primeiro semestre. Sendo 4 eixos temáticos apresentados na reunião, todos foram contemplados na primeira parte das aulas; os encontros do segundo semestre estiveram em complemento, relacionados mais com interpretações da cultura humana no período pré-histórico. As aulas sobre arte e crenças dos antigos *Homo sapiens*, e sobre a ocupação do continente americano, indicam a proposta de aproximar a arqueologia do campo da antropologia. Elas avançam no quesito de relacionar na interpretação o contexto físico com as atividades humanas, dando aos alunos um senso de ciência natural e comportamento humano.

Como o curso ministrado por Joseph Emperaire era o primeiro em arqueologia no Brasil, e pelas demandas que justificaram a instalação do mesmo, esperava-se que problemas e carências dos alunos fossem encontradas. Em longa correspondência de Loureiro a Emperaire, que tratava ainda do conflito com Pierre Neuville,⁵⁶ pode-se observar como Emperaire muito provavelmente se queixava de dificuldades para conduzir seu curso:

Se o curso não despertou maior interesse podemos responsabilizar a varias causas, mas nós também não estamos isentos de culpa, sobre esse assunto recorde-se duas vezes o alertei diante de Mme. Emperaire. Creio que deve ter ainda presente que como a forma dada aos exames a CAPES não terá motivos para ficar descontente com a Direção do Centro este ano.

Permita-me uma franquesa amigo Emperaire por mais uma vez diante dos olhos as suas atitudes injustas para com todos os bolsistas e alunos nossos. Quando se queixou da falta de preparo básico dos mesmos, ponderei-lhe que realmente há uma diferença grande entre o bacalar [bacharel] francês e o nosso atual curso secundário, mas aponte-lhe a possibilidade de recuperar alguns elementos e lembrei-lhe que a função da CAPES interfere nesse sector. Lembra-lhe que o considerei excessivamente rigoroso quando quase quis reconhecer impossibilidade dos bolsistas aprenderem arqueologia prehistórica foi facto de não possuímos conhecimentos de humanidades no padrão francês. Qual será sua situação como Professor, se o grupo Americano que no próximo (1958) vae lecionar o nosso curso chegar a provar o contrário?

[...] Se você se considera meu amigo, e como tal me permita uma franquesa, se você não consegue fazer de um dos bolsistas um colaborador seu é porque lhe faltam qualidades humanas para uma tal tarefa. Lembremos daquela sábia advertência – nem todo o bom pesquisador consegue ser bom professor (CARTA manuscrita de Fernandes para Emperaire, 08.11.57).

Percebe-se como Loureiro procurou relativizar as queixas do arqueólogo, mostrando que sua função era capacitar os alunos, mesmo havendo carências de conteúdo ou lida de pessoal. Não se tratava de somente pesquisas de campo, mas de formação educacional para

⁵⁶ No segundo semestre de 1957, encaminhado por Paulo Duarte, o arqueólogo Francês Louis Denie Marie Pierre Neuville integrou-se temporariamente à equipe que estava atuando no Paraná. Participou de algumas prospecções na região metropolitana de Curitiba e, em companhia de Waldemiro Bley Júnior, Neuville realizou rápida pesquisa no Sambaqui do Guaraguaçu. Indispondo-se com seus conterrâneos, que naquele sítio trabalhavam, Neuville interrompeu as atividades iniciadas, regressando a São Paulo (CHMYZ, 2010: 69).

tanto, o que implicava em outra estratégia para interagir com os alunos e, evidentemente, encontraria obstáculos. Estes não deviam servir como problemas, mas justificativa para o curso. O tom da mensagem, provavelmente devido a impressão de Loureiro com os argumentos de Joseph, indica como tinha uma personalidade forte, ouvia as partes, mas sempre mantendo seus ideais e convicções.

Na mesma carta, ainda, revela Loureiro frente a insatisfação de Joseph, que recebeu conselho de Paulo Duarte para a vinda do casal francês, pois “*a tendência dominante na ‘Secção de Arqueologia’ do Instituto era trazer arqueólogos americanos; tanto que antes de conversarmos com Rivet, já o Fernando (Diretor de Secção) havia tentando uma aproximação minha com os Evans*”. Ou seja, que Loureiro tinha um projeto de rodízio de pesquisadores, como já foi observado, e optava pela introdução da escola norte-americana, já que tivera algum contato com os europeus. Entretanto, motivado na reunião dos americanistas de 1954, preferiu seguir a sugestão do colega paulista.

Durante vários anos, ainda, Annette Laming-Emperaire esteve vinculada ao Centro de Arqueologia da Universidade do Paraná. No ano de 1959, por exemplo, foi convidada a ministrar um curso sobre indústria lítica, que recebeu o nome de “Classificação tipológica da indústria lítica”. Existe no arquivo do CEPA/UFPR um detalhado programa da disciplina, apresentando a importância do estudo destes artefatos, como estabelecer a “evolução técnica” e “correlações” entre culturas e sítios. Os vários termos empregados para classificação são apresentados, enfatizando a preocupação por uma padronização a fim de evitar neologismos ou diversas terminologias. No texto, ainda, divide a classificação em duas categorias: por forma ou técnica de fabricação, e ainda subdivide em definições dos termos técnicos, como pedra polida ou lascada. Em depoimento, Igor Chmyz (2010: 66) lembra que no trabalho de campo, dividia tarefas entre os estagiários, e “*o rigor metodológico e o detalhamento nos procedimentos, eram outras de suas características*”.

Apesar de não existir datas nas folhas do curso apresentado por Annette Laming-Emperaire, sugere-se que as aulas foram ministradas na segunda metade de 1959. Em outro esquema de aula, provavelmente reproduzidos aos alunos, percebe-se que avança no tema da indústria lítica, focando o contexto do Brasil Meridional. Ou seja, deu na primeira parte do curso noções básicas de classificação e observação dos objetos, e seguia para uma realidade arqueológica local, com os casos de pesquisas desenvolvidas por ela e seu esposo, em especial o sítio de José Vieira. Na publicação dos resultados, em agosto de 1959, não consta o período de escavação, apenas que duraram 10 dias, interrompidas devido a chuvas constantes. Sabe-se que foram feitas em duas etapas: “*as escavações de 1957, apesar do pouco tempo disponível,*

atingiram quase 3m de profundidade, revelando superposição de ocupações. Foram interrompidas, também, porque uma pronunciada enchente do rio Ivaí impediu o acesso ao local”.

No esquema de aula proferida em 1960, durante o Curso de Arqueologia Pré-histórica e Ciências Afins, afirma Annette que “*a descoberta por J. Emperaire em 1957 de duas jazidas importantes [José Vieira e Barracão] permitiu estabelecer a existência no interior do Paraná de uma indústria de pedra lascada anterior à introdução da cerâmica*”. Na publicação, descrevem tanto os materiais líticos como cerâmicos. Além de ser o primeiro sítio do interior que escavam e encontram tais artefatos de pedra, identificados pela característica de serem do tipo lascado, afirmam que “*nos níveis mais recentes, a mesma indústria da pedra lascada continua a ser empregada com uma certa pobreza das formas e da técnica, mas ela é acompanhada, desta vez, de uma cerâmica não decorada de início,⁵⁷ e que logo atinge a complexidade e a mestria das cerâmicas guaranis. Esse desenvolvimento brusco da arte cerâmica mostra ou que o sítio foi invadido por novas populações ou mais provavelmente, [...] que os antigos ocupantes do sítio estabeleceram novos contatos com tribos vizinhas*”. (LAMING; EMPERAIRE, 1959: 81). Esta questão se tornou, depois, importante para compreender a forma de interpretação de Annette Laming, principalmente porque trazia da Europa um raciocínio evolutivo, bem demarcado por etapas do mais primitivo ao mais sofisticado.

A segunda campanha de escavações no sítio José Vieira, foi conduzida por Annette em 1959. Regressando, publicou uma nota informando que chegara aos 5,50m de profundidade e que “*nos níveis mais antigos, que, aliás, são os mais ricos, foram achados alguns implementos do tipo dos que foram encontrados em Barracão. No conjunto, a indústria lítica dos níveis superiores é mais rústica que a dos níveis inferiores*”. (LAMING-EMPERAIRE, 1959: 1).

Quando divulgou, em 1968, um resumo sobre as abordagens feitas “*au Chili Austral*” e “*au Brésil Méridional*”, com referência aos níveis pré-ceramistas de José Vieira, declarou que “*sur Le plan typologique La découverte plus suprenante fut celle d’une pointe de flèche à pedoncule vers la base de la fouille – couche IX*”.⁵⁸ (LAMING-EMPERAIRE, 1968: 95).

⁵⁷ A cerâmica não decorada de José Vieira, também registrada nos sítios do Barracão, Estirão Comprido e Gruta do Wobeto, posteriormente foi encontrada em outros locais do Paraná, dando origem à tradição arqueológica Itararé (CHMYZ, 1967: 67; 1968b: 115).

⁵⁸ [sobre o plano tipológico a descoberta mais surpreendente foi aquela de uma ponta de flecha peduncular sobre a base da escavação - camada IX].

No mesmo veículo que transportou a equipe de Annette (Maria José Menezes, José Wilson Rauth e Maria da Conceição de Moraes Coutinho) em setembro de 1959, viajaram Oldemar Blasi e Igor Chmyz para, em Fênix, se dedicarem às pesquisas na Vila Rica do Espírito Santo (CHMYZ, 2010: 64). Entre as informações prestadas por Chmyz em 3 de novembro de 2010 para subsidiar esta dissertação, constou a relacionada à “pointe de fleche à pédoncule”. Annette não estava presente no corte-estratigráfico quando a ponta foi encontrada por um integrante da sua equipe. Com as paredes mantidas em rampa para evitar desmoronamento, o campo de ação na parte mais profunda do corte somente possibilitava a atuação de uma pessoa. A surpresa inicial causada pelo encontro de um artefato envolvendo tecnologia e tipologia não condizentes com as verificadas nas camadas superiores, foi substituída pela convicção de que a mesma não pertencia ao contexto do sítio. Suspeita desfeita em seguida, tendo-se em vista o contido no breve comunicado de outubro do mesmo ano (LAMING-EMPERAIRE, 1959: 1).⁵⁹

Nas escavações do Sambaqui da Ilha dos Rosas em 1966, entretanto, Annette ainda era dominada pelo raciocínio evolutivo dos artefatos, pois esperava encontrar lâminas de machados polidos somente nas camadas superiores do sítio, e elas ocorreram nas inferiores também junto a outras lascadas (INFORMAÇÃO de Igor Chmyz, em 03.11.10).

Em junho de 1960, novamente Annette ministrou outro curso de arqueologia pré-histórica no CEPA. Desta vez, sua atenção esteve voltada para a manifestação artística, o caso de um sítio da Patagônia chilena (Englefield), onde escavara no ano anterior, e para teorias sobre a ocupação humana na América. Neste ponto, por exemplo, discute a interpretação de Salvador Canals Frau, que reviu várias teorias para a chegada do homem no continente, inclusive de Paul Rivet, que foi bastante influenciador do pensamento de Annette.

Apesar da sua assiduidade num primeiro momento, entre 1957 e 1962, a arqueóloga francesa retornou ao Paraná apenas em 1966, depois de um período de pesquisa no Chile e em Minas Gerais. Nesta segunda etapa, no CEPA, ministrou o “Seminário de Ensino e Pesquisa em Sítios Pré-Cerâmicos”, servindo de sítio-escola o Sambaqui do Porto, na Ilha dos Rosas entre 10 de agosto a 20 de setembro de 1966. Como resultado, um manual de estudo de indústria lítica foi produzido e publicado pelo Centro. Segundo a apresentação, “*o guia teve sua origem num pedido insistente da equipe à Profa. Dra. Annette Laming-Emperaire, para organizar um vocabulário apropriado à identificação e estudo da indústria lítica da América*

⁵⁹ Durante as pesquisas de salvamento realizadas na área da UHE Itaipu, em 1975, um sítio contendo artefatos líticos correspondentes aos dos níveis pré-ceramistas superiores de José Vieira, superpunha-se a outro também pré-ceramista, mas que incluía pontas de flechas pedunculadas, como a registrada no nível mais profundo daquele sítio (CHMYZ-Coord., 1975: 10 e 45).

do Sul”. (LAMING-EMPERAIRE, 1967: 11). Do curso participaram Pe. João Alfredo Rohr, Margarida Davina Andreatta, Igor Chmyz, Pe. Pedro Ignacio Schmitz, Celso Perota, Anamaria Beck, Braz Francisco Raul Santiago Wilkler Pepe e Marcos Albuquerque. Assim como nas aulas de 1959-60, em que Annette comentava da dificuldade de padronização terminológica, os alunos sentiram o mesmo problema e solicitaram a elaboração do guia. Assim, “*o vocabulário e o código [de análise] poderão dar aos arqueólogos sul-americanos, principalmente aos que se dedicam a sítios pré-cerâmicos, uma linguagem comum, na qual possam também comunicar com clareza e segurança os resultados de suas pesquisas*”. (Id.: 11). Ao longo do guia, a autora menciona as dificuldades tanto de existir muitas classificações como a inexistência delas; no primeiro caso, isto ocorria na Europa, de desenvolvimento da arqueologia científica de várias décadas, e no segundo caso pela situação sul-americana, com carência de estudos sobre líticos. Evidentemente que a segunda situação teve influência da primeira, isto é, a definição terminológica segundo a concepção da pesquisadora francesa.

Devido sobretudo ao interesse pelo estudo de sítios arqueológicos em Minas Gerais, a vinda da pesquisadora ao Paraná foi interrompida novamente, retornando somente 1973. Nesta ocasião, coordenou no Sambaqui do Centenário o “Seminário de Técnicas Arqueológicas Aplicáveis a Sítios Pré-cerâmicos”. A pasta contendo os registros de campo e relatório traz dados importantes para se conhecer o cotidiano daquela pesquisa, e do ensino que foi aplicado. No rascunho da apresentação do relatório, constam os nomes dos participantes, em número de 14.⁶⁰ Importante destacar que neste estudo “*fundo de cabanas, com estruturas culinárias e de combustão associadas, foram detectadas em várias camadas do sítio, reforçando a interpretação de alguns autores, especialmente a pioneira de Adam Orssich no Sambaqui do Araújo II, sobre a sua presença em sambaquis*”. (CHMYZ, 2010: 66). Na ocasião da pesquisa de Adam, conforme analisado, este sofreu severas críticas dos pesquisadores brasileiros; com a recorrência das descobertas, a inclinação para aquela interpretação começou a ser aceita paulatinamente.

Ainda na apresentação do relatório, “*por ocasião de uma experiência de três semanas sobre técnicas de escavação em sambaqui nós procuramos abordar algumas questões que foram muitas vezes negligenciadas*”, [entre elas], “*a eventual determinação de fundos de cabana, a sua forma e sua disposição*” [e] “*a disposição das fogueiras, das fossas culinárias em relação aos fundos de cabanas e às superfícies de pisoteamento*”. (RELATÓRIO das

⁶⁰ Foram eles: Afonso Imhof, Ana Lúcia Costa Machado, Arno Alvarez Kern, Celso Perota, Dalvina Henriqueta Meneghel Abarca, Edna Luisa de Melo, Eneida Maria Cherino Malerbi, Fernando La Salvia, Igor Chmyz, Lehel de Silimon, Lília Maria Tavares Cheuiche, Magdalena Carrillo Cruz, Miguel Mendez Gutierrez e Sérgio Schmitz. Como ouvintes, ainda, estiveram presentes Maria das Graças Cassarotto e Sidney Anthonioz.

pesquisas no Sambaqui do Centenário, 1973). Na mesma coleção de documentos, encontram-se folhas datilografadas em francês, sobre “technique de fouilles”, elencadas em 4 categorias: “trous, enlèvements par pans ou par tranchées, fouilles en escalier, e décapages de grandes surfaces”. Sobre o Sambaqui do Centenário, Annette sugeriu que “l’idée de base qui a conduit les recherches au Centenario était de procéder à des décapages de la superficie totale sur laquelle on pourrait lire la disposition et l’importance de l’habitat à telle ou telle époque, et la succession de ces dispositions”.⁶¹ (f. 2). Mas, devido às condições e número de participantes, optou-se por uma alternativa de escolher momentos de ocupação mais intensos.

Apesar do seminário focar “técnicas”, segundo depoimento de Igor Chmyz em 03.11.10, a pesquisa foi iniciada praticamente no método de decapagem, causando problemas de controle dos níveis, devido às características do sítio. O impasse foi contornado quando o controle das escavações passou a ser feito por meio de níveis artificiais. No capítulo do relatório redigido por Annette, lê-se que: “en raison de l’inexpérience dans les techniques de décapage de la plupart des participants on vit au début des travaux apparaître çà des et là des marches, des trous perforant les sols, des reclages correspondant à des sols imaginaires”.⁶² (f. 4). Outros elementos foram incorporados no relatório, como dados geográficos, fauna e flora local, além de análises das evidências encontradas.

4.2 WESLEY R. HURT

A vinda do professor norte-americano Wesley R. Hurt ao Paraná antecedeu ao curso que ministrou em 1958, a convite de Loureiro Fernandes. Hurt participou de escavações na região mineira de Lagoa Santa em 1956, e em carta, agradece Loureiro a recepção em Curitiba e visita no litoral: “I certainly did enjoy the visit to Curitiba and making your acquaintance. I appreciated very much your making possible the trip down to Paranaguá and Ilha das Ratas. The color movies and photographs that I took on the trip to Parana turned out

⁶¹ [a ideia base que conduziu as pesquisas no Centenário fora de proceder decapagens da superfície total sobre as quais nós poderíamos ler a disposição e importância de habitar tais ou tais épocas, e a sucessão destas disposições].

⁶² [em razão da inexperiência das técnicas de decapagem por parte da maioria dos participantes, viu-se aparecerem, aqui e acolá, desde o início dos trabalhos, degraus e buracos revelando pisos imaginários].

to be the best ones in my Brazilian collection".⁶³ (CARTA de Hurt para Loureiro, 08.01.57). Também comenta que o Departamento de Estado norte-americano aprovava o estágio de Oldemar Blasi na Universidade de South Dakota por nove meses. Do contato entre eles, observado nas cartas trocadas por Loureiro e Blasi, nota-se o interesse do professor paranaense em contratar o arqueólogo para ministrar um curso na Universidade do Paraná.

A primeira sondagem ocorre quando Blasi estava nos Estados Unidos, e Loureiro comentando de possíveis acordos com centros de pesquisa norte-americanos, pergunta: *"sobre a possibilidade de Wesley Hurt vir o que há de positivo? Recebi uma carta sua, fiz-lhe uma pergunta a propósito e nada mais sei, sobre o caso. Temos em mira o enorme sambaqui do Guaraguaçu, trabalho para muita gente"*. (CARTA de Fernandes para Blasi, 08.08.57). Percebe-se que Loureiro teria em projeto escavar mais um sambaqui, provavelmente para observar as técnicas norte-americanas, que inclusive motivaram os pedidos dele para Blasi de conhecer centros e saber do interesse de outros arqueólogos também, como já analisado nesta dissertação. Na carta de Fernando Altenfelder Silva, já analisada sobre os currículos, encontra-se também a ênfase por pesquisadores voltados ao estudo de concheiros. Outro entendimento para o estudo dos sambaquis talvez fosse a legislação criada por iniciativa de Loureiro, e ainda, a proximidade do sítio de Curitiba, o que facilitaria o acesso dos alunos para as aulas práticas.

Na resposta da carta de Blasi, ele afirma ter conversado longamente com Hurt, e que: *"revelou-me que tem grande interesse em voltar ao Br., e realizar pesquisas no Paraná, estado que muito lhe foi simpático. Ele deseja realizar pesquisas em Sambaquis. Sobre o assunto, oportunamente, remetera carta ao Sr. Posso-lhe adiantar que seria magnífico podermos contar com ele, pois é um grande arqueólogo e, também, magnífico etnólogo"*. (CARTA de Blasi para Fernandes, 18.08.57). A correspondência a que se refere Blasi foi enviada por Hurt em 28 de agosto, e nela constam diversos pontos importantes para conhecer o interesse do arqueólogo em vir ao Paraná. Além de mencionar a conversa que teve com Blasi, mostra conhecimento dos trâmites institucionais e financeiros:

"it is possible that I could come to Paraná for nine months or a year beginning about June, 1958. Mr. Blasi mentioned that the Center for Archaeology has a grant from CAPES which could partially take care of my living expenses. [...] If you are interested in having me come to Paraná next year, you should get in touch with Mr. James Perry who is the U.S. Consular Agent in Curitiba. He can advise you on the

⁶³ [Eu certamente aproveitei a visita à Curitiba e lhe conhecer. Apreciei muito ter feito possível a viagem até Paranaguá, e Ilha das Ratas. A cor dos filmes e fotos que eu tirei na viagem ao Paraná foram as melhores na minha coleção brasileira].

procedure necessary to obtain my services for the University of Paraná under the U.S. Exchange of Persons program. I shall also write to Mr. Perry about this possibility”.⁶⁴ (CARTA de Hurt para Fernandes, 28.08.57).

Diz na carta também que se interessava pela escavação de sambaqui. Talvez um dos argumentos para tal interesse fosse o recém-criado Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, com possibilidade de ministrar aulas e executar estudos de campo, em área ainda carente de pesquisadores. O grande interesse destes estrangeiros, neste sentido, parece pelo campo quase virgem de interpretações e teorias, o que dentro da ciência, abria perspectivas para marcar nome num pioneirismo acadêmico mundial. Hurt, quanto a isto, apenas ministrou as aulas, efetuou escavações, e retornou aos Estados Unidos. Outros, entretanto, insistiam por permanecer vinculados à Universidade do Paraná, o que nem sempre era bem recebido por Loureiro Fernandes, pela ideia de “rodízio anual” de pesquisadores.

A resposta do primeiro contato viria no fim de setembro, pois o Conselho Científico do CEPA iria se reunir naquele período, e o nome de Hurt seria avaliado. Pedia Loureiro, em carta para Blasi, que aguardasse, pois entraria em contato novamente para deixá-lo a par da situação. Tal correspondência ocorreu tardiamente, apenas no início de dezembro. Nela, consta que o Conselho se reuniu em 26 de novembro em São Paulo, aprovando sua vinda para julho de 1958, o que explica em parte o atraso pela decisão. No entanto, outros contatos mostram como para realizar tal empresa, Loureiro Fernandes teve que entrar em contato com a CAPES e o Consulado Norte-americano em Curitiba. No primeiro caso, no mês de outubro, uma carta a Junqueira Ayres informa: *“conforme tivemos oportunidade de falar aí, a Universidade de South Dakota está disposta a colaborar, a partir de junho de 1958, com a CAPES no programa de ensino e pesquisas arqueológicas. Tenho a respeito uma carta do Prof. Wesley Hurt. Consulto-o poder-se-á estabelecer os contatos iniciais para o estudo das possibilidades de colaboração”*. (CARTA de Fernandes para Ayres, 08.10.57).⁶⁵ Nota-se, portanto, que Loureiro primeiro quis se cercar de garantias dos órgãos de fomento, para assim ter maior sucesso na reunião do Conselho Científico, pois em resposta a esta carta Junqueira Ayres demandava, em 22 de outubro, maiores detalhes, como plano de trabalho e responsabilidades das outras instituições, como a Universidade de South Dakota e o Governo

⁶⁴ [se for possível que eu possa ir ao Paraná por nove meses ou um ano, iniciando por volta de junho de 1958. M. Blasi mencionou que o Centro de Arqueologia tem uma bolsa da CAPES, que poderia parcialmente servir às minhas custas de vida. [...] Se você está interessado que eu vá ao Paraná no ano que vem, você deveria entrar em contato com o Mr. James Perry, que é o agente consular americano em Curitiba. Ele pode lhe dar conselhos sobre os procedimentos necessários para obter meus serviços para a Universidade do Paraná sob o programa de intercâmbio norte-americano. Eu poderia também escrever para ele sobre esta possibilidade].

⁶⁵ No caso do consulado, diz na carta de 7 de dezembro de 1957 para Hurt que entrou em contato com Mr. Perry.

norte-americano. Não se tratava, pois, de um estabelecimento de cooperação simples, ainda mais tendo Wesley Hurt sua atividade profissional ligada ao ensino e pesquisa nos Estados Unidos.

No fim do ano de 1957, enviando os relatórios de trabalho para a CAPES, Loureiro Fernandes comenta que *“o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Científico do “Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas” na sua reunião realizada em S. Paulo, a 26 de novembro p.p., compreende o prosseguimento do ensino de arqueologia com a realização do novo curso em duas partes: a primeira, noções de arqueologia pré-histórica, a ser prelecionada no primeiro semestre, ficará a cargo do Prof. Oldemar Blasi; a segunda, Arqueologia da América será regida pelo Prof. Wesley Hurt”*. (CARTA de Fernandes para Ayres, 07.12.57). No caso do Conselho Nacional de Pesquisas, Loureiro explicita mais ainda o projeto para 1958, com a vinda do professor Hurt, dos avanços do CEPA, as aulas dos Empereire, deixando claro que o investimento do órgão foi para compra de equipamento técnico necessário às escavações. Sendo assim, *“o pedido de auxílio para 1958 refere-se, pois, particularmente a despesas a serem feitas com os trabalhos de escavações e manutenção do pessoal nas jazidas. O valor total previsto é de duzentos e setenta mil cruzeiros (Cr\$ 270.000,00), cuja forma de pagamento poderá ser feita, dentro da norma adotada para 1957, isto é, em duas quotas”*. (CARTA de Fernandes para Cardoso, 24.12.57). Uma planilha de gastos, dividida entre estudos no litoral e no planalto, foi anexada, mostrando os custos. Por fim, na mesma correspondência, comentou: *“o presente auxílio, faz-se necessário para que o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, não sofra solução de continuidade no sector da pesquisa científica”*. Ou seja, da mesma forma que demonstrava que o investimento já feito na compra de equipamentos dotava de recursos para a execução de pesquisas, voltava o professor paranaense para solicitar a continuação dos acordos de financiamento, mostrando como, para além da criação do CEPA, a frequente busca de recursos ainda era necessária, isto é, para mantê-lo funcionando e produzindo pesquisas. Por outro lado, mostra também como não havia uma garantia de investimentos dos órgãos de fomento, sendo necessário apresentar anualmente projetos e objetivos que justificassem a liberação de recursos, ou que estes poderiam ser gastos como bem entendesse o diretor do Centro.

Por fim, Wesley Hurt responde a carta de Loureiro enviada por este em 7 de dezembro, que informou da aceitação para vir ao Paraná em 1958. Nela, Hurt diz estar animado pela decisão, e indica os passos para concretizar o acordo por parte do Governo Norte-americano, valendo da sua experiência anterior: *“to make it possible for me to go to*

Parana in 1958 it will be necessary for me to obtain a grant from the U.S. Department of State under the Smith-Mundt program of the type that I had in Brazil in 1956".⁶⁶ (CARTA de Hurt para Fernandes, 21.12.57). Como indica o arquivo do CEPA/UFPR, os trâmites para selar o acordo se estenderam pelo primeiro semestre de 1958. Da parte norte-americana, os responsáveis pelo Conselho de Pesquisas daquele país eram cautelosos quanto a ida de Hurt, pois em 12 de fevereiro de 1958 Trusten Russell informava a Hurt que o programa da Fulbright Commission, responsável pelo intercâmbio, não tinha sido aberta até então, ou seja, poderia haver problemas no cronograma e conseqüentemente na ida naquele ano.

A intermediação contou inclusive com o pedido de Anísio Teixeira à Comissão Educacional dos Estados Unidos no Brasil, sediada na Embaixada Americana, para que *"patrocinem e apoiem a pretendida visita do Professor Wesley Hurt, Diretor do Museu da Universidade de South Dakota, àquela instituição [CEPA/UFPR] e às áreas da maior importância arqueológica e paleontológica existentes no sul do país, ministrando ali ensinamentos e cursos, além de pesquisa que realizará, durante um período previsto de dez meses, a partir de 1º de junho p. futuro"*. (CARTA de Teixeira para Presidente da Comissão Educacional, 06.03.58). Do lado da CAPES, recebe a confirmação de Junqueira Ayres sobre as verbas destinadas ao ano de 1958, tanto para Joseph e Annette Emperaire, como para Wesley Hurt. Interessante observar que no esquema de custos aparece a concessão de quatro bolsas para estagiários, sendo 2 para residentes nos Estado do Paraná e outras 2 para não residentes.⁶⁷

Previsto para o curso iniciar em agosto de 1958, em 12 de junho Loureiro Fernandes ainda estabelecia contato com a CAPES sobre o convênio, escrevendo a Junqueira Ayres que Hurt recebera a aprovação da Fulbright Commission no Brasil.⁶⁸ Dias depois retorna Loureiro ao mesmo Junqueira Ayres, desta vez para informar que *"temos no Paraná, quinze candidatos com o 'Curso fundamental de Arqueologia' lecionados em 1957 e primeiro semestre de 1958, entre os quais poderão ser selecionados futuros arqueólogos"*. (CARTA de Fernandes para

⁶⁶ [Para fazer possível que eu vá ao Paraná em 1958 será necessário para mim obter uma bolsa do Departamento de Estado norte-americano sob o programa Smith-Mundt, do tipo que tive no Brasil em 1956].

⁶⁷ Em pedidos para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, Loureiro não encontra interessados a preencher as vagas, provavelmente pelo custo de vida que não era completado pelo valor das bolsas. Nisto, inclusive, pode-se tomar como exemplo o caso de Waldemiro Bley Jr, já analisado nesta dissertação, em que Loureiro Fernandes conseguiu estender o valor para ele de uma bolsa ociosa, devido a licença da companhia ferroviária. Em outros documentos do arquivo, posteriores, encontra-se o pedido de Loureiro a CAPES para aumento do valor das diárias, justamente pelo custo de vida.

⁶⁸ Cerca de um mês antes, em 13 de maio de 1958, percebe-se como Junqueira Ayres procura acalmar Loureiro Fernandes sobre isto: *"peço vênha para lembrar V. Sa. que os entendimentos [com a Comissão Fulbright] dessa natureza são demorados e, no momento, só resta à CAPES aguardar resposta"*. (CARTA de Ayres para Fernandes, 13.05.58).

Ayres, 18.06.58). Apenas no dia 15 de julho Wesley Hurt recebe finalmente o aval completo, inclusive com o bilhete de voo programado para sair dos Estados Unidos dia 17 de julho e chegada prevista em Curitiba no dia 22 de julho; ou seja, enviava a carta apenas dois dias antes do embarque!

Em informe divulgado à comunidade universitária, relativo as aulas de Wesley Hurt, o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas informava que *“fará realizar novamente, no corrente ano, cursos de arqueologia pre-histórica, com a finalidade de proporcionar a professores, licenciados e alunos, não só conhecimentos mais especializados sobre a ciência pre-histórica, como também possibilitar o aprendizado de métodos e técnicas modernas empregados nas pesquisas de jazidas arqueológicas”*. (AVISO, sem data). Note-se como o CEPA manteve sua ênfase em não tornar o curso apenas “erudito”, mas prático e voltado para a formação de arqueólogos.

Programado para iniciar em 8 de abril, às terças, quintas e sábados, seria dividido em duas partes: a primeira entre abril e junho, ministrado por Oldemar Blasi, versaria sobre Arqueologia Geral, introduzindo os alunos no assunto. Já na segunda parte, com a presença de Wesley Hurt, focaria a Arqueologia na América, voltado igualmente para o estudo de campo e do material existente no CEPA. Em outro informe, mais específico para o segundo turno do curso, explicava da especificidade dele, isto é, *“os trabalhos de laboratório e em jazidas serão proporcionados exclusivamente a alunos categorizados por conhecimentos fundamentais em Arqueologia prehistórica particularmente os ministrados pelos cursos especializados que foram realizados em 1957 e primeiro semestre de 1958 pelo “CENTRO DE ENSINO E PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS”*. (COMUNICADO, 31.07.58). Apesar da restrição imposta, o curso era aberto a três categorias de alunos: os candidatos ao certificado de aproveitamento, que necessitavam apresentar um comprovante de conhecimentos básicos em Arqueologia ou título de professor de ensino superior; estes estariam aptos a realizar os exames completos no final do curso. Outra categoria de estudante eram aqueles interessados em obter o certificado de frequência, tendo 75% de comparecimento, mas sem acesso aos testes. Por fim, a qualidade de aluno ouvinte, que era dada matrícula para acesso as exposições teóricas.

Do curso ministrado por Hurt, o arquivo do CEPA/UFPR possui cópias dos esquemas de aula entregues aos participantes. Numerados em 9, e traduzidos por Oldemar Blasi, os 4 primeiros possuem datas, que observadas em calendário permanente, indicam que foram ministradas nos

sábados.⁶⁹ A publicação do estudo do Sambaqui do Macedo (HURT; BLASI, 1960), esclarece que os trabalhos no sítio iniciaram no dia 18 de agosto e finalizaram no dia 24 de outubro (Foto 4). Relacionando com as datas das aulas, nota-se como as atividades foram conjuntas, tendo os trabalhos de campo iniciados uma semana antes e se estendido por outra uma semana depois. Considerando-se, portanto, as obrigações de cada espaço supõe-se que atenção na escavação do sítio era entre os dias úteis, e a aula concentrada no sábado. Não se encontrou dados sobre se os alunos do curso participaram diretamente da escavação; apenas na publicação constam os nomes de José Wilson Rauth, Margarida Davina Andreatta, Maria da Conceição de Moraes Coutinho e Maria José Menezes como assistentes. Estes, também, participaram das aulas.⁷⁰



Foto 4. Wesley R. Hurt (à direita), Oldemar Blasi e José Wilson Rauth iniciando as escavações no Sambaqui do Macedo (Baía de Paranaguá), em 1958 (Foto: Vladimir Kozák – Acervo do CEPA/UFPR).

O conteúdo dos textos entregues aos alunos, ainda que de forma resumida e esquemática, revela o enfoque dado pelo professor no seu curso. As duas primeiras aulas

⁶⁹ Conforme a lógica das datas, as aulas seguintes foram supostas para os sábados subsequentes.

⁷⁰ Em correspondência, Loureiro afirma a Junqueira Ayres que o curso de 1959, em continuação, terá “*de janeiro a maio de 1959 [...] uma fase de trabalhos práticos nas jazidas do Estado e nos laboratórios dos Museus Paranaense e de Paranaguá*”. (CARTA de Fernandes para Ayres, 03.12.59). Ou seja, dentro do programa, os alunos teriam acesso a tais espaços.

podem ser classificadas como introdutórias, por apresentar em noções básicas da divisão da antropologia, na qual a arqueologia figura como uma subdivisão, e também por justificar a importância de métodos e técnicas científicos no estudo do passado do homem americano. Sobre a presença do homem na América, por exemplo, elenca uma série de teorias que procuravam dar explicação, separadas por “científicas” e “não-científicas”, isto é, “*desde que os primeiros europeus entraram em contacto com os índios americanos eles formularam diversas teorias sobre a origem destes povos. Muitas delas são facilmente eliminadas devido aos fatos científicos atualmente conhecidos, tornando-se mais própria para os estudos folclóricos*”. (HURT, Aula nº 2, 30.08.57).

Na sequência das aulas, vai direcionando o tema para a cronologia e ambientação climática no provável período de ocupação humana no continente, ou seja, o Pleistoceno. Tendo um conhecimento mais detalhado sobre a pesquisa arqueológica norte-americana, suas próximas duas aulas focam a exposição de detalhes e interpretações daquele contexto, fazendo uma conexão entre os objetos encontrados com as principais atividades e fauna e flora do período. Tentando englobar a América, dá apenas um exemplo da região meridional, no Chile. A sétima aula, faz uma exposição detalhada dos sambaquis na América, com suas diversas classificações. Como estava trabalhando em um sítio deste tipo, nota-se como possuía conhecimento sobre as definições; também percebe-se, pois, que tendo o objetivo de capacitar os alunos à realidade arqueológica mais próxima deles, instruções sobre sambaquis eram importantes. As duas últimas aulas se apresentam mais como conclusões do que foi ministrado, reforçando as linhas de argumentos científicos da presença do homem na América, e algumas interpretações de estudo dos índios, em especial a última aula, que comenta do estudo por ele participado em 1956 na região de Lagoa Santa. No esquema daquela última aula, ficam bastante evidentes algumas críticas sobre intervenções anteriores nos sítios daquela região, pois “*é difícil validar esses achados porque o trabalho não foi realizado dentro de uma técnica científica; notas, fotografias e ‘croquis’ estão faltando e, em adição, as descobertas foram baseadas sobre trabalhos efetuados por operários sem a presença dos diretores do Projeto*”. (HURT, Aula nº 9, [18.10.58]). Referia-se ao estudo promovido pela Academia de Ciências de Minas Gerais, no qual Hurt constatava além destes problemas, perturbações por intempéries que dificultavam uma análise com resultados mais conclusivos. Em suma, no primeiro módulo de aulas ministrado por Wesley Hurt, pode-se perceber como o professor norte-americano foi afunilando os temas das aulas, de uma realidade da área científica para problemas e casos próximos dos alunos.

No conjunto do curso no primeiro semestre de 1959, o enfoque dado por Hurt é mais “prático”, pois tratou de versar sobre “técnicas e escavações arqueológicas”. Se voltarmos ao plano de ensino proposto por Loureiro Fernandes na criação do CEPA, observamos as mesmas etapas do projeto, sequenciado em três estágios, isto é, da iniciação do tema da arqueologia, passando para alguns elementos da América, até a realidade mais próxima dos alunos. Neste estágio, a sugestão era pelo contato com a escavação, e as aulas de Hurt parece que atendem a este propósito. Inclusive tal opinião é observada no final da primeira aula, quando lança uma pergunta: “*Como um arqueólogo aprende a técnica? 1º - Idealmente, um aluno deverá trabalhar no campo e laboratório. 2º - Assistir aulas sobre técnicas de campo*”. (HURT, Aula nº 1, 04.04.59).

Reduzido ao número de 5, elas foram dadas também nos sábados, e justificam a importância das técnicas para resultados científicos aceitos internacionalmente. Interessante observar que mostra não apenas uma técnica, mas que conforme a natureza do sítio arqueológico, uma abordagem particular deve ser feita. Enfatiza como cuidado constante a estratigrafia, pois é importante que “*o sítio seja escavado verticalmente e o material encontrado separado por níveis, para evitar a mistura dos artefatos das diversas culturas*”. (HURT, Aula nº 3, 18.04.59). No caso dos sambaquis, tal técnica precisa de adaptações devido, sobretudo, a raridade de camadas horizontais e o formato de acúmulo do centro para as bordas. A determinação de uma trincheira, que revela um corte transversal, permite ter uma noção dos sedimentos, e a empregar a técnica de degraus (Foto 5). Foi o caso, por exemplo, da escavação do Sambaqui do Macedo, onde se empregou tal técnica, para segurança dos pesquisadores e operários, e também porque “*a técnica de degraus ajudam, não somente a conservação das paredes, mas também, permite a remoção dos depósitos por carrinhos de mão*”. (HURT; BLASI, 1960: 20). Nas últimas aulas de Hurt no CEPA, ele passa algumas noções de interpretação, no trabalho do arqueólogo de “reconstruir o complexo cultural” da sociedade estudada, em especial na nomenclatura para “tipos” de objetos, isto é, “*um grupo de artefatos ou outra característica de um sítio, que tem a maioria dos traços em comum*”. (HURT, Aula nº 4, 25.04.59).

Tal emprego de interpretação é visível no trabalho publicado do Sambaqui do Macedo, em especial a detalhada descrição geográfica, das técnicas de escavação (com desenhos dos cortes e estratigrafia), e os artefatos encontrados. Uma característica que chamou atenção do texto foi a extensa comparação das suas conclusões com outros estudos brasileiros, como Serrano, Bigarella, Krone, Tiburtius, Adam Orssich, Joseph Emperaire e Annette Laming-Emperaire. Tendo parâmetros dos resultados destes estudos, como qualidade dos objetos e



Foto 5. Oldemar Blasi (agachado), José Wilson Rauth e operários ao lado da trincheira escavada no Sambaqui do Macedo pela técnica de degraus (Foto: Vladimir Kozák – Acervo do CEPA/UFPR).

material malacológico, posição dos sambaquis, entre outras características, procura estabelecer uma datação relativa⁷¹ e das possíveis ocupações. Faz críticas, por exemplo, ao estudo de Adam Orssich, que estabeleceu três ocupações no Sambaqui do Araujo II com apenas 2 metros de escavação, e que “*nenhuma evidência de moldes de postes ou algum outro sinal de habitação feita por moradores foram encontradas no Sambaquí do Macedo. Muitas camadas de carvão podiam ter sido, uma vez, o chão de abrigos, embora nenhuma delas tivesse uma forma definida, que era de se esperar, caso, de fato, tivessem eles servido para esta função*”. (HURT; BLASI, 1960: 23). Volta-se ao caso da sugestão de Adam sobre sua interpretação dos abrigos, rejeitada no 31º Congresso de Americanistas, e aqui também não observada seguramente.

⁷¹ Em 1963, Oldemar Blasi publicou o resultado das 8 datações radiométricas (C-14) obtidas das amostras coletadas no Sambaqui do Macedo. A formação do sítio teria começado por volta de 3700 anos antes do presente. Para a sua história, o autor estabeleceu três fases, das quais a A e a B seriam de ocupação e reocupação de seus construtores, respectivamente, e a C, da ocupação recente “*por caboclos pescadores e cultivadores da região*”. (BLASI, 1963: 6). O período das ocupações pré-históricas abrangeria 100 anos.

4.3 CURSO DE ARQUEOLOGIA E CIÊNCIAS AFINS

Com os cursos de Wesley R. Hurt em 1958 e 1959, com suas atividades de campo, e a volta de Annette Laming-Emperaire ao Paraná em 1959-60, observa-se na carta enviada por Loureiro Fernandes a Junqueira Ayres no final de novembro de 1958, os planos para o ano seguinte. Mantendo a configuração até então, com os devidos pagamentos dos órgãos de financiamento, acredita que *“como se vê não há necessidade, no próximo ano, de vir do estrangeiro qualquer especialista em Arqueologia para o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná. O Conselho Científico do Centro pensa em organizar um curso amplo no qual colaborem especialistas da Universidade do Paraná e os arqueólogos Wesley Hurt no 1º semestre e Emperaire no segundo semestre, nos moldes do curso já organizado pela CAPES nos domínios da Antropologia Física e Cultural”*. (CARTA de Fernandes para Ayres, 24.11.58). Como se observa, o objetivo da direção do CEPA era pela continuidade dos cursos já iniciados, permitindo aos alunos entrar em contato mais sólido com as abordagens dos pesquisadores estrangeiros.

Em outro sentido, também, nota-se como os rumos do Centro estavam para ampliar a formação dos alunos, como será visto pelos convidados a ministrar as aulas. Estas seriam como palestras, pela duração no conjunto, mais voltadas para áreas afins da arqueologia, completando os conhecimentos e permitindo aos futuros arqueólogos encarar as pesquisas sob diversos aspectos. Tendo professores destas áreas na própria Universidade do Paraná, buscava Loureiro integrá-los quando pensa na viabilidade de tal medida, considerando a contribuição deles. Ou seja, ainda que tenha objetivos claros de contratar professores de arqueologia oriundos da Europa e Estados Unidos, justificando a meta do CEPA, tal prática não se tornava uma obsessão, pois diante de necessidades de complementar o ensino de arqueologia, como foi o caso do curso de 1959, conseguia flexibilizar o programa do curso. Na carta de fevereiro de 1959, observa-se um fato a princípio inverso da então busca por recursos: *“todas as dificuldades ainda estão em enviar-lhe as sugestões a propósito da aplicação discriminada dos Cr\$ 250.000,00 destinados ao curso de arqueologia, pois não temos ainda a resposta de todos os professores que vão colaborar no referido curso”*. (CARTA de Fernandes para Ayres, 16.02.59). Isto é, existia o recurso garantido, mas precisava firmar contato com os demais professores, que eram vários. Na mesma carta consta a lista de prováveis professores e suas áreas de pesquisa, mostrando bem o tom do curso:

Posso adiantar que a organização do curso praticamente assegurada, pois para o primeiro semestre teremos:

Prof. Castro Faria (Museu Nacional) – Teorias e métodos em arqueologia; Prof. Wesley Hurt (Universidade South Dakota) – Técnicas de escavações arqueológicas; Prof. João José Bigarella (Instituto de Química da Universidade do Paraná) – Introdução geológica ao estudo da arqueologia; Prof. Riad Salamuni (Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná) – Noções da paleontologia do pleistoceno Sul-americano; Prof. Ralph Hertel (Universidade do Paraná) – Noções de paleofitogeografia; Prof. Rubens Braga e Hermes Moreira Filho (Faculdade de Farmácia da Universidade do Paraná) – Dendrocronologia e análise polínica; Prof. Carlos Stellfeld (Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná) – Noções de fitogeografia do Brasil; Prof. Hans Jakobi (Faculdade de Filosofia da U. do Paraná) – Notas sobre a biologia e sistemática dos moluscos brasileiros; Prof. Rudolph Bruno Lange (Instituto de História Natural do Paraná) – Noções osteológicas sobre os mamíferos brasileiros de interesse para o arqueologista.

Eram, portanto, dez professores selecionados para ministrar aulas breves, introdutórias, sobre temas de interesse para o arqueólogo, principalmente nas áreas da Biologia e Geologia. Nota-se que apenas Castro Faria e Wesley Hurt eram externos à Universidade do Paraná. Projetava Loureiro que gastaria para tal curso cerca de noventa mil cruzeiros, *“pois calculo uma despesa de cerca de cinquenta mil cruzeiros para as aulas, dez mil para despesas de viagem do Professor Castro Faria (o único que dará as aulas no primeiro semestre e não reside em Curitiba) e trinta mil cruzeiros para pagamentos de Mme. Annette Laming Emperaire que segundo tudo faz crer, virá colaborar com o Centro (no curso realizando trabalhos práticos de laboratório)”*. (CARTA de Fernandes para Ayres, 19.03.59).⁷²

Em ofícios para os referidos professores, Loureiro externava o objetivo do curso, isto é, *“um curso de arqueologia prehistorica no qual focalizará as jazidas brasileiras e igualmente os problemas ecologicos brasileiros que com as mesmas guardam intimas relações”*. (CIRCULAR do CEPA/UFPR, 22.04.59). E pede, aos que aceitarem o convite, que *“para cada aula dada forneça um resumo a ser mimeografiado com antecedência a fim de servir de roteiro de estudos aos alunos. No mínimo o assunto pode ser esquematizado numa folha tamanho almaço ou então resumido, excepcionalmente, em mais de três folhas”*.

No arquivo do CEPA/UFPR não constam todos os avisos das aulas, e nas folhas entregues aos alunos, não existe menção das datas dos cursos. Sabe-se, por aviso do curso em geral, que ele se iniciaria no dia 4 de abril, na sua primeira parte, em sequência de assuntos que pode ser entendida como a ministrada. Em informe, sobre o curso de Castro Faria,

⁷² Loureiro, neste caso, teve que enfrentar um problema de desentendimento com a CAPES, pois quando da contratação do prof. Wesley Hurt, previu sua estada no Brasil por 10 meses. Entretanto, parte desta verba teve que vir do montante sequente, uma vez que o convênio entre Brasil e Estados Unidos não cobria todas as despesas.

relativo a “teoria e método em arqueologia”, que na lista anterior seria o primeiro tópico, ocorreria entre os dias 11 e 16 de maio, ou seja, após a data primeiramente mencionada (Foto 6). Talvez existiu um atraso no início, que os documentos não indicam claramente, apenas pela diferença das datas. Outro aviso, de 30 de maio, informava do curso de Hans Jakobi nos dias 6, 11 e 13 de junho.

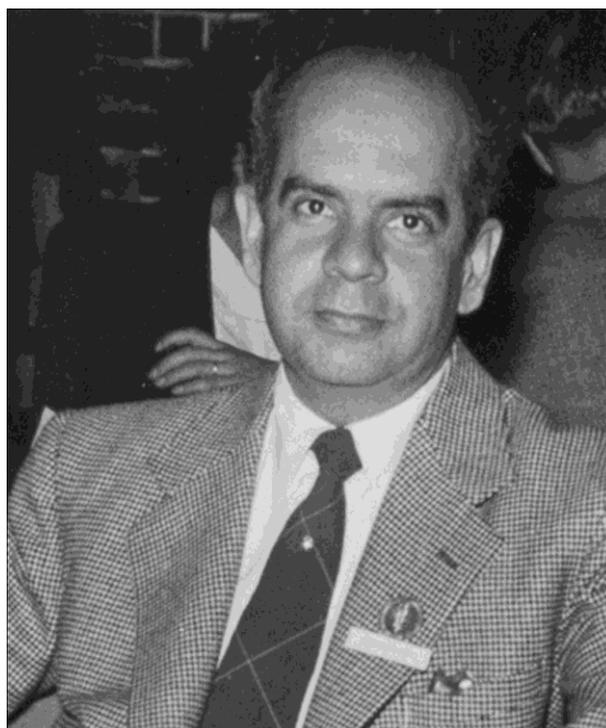


Foto 6. Luiz de Castro Faria (Fonte: Galeria de Professores de Arqueologia – CEPA/UFPR).

Pelos assuntos e esquemas contidos no arquivo do CEPA, nota-se como as aulas eram bastante introdutórias, explicando o significado e importância de cada campo de estudo. Não guardam relações entre os cursos, isto é, aparecem como blocos de ciência, por isso a ideia de que seriam mais palestras ou mini-cursos para familiarizar os alunos. Alguns professores relacionam bibliografia de apoio, ou então, por exemplo, uma extensa lista de animais existentes na região sul do Brasil, com nome científico, catalogador, ano, nome popular e regiões de concentração. No caso do professor José Bigarella, apresenta noções básicas de geologia, completadas pelas aulas de Hans Jakobi, sobre a fauna malacológica, introduzindo sistemas de classificação dos moluscos que, conforme a interpretação de alguns arqueólogos, servia de base para tipologia dos sambaquis. Analisando os trabalhos desenvolvidos por arqueólogos estrangeiros, considerados modelos do ofício para época, tais visões das ciências afins eram importantes para uma devida contextualização do sítio, sua datação e conclusões.

Os esquemas de Oldemar Blasi, por exemplo, revelam com bastante detalhes tanto as técnicas de campo como de laboratório. Recomendações, advindas da sua experiência em estudos no Paraná e no estágio nos Estados Unidos, passam no seu texto por critérios na observação dos sítios. Quanto à aula sobre técnicas de laboratório, comenta dos vários procedimentos desde a limpeza a armazenamento dos objetos, até marcação de peças e restauração. Enfatiza o professor os aspectos científicos, da importância de escolha do sítio, programação das etapas, principalmente na preocupação de conseguir publicação dos resultados, isto é, *“na sua essência o trabalho de campo arqueológico é a aplicação do método científico para a escavação de antigos objetos e está baseado na teoria de que o valor histórico de um objeto não depende somente da sua própria natureza, mas sim principalmente da sua associação, a qual somente científicas escavações podem descobrir”*. (AULA de Blasi, 1959). Tal visão parece coerente com a proposta do curso do CEPA, pois não centra o estudo arqueológico apenas nos objetos encontrados, mas na relação com o ambiente, e como observar os outros elementos da natureza.

Foi o caso do estudo do Sambaqui do Macedo, ocorrido praticamente no mesmo período. No texto publicado em 1960, talvez a contribuição mais significativa para o estudo em questão seja seu diálogo com outras escavações de sambaquis, como já observado nesta dissertação. Além disto, nos anexos da publicação, observa-se o estudo da fauna malacológica por Margarida Davina Andreatta, com colaboração do Instituto Oswaldo Cruz, e análise polínica feita por Rubens E. Braga e Hermes Moreira Filho, professores do curso de 1959, além de Eunice Carvalho Loureiro. Desta forma, pois, tal curso, colocado em paralelo ao estudo de Wesley Hurt no litoral paranaense, mostra como a pesquisa arqueológica estava baseada naquele contexto na concepção de ciência ampla, considerando o ambiente e suas relações, onde os indícios arqueológicos deviam ser interpretados percebendo tais relações.

Em carta de 22 de julho de 1959, Loureiro Fernandes entrara em contato novamente com Junqueira Ayres, informando que Peter Paul Hilbert participou em Curitiba da 4ª Reunião de Antropologia, e que ministrou uma conferência sobre *“Problemas da arqueologia do vale amazônico”*. Encontra-se no arquivo do CEPA/UFPR o texto de tal comunicação, com vários detalhes sobre as características do material escavado no Pará, em linhas de tradições e fases. Ainda que não planejado no curso do CEPA, a participação de Hilbert se estreitara, pois indicava Loureiro, também, que *“admitimos a possibilidade de Dr. Peter Paul Hilbert, no próximo ano, dirigir o nosso Curso de Arqueologia Pré-histórica do Brasil, em vez de se trazer um professor de exterior. Tudo isso dependerá, inicialmente, de não haver*

possibilidade financeira, do grupo de S. Paulo, contratar o Prof. Hilbert com o qual tiveram já um entendimento preliminar”. (CARTA de Fernandes para Ayres, 22.07.59).

Sondando o referido pesquisador, Loureiro recebe a confirmação positiva dele, mas que teria pouco tempo para elaborar um programa da disciplina, e que isto poderia ser feito em conjunto. Afirma, também: “*estou preparando, no entanto, um curso sobre Arqueologia da Amazônia pelo primeiro semestre, que vai ser ‘iluminado’ com bastante slides de cor e material palpável*”. (CARTA de Hilbert para Fernandes, 06.12.59). Mostra-se animado com a indicação, e sinaliza para obter espaço em suas aulas de prática de campo, em especial em sítios com material cerâmico, com os quais tinha maior contato e experiência (Foto 6).

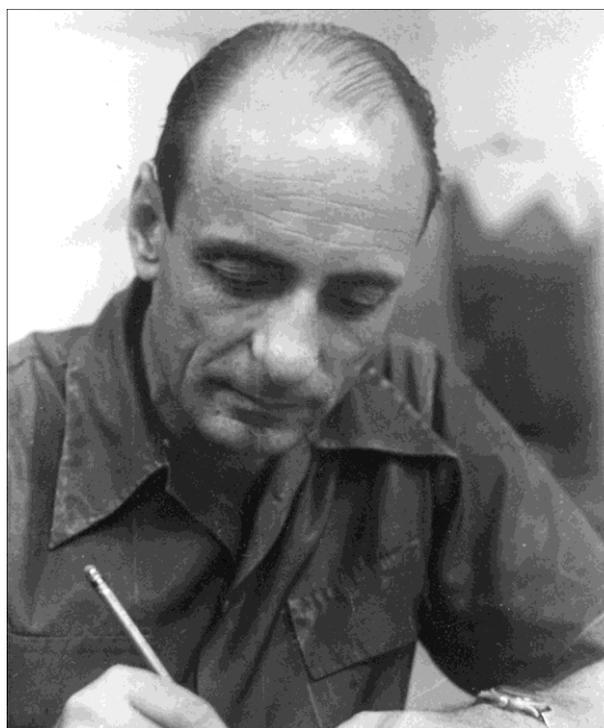


Foto 6. Peter Paul Hilbert (Fonte: HILBERT, 2009: 134).

O entendimento do diretor do CEPA, observado em carta em dezembro de 1959, era “*encerramos o período de ensino de arqueologia pré-histórica em caráter extracurricular ou talvez de extensão universitária. Teremos, pois, no próximo ano funcionando no curriculum escolar a disciplina arqueológica, anexa a cátedra de Antropologia como tivemos oportunidade de conversar quando da minha estada na CAPES, em novembro passado*”. (CARTA de Fernandes para Ayres, 17.12.59). Já na carta direcionada ao pesquisador, comenta sobre o convite para assumir as aulas que “*deverão ser estudadas particularmente de um modo sumário os diferentes tipos de jazidas existentes no Brasil e depois é que estudos*

mais especializados terão lugar. Pois a Arqueologia vai funcionar como uma disciplina anexa à Cadeira de Antropologia. É claro que este estudo deve ser precedido de noções sobre arqueologia pré-histórica. Traga um plano e conversaremos aqui". (CARTA de Fernandes para Hilbert, 18.12.59).

Com tal acordo, entretanto, o plano original teve que sofrer adaptações, devido a viagem de Peter Paul Hilbert à Europa. Segundo carta de 28 de dezembro de 1959, ele recebera passagens para retornar à Alemanha, podendo entrar em contato com a família e apresentar trabalhos nos eventos científicos naquele continente. Como solução, dava a possibilidade de um *"curso de 6 aulas para o grupo de Arqueologia Pré-histórica, sobre Arqueologia da Amazônia, sob as condições que você já tinha proposto em cartas anteriores"*. (CARTA de Hilbert para Fernandes, 28.12.59).

4.4 CASAL EVANS

O curso iniciado pelo casal de arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty Meggers, em outubro de 1964, (Foto 7) e sua continuidade no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), teve como resultados expressivos a formação de arqueólogos brasileiros em diversas regiões do país, e classificações em grande escala. Considerando o programa de pesquisas sistemáticas, em cobertura de áreas amplas e definição de terminologias, o impacto na formação de pesquisadores foi considerável. O perfil destes pesquisadores norte-americanos era voltado para o estudo de culturas cerâmicas na região amazônica, com pesquisas iniciadas na década de 1940 (MEGGERS, 2007: 31). No seu depoimento ao evento do CEPA em 2006, Betty Meggers comenta que teve aulas na graduação em Michigan com James Griffin, e em Nova Iorque com Charles Wagley, focando a classificação de coleções cerâmicas oriundas daquela parte do continente americano. Ambos os professores foram mencionados por Fernando Altenfelder Silva, quando este sugeriu nomes para o período anterior da criação do centro de arqueologia no Paraná.



Foto 8. Betty J. Meggers e Clifford Evans em 1964 (Fonte: Galeria de Professores de Arqueologia – CEPA/UFPR).

Nas diversas correspondências entre Loureiro Fernandes e Oldemar Blasi, já analisadas nesta dissertação, encontram-se menções e pedidos de contato com eles. Estando Blasi em estágio com Wesley Hurt, diversas vezes Loureiro pede para saber do interesse dos Evans em vir ao Paraná. Como resposta, Blasi afirmou que ambos estão *“muito animados em realizar estudos no Paraná. Estão na expectativa de uma oportunidade, visto ser necessário substitutos para duas pessoas especializadas em arqueologia sul-americana, aqui no Museu. Cada vez que se ausentam surgem problemas, pois o Evans é Diretor da Divisão de Arqueologia e, conseqüentemente seu afastamento por longo tempo implica em paralização de muitas cousas. Vao mandar carta para o Sr. sobre o assunto”*. (CARTA de Blasi para Fernandes 25.10.57). No depoimento de Meggers em 2006, comenta que ela e seu marido entraram para o Departamento de Antropologia do Museu Nacional de História Natural em 1950, tendo atividades internas e um projeto de completar seus estudos com viagens para a América do Sul, em especial às regiões do Equador e Venezuela. Em carta, apresentam justificativa semelhante:

Thank you very much for all of your greetings in your letter to him, and we appreciate very much your offer to do research in the State of Parana. As we told Professor Blasi, sooner or later we will get there but it is not possible to leave without planning these things in advance, because there are other duties we must carry out at the National Museum. When we do come to Brazil, we would like to spend approximately six months working in the Middle Amazon and Parana, as well as visiting other parts of the country. We, therefore, will definitely write into our proposed research project some work to be conducted in your state. One cannot

predict too far ahead in the future, but as our plans now stand this would not be before October of 1959.⁷³ (CARTA de Evans e Meggers para Fernandes, 01.10.57).

Pressupõe-se que o interesse de Loureiro Fernandes com a vinda dos Evans fosse para ministrar cursos e pesquisas de campo, como os demais arqueólogos visados. Na carta deles, ainda, mencionam o objetivo de pesquisar na Amazônia, e aliar uma ida ao Paraná, mas não antes que 1959. Quanto a isso, Loureiro tenta sensibilizar indiretamente: *“peço retribuir aos Evans o cordial abraço, diga-lhes que não devem alimentar esperanças, devem vir ao Paraná, pois na zona oeste, que agora estão desbravando, surgiram novas jazidas”*. (CARTA de Fernandes para Blasi, 16.10.57). O motivo daquela carta era para o contato no início de novembro, em que eles congratulam Loureiro pelos seus esforços na universidade: *“We were glad to hear that the University of Parana is becoming such an important center in anthropological research and teaching, and hope that in the future perhaps you could take advantage of some international exchange program in order to make a visit to the United States”*.⁷⁴ (CARTA de Evans e Meggers para Fernandes, 01.10.57). Ou seja, a especialidade deles era por sítios cerâmicos, e indicando Loureiro possíveis espaços para ação de Clifford e Betty no interior do Paraná. Provavelmente queria o professor paranaense entrar em contato com as técnicas de análise e interpretação, pelos estudos que conhecia a respeito deles.

Se nos casos precedentes o contato com arqueólogos estrangeiros foi feito relativamente próximo do período de contratação e vinda ao Brasil, o caso dos Evans foi diferente, pela longa insistência de Loureiro Fernandes. Quando Loureiro se comunica com Blasi, em 1957, menciona em “os nossos conhecidos Betty e Clifford”. Em 1954, por exemplo, o casal Evans apresentou resultados no 31º Congresso Internacional de Americanistas (EVANS; MEGGERS, 1955: 761), onde provavelmente tenha Loureiro estabelecido o primeiro contato direto com eles. Na publicação dos primeiros produtos do PRONAPA, Clifford Evans chama a atenção para a insistência de Loureiro:

⁷³ [muito obrigado por todas as saudações em sua carta para ele, e nós apreciamos muito sua oferta de pesquisa no Estado do Paraná. Como nos contou Professor Blasi, mais cedo ou mais tarde nós vamos chegar lá, mas não é possível deixar estas coisas sem planejamento com antecedência, pois existe outras tarefas que nós devemos realizar no Museu Nacional. Quando nós formos ao Brasil, nós gostaríamos de ficar aproximadamente seis meses trabalhando no Médio Amazonas e Paraná, como também visitar outras partes do país. Nós, portanto, iremos certamente escrever na nossa proposta de projeto de pesquisa algum trabalho a fazer no seu Estado. Não se pode prever muito diante no futuro, mas como nossos planos agora, não poderíamos estar antes de outubro de 1959].

⁷⁴ [nós estamos felizes de ouvir que a Universidade do Paraná está se tornando um centro importante na pesquisa e ensino antropológicos, e esperamos que no futuro talvez você possa obter algum programa de intercâmbio para fazer uma visita aos Estados Unidos].

[Loureiro Fernandes] convidou-nos para ministrar um curso nesta Universidade para treinamento de arqueólogos brasileiros. Uma série de situações surgidas, desde a falta de estudantes qualificados e interessados em Arqueologia, até nossas pesquisas de campo [...] impediu que aceitássemos o convite. Contudo, a persistência do Prof. Loureiro Fernandes não esmorecia, renovando o convite quase todos os anos. Conseqüentemente, em outubro de 1964, dez anos após a proposta original, com a cooperação da Comissão Fulbright, Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, CAPES e Smithsonian Institution, foi instalado no Paraná um intenso seminário de ensino em teoria arqueológica, metodologia, classificação e interpretação de cerâmica (EVANS, 1967: 7-8).

Com base no que já foi interpretado, consegue-se perceber historicamente os elementos apontados por Clifford, principalmente a carência de arqueólogos. Esta, inclusive, foi a principal questão notada no projeto de instituição do CEPA, e da formação de profissionais na área. Em outras palavras, havia um impasse criado tanto pelos órgãos de fomento como por possíveis professores estrangeiros: ausência de demanda e pessoal capacitado. Na mentalidade de Loureiro, entretanto, a solução estava não apenas em constatar tal carência, mas desenvolver o ensino de arqueologia para então supri-la. A própria questão dos “estudantes qualificados” será observada nas cartas para vinda de Evans e Meggers.

Conforme é analisado no plano de trabalho implantado pelo PRONAPA, nota-se como as recusas de Evans, naquele sentido, eram justificáveis. Segundo ele, “*se em vez de escavação de grandes trincheiras, ou da escavação total do sítio, limitarmos-nos apenas a proceder em cada sítio um ou dois cortes-estratigráficos, ou ainda, naqueles com cacos superficiais, a coleta sistemática de amostragem de superfície, um número bem maior de sítios será estudado no mesmo tempo previsto para o trabalho de campo*”. (Id.: 11). Valendo-se da metodologia de seriação desenvolvida por James Ford, e aperfeiçoada por eles, buscavam cobrir vastas áreas do Brasil para pesquisas, o que seria possível apenas com a colaboração de várias instituições e pessoal capacitado. Em 1954, e mesmo nos anos seguintes, os estudos eram pontuais, voltados para a faixa litorânea, e envolvendo os professores dos principais centros universitários, contando com poucos recursos, pessoal e formação apropriada. Quando muito, conseguiam a contratação por alguns meses dos professores, que vinham do exterior ou que aqui estavam financiados pelos países de origem, tendo que conciliar ensino e pesquisa, passando os principais elementos da ciência arqueológica.

Os contatos mais concretos para ministrarem cursos no Paraná foram possíveis apenas a partir do primeiro semestre de 1963. Na correspondência trocada entre Loureiro e a “Fulbright Commission”, constatam-se os procedimentos para firmar os contratos com a instituição norte-americana, a mesma que intermediou a vinda de Wesley Hurt ao Paraná em

1958-9. Em abril, segundo o secretário executivo Artur Hehl Neiva, havia a possibilidade de conseguir o recurso, mas que este devia ser solicitado nos Estados Unidos: “*deverá ser recomendado aos mesmos [casal Evans] para que procurem o ‘Conference Board’ o mais breve possível, pois ainda existe possibilidade de serem obtidas essas bolsas para o ano acadêmico de 1963*”. (CARTA de Neiva para Fernandes, 29.04.63). Sabe-se, com as cartas seguintes, que esta correspondência foi extraviada, pois existe no arquivo do CEPA/UFPR apenas uma cópia, remetida em anexo na comunicação de julho, onde Patrícia Bildner comenta sobre o problema de comunicação. Segundo ela, além da carta de abril, outra enviada em 16 de maio não foi recebida por Loureiro, e nesta Artur Neiva se apresentava a Loureiro, dizendo o conhecer desde 1961, quando estiveram em Belo Horizonte, na 5ª Reunião Brasileira de Antropologia. Também menciona os esforços para o desenvolvimento da arqueologia, e que “*estou realizando os maiores esforços no sentido de obter a ida ao Paraná de Clifford Evans e sua esposa Betty J. Meggers, conforme correspondência trocada a respeito com a Comissão Fulbright*”. (CARTA de Neiva para Fernandes, 16.05.63).

Apesar de não possuir cópia desta carta que Loureiro enviou à Comissão, pressupõe-se que tenha solicitado a viabilização da viagem dos arqueólogos, através do potencial que um curso ministrado por eles teria na formação de alunos no Brasil, das “modernas técnicas” de análise. Apenas em julho de 1963 o problema do extravio foi resolvido, pois Patricia Bildner envia cópias das cartas anteriores, e explica que “*na época em que a carta acima mencionada foi escrita [abril de 1963], ainda havia uma possibilidade do Sr. e Sra. Evans serem considerados para o ano acadêmico de 1963/64. Contudo, nosso programa para este período agora já está completo e eles devem ser informados para se inscreverem para 1964*”. (CARTA de Bildner para Fernandes, 29.07.63).

A correspondência no primeiro semestre de 1964 é considerável, tanto pela quantidade como pelo conteúdo. Infelizmente, não consta nos arquivos a documentação expedida por Loureiro, e sabe-se de suas intenções de forma indireta, pelos comentários de seus destinatários. Percebe-se, por exemplo, os trâmites necessários para o convênio, e as responsabilidades da parte norte-americana e brasileira; segundo Artur Neiva, “*a Fulbright lhes concederia bolsas de viagem apenas, ficando V. e a Universidade do Paraná arcando com o ônus da manutenção de ambos enquanto estiverem trabalhando aí*”. (CARTA de Neiva para Fernandes, 23.01.64). Pedia ainda que caso aceitasse, que enviasse um telegrama para iniciar os procedimentos.⁷⁵

⁷⁵ Em outra carta, conhece-se a aprovação da Universidade: “*Foi com muito prazer que recebi sua carta de 14 do corrente com a excelente notícia de que a Universidade do Paraná providenciará a manutenção do casal*

No dia 14 de janeiro, o casal Evans entrou em contato com Artur Neiva, por indicação de Loureiro, para esclarecer dúvidas. Entre elas, estava a questão da rota de ida e volta, pois queriam passar por museus e centros de pesquisa, estendendo a viagem pela América do Sul, e se a Comissão poderia arcar com tais despesas. No fim da carta, perguntavam ainda: “*to guarantee the Fulbright’s granting of these travel funds do you require a formal application or is Professor Fernandes request sufficient? Would you require a statement of your program for the training program?*”.⁷⁶ (CARTA de Evans e Meggers para Neiva, 14.02.64). Em resposta, Neiva acredita ser difícil conseguir a verba como apresentada, isto é, “*since it appears highly unlikely that a full Fulbright maintenance award will be available for the proposed project, we shall discuss with Professor Fernandes the possibility of the University of Paraná offering support, supplementing the Fulbright travel*”.⁷⁷ (CARTA de Neiva para Evans e Meggers, 23.01.64).

Das diversas cartas trocadas entre Loureiro e o casal Evans, três delas se destacam pelo plano que buscavam dar no curso. A primeira foi enviada em 14 de janeiro de 1964, em que estes comunicam que após o pedido de Loureiro em dezembro de 1963, entraram em contato com o diretor da Smithsonian Institution, e das atividades programadas, poderiam se dedicar ao Brasil no mês de outubro. E sobre o ensino, sugerem: “*the organization will follow that originally presented which would be one week of excavation to obtain control samples, approximately two weeks of intensive analysis of these specimens and one week of interpretation of these materials and presentation of the broader problems of South American archaeology*”.⁷⁸ (CARTA de Evans e Meggers para Fernandes, 14.01.64). Percebe-se, pois, o curso voltado para o treinamento com estudo de caso, em período intensivo, como aliás as publicações sobre resultados indicam.⁷⁹ Neste ponto da “prática”, voltam a afirmar em outra carta: “*we are sorry that we did not understand your previous letter as a request. Since this is a working seminar, there will be no reading assignments – everything will be practical*

Evans durante sua projetada visita ao Paraná”. (CARTA de Neiva para Fernandes, 20.02.64). Na mesma, ainda, parabeniza pelo pedido de Loureiro à CAPES de auxílio de 10 bolsas aos alunos.

⁷⁶ [para garantir a concessão da bolsa Fulbright destes fundos de viagem, você exige um pedido formal ou o do professor Fernandes é suficiente? Você precisa de uma declaração do seu programa para o programa de formação?].

⁷⁷ [uma vez que parece improvável que um parecer do Fulbright estará disponível para o projeto proposto, nós poderíamos discutir com o professor Fernandes a possibilidade da Universidade do Paraná oferecer apoio, suplementando a passagem da Fulbright].

⁷⁸ [a organização irá seguir o que originalmente apresentou, do que poderiam estar uma semana na escavação para obter o exemplos de controle, aproximadamente duas semanas de análise intensa destas espécimes, e uma semana de interpretação deste material e apresentação dos problemas mais amplos da arqueologia sulamericana].

⁷⁹ Em depoimento, Betty Meggers (2007: 33) comenta que o curso ocorria entre 9:00h e 21:00h, com pausas apenas para almoço e jantar. Contemplavam leituras teóricas sobre arqueologia no Novo Mundo, classificação de cerâmicas, análise e seriação, descrição de tipos cerâmicos e métodos laboratoriais, e planejamento de trabalhos de campo.

laboratory work or discussion".⁸⁰ (CARTA de Evans e Meggers para Fernandes, 13.05.64). Tratava-se, naquele contexto, provavelmente de um pedido de Loureiro de algum material de apoio, como solicitou aos professores do curso de ciências afins; no entanto, o casal Evans indicava mais uma vez o tom do curso, de explicar o método de trabalho na prática. O pouco material poderia ser reproduzido para os alunos. Na mesma carta sugeriam o título do seminário para "Seminar in archeological analysis and interpretation", e que o curso poderia iniciar em 5 de outubro, uma segunda-feira, e terminar dia 30, completando quatro semanas.

Um dos pedidos de Clifford Evans e Betty Meggers chama atenção pelo direcionamento que queriam dar nas aulas: "*from experience and from what we hope do the size of the seminar cannot exceed 15 students and these should be your most qualified and with the best background. Will these persons have had a theoretical background in anthropology, anthropology theory, etc?*".⁸¹ (CARTA de Evans e Meggers para Fernandes, 26.02.64). Diziam isto com base no curso que deram em Barranquilha, onde sentiram que mais de 15 alunos, voltados para o teor do curso, não era um bom número. Não bastava que os professores estrangeiros viessem ao Brasil ministrar cursos; era preciso um mínimo de preparo e formação, inclusive sendo esta justificativa apresentada pelo casal nos diversos pedidos de curso por parte de Loureiro Fernandes. Ou seja, a recusa vinda de várias partes sempre insistia na questão de falta de pessoal treinado, ou com um mínimo de preparação para receber conhecimento científico especializado. No caso em estudo, pediam no fim da carta: "*please let us hear from you on this condition of the seminar for you have never indicated to us the qualifications of the students that you had proposed. Knowing the type of background they will have will help us plan the type of seminar*".⁸²

Com a aproximação da data do curso, encontra-se no arquivo dados sobre os alunos que participariam, isto é, dos elegíveis a bolsa da CAPES. O casal, inclusive, parabeniza Loureiro pela iniciativa, afirmando: "*we are also glad to learn that you have arranged for scholarships for students from other parts of Brazil. We did not know whether you planned this course for students of the Universidade do Paraná or whether others would be*

⁸⁰ [desculpamos por não entender sua carta anterior como um pedido. Desde que seja um seminário de trabalho, não haverá tarefas de leitura - tudo será trabalho prático de laboratório ou discussão].

⁸¹ [a partir da experiência e do que esperamos fazer, o tamanho do seminário não pode exceder 15 alunos, e estes devem ser os mais qualificados e com a melhor base. Terão estas pessoas uma base teórica em antropologia, teoria da antropologia, etc?].

⁸² [por favor, nos diga as condições do seminário para você, pois não sabemos a qualificação dos estudantes que você propos. Conhecendo o perfil que eles possuem, nós poderemos planejar o tipo de seminário].

eligible”.⁸³ (CARTA de Evans e Meggers para Fernandes, 20.06.64). Neste sentido, indicam os nomes de Mario Simões, pesquisador do Museu Emílio Goeldi, e Nássaro Antonio de Souza Nassar, da Universidade do Rio Grande do Norte. Ambos os nomes estão sublinhados a caneta, o que sugere que foram enviados convites, pois no arquivo constam também cartas pessoais deles afirmando o interesse no seminário. Outros casos deste tipo também estão contidos nas pastas, especialmente em obter informações sobre o curso e de bolsas da CAPES. Loureiro, possivelmente, recebeu dentro do pedido das bolsas uma cláusula que estipulava a contemplação de estudantes de várias universidades, pois ele pede ao reitor da Universidade do Paraná, José Nicolau dos Santos, que encaminhasse divulgações para alunos das Universidades de Minas Gerais e Pernambuco. Talvez outros pedidos semelhantes tenham sido feitos, mas encontram-se apenas estes nos arquivos.

Na publicação de 1967, Clifford Evans ainda faz uma menção importante sobre as atividades desenvolvidas em 1964, que foram consequentes no PRONAPA, inicialmente por 3 anos (junho de 1965 a julho de 1968):

o método de trabalho de cada participante obedece a um sistema padronizado de trabalho de campo, coleta de informações, análise e classificação, a fim de permitir posteriormente a comparação de uma região com outra. [...] Para garantir tal padronização e facilitar cada participante no treinamento de estudantes e assistentes na metodologia, o Museu Paraense Emílio Goeldi publicou, em 1965, o Guia para Prospecção Arqueológica no Brasil, de autoria de Evans & Meggers. Neste Guia, em que grande parte das informações já havia sido apresentadas no seminário de 1964, descrevemos, especialmente, o tipo de catálogo a ser usado no campo e no laboratório, o método de coletar informações, como fazer croquis de sítios arqueológicos e de aspectos geográficos próximos, o sistema de cortes-estratigráficos e como fazer coleções sistemáticas de superfície de todos os sítios, em vez de escavações intensivas em apenas alguns (EVANS, 1967: 9-11).

Assim, buscavam dar uma noção básica do trabalho de campo,⁸⁴ no curso de 1964. Anteriormente, os professores Joseph Emperaire, Wesley Hurt, Oldemar Blasi e Luiz de Castro Faria também passaram tais noções, como alguns esquemas de aulas e pedidos de cursos foram analisados nesta dissertação. Não tendo acesso a dados mais detalhados das aulas, pode-se interpretar o “Guia para Prospecção Arqueológica no Brasil” como um material com informações passadas aos participantes do seminário. O manual aborda todas as etapas

⁸³ [nós estamos também felizes de saber que você conseguiu estudantes de outras partes do Brasil. Nós não sabemos se você planejou este curso para estudantes da Universidade do Paraná ou se outros podem se candidatar].

⁸⁴ Em depoimento, Igor Chmyz esclarece que as pesquisas de campo originalmente programadas para a primeira semana do curso não foram realizadas. Para as atividades de laboratório, foram utilizadas as coleções cerâmicas que obtivera durante trabalhos de salvamento, em áreas amplas nas margens do rio Paranapanema (CHMYZ, 2007: 187).

necessárias para o trabalho de campo, desde o material para acondicionamento, até como proceder na feitura de fichas de níveis de estratigrafia e problemas de trabalho. Lembram, no prefácio do guia, que *“este manual é indicado como um guia para a prospecção e coleta de amostragem desses sítios arqueológicos [lowlands], não pretendendo abordar o problema de escavações extensivas e profundas”*. (EVANS; MEGGERS, 1965: VIII).

Além disso, percebe-se também no caso do casal norte-americano um incremento na proposta das técnicas em arqueologia, pela publicação do guia, que foi complementado em 1970 com a publicação de outro manual: *“Como interpretar a linguagem cerâmica”*. Neste trabalho, Clifford e Betty avançam na proposta científica, pois após definirem áreas e métodos de coleta de indícios arqueológicos, apresentam uma forma de estabelecer uma tipologia. Justificam, inclusive, que *“a classificação é um instrumento básico para todas as ciências. Transforma o caos do mundo externo em categorias sistemáticas, cujo comportamento pode ser observado. Quanto melhor for a classificação, melhor será a compreensão da origem, desenvolvimento e interação do fenômeno ao qual se lhe aplica”*. (EVANS; MEGGERS; 1970: 1). No prefácio da obra, informam que o texto foi resultado de encontros e discussão das metodologias, primeiro em Barranquilha, em 1961, e posteriormente em 1964, na Universidade do Paraná. Do estipulado nestes encontros, o padrão de interpretação e classificação da cerâmica seria utilizado no PRONAPA. Antes, inclusive, em 1966, o CEPA/UFPR publicara o guia *“Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica”*, que foi fruto também do encontro do casal norte-americano no Paraná. Segundo a introdução do texto,⁸⁵ durante as reuniões, *“se discutiu a Terminologia que se alinha, neste documento, necessidade que se sentia, nos trabalhos de análise arqueológica, por falta de uniformidade dos termos usuais”*. (CHMYZ Ed., 1966-9; 1976).

Nisso, inclusive, comenta Evans na publicação de 1967: *“em prosseguimento ao seminário, Evans & Meggers percorreram durante o mês de novembro de 1964 diversos Estados brasileiros, visitando universidades, museus e institutos para ver as condições locais de cada participante e entrar em contato com outros brasileiros interessados em arqueologia que, por várias razões, não puderam participar do seminário”*. (EVANS, 1967: 8). Ou seja, dentro da noção de integrar os estudos arqueológicos, precisavam contar com infraestrutura e disponibilidade em vários centros de pesquisa, ainda que com limitações financeira e

⁸⁵ Na discussão dos termos, que ocorreu no Museu de Arqueologia e Artes Populares, em Paranaguá, entre os dias 21 e 27 de outubro de 1964, estiveram presentes os seguintes alunos: Mário Simões, Nássaro A. de Souza Nasser, Valentin Calderón, Maria Heloisa Felon Costa, Ondemar Ferreira Dias Júnior, Fernando Altenfelder Silva, Ghislene Velasquez Hudziak, Igor Chmyz, José Wilson Rauth, João Alfredo Rohr e Walter Piazza. Contou ainda com consultoria de outros especialistas brasileiros: Luiz de Castro Faria, Maria da Conceição Becker, Herbert Baldus, Paulo Duarte, Oldemar Blasi, Pedro Ignacio Schmitz, José Brochado e Eurico Miller.

científica.⁸⁶ Do interesse mostrado naquelas visitas, tanto da parte dos professores norte-americanos como dos possíveis participantes, consolidou-se a ideia surgida durante o curso no Paraná, para o programa em todo o Brasil. O projeto, segundo Betty Meggers, foi enviado tanto para o Smithsonian Institution, como para o Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil, para cooperação. Nele, “*a cada participante foi solicitado identificar três vales fluviais (depois aumentado para 5) que talvez tivessem servido como rotas de migração e comunicação*”. (MEGGERS, 2007: 35).

⁸⁶ Os Estados foram: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, o então Estado de Guanabara, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará.

CONCLUSÕES

Com o estudo histórico da formação científica arqueológica paranaense nas décadas de 1950 a 1970, esta dissertação procurou apresentar os resultados analíticos da documentação que informa sobre este tema. Estabelecer um balanço sobre tal processo, especialmente sobre os cursos a partir de 1957, talvez seja mais significativo com depoimentos de alguns participantes, que refletiram e rememoraram as atividades estudadas, completando algumas informações e confirmando outros indícios. Ao longo dos capítulos, teve-se a preocupação de evidenciar a construção do pensamento científico, seus contextos e, principalmente, os envolvidos em tal atividade.

Desde os primeiros registros, no século XIX, notou-se uma preocupação por parte de alguns de buscar indícios materiais do passado humano no Paraná, ainda que de forma amadora. Com a reorganização do Museu Paranaense na década de 1940, sob direção de José Loureiro Fernandes, percebe-se a utilização daquela Instituição para fins científicos, atraindo “autodidatas” interessados em várias áreas do conhecimento. A atenção pela arqueologia naquele espaço foi aumentando, com expedições ao litoral para acompanhar desmonte de sambaquis, e contatos com pesquisadores de São Paulo, inserindo-se no debate sobre o assunto.

A análise da documentação mantida no CEPA/UFPR pode demonstrar como a arqueologia no Paraná passou do Museu Paranaense para o âmbito da Universidade do Paraná na década de 1950, com a posterior constituição de cursos de especialização. Seu maior incentivador transitou por ambos os espaços, o que favorecia a execução de projetos. Oldemar Blasi, em depoimento, complementa:

Convém recordar que José Loureiro Fernandes tinha sido Secretário de Educação e Cultura do Estado, e que em sua gestão foi criado o Departamento de Cultura. Como Loureiro Fernandes era Catedrático de Antropologia da Faculdade de Filosofia e tinha sido o primeiro Diretor do Instituto de Ciências e Pesquisas, uma estreita correlação de interesses foi formada entre a Universidade e a Secretaria de Educação visando, conjuntamente, a proteção dos bens culturais do Estado (BLASI, 2007: 59).

Muitas atividades ainda eram realizadas nas instalações do Museu Paranaense. Este, entretanto, passava por necessidades e falta de recursos, o que ocasionou o afastamento dos antigos colaboradores. Com a estrutura universitária, Loureiro conseguia manter uma atividade no Museu, e suportar outras promovidas pela Universidade.

O que ficou indicado no conjunto dos documentos, foi o incremento científico universitário, através do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, permitindo a contratação de arqueólogos, como foram Adam Orssich de Slávétich e sua esposa Elfriede Stadler, e no primeiro momento Joseph Emperaire e Mme. Annette Laming. Com o primeiro casal, uma breve pesquisa foi realizada no Sambaqui do Araújo II, tendo alguns alunos contato com técnicas de escavação, não no formato de cursos, mas como assistentes. O próprio Adam Orssich sugeriu, na época, a estruturação de um centro de pesquisas, conforme sua experiência europeia.

A estrutura do Instituto de Pesquisas, implantada na Faculdade de Filosofia viabilizou, ainda, o envio de pequenas quantias de dinheiro para contatos de alunos e colaboradores da Universidade do Paraná, como Oldemar Blasi nos Estados Unidos e Aryon Dall’Igna Rodrigues na Alemanha. Sobre este aspecto, observou-se o interesse por conhecer centros de pesquisa e o andamento universitário, além da aquisição de literatura científica atualizada e equipamentos para o desenvolvimento de pesquisas nas diversas áreas da antropologia em geral. Estando estes colaboradores da Universidade em ambiente científico, poderiam servir de mediadores para enriquecer ou melhorar o que já existia no Paraná sobre o assunto. Em caso de produtos, Loureiro manteve ainda bom relacionamento com embaixadas, o que facilitava as suas entradas no país.

A ida de Loureiro Fernandes para a Europa em 1952, comprova o interesse em atualização e melhoramento do funcionamento do ensino superior no Estado do Paraná, incentivado pelo contato com pessoas e instituições. Blasi, comenta que “*com o retorno de Loureiro Fernandes, bastante influenciado pelo que tinha visto na Europa, conforme me declarou, tencionava dar ao Instituto normas mais atualizadas e atuantes*”. (BLASI, 2007: 63). Na volta de tal viagem, observou-se a crescente insistência de dotar o Brasil de cursos específicos de arqueologia, seja na moção aos reitores universitários em 1953, seja no 31º Congresso Internacional de Americanistas em 1954. Ainda que sofrendo críticas quanto à viabilidade de tal proposta, Loureiro Fernandes manteve sua convicção, fundamentando de forma bastante convincente os argumentos e posições que a um bom tempo entendia como necessária para a educação científica brasileira.

Observado todas suas tentativas junto aos órgãos de fomento, notou-se aquilo também reparado por Maria Regina Furtado: “*a perspicácia, a inovação, a persistência, a busca pelo mais adequado e a determinação foram as suas marcas mais acentuadas, características presentes em seus seguidores e criticadas por seus opositores*”. (FURTADO; KRELLING, 2003: 84). A tenacidade de sua personalidade teve, finalmente, resultado com a possibilidade

de anualmente contratar profissionais estrangeiros, que ministrariam cursos para capacitar alunos brasileiros na arqueologia, no seu projeto de formar uma “escola brasileira” nas “modernas técnicas”, devidamente aplicadas à realidade dos sítios paranaenses e brasileiros.

Estabelecendo um balanço de 50 anos da arqueologia brasileira em 1985, Betty Meggers afirmou: “*during this decade [1955-1965], Brazilian archeology was transformed from an amateur pastime to a professional activity. A great deal of the credit belongs to José Loureiro Fernandes, Director of the Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas of the Universidade do Paraná*”.⁸⁷ (MEGGERS, 1985: 366-367). No seu depoimento em comemoração dos 50 anos de criação do CEPA, Meggers comenta que:

quando José Loureiro Fernandes organizou o Seminário de Ensino e Pesquisas em Sítios Cerâmicos em 1964, ele não poderia ter imaginado o impacto que isso causaria no futuro da arqueologia brasileira. Sem os procedimentos-padrão para coleta, classificação e interpretação da cerâmica, os participantes do Pronapa e Pronapaba não poderiam ter identificado fases e tradições, nem definido suas distribuições espaciais e temporais (MEGGERS, 2007: 51).

Estando em contato com os alunos durante o curso que coordenaram no CEPA em 1964, e diante das perspectivas de estabelecer um programa de longo alcance sobre sítios cerâmicos nele pensado, Clifford Evans e Betty J. Meggers elaboraram um projeto que contou com felizes “coincidências”, como os contatos no Departamento de Estado norte-americano e com o gerente da fábrica Willys, que permitiu a compra com desconto dos carros para pesquisa (Id.: 35-36).

Marcos Albuquerque e Silvia Maranca, também em depoimentos, ressaltam que naquele período muitas eram as dificuldades para aquisição de equipamentos, acesso a bolsas e bibliotecas. Maranca, por exemplo, cita que “*nos anos 60 a arqueologia brasileira estava na verdade apenas começando. A maioria dos que se dedicavam à pesquisa em nosso País eram intelectuais de exceção, que visavam a preservação dos sítios arqueológicos, mas que não tinham uma formação acadêmica específica*”. (MARANCA, 2007: 115). Albuquerque, na mesma direção, depõe que “*os problemas que enfrentamos foram enormes, sobretudo pela falta de formação teórica em arqueologia. Aliás o problema não era apenas nosso. A arqueologia praticada no Brasil naquela época era bastante incipiente. Excluindo-se algumas exceções, não se dispunha de formação teórica*”. (ALBUQUERQUE, 2007: 168).

⁸⁷ [durante esta década, a arqueologia brasileira foi transformada do amadorismo para uma atividade profissional. Parte deste crédito cabe a José Loureiro Fernandes, diretor do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná].

Apesar de ter conseguido a instalação do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas em dezembro de 1956, com a finalidade de promover cursos e realizar trabalhos de campo, a documentação arquivada mostrou, entretanto, algumas dificuldades com órgãos de fomento, como com relação a candidatos a bolsas e interesse de professores em participar dos cursos. Assim, a manutenção do projeto precisou de bastante empenho, o que resultou em cursos pelos já citados Joseph Emperaire e Annette Laming, Wesley Hurt, o casal Evans, além de professores da própria Universidade do Paraná e dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

O depoimento de Celso Perota, por exemplo, é bastante emblemático. No texto publicado no seminário comemorativo dos 50 anos de criação do CEPA, o pesquisador que iniciou suas atividades com Chmyz e que participou do PRONAPA sugeriu o seguinte título: “Traficantes de técnicas ou construtores de modelos”. Segundo ele, a ideia do título veio de um artigo em que a professora Mariza Corrêa procurava mapear a contribuição de estrangeiros à antropologia brasileira. Refletindo depois sobre isso, Perota comenta sobre os arqueólogos com que teve contato: “*apesar de passarem seus conhecimentos sobre novas técnicas para o trabalho de campo e análise laboratorial, tinham hipóteses e modelos que foram testados na realização dos cursos específicos. Portanto, além de ‘traficantes de técnicas’, foram construtores de modelos*”. (PEROTA, 2007: 149). Cita como exemplos os casos de Annette Laming-Emperaire e o casal Evans. A francesa seguia um critério europeu de interpretação paleoclimática, influenciando em sua abordagem e cronologia dos sambaquis. Nesta interpretação, haveria sambaquis “antigos” e “recentes”, sendo aqueles anteriores ao *Optimum climaticum*, e estes paralelos e posteriores ao *Altithermal*. Além destes fatores,

nas camadas arqueológicas que estivessem abaixo da camada escura, [do Sambaqui da Ilha dos Rosas, que teria se formado durante transgressão marinha] seriam encontrados artefatos de uma cultura pleistocênica, caracterizada por artefatos obtidos por lascamento e por percussão direta e sem maiores elaborações e a partir da camada estéril, apareceriam artefatos mais elaborados, inclusive com a técnica de polimento (Id.: 150).

Com o prosseguimento das escavações nesse sambaqui em 1966, “*o modelo proposto por Annette Emperaire foi sendo destruído, porque foram encontrados sucessivamente e em várias camadas, inclusive nas camadas que se julgava pleistocênicas, lâminas polidas feitas para serem usadas como machado*”.⁸⁸ (Ibid.: 151).

⁸⁸ Essa constatação foi lembrada por Igor Chmyz, no seu depoimento pessoal em 3 de novembro de 2010, além daquela relacionada à ponta de flecha pedunculada encontrada abaixo de camadas contendo material lítico “rústico” no sítio José Vieira, que contrariou o pensamento inicial da pesquisadora francesa.

E no caso dos norte-americanos, comenta Perota que o material cerâmico coletado superficialmente sofreu uma interpretação diferenciada, sendo que eles “*num primeiro momento foram ‘traficantes de técnicas’ e depois ‘construtores de modelos’*”. (Ibid.: 152). Propõe o pesquisador que, ainda que tivessem uma teoria para estudar os sítios, influenciados pela abordagem de Ford, foram mais flexíveis em suas análises. Perota conseguiu perceber uma das ideias de Loureiro Fernandes, qual seja, da criação de uma “arqueologia brasileira” a partir de modelos europeu e norte-americano, a fim de adaptar interpretações e técnicas à realidade dos sítios paranaenses. Como Celso notou, nem todas as “teorias” se encaixaram, o que pode ter frustrado pesquisadores, mas indica, também, o processo de criação da ciência, em seus métodos.

Sobre tal ponto, Zulmara Clara Sauner Posse, que com Igor Chmyz trabalhou em campo e laboratório e, com Maria José Menezes em escavações no Sambaqui do Toral, cujas pesquisas haviam sido iniciadas no curso de Annette Laming-Emperaire em 1962, deixa bastante evidente tal “mistura” em sua formação durante o contato científico no CEPA:

E foi esse aprendizado, que me levou a conhecer de modo mais íntimo a metodologia implantada pelos Evans com o Método Ford que eles próprios superaram, ao introduzir variáveis e sistemas de explicações não aparentes. Simultaneamente, conheci as grandes teorizações da metodologia francesa, que nesse momento discutia os sistemas e as estruturas analisadas nas decapagens. Ou seja, a percepção da existência de diferentes modos de observar o mesmo fenômeno, me permitiu alargar o entendimento do fenômeno humano. “O fenômeno humano se apresenta diverso do mesmo modo que a ciência se apresenta diversa na concepção das metodologias que utiliza para entendê-lo”. (POSSE, 2007: 214).

Tal amplitude de “modelos” também foi assinalada por Maria Beltrão: “*tive, ainda, a oportunidade de trabalhar em diversos sítios arqueológicos, onde pude aprender técnicas específicas – metodologia de campo, tanto aquela praticada por americanos como a adotada por europeus – que me proporcionaram uma visão mais ampla desse universo*”. (BELTRÃO, 2007: 108).

Chmyz, ao mencionar os procedimentos de campo empregados nas pesquisas feitas na área de Nova Ponte em Minas Gerais, esclareceu que “*a execução de salvamentos arqueológicos pelo CEPA/UFPR paralela e posteriormente ao PRONAPA, pela extensão maior das áreas trabalhadas [exigiu] adaptações [...] em relação àquela metodologia original*”. (CEMIG, 1995: 12). O coordenador do projeto de salvamento na hidrelétrica mineira referia-se à associação de métodos de abordagem conforme as características dos sítios: cortes amostrais e coletas superficiais nos encontrados parcial ou totalmente perturbados, de acordo com o que foi transmitido por Evans e Meggers no curso de 1964, e

escavações amplas naqueles que ofereciam condições para tal prática, como recomendado por Emperaire e Laming em seus cursos.

Percebe-se como o projeto de Loureiro Fernandes teve resultados, não configurando uma imposição de um ponto de vista interpretativo ou metodológico, e que passadas várias décadas dos cursos, vários alunos confirmam a importância para a pluralidade de correntes teóricas no momento formativo da ciência arqueológica no Brasil.

Em outro depoimento, Ondemar Dias também comenta do aprendizado que teve com Annette Laming-Emperaire. Lembra que era exigido dos alunos bastante comprometimento e estudo, e que *“foi transmitida, inicialmente, uma visão geral da pré-história mundial, segundo a perspectiva da escola francesa, em especial aquela defendida por Leroi-Gourhan. Depois explanadas as perspectivas mais atuais sobre a questão do povoamento das Américas e uma síntese da nossa própria pré-história”*. (DIAS, 2007: 128). Interessante também observar que Ondemar Dias recorda a preocupação de Annette por *“pesquisas extensivas a partir de um sítio base”*, ou seja, naquela concepção que um sítio bem escavado é mais produtivo que vários superficiais. Sobre a passagem e contato com o casal Evans, também informa sobre a questão de interpretação, principalmente do “Método Ford”, e como tal abordagem contribuiu na sua formação. O convívio com outros pesquisadores, que vinham de vários Estados, também foi positivo para trocar opiniões e conhecer a arqueologia de maneira mais ampla, no que ressalta sobre as diretrizes do PRONAPA:

deve ser esclarecido, no entanto, que não houve a preocupação de ser criada uma base teórica única a ser seguida. Cada um deveria seguir a sua. Que os objetivos básicos seriam o de experimentar um novo método de análise; organizar uma forma padrão de coletas de dados, de cadastramento e de manuseio em laboratório, para uso do grupo inicialmente e para o conhecimento geral em seqüência. Nunca, no entanto, passou pela cabeça de quem quer que fosse que este seria o padrão da arqueologia brasileira. Concordou-se, ademais, que as interpretações seriam efetuadas em conjunto, em reuniões anuais, se possível, e divulgadas em forma de Notas-prévias, objetivando manter a coletividade a par dos resultados alcançados. Todos queriam produzir algo de novo e importante (Id.: 134).

Na maioria dos depoimentos, ainda, observa-se como cada um procurou apresentar suas contribuições para a arqueologia brasileira, isto é, diante da realidade de professores universitários, pesquisadores de campo e orientadores de estudos. Terminologias foram criadas, fases e tradições estabelecidas, eventos organizados, trabalhos publicados, e muitas outras atividades de promoção do conhecimento arqueológico brasileiro. Assim como Loureiro pensara em colocar a direção dos estudos arqueológicos na mão de brasileiros, sinalizando algumas vezes para a recusa de fixação de estrangeiros em seu projeto de

“rodízio”, observa-se das reflexões dos alunos do CEPA o efeito multiplicador de fomento científico.

Do exposto, portanto, e a partir da problemática estabelecida de analisar as estratégias para a constituição do pensamento científico arqueológico na Universidade do Paraná nas décadas de 1950 a 1970, tentou-se verificar a hipótese de que tal proposta, isto é, a vinda de modelos e técnicas arqueológicos. Relacionando-se a análise dos documentos com os depoimentos, nota-se com bastante destaque a prática da pesquisa e do ensino, capacitando alunos e criando um debate sobre o assunto. Pensando-se na historicidade da ciência e das ideias, a estrutura que sustentou tais cursos pode ser apresentada, evidenciando a variedade de opiniões e alternativas. Em contexto ainda prematuro nos cursos de aperfeiçoamento no país, Loureiro Fernandes contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento da arqueologia no Brasil, seja por suas interpretações e visões de ciência, seja pelas condições que disponibilizou aos seus alunos. Os depoimentos de alunos, desta forma, representam a concretização de seu projeto por uma “arqueologia brasileira”.

FONTES CONSULTADAS

AMBROSETTI, Juan B. Los indios Caingua del Alto Paraná. Misiones. **Boletín del Instituto Geográfico Argentino**. Buenos Aires, t. 15, p. 661-744. 1894.

_____. Los cementerios prehistoricos del Alto Paraná. Misiones. **Boletín del Instituto Geográfico Argentino**. Buenos Aires, t. 16, p. 227-257. 1895a.

_____. Tercer viaje á Misiones. **Boletín del Instituto Geográfico Argentino**. Buenos Aires, t. 16, p. 391-523. 1895b.

BNP PARIBAS. **Do contato ao confronto**. A conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: BNP Paribas. 2003, 144p.

BORBA, Telemaco. **Actualidade indigena**. Curitiba: Imprensa Paranaense. 1908, 174p.

BRITO, José M. de. Descoberta de Foz do Iguassú e fundação da Colonia Militar [1889]. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, v. 32, p. 45-72. 1977.

CEMITILLE, Luiz de. Memoria sobre os costumes e religião dos índios Camés ou Coroados que habitam esta Província [1882]. In: TAUNAY, Visconde de. **Entre nossos índios**. São Paulo: Melhoramentos. 1931, p. 88-101.

CEPA/UFPR. **Ata n. 1 do Conselho Técnico Científico**. Curitiba, 23 de fevereiro de 1957.

_____. **Correspondência recebida e expedida**. Período de 1952 a 1964.

_____. **Curso de Arqueologia Pré-histórica**. Aulas de Joseph Empeaire. 1957.

_____. **Curso de Introdução à Pré-histórica da América**. Aulas de Wesley R. Hurt. 1958.

_____. **Curso de Teoria e método em Arqueologia**. Aulas de Luiz de Castro Faria. 1958.

_____. **Curso de Fundamentos de Arqueologia**. Aulas de Oldemar Blasi. 1959.

_____. **Curso de Arqueologia Pré-histórica**. Aulas de Wesley R. Hurt. 1959.

_____. **Curso de Arqueologia Pré-histórica e Ciências Afins**. Aulas de Annette Laming-Empeaire, Carlos Stellfeld, Hans Jakobi, Hermes Moreira Filho, João José Bigarella, Oldemar Blasi, Ralph Hertel, Riad Salamuni, Ruben Braga e Rudolf Bruno Lange. 1959-1960.

_____. **Curso de Arqueologia Amazônica**. Aulas de Peter Paul Hilbert. 1960.

_____. **Curso de Arqueologia Pré-histórica**. Aulas de Annette Laming-Empeaire. 1960.

_____. **Seminário de Ensino e Pesquisas em Sítios Pré-históricos.** Relatório das pesquisas realizadas no Sambaqui do Centenário. Textos, plantas, perfis e fichas produzidos por Afonso Imhof, Ana Lúcia Costa Machado, Arno Alvarez Kern, Celso Perota, Dalvina Henriqueta Meneghel Abarca, Edna Luisa de Melo, Eneida Maria Cherino Malerbi, Fernando La Salvia, Igor Chmyz, Lehel de Silimon, Lilia Maria Tavares Cheuiche, Magdalena Carillo Cruz, Miguel Mendez Gutierrez e Sérgio Schmitz. 1973.

CHMYZ, Igor. **Informações transmitidas por Igor Chmyz para Roseli S. Ceccon.** Em 3 de novembro de 2010.

ELLIOT, João H. Resumo do itinerario de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itareré, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy, e sertões adjacentes, empreendida por ordem do Exmo. Sr. Barão de Antonina. **Revista Trimestral de História e Geografia.** Rio de Janeiro, t. 9, v. 1, p. 17-42. 1847.

_____. A imigração dos Cayuaz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 434-476. 1856.

FERNANDES, José L. **Caderneta de campo.** Pesquisas no Sambaqui de Matinhos. Período de 1942 a 1947. Arquivo do CEPA/UFPR.

_____. **Anotações sobre a viagem realizada à Europa. 1952-3.** Arquivo do CEPA/UFPR.

KELLER, José; KELLER, Francisco. Exploração do rio Ivaí. [1865]. In: PEREIRA, Altamirano N. **Aspectos meridionais do Brasil.** Curitiba: Editora Guaíra. 1942a, p. 157-188.

_____. Exploração dos rios Tibagi e Paranapanema [1865]. In: PEREIRA, Altamirano N. **Aspectos Meridionais do Brasil.** Curitiba: Editora Guaíra. 1942b, p. 189-227.

LEÃO, Agostinho E. de. **Catalogo dos objectos do Museo Paranaense remetidos á Exposição anthropologica do Rio de Janeiro.** Curityba: Á Pendula Meridional. 1882.

LIMA, Francisco das C. Memória sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, t. 4, p. 43-64. 1842.

_____. Estado actual da conquista de Guarapuava no fim do anno de 1821. In: FRANCO, Arthur M. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava.** Curitiba: Museu Paranaense, 1943, p. 233-268.

LOPES, Joaquim F.; ELLIOT, João H. Itinerario das viagens exploradoras emprehendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da Villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na província de Mato Grosso feitas nos annos de 1844 a 1847. **Revista Trimestral de História e Geografia.** Rio de Janeiro, t. 10, n. 1, p. 153-177. 1848.

MARTINS, Romário. **Catalogos e estudos.** Curityba: Museu Paranaense. 1925, 42p.

MURICY, José C. da S. **Viagem ao pais dos jesuitas** [1896]. Curitiba: Imprensa Oficial. 1975, 406p.

MUSEU PARANAENSE. **Livro de Atas do Conselho Administrativo.** Curitiba. Período de 1939 a 1947.

_____. **Correspondência recebida e expedida.** Período de 1943 a 1947.

_____. **Relatórios expedidos.** Anos de 1946 e 1947.

NASCIMENTO, José F. T. do. Viagem feita pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná. **Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil.** Rio de Janeiro, t. 49, n. 4, p. 267-281. 1866.

PARANÁ. Decreto n. 1.346. **Diário Oficial.** Curitiba, 30 de maio de 1951.

_____. Decreto n. 5.405. **Diário Oficial.** Curitiba, 10 de março de 1952.

RUIZ (DE MONTOYA), Antonio. **Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañia de Jesus, en las provicias del Paraguay, Parana, Uruguay y Tape.** Madrid: Imprenta del Reyno. 1639.

SANTOS, Antônio V. dos. **Memória histórica da Cidade de Paranaguá e seu Município.** [1850]. Curitiba: Museu Paranaense. v. 1, 1951, 405p.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos. O CEPA: meio século de contribuição para a arqueologia brasileira. In: Seminário trajetórias e perspectivas da arqueologia brasileira. Anais. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, N. Esp., v. 4, p. 163-179. 2007.

BALHANA, Carlos A. de F. **Idéias em confronto**. Curitiba: Grafipar. 1981, 96p.

BELTRÃO, Maria. Homenagem a José Loureiro Fernandes, um dos maiores incentivadores das pesquisas arqueológicas da Universidade Federal do Paraná. In: Seminário trajetórias e perspectivas da arqueologia brasileira. Anais. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, N. Esp., v. 4, p. 105-113. 2007.

BIGARELLA, João J. Contribuição ao estudo da planície litorânea do Estado do Paraná. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**. Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Curitiba, v. 1, p. 75-111. 1946.

_____. Depoimento. Seminário comemorativo do centenário de nascimento do prof. dr. José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-2003). Anais. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, N. Esp. v. 3, p. 19-30. 2005.

BLASI, Oldemar. Aplicação do método arqueológico ao estudo da estrutura agrária de Vila Rica do Espírito Santo, Fênix, PR. **Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História**. Curitiba, n. 4, p. 1-13. 1963a.

_____. Cronologia absoluta e relativa do Sambaqui do Macedo, Alexandra 52.B, Paraná, Brasil. **Arquivos do Museu Paranaense. Arqueologia**. N. Sér. Curitiba, n. 1, p. 1-6. 1963b.

_____. Depoimento. In: Seminário trajetórias e perspectivas da arqueologia brasileira. Anais. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, N. Esp., v. 3, p. 37-46. 2005.

BLEY JR., Waldemiro. **Minhas pesquisas arqueológicas no Paraná**. Curitiba: Prottexto. 2002, 82p.

CARNEIRO, Cíntia M.S.B. **O Museu Paranaense e Romário Martins**. A busca de uma identidade para o Paraná. 1902 a 1928. Curitiba, 156p. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

CASTRO FARIA, Luiz de. A formulação do problema dos sambaquis. In: **Congresso Internacional de Americanistas**. 31º, Anais. São Paulo, v. 2, p. 569-577. 1955.

CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais). **Programa de Salvamento Arqueológico**. Atividades do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná. Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Relatório Final. Belo Horizonte: CEMIG. 1995, 345p.

CHMYZ, IGOR (Coord.). **Primeiro relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu, 1975-6**. Curitiba: Projeto Arqueológico Itaipu. 1976, 105p.

CHMYZ, Igor; SAUNER, Zulmara C. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no vale do rio Piquiri. **Dédalo**. Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, v. 13, p. 7-36. 1971.

_____. SGANZERLA, Eliane M.; VOLCOV, Jonas E.; BORA, Eloi; CECCON, Roseli S. A arqueologia da área da LT 750kV Ivaiporã-Itaberá III, Paraná-São Paulo. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba. N. Esp., v. 5, p. 1-305. 2008.

CHMYZ, Igor (Ed.). Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. **Manuais de Arqueologia**. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, n. 1, p. 1-30. 1966-9. Versão final: **Cadernos de Arqueologia**. Museu de Arqueologia e Artes populares. Paranaguá, n. 1, p. 119-148. 1976.

CHMYZ, Igor. Dados parciais sobre a arqueologia do vale do rio Paranapanema. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, n. 6, p. 59-78. 1967.

_____. Algumas considerações sobre um programa de preservação e salvamento de locais arqueológicos e históricos. **Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas**. Curitiba, n. 1, p. 65-71. 1968a.

_____. Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no Estado do Paraná. **Pesquisas. Antropologia**. Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo, n. 18, p. 115-125. 1968b.

_____. A Tradição Tupiguarani no litoral do Estado do Paraná. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**. n. 16, p. 71-95. 2002.

_____. Relembrando José Loureiro Ascensão Fernandes, um semeador. In: Seminário comemorativo do Centenário de nascimento do prof. dr. José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-2003). Anais. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, N. Esp., v. 3, p. 81-108. 2005.

_____. José Loureiro Fernandes e a arqueologia brasileira. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, v. 10, p. 43-105. 2006.

_____. Trajetória e perspectivas de um arqueólogo paranaense. In: Seminário trajetórias e perspectivas da arqueologia brasileira. Anais. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, N. Esp., v. 4, p. 181-211. 2007.

_____. A influência de Joseph Emperaire e Annette Laming na arqueologia brasileira [2002]. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná**. Curitiba, v. 62, p. 64-85. 2010.

DIAS, Ondemar. Trajetória e perspectivas de um pesquisador brasileiro. A importância do CEPA da UFPR na sua formação e orientação profissional. In: Seminário trajetórias e

perspectivas da arqueologia brasileira. Anais. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, N. Esp., v. 4, p. 125-145. 2007.

DUARTE, Paulo. Comentários à Sessão de Estudos de Sambaquis. In: **Congresso Internacional de Americanistas**. 31º, Anais. São Paulo, v. 2, p. 613-618. 1955.

EMPERAIRE, J.; LAMING, A. Les sambaquis de la côte méridionale du Brésil. Campagnes de fouilles (1954-1956). **Journal de la Société des Américanistes**. N.S. Paris, v. 45, p. 5-163. 1956.

LAMING, Annette; EMPERAIRE, Joseph. Découvertes de peintures rupestres sur les hauts plateau du Paraná. **Journal de la Société des Américanistes**. N.S. Paris, t. 45, p. 165-178. 1956b.

EMPERAIRE, J. Informations préliminaires sur les sambaquis du littoral de São Paulo. In: **Congresso Internacional de Americanistas**. 31º, Anais. São Paulo, v. 2, p. 603-612. 1955.

EMIRBAYER, Mustafa; MISCHÉ, Ann. What is Agency? **American Journal of Sociology**. Chicago, v. 103, n. 4, p. 962-1.023. 1998.

EVANS, Clifford; MEGGERS, Betty J. Guia para prospecção arqueológica no Brasil. **Série Guias**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, n. 2, p. 1-57. 1965.

_____. Preliminary results of archeological investigations in British Guiana. In: **Congresso Internacional de Americanistas**. 31º, Anais. São Paulo, v. 2, p. 761-762. 1955.

EVANS, Clifford. Introdução. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – 1º Ano (1965-6). **Publicações Avulsas**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, n. 6, p. 7-13. 1967.

FERNANDES, José L.; BLASI, Oldemar. Nota prévia sobre a jazida do Estirão Comprido. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, v. 6, n. 3-4, p. 67-80. 1956.

FERNANDES, José L.; NUNES, Marília D. **Oitenta anos de vida do Museu Paranaense**. Curitiba: Museu Paranaense. 1956, 18p.

FERNANDES, José L. **Museu Paranaense**. Resenha Histórica. 1876-1936. Curitiba: Museu Paranaense. 1936, 17p.

_____. Os Caingangues de Palmas. **Arquivos do Museu Paranaense**. Curitiba, v. 1, p. 161-209. 1941.

_____. Contribuição à geografia da Praia de Leste. **Arquivos do Museu Paranaense**. Curitiba, v. 6, p. 3-35. 1947.

_____. Os sepultamentos no Sambaqui de Matinhos. In: **Congresso Internacional de Americanistas**. 31º, Anais. São Paulo, v. 2, p. 579-602. 1955.

FRANCO, Antônio M. Primeira excursão botânica do Museu Paranaense. Uma “gesnera” singular. **Arquivos do Museu Paranaense**. Curitiba, v. 1, p. 137-148. 1941.

FURTADO, Maria R.; KRELLING, Paulo C. Prof. Loureiro Fernandes: tradição e contemporaneidade. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**. Curitiba, n. 17, p. 81-86. 2003.

FURTADO, Maria R. José Loureiro Fernandes e “as possibilidades de pesquisas e o exercício das atividades técnico-profissionais”. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**. Curitiba, n. 13, p. 53-125. 1999.

_____. Prof. Loureiro Fernandes: tradição e contemporaneidade. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**. Curitiba, n. 17, p. 81-86. 2003.

_____. **José Loureiro Fernandes, o paranaense dos museus**. Curitiba: Imprensa Oficial. 2006, 470p.

HERTEL, Ralph I. S. Loureiro Fernandes, o incentivador da pesquisa científica no Paraná. **Cadernos do Museu de Arqueologia e Artes Populares**. Paranaguá, s./n., p. 10-17. 1977.

HILBERT, Klaus. Uma biografia de Peter Paul Hilbert: a história de quem partiu para ver a Amazônia. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Belém, v. 4, n. 1, p. 134-154. 2009.

HOERNER JR., Valério. **José Loureiro Fernandes**. O Homem e o meio. Curitiba: Editora Champagnat. 2003, 144p.

HURT, Wesley R.; BLASI, Oldemar. O Sambaqui do Macedo. A.52.B. Paraná, Brasil. **Arqueologia**. Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná. Curitiba, n. 2, p.1-98. 1960.

KERN, Arno A. textos teóricos sobre a história: análise crítica e interpretações. **Histórica**. Revista da Associação dos Pós-Graduandos em História-PUCRS. Porto Alegre, n. 5, p. 9-20. 2001.

_____. O futuro do passado: os arqueólogos do novo milênio. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**. Porto, v. 42, n. 1-2, p. 115-136. 2002.

_____. As práticas e as reflexões arqueológicas de Annette Laming-Emperaire: uma nova “missão francesa” no Brasil. In: Seminário trajetórias e perspectivas da arqueologia brasileira. Anais. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, N. Esp., Curitiba, v. 4, p. 87-99, 2007.

LAMING, Annette; EMPERAIRE, José. A jazida José Vieira. Um sítio Guarani e pré-cerâmico do interior do Paraná. **Arqueologia**. Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná. Curitiba, n. 1, p. 1-143. 1959.

LAMING, Annette. Novas perspectivas sobre a pré-história do sul do Brasil. **Anhembi**. São Paulo, v. 37, n. 113, p. 228-235. 1960.

LAMING-EMPERAIRE, Annette. A jazida José Vieira. **Comunicações Avulsas**. Departamento de Antropologia da Universidade do Paraná. Curitiba, n. 1, p. 1-2.1959.

_____. Missions Archéologiques françaises au Chili Austral et au Brésil Méridional. **Journal de la Société des Américanistes**. N. S. Paris, t. 57, p. 76-99. 1968.

_____. Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul. **Manuais de Arqueologia**. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, n. 2, p. 1-155. 1967.

LANGE, Rudolf B. Depoimento. In: Seminário comemorativo do centenário de nascimento do prof. dr. José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-2003). Anais. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, N. Esp., Curitiba, v. 3, p. 31-35. 2005.

LEÃO, Ermelino A. de. Cronologia pré-histórica [1903]. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, v. 14, p. 103-108. 1912.

_____. Antonina prehistorica. **Archivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, v. 22, p. 233-240. 1919.

MARANCA, Silvia. A arqueologia brasileira e o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) dos anos 60. In: Seminário trajetórias e perspectivas da arqueologia brasileira. Anais. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, N. Esp., v. 4, p. 115-123. 2007.

MARTINS, Romário. Os sambaquis do Paraná. **Boletim do Museu Paranaense**. Curitiba, n. 1, p. 6-9. 1904a.

_____. Várias. **Boletim do Museu Paranaense**. Curitiba, n. 1, p. 32-35. 1904b.

MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. **Como interpretar a linguagem da cerâmica**. Manual para arqueólogos. Washington, D. C: Smithsonian Institution. 1970, 111p.

MEGGERS, Betty J.; A contribuição do Brasil à interpretação da linguagem da cerâmica. In: Seminário trajetórias e perspectivas da arqueologia brasileira. Anais. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, N. Esp. v. 4, p. 31-56. 2007.

MONSMA, Karl. Repensando a escolha racional e a Teoria da Agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, N. Esp., v. 15, n. 43, p. 83-113. 2000.

NETTO, Ladislau. Investigações sobre a archaeologia brasileira. **Archivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, v. 6, p. 1-555. 1885.

ORSSICH, Adam. O Sambaqui do Araújo II. Nota prévia. **Cadernos de Arqueologia**. Museu de Arqueologia e Artes Populares. Paranaguá, n. 2, p. 11-59. 1977.

PEROTA, Celso. “Traficantes de técnicas” ou construtores de modelos: trajetória e a visão de um arqueólogo que iniciou sua formação no CEPA. In: Seminário trajetórias e perspectivas da arqueologia brasileira. Anais. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, N.Esp., v. 4, p. 147-162. 2007.

POSSE, Zulmara C. S. A contribuição do CEPA para a ampliação das metodologias arqueológicas no Paraná. In: Seminário trajetórias e perspectivas da arqueologia brasileira. Anais. **Arqueologia**. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, N. Esp. v. 4, p. 213-218. 2007.

RATZ, Philip. **Convite à arqueologia**. Tradução de Luiz Orlando Coutinho Lemos. Rio de Janeiro: Imago Editora. 1989, 187p.

ROHR, João A. Normas para cimentação de enterramentos arqueológicos e montagem de blocos-testemunha. **Manuais de Arqueologia**. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas. Curitiba, n. 3, p. 1-11. 1970.

SANTO, Liguaru E. O Círculo de Estudos “Bandeirantes” em vinte e cinco anos de existência. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**. Curitiba, t. 2, n. 5, p. 746-773. 1954.

SILVA, Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória**. 1768-1933. União da Vitória: Tipografia Cleto. 1933, 224p.

TIBURTIUS, Guilherme; LEPREVOST, Alsedo, BIGARELLA, João J. Sobre a ocorrência de bula timpânica de baleia e artefatos derivados nos sambaquis dos estados do Paraná e Santa Catarina. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**. Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Curitiba, v. 4, p. 87-94. 1949.

_____; LEPREVOST, Alsedo. Sobre a ocorrência de pedras corantes e esqueletos pintados nos sambaquis dos estados do Paraná e Santa Catarina. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**. Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Curitiba, v. 7, p. 149-155. 1952.

_____; BIGARELLA, Iris K. Objetos zoomorfos do litoral de Santa Catarina e Paraná. **Pesquisas. Antropologia**. Instituto Anchiitano de Pesquisas. Porto Alegre, n. 7, p. 1-51. 1960.

TIBURTIUS, Guilherme. Nota prévia sobre a ocorrência de machados de pedra nos estados do Paraná e Santa Catarina. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**. Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Curitiba, v. 8, p. 503-554. 1953.

_____. Nota sobre a ocorrência de virotes nos estados do Paraná e Santa Catarina. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**. Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Curitiba, v. 9, p. 87-98. 1954.

TIBURTIUS, Guilherme. Schmuckgegenstände aus den Muschelbergen von Paraná und Santa Catarina, Südbrasilien. **Pesquisas. Antropologia**. Instituto Anchiitano de Pesquisas. Porto Alegre, n. 6, p. 1-61. 1960.

_____. Wildschwienhauer als Werkgeräte, aus den Muschalhaufen von Paraná und Santa Catarina, Südbrasilien. **Pesquisas. Antropologia**. Instituto Anchiitano de Pesquisas. Porto Alegre, n. 11, p. 1- . 1961.

_____. Ältere Hauskeramic aus der Umgebung von Curitiba, Paraná, Südbrasilien. **Anthropos**. Fribourg, v. 63, p. 49-74. 1968.

_____. **Arquivos de Guilherme Tiburtius. I.** Joinville: Museu Arqueológico de Sambaqui. 1996, 102p.

TREVISAN, Edilberto. A gênese do Museu Paranaense (1874-1882). Auspiciosa experiência de aclimação cultural. **Arquivos do Museu Paranaense.** Curitiba, N.Sér. – História, n. 1, p. 1-51. 1976.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico.** Tradução de Ordep T. Serra. São Paulo: Odysseus Editora. 2004, 477p.

WATSON, Virgínia D. Ciudad Real: A Guaraní-Spanish site on the Alto Parana river. **American Antiquity.** Salt Lake City, v. 13, n. 2, p. 163-176. 1947.

ANEXO A – CORTE DUM SAMBAQUI

1º.- Antes de iniciar os trabalhos, tomar as medidas, isto é, o diametro, se o Sambaquí fôr circular, ou os diametros, ser fôr de forma elitica e a altura acima do nível do solo circunvizinho. Tomar nota da constituição deste solo (areia, brejo, rocha, etc.) Executar desenhos da planta e dos córtes do Sambaqui. Examinar a mata que encobre o Sambaquí, tomando nota da provavel idade das arvores.

2º.- Para cortar o Sambaquí precisa-se usar diversas tecnicas que estão relacionadas com a forma e a constituição do monumento. Podem-se distinguir 2 tipos fundamentais de Sambaquís: um constituído quasi exclusivamente de conchas soltas ou meio soltas (que no litoral de S.Paulo chamam de “concha limpa”) e outra constituído de terra, cinzas, conchas pisadas, detritos de toda espécie, misturados com conchas que aquí chamam de “Sambaquí sujo”.

Advirto que este 2º tipo de Sambaquí é o mais precioso, seja para o estudo das faunas, seja para o estudo da civilização.

3º.- No caso dum Sambaquí do 1º tipo (concha solta) executam-se alguns ensaios à margem do Sambaquí, ao nível do solo, isto é, na periferia do Sambaquí. O número de ensaios depende, naturalmente, das dimensões do Sambaquí. Cada um destes ensaios consiste em abrir uma valeta, trabalhando com 2 operarios. O 1º quebra com a enxada e o 2º derrama o material abatido com a pá. Este material deve ser continuamente examinado pelo pesquisador. Mais adiante indicarei o tipo de exame.

Se o Sambaquí fôr muito extenso, abrir uma série de poços, escolhendo oportunamente os lugares. Precisa-se ter extremo cuidado na execução desse trabalho, porque um poço profundo e estreito póde desabar com facilidade e pôr em perigo a vida dos trabalhadores. Neste caso é conveniente abrir os poços em forma de largo funil, ou armá-los com um revestimento de madeira. Robustos galhos de arvore bastam perfeitamente.

Um destes poços deve atingir o solo primitivo, base efetiva do Sambaquí e a medida da altura absoluta deve ser tomada neste lugar.

4º.- A colheita do material, seja nas valetas, seja nos poços, deve ser feita com a técnica seguinte: o material espalhado oportunamente (e com cuidado para não quebrar nada) pelo operario que trabalha com a pá, deve ser examinado de porção em porção, extraindo-se: 1- conchas, procurando obter a série completa da fauna, isto é, todas as espécies representadas; 2- os ossos, fragmentos de caranguejos, espinhas de peixes, etc.: 3- os objetos de pedra. Para a colheita destes grupos de material ter presente: a) A colheita da cada lugar ensaiado deve ser separada dos outros e constituir um conjunto unico. (Numerar os ensaios). b) No meio das conchas procurar indivíduos completos de lamelibranquios que às vezes são ainda fechados. Lembrar-se que para se estudar uma fauna, precisa-se um grande numero de indivíduos. c) Os ossos devem ser guardados à parte, não misturados com objetos duros. d) Os ossos de baleia requerem um cuidado especial, evitando qualquer limpeza no lugar e embrulhando pedaço por pedaço.

5º.- Ossadas humanas. No caso de se encontrar vestigios humanos, trabalhar o lugar com extremo cuidado e com ferramentas pequenas, isto é, picaretas de pedreiro, colherzinhas de pedreiro, facas etc., e sem bater com instrumentos pesados. Limpar todo o material que encobre a ossada, de modo tal que o esqueleto se torne superiormente completamente visível, ficando assim deitado sobre uma camada de conchas ou de terra. Assim preparado tomar as fotografias e as notas indispensaveis, isto é, posição do esqueleto (estendido, encolhido, deitado à direita ou esquerda, pernas estendidas ou fletidas, ossos intencionalmente quebrados, possiveis combustões. etc.). Examinar a natureza do solo no qual repousa o esqueleto procurando determinar se está numa fogueira ou numa sepultura; se está

acompanhado de objetos tais como fragmentos de metais, louça, objetos de pedra, etc. Marcar a posição da ossada na planta do Sambaquí e determinar a profundidade, com referencia à superfície do Sambaquí. Para retirar a ossada é oportuno abrir um pequeno sulco que acompanhe a superfície ocupada pelo mesmo. De 20 a 25 cm. é suficiente. Encher este sulco com gesso liquido lento. Derramar outra pequena porção de gesso em cima do esqueleto encobrimdo tudo. Depois tirar o bloco formado pelo gesso do sulco, cortando em baixo as conchas e virando o conjunto com precaução. A base do bloco vem fechada com taboas e o bloco é transportado em posição normal.

O metodo descrito serve perfeitamente para pequenas ossadas, mas não é aplicado a grandes esqueletos completamente estendidos, quer dizer, com um comprimento total da superfície que precisa trabalhar, superior a 1,80m. Neste caso aconselho encobrir o esqueleto com taboas, construindo um bom abrigo e mandar-me fotografias para indicar qual é a melhor tecnica.

6º.- No caso de Sambaquís sujos, a tecnica de extração do material e a escolha do lugar para os ensaios é a mesma. A técnica da colheita é tambem a mesma porem, devido à natureza compacta ou quasi compacta da terra, podem ser abertos poços com muito maior facilidade e sem grandes precauções. Assim, é conveniente insistir sobre este metodo de fácil execução, abrindo poços estreitos e numerosos. Além da colheita normal já indicada de cada lugar examinado, precisa-se guardar um ou dois sacos ou caixas de terra (carvões, cinzas, conchas moidas, etc., isto é, toda sorte de detritos), porque normalmente este detrito é riquíssimo de microfauna. Havendo à disposição uma peneira com rede de um milimetro, pode-se peneirar a terra jogando água e separando assim a parte util (a que fica na peneira) da terra inutil. Aconselho insistentemente este metodo que rende enormemente e evita transportes de caixas de terra às vezes completamente inuteis.

Neste tipo de Sambaquí aparecem frequentemente grandes fogueiras manifestadas nas extensas camadas de cinzas e carvões que se precisa examinar cuidadosamente, retirando os fragmentos animais e vegetais carbonizados ou torrados.

Fogueiras deste tipo podem ser encontradas tambem nos sambaquís de concha solta. Neste caso aplique-se a técnica agora indicada aos sambaquís do 1º tipo.

Peço lembrar-se especialmente que quanto mais abundante fôr o material, tanto mais profundo será o estudo faunístico e que os sambaquis são especialmente importantes, em 1º lugar para o estudo das faunas malacológicas e em 2º lugar para o estudo da etnologia.

Acrescento que o material de qualquer tipo não deve ser lavado no lugar e sim enviado sujo ao laboratorio. Para qualquer outra dificuldade, escrever ao Prof. Sawaya.

N.B.-Relativamente à colheita de conchas vivas peço ao amigo Loureiro procurar no arquivo do museu as instruções detalhadas que lhe enviei duas vezes e peço-lhe vivamente procurar-me um bom numero de individuos de Erodona que ainda vive com certeza em Antonina e Paranaguá, muito provavelmente nas fozes dos rios (água salobra). A especie está representada na coleção que lhe enviei.

ANEXO B - MAGNÍFICOS REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Ao realizar-se o Iº Congresso de Reitores das Universidades Brasileiras em Curitiba, a Direção do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, órgão da Reitoria da nossa Universidade, vale-se do ensejo para dirigir, aos Magníficos Reitores, presentes ao Congresso, reunião tão significativa para a vida científica do país, um apelo no sentido seja votada uma moção em defesa das nossas jazidas prehistóricas.

MOÇÃO UNIVERSITÁRIA EM PRÓL DAS JAZIDAS PREHISTÓRICAS BRASILEIRAS

Motiva esta moção o vulto que tem tomado nos últimos tempos a destruição de jazidas arqueológicas no Paraná, particularmente dos Sambaquis, destruição que acarreta perda irreparável de documentos, do mais alto interesse científico e está a exigir da parte de todos os homens de estudo, particularmente dos que têm sua atenção voltada para a “Ciência do Homem”, uma série de providências no sentido de ser salvo tão valioso patrimônio arqueológico.

O Museu Paranaense, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Paraná, a Cátedra de Antropologia da Universidade do Paraná e o Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia desta mesma Universidade até agora têm colaborado por todos os meios para que o precioso material encerrado nestas jazidas não seja completamente destruído no território paranaense.

No Paraná, o recente decreto nº 1346, de autoria do Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, Professor da Universidade do Paraná constitui uma garantia inicial do empreendimento pois interdita a exploração econômica dos referidos sambaquis reservando-os para fins de pesquisas de proto história.

Mas, há outros Estados nos quais as mesmas jazidas vem sendo completamente destruídas, sem qualquer respeito pela alta significação científica que têm para elucidação do nosso remoto passado.

O arrazamento vandálico dos sambaquis, em nosso país, ainda foi em março do corrente ano, denunciado através da imprensa paulista pelo Prof. Paulo Duarte, Presidente da Comissão de Prehistória do Estado de S. Paulo. O ilustre professor, acentuando que naquele Estado por-se-á um paradeiro a essa destruição, que tanto depõe contra os nossos foros de cultura, lembra que os sambaquis são monumentos prehistóricos, talvez funerários, de grande importância científica, principalmente para elucidação dos problemas atinentes ao homem prehistórico no Brasil e na América. Realmente, a conclusão de todos os trabalhos realizados ultimamente, em particular na região litoral sul do Brasil não permite outra interpretação a não ser a de verdadeiras jazidas paleoetnográficas, merecedoras portanto de maior preocupação científica e dignas dos mais acurados estudos por parte de equipes de especialistas em prehistória.

Como jazidas artificiais e de interesse prehistórico deve a preservação das mesmas ser objeto de preocupação da parte de todos os homens de cultura e de modo específico das entidades cujo principal objetivo é o progresso educacional e científico da nação como sóem ser as Universidades.

Como incentivo à preservação, medida louvável, seria obter-se, na esfera da administração federal, a exclusão dos sambaquis da esfera de ingerência do Código de Minas onde os mesmos figuram como simples jazidas minerais de calcáreo, classificação inteiramente em desacordo, com o próprio código, como mais de uma vez foi assinalado, pois o objetivo é regulamentar exploração de jazidas naturais e não artificiais.

Na defesa dessas preciosas jazidas da nossa pré-história, a autoridade científica das nossas Universidades pode emprestar um valioso auxílio, contribuindo, por todos os meios que julgar de direito, para que, por conceituação conveniente, tais jazidas pertençam sempre a esfera da ação administrativa de órgãos federais ou estaduais cuja função é zelar pelo nosso patrimônio histórico e artístico. Auxílio tanto mais inestimável dada a complexidade dos problemas correlacionados com esse assunto, a qual vem dificultar sob múltiplos aspectos, a obra de proteção que possam realizar os órgãos oficiais em prol da proteção dessas fontes documentais do nosso passado.

A OBRA UNIVERSITÁRIA, NO SECTOR DA PREHISTÓRIA, ATRAVÉS DAS FACULDADES DE FILOSOFIA

Participando ativamente dessa defesa do precioso patrimônio nacional, cabe em particular às Universidades no seu labor científico desinteressado reconstituir, através do estudo permanente e sistemático dessas jazidas as grandes linhas da prehistória brasileira.

Não é o momento aqui de debater os aspectos próprios da prehistória americana ou brasileira, face aos estudos clássicos de prehistória, realizados por notáveis especialistas nos continentes euro-asiático e africano, mas sim de encarecer a necessidade de incentivar trabalhos e estudos conscienciosos, calçados em modernas técnicas das pesquisas científicas.

Trabalhos só possíveis de rendimento integral, quando realizados em ambiente favorável a esse gênero de atividades, com a colaboração de equipes especialistas, sob a orientação de professores afeitos ao tratado de jazidas prehistóricas.

A êsse propósito, a nossa recente viagem à Europa, aumentou-nos a convicção que altamente proveitoso seria para a prehistória brasileira a exploração de jazidas, sob a orientação de professores estrangeiros, de sedimentada formação universitária e com a larga colaboração dos nossos professores, licenciados e mesmo alunos de cursos universitários de História, de manifesta tendência para tais estudos.

E no seio das nossas Universidades são as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras que podem proporcionar o ambiente de estímulo de que estão a carecer os nossos incipientes estudos de pré-história, para que se possa constituir verdadeira escola capaz de enfrentar um trabalho constante e prolongado os problemas científicos.

Aliás a lei 1190 que constituiu o estatuto básico no qual se louvou a mór parte dos fundadores das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no Brasil, já reconhece que são essas Faculdades que têm a particular finalidade de “preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica” e é a elas que sobretudo compete a “realização de pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de seu ensino”.

Na própria exposição de motivos apresentada ao Exmo. Snr. Presidente da República, com os originais do decreto lei nº 1190, o Exmo. Snr. Ministro da Educação e Saúde Dr. Gustavo Capanema reconhecia que: “A Faculdade Nacional de Filosofia, cujos fundamentos ora se fixam, virá contribuir, da maneira mais decisiva, para aumentar e aprofundar a cultura nacional, no terreno filosófico, científico e literário. Somos, neste particular um país de autodidatas. Os nossos pesquisadores e escritores são, em geral, trabalhadores isolados que formam a própria cultura com o mais angustioso esforço, desprovidos da assistência de mestres experimentados, da colaboração de colegas da mesma vocação e dos recursos técnicos imprescindíveis ao eficiente trabalho intelectual. Se grande número deles conseguem chegar às culminâncias, emparelhando-se às vezes com os mais altos espíritos das outras nações, de tal coisa só decorre das prodigiosas qualidades inatas dos filhos deste país. Estamos, porém, longe de ser uma grande nação produtora de cultura”.

Atendendo também essas finalidades é que, em 1938, foi fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, e hoje, decorridos já tres lustros é possível documentar a salutar influência exercida pela mesma não só nos setores da educação de nossa mocidade, mas também no dominio de varias ciências. Reconhece-se, no entanto, que a estrutura inicial, a primitiva organização particularmente do departamento de Ciências, não se pode perpetuar pois está superada pelos progressos realizados.

A maioria dos elementos constitutivos dos corpos docente é concorde que a semelhança do que realizaram outros paizes, a estrutura do próprio curso de Geografia e História está a exigir modificações e acrescimos que lhes proporcionem a par de uma maior eficiência no ensino, um curriculo de disciplinas de vivo interesse científico, no estudo de determinados problemas regionais, cuja analise conscienciosa, os situa entre os de mais alto interesse nacional e mesmo continental.

Esta necessidade de reestruturação dos referidos cursos, foi também apontada no simpósio recentemente realizado em S. Paulo, Na Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae”, no qual, entre várias sugestões aprovadas, figura uma que seja o núcleo mínimo de disciplinas, estabelecido por lei, constituído por matérias básicas e matérias optativas. Digna igualmente de apoio é a sugestão que propõe a divisão do atual “Curso de Geografia e História” em duas secções: a de Geografia e a de História.

Propondo menor rigidez, na constituição e realização dos cursos trará, essa reestruturação por sem dúvida, no terreno da especialização e da investigação científica, um real progresso cultural para o Brasil.

É de lamentar, que no referido simpósio, na secção de História, não se tenham maior realce os estudos de arqueologia e prehistória entre as suas matérias optativas.

A AÇÃO DECISIVA DA CATEDRA DE PREHISTORIA NO CURRÍCULO UNIVERSITARIO.

A esse propósito a par da moção que o Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, sugere seja votada em favor da proteção das jazidas arqueológicas brasileiras, pelo Congresso de Reitores, associa-se a Catedra de Antropologia, encarecendo tambem a necessidade de funcionamento da Catedra de Arqueologia, no Curso de História, como ocorre nas organizações universitárias européias e dos outros paizes da América, Catedra que tão relevante serviços tem prestado desvendando o remoto passado das regiões onde estas Universidades tem séde.

São fatos correlatos: a existência de jazidas arqueológicas e o funcionamento de cátedras de arqueologia, formando as “boas escolas”, dos futuros investigadores dessas jazidas.

A Universidade brasileira prestará ao estudo científico do nosso passado, um serviço da mais alta relevância pois a par da cátedra surgirão os organismos técnicos e formar-se-ão os cientistas que irão crear a verdadeira préhistória brasileira revelando-lhe muito dos seus numerosos enigmas.

O nosso esboço prehistórico foi traçado, até hoje, a mór parte das vezes, por cientístas estrangeiros, com frequente perda, para a Nação, do material documental arqueológico e sem a sequência do trabalho de equipes de uma escola nacional, vivamente interessada em traçar diretrizes para tais estudos de modo a poder no futuro sistematizar a série de fases do progresso cultural das nossas primitivas populações aborígenes. A esse propósito podemos chamar à colação o trabalho universitário dos vizinhos países Sul Americanos, nos quais em ambiente de intima colaboração científica, trabalharam durante anos, no setor arqueológico, professores nacionais com cientistas estrangeiros e alunos universitários, colaboração esta de tão fecundos resultados, para o conhecimento da arqueologia sul americana.

O Paraná, no seu território, encerra numerosas jazidas dignas de maior atenção por parte do mundo científico, seria pois, altamente significativo no momento solene em que os Magníficos Reitores das Universidades Brasileiras reúnem-se em um congresso comemorativo ao Primeiro Centenário da Criação da Província do Paraná, fossem lançadas – como sabiamente sugeriu o Magnífico Reitor do Paraná, Prof. Flavio Suplicy de Lacerda, ao encerrar o curso de extensão universitária sobre pré-história, - as bases para segura defesa e melhor conhecimento de tão preciosas jazidas que encerram os inestimáveis testemunhos sobre os quais será, em base científica, reconstituída a vida das primitivas populações da terra brasileira.

Curitiba, 15 de Agosto de 1953

José Loureiro Fernandes
Diretor do Instituto de Pesquisas
da Faculdade de Filosofia da Uni-
versidade do Paraná.

ANEXO C – MOÇÃO AO XXXI CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTA

Os americanistas participantes das secções de Arqueologia Pré-histórica do XXXI Congresso Internacional de Americanistas reconhecem a necessidade de desenvolver adequadamente no Brasil, o estudo das jazidas pré-históricas que vêm sendo gradativamente destruídas, e considerando que este estudo exige preparo adequado de pesquisadores treinados nas modernas técnicas de escavação arqueológica, encarecem aos poderes competentes a importância da criação da cadeira de Arqueologia Pré-Histórica junto às Faculdades de Filosofia das Universidades brasileiras.

Sala das sessões, 28 de Agosto de 1954.

Paulo Duarte
Luis de Castro Faria
José Loureiro Fernandes
Fernando Altenfelder Silva
Oldemar Blasi
Adam Orssich de Slávetich

ANEXO D - O PROBLEMA DAS JAZIDAS ARQUEOLÓGICAS NO PARANÁ

O problema das jazidas arqueológicas no Paraná e da sua progressiva destruição não é de hoje que nos preocupa; há três lustros quando na Direção do Museu Paranaense, começamos a verificar que o avanço do povoamento e sobretudo o incremento do progresso do litoral, após o saneamento, aceleravam a destruição desses vestígios das primitivas populações.

A respeito tivemos oportunidade de falar com as autoridades locais, mas não logramos recursos para financiar trabalhos de exploração sistemática das mesmas, por arqueólogos competentes.

Tentada, foi, então, legislação protegendo as jazidas a qual só muito mais tarde foi conseguida no que se refere aos Sambaqui, jazidas as mais ameaçadas.

Tivemos ocasião, no entanto, de observar, antes da existência deste decreto proibitivo de destruição das jazidas litorâneas, o progressivo desmonte de algumas das jazidas litorâneas, conhecidas por sambaquis, e no setor de um deles realizamos escavações, o que nos aumentou a convicção que, mesmo num país novo como o nosso, temos necessidade de, imediatamente, organizar cursos sérios, nos quais se possam preparar especialistas de modo que possam estudar e interpretar o material humano – revelador das primitivas culturas que outrora floresceram no solo brasileiro – colocando-o no meio ambiente em que viveram.

Necessário se conte para tarefa de tal vulto, com a colaboração de especialistas estrangeiros, afeitos aos problemas da arqueologia pré-histórica sul americana, aptos a enfrentarem o problema sob múltiplos pontos de vista ligando a história do homem americano à geologia e à paleontologia do quaternário.

Urge não só o planejamento e a realização de estudos, cuja continuidade seja convenientemente assegurada mas também a organização de um núcleo ou núcleos de estudos arqueológicos, nos quais se possam formar equipes de especialistas nacionais aptas a assegurarem o progresso dos estudos e pesquisas pré-históricas entre nós, pois é tempo de sairmos “do empirismo de estudo dos achados puramente ocasionais” e “cuidar um pouco do preparo de especialistas”.

O Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, dentro das suas finalidades, tentou uma solução procurando criar, no caráter de disciplina optativa, uma cátedra de arqueologia pré-histórica, no curso de Geografia e História da referida Faculdade, a qual representaria um núcleo inicial para preparo de especialistas.

O projeto discutido pelo Conselho Técnico, ouvida a Congregação, aprovado pelo Conselho Universitário, foi encaminhado ao Ministério de Educação em 1955, onde permanece sem solução até a presente data.

A realização do XXXI Congresso de Americanistas em S. Paulo nas sessões especializadas consagradas à arqueologia brasileira – sobretudo nos debates que se sucederam às comunicações – deixou bem patente, a necessidade de incentivar, nesse campo da ciência, trabalhos futuros mais completos e cuidadosos. Reconhecida a perda irreparável de várias de nossas jazidas e a impossibilidade de defesa em todo o território nacional dessas mesmas contra o amadorismo de colecionadores e de grupos econômicos interessados na sua exploração econômica (como no caso dos sambaquis) foi apresentada uma moção encarecendo aos poderes competentes a importância da criação da cadeira de Arqueologia Pré-histórica junto as Faculdades de Filosofia das Universidades do Brasil.

Moção que, quando submetida a plenário, recebeu a ponderação do representante oficial da CAPES, sob o risco de criação em todas as Faculdades, da cátedra de Arqueologia Pré-histórica, sem estarmos de posse de profissionais competentes para o conveniente exercício da função e conseqüentemente para preenchermos novos cargos que seriam creados.

Na verdade, reconhecemos, que, sem a segurança do contrato de professores ou especialistas estrangeiros da matéria, para o exercício dos referidos cargos, correriam os mesmos, entre nós, o risco de serem desempenhados por indivíduos imbuidos de idéia de cultura geral e, conseqüentemente, seria mais uma cátedra para proporcionar esse tipo de aula sobrepujada já no nosso ensino médio ao qual o Professor Peregrino Junior chamou de “aula de sobrecasaca, teórica, erudita, enfática e inútil”.

Reconhecendo a gravidade deste risco, que viria agravar problemas do nosso ensino superior e perturbar outro problema recentemente focalizado pelo Prof. Anísio Teixeira que é “cuidar um pouco do preparo de especialistas”, é que iniciamos entendimentos com a CAPES, no sentido de sugerir a possibilidade de assegurarmos para 1957, a instalação de um centro de ensino e estudos de arqueologia pré-histórica na Universidade do Paraná.

Se nos afigura que a CAPES, na realidade administrativa brasileira, é hoje a única organização científica nacional em condições de poder coordenar todos os elementos no sentido de proporcionar uma solução deste problema de tão alto interesse: a criação da pré-história brasileira dentro de bases mais objetivas.

Conforme tem feito em outros setores, já admitida foi a possibilidade de instalar um núcleo de estudos arqueológicos, num dos centros universitários do sul do Brasil. Quer nos parecer que a Universidade do Paraná poderia ser a escolhida para instalação desse centro.

Há aqui trabalhos iniciados nesse sentido, cujos primeiros resultados foram divulgados no Primeiro Congresso de História e Geografia do Paraná, em 1948 e no XXXI Congresso Internacional de Americanistas em S. Paulo em 1954.

Há numerosas jazidas no litoral paranaense, pois, dos levantamentos feitos, duas centenas de sambaquis pelo menos localizadas; além deste tipo de jazida há outras no interior do Estado, como a do Estirão Comprido e as constituídas pelas primitivas sédes das reduções jesuíticas do oeste paranaense, bem como cavernas que se podem prestar para aplicação de todas as técnicas científicas modernas de estudos pré-históricos.

Dispõe a Universidade de um acampamento de estudos na baía de Guaratuba e de meios de transporte (caminhonete e embarcações) para os necessários deslocamentos dos pesquisadores, meios estes que serão colocados a serviço do referido pessoal, bem como todo o demais material para os trabalhos de campo, de que carecem.

O Museu Paranaense – sob mandato universitário – colocará também o material técnico de que dispõe a serviço dos especialistas e tivemos entendimentos pessoais com o Snr. Moisés Lupion, Governador do Estado, o qual assegura um auxílio para esses estudos, em 1957, no valor de quinhentos mil cruzeiros, complementando os auxílios da CAPES e do C.N.P., pois há interesse do Estado em que se estudem os Sambaquis, reservados por ato oficial para estudos dessa natureza.

Congregados todos esses auxílios brasileiros – CAPES, C.N.Pq, Universidade do Paraná, Governo do Estado, Museu Paranaense – com os franceses, seria possível fazer funcionar um “Centro de Pesquisas Arqueológicas e de Paleontologia Humana”, no Paraná sobre cujos excepcionais resultados para o progresso científico dos estudos sobre o passado da terra e do homem brasileiro, não tenho dúvidas.

Centro que poderá contar com a colaboração dos arqueólogos franceses Joseph Empeaire e Annette Laming Empeaire e com o grupo de professores da Universidade do Paraná – que há anos vêm estudando o litoral – no sentido de ser realizado um curso preparatório para o estudo e pesquisa nos sambaquis litorâneos ainda no corrente ano.

No próximo ano (1957) durante dez meses seriam feitos os trabalhos intensivos de campo nas jazidas, alternando com trabalhos de laboratório para estudo e técnicas de preparo do material coletado em sucessivos estagios de campo.

Para a realização desses trabalhos, em 1957, intensamente, em 10 meses tornar-se-ia necessária a organização de duas equipes cada uma constituída do seguinte pessoal:

- a) Chefe orientador científico.
- b) um assistente.
- c) um assistente.
- d) um feitor.
- e) um operário.
- f) um operário.
- g) um operário.

A remuneração mínima fixa, seria estabelecida na seguinte base mensal:

a) Chefe orientador científico	18.000,00
b) Um assistente	6.000,00
c) Um assistente	6.000,00
d) Um feitor	3.000,00
e) Um operário	2.400,00
f) Um operário	2.400,00
g) Um operário	2.400,00

TOTAL MENSAL: Cr\$	40.200,00
--------------------	-----------

O custo mensal do pessoal das duas equipes, só em vencimento será pois de Cr\$ 80.400,00 ou seja no decurso de 10 meses de Cr\$ 804.000,00, importância essa que ficaria a cargo da CAPES.

Da experiência que temos dos trabalhos nessas jazidas, sabemos do contratempo que representam os dias de chuva, a montagem de pequeno laboratório no litoral, assegurará a possibilidade de limpeza e do preparo do material nesses dias de mau tempo, assegurando assim a atividade constante do pessoal das equipes.

Curitiba, 14 de junho de 1956

Dr. José Loureiro Fernandes.
DIRETOR DO INSTITUTO.

ANEXO E – DA NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DE UMA CÁTEDRA DE ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA NA FACULDADE DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ

A Universidade do Paraná, particularmente através de algumas das suas cátedras do Departamento de Ciências da Faculdade de Filosofia, pelo estudo de fácies regionais paranaense, vem reconhecendo que só é possível suprir algumas das deficiências do ensino nos seus cursos com acréscimo de novas cátedras de modo a favorecer a melhor formação de jovens com seguros conhecimentos especializados, tornando-os, portanto, aptos para enfrentar conscientemente os múltiplos problemas que a atraente realidade da terra brasileira, constantemente lhes proporciona.

Entre os referidos cursos figura o atual de Geografia e História, cujo padrão oficial foi dado, para todo o Brasil, pelo Decreto Lei nº 1190 de 4 de abril de 1939, e no qual foi estabelecido o mínimo de cátedras de funcionamento obrigatório em todas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do país, sem atender como é óbvio, peculiaridades regionais capazes de favorecer, e incrementar os trabalhos de cátedras, contribuindo para sua projeção no mundo científico.

Os estudos até agora realizados, pela própria natureza do curso, a exigir pesquisas concentradas em determinadas regiões geográficas, vêm revelando a necessidade de incentivar, pelo ensino técnico-científico, a formação de investigadores especializados, capazes de enfrentar tais problemas quer sejam relacionados ao passado, quer ao presente, quer ao futuro das diferentes regiões brasileiras.

São de tal forma indispensáveis êsses estudos complementares, aos essenciais, estabelecidos pela referida lei, que universidades como a de S. Paulo, já introduziram no seu currículo escolar novas cátedras no curso de Geografia e História, tendo em mira corrigir deficiências observadas, e assegurar a formação não só de melhores investigadores, mas, também de mais seguros intérpretes dos estudos dessa natureza; estudos esses que, até bem pouco foram a maioria das vezes feitos ao sabor de predileções pessoais, louvadas em escasso documentário, dada a pobreza de recursos de toda a natureza com que lutaram os estudiosos de nossos problemas.

No entanto, a sábia disposição da lei regulamentadora, ao exigir de início uma seriação obrigatória, faculta o funcionamento de novas cátedras as quais sendo de real interesse didático também contribuam para o progresso da pesquisa científica no Brasil. O texto legal consultou assim os interesses da obra educacional a ser desempenhada no Brasil pelas Faculdades de Filosofia, cujo futuro progresso irá acarretar mais profundas modificações, onde, uma melhor estruturação, implicará em maior flexibilidade com um mínimo de disciplinas obrigatórias, e outro de facultativas.

A necessidade didática de certas cátedras, em funcionamento permanente tornou-se também perfeitamente evidente, após cinco lustros de funcionamento das Faculdades a ponto de no simpósio promovido pela Faculdade “Sede Sapientiae”, os professores ao aconselharem a inclusão de novas cátedras nos cursos das Faculdades de Filosofia, Ciência e Letras, fizeram figurar no curso de Geografia e História, uma de estudos arqueológicos.

Representa necessidade didática, pois, uma cátedra de Arqueologia, no referido curso, será inegavelmente, pelos conhecimentos teóricos ministrados nos domínios da Arqueologia Prehistórica, um complemento precioso aos estudos realizados nas cátedras de Antropologia e Etnografia, e nas de História Antiga e do Brasil.

Não se nos afigura, no entanto, útil a criação de cátedra na qual sejam apenas ministrados ensinamentos teóricos de arqueologia, mas sim, de cátedra, onde a par dos indispensáveis conhecimentos teóricos, possam os alunos interessados adquirir sólidos

conhecimentos de prehistória que os tornem capazes de enfrentar os problemas concretos das jazidas brasileiras, contribuindo assim, com os seus trabalhos de investigação, para o progresso dos estudos arqueológicos entre nós. Cumprir-se-á assim, o próprio texto da lei nº 1190, que ao tratar das Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no seu Art. 1º, inclui também como finalidade principais: “preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica” e “realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituam objeto do seu ensino”.

Entre os problemas científicos, que começam a tomar vulto no seio da Nação Brasileira, figuram os relacionados com a origem e desenvolvimento das primitivas populações e culturas americanas, sobretudo, daquelas que floresceram no solo dêste país e cujos únicos documentos são as jazidas prehistóricas, cuja destruição, de modo alarmante, vêm se processando sem que cientistas especializados realizem nas mesmas convenientes estudos, evitando assim perda irreparável de documentos.

A Universidade do Paraná constitui um centro cultural adequado para o desenvolvimento desse gênero de estudos, pois, próximo a Curitiba, em localidades do planalto ou do litoral, existem jazidas arqueológicas que podem ser facilmente frequentadas pelas equipes de alunos, acompanhados do seu professor.

Há hoje no Brasil, a consciência da importância do material arqueológico existente nas diferentes unidades da Federação, e da necessidade de sua interpretação através de criterioso estudo. Uma prova evidente tivemos recentemente quando de um curso de extensão universitária, sobre prehistória, realizada na Universidade do Paraná, em 1953, o qual foi acolhido e freqüentado com o mais vivo interesse por grande número de pessoas. Sabe-se que o mesmo tem ocorrido em outras Faculdades do país, quando em cursos e conferências são abordados problemas arqueológicos, e sobretudo quando relacionados a origem das primitivas populações.

Há nos centros universitários do país, um evidente interesse pela proteção das jazidas prehistóricas brasileiras, começa-se a compreender sua excepcional importância em função da solução deste problema criado, pois, essa atmosfera de simpatia pela preservação dos preciosos documentos sobre os quais a ciência irá reconstruir a nossa prehistória, urge que a Universidade Brasileira, faça sentir a sua presença criando os “centros de preparação didática e científica” dos futuros e competentes obreiros da nossa prehistória.

Urge que o reconhecimento, por parte das autoridades competentes, da necessidade de salvaguardar os documentos prehistóricos brasileiros, seja secundado pela Universidade, a fim de que não destruam elementos valiosos, para a reconstrução das origens de nossa terra. À Universidade compete favorecer o acesso da ciência prehistória a essas fontes únicas, onde será possível obter conhecimento sobre o nosso passado, pela interpretação segura de toda classe de restos de atividades, deixadas pelos nossos primeiros homens. Restos êsses que embora nas idades históricas também sejam fontes de conhecimentos o são apenas em caráter secundário, ao passo que para a Prehistória constituem a única fonte plausível.

As medidas efetivas tomadas para impedir sua destruição, representam apenas os primeiros esforços, tendo em mira um superior objetivo, pois, sua simples salvaguarda, - mesmo se fosse possível de a realizar indefinidamente, - seria atitude sem significado, se não implicasse em vigilância de jazidas para conveniente e oportuno estudo realizado por técnicos competentes.

A experiência tem mostrado quão difícil é - num país de extensão territorial como o nosso, e com regiões pouco povoadas - proteger contra a destruição do próprio homem, os nossos documentos prehistóricos, mórmente quando - como no caso dos sambaquis - as jazidas encerram material, cuja exploração pode fornecer fácil compensação econômica.

Além dessa ação intencional humana, forçoso é reconhecer que fatores outros vêm contribuindo para perda dos documentos prehistóricos no Paraná.

Cumprir lembrar que com o desnudamento do solo no Estado, atualmetne se acelera a destruição das jazidas da superfície, pelos agentes naturais de erosão e o desaparecimento desses vestígios das primitivas populações que ocuparam o solo do Paraná, representa para a Ciência a perda de um documentário insubstituível, cujo estudo viria lançar muita luz na reconstrução do passado prehistórico do país.

Mas, para o estudo desses documentos necessita o Brasil de arqueólogos com a devida formação científica, e com o necessário treinamento em pesquisas desse gênero, o que se nos afigura só será possível criando, na Universidade, um centro de preparação científica e didática.

Sem essa necessária formação e treinamento, os nossos estudiosos contribuirão também em parte, para a destruição de documentos científicos, uma vez que as suas deficiências técnicas impossibilitam a melhor interpretação dos mesmos, em face à jazida da qual procedem.

Do exposto onde focalizamos em suas linhas mestras o caso das jazidas arqueológicas paranaenses, e da imediata necessidade dos seus estudos, em face da escassez de conhecimentos arqueológicos sobre o nosso país, cremos ficaram patentes os seguintes pontos:

1) Existe em nosso país, jazidas da mais alta importância arqueológica, cuja destruição vem acarretando perda irreparável de documentos, os quais são básicos à ciência a fim de poder reconstituir nossa prehistória.

2) Para o estudo de nossos documentos prehistóricos, necessitamos de muitos arqueólogos, convenientemente preparados e devidamente treinados.

3) A simples importação de cientistas para pesquisas determinadas, com relação ao exame e estudo de documentos prehistóricos é medida louvável e conveniente, mas, nunca suficiente.

4) Em nosso país, não existe um centro de formação de arqueólogos; para que possamos formar um arcabouço científico com relação à arqueologia, torna-se necessário a criação na Universidade de um centro de estudos, dedicado a arqueologia brasileira. Tal centro exige além da importação de cientistas, a formação sob sua influência de técnicos especializados que fiquem em nosso meio.

5) Nem em nosso país, nem fora dele, existe um centro que tenha acumulado conhecimentos metodizados sobre arqueologia brasileira. Nas publicações, sobre arqueologia americana, o Brasil continua ainda, nesse setor, uma terra muito pouco conhecida.

6) Não é possível improvisação, pois, a arqueologia prehistórica é uma ciência especializada, que embora relativamente nova, possui um vasto cabedal de dados acumulados pela experiência de arqueólogos do Velho e Novo Mundos.

7) O primeiro passo para a solução é, sem dúvida, a criação de uma cátedra de arqueologia na qual dar-se-á a formação universitária de jovens devidamente treinados nas técnicas, métodos e conceituações teóricas da arqueologia.

A Cátedra de Arqueologia Prehistórica no curriculum universitário.

Na Universidade do Paraná, como ocorre nas principais universidades, a disciplina pode ser lecionada no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

No atual regime universitário, ao qual se acha subordinada a referida Faculdade da Universidade do Paraná poderia a nova cátedra funcionar no caráter de disciplina facultativa, atendendo as maiores ou menores preferências do estudante para determinado grupo de ciências históricas ou geográficas.

Por outro lado se nos afigura útil o seu funcionamento no segundo e terceiros anos do referido Curso de Geografia e História, dadas as maiores correlações que guardam os estudos de arqueologia prehistória com a Cátedra de Antropologia, Etnografia e Etnografia do Brasil.

É a arqueologia prehistórica como ciência especializada relativamente nova, mas, já possui um vasto cabedal de elementos acumulados pela experiência dos arqueólogos do Antigo e Novo Continentes. Portanto, faz-se mister, no curso – destinado à formação universitária de jovens arqueólogos brasileiros – ministrar num primeiro ano de estudos um curso de introdução, de molde a permitir ao aluno, não só uma visão da arqueologia como ciência independente exigindo especialização à parte, mas, também um aprendizado teórico dos métodos utilizados para o estabelecimento da cronologia absoluta e relativa.

No primeiro ano de estudos, focalizada esta parte geral será proporcionado aos alunos uma visão panorâmica da arqueologia nas diferentes partes do mundo. Assim, antes de se ministrar um ensino da arqueologia brasileira ou mesmo encetar o exame de seus documentos históricos, faz-se mister que os estudantes tenham primeiramente, um ano de estudo de:

- a) Métodos e técnicas da arqueologia prehistórica: visão geral da disciplina; visão geral da arqueologia nas diferentes partes do mundo;
- b) Prehistória da Europa, em que as diferentes fases que o Velho Continente atravessou, são examinadas sucessivamente, entrando o aluno em contacto com a tipologia e técnicas típicas de cada um desses períodos, bem como na metodologia empregada pelos arqueólogos europeus em seus estudos.

A razão dêste estudo, especificado na alínea b) é dar ao aluno o back-ground indispensável a todo arqueólogo, permitindo-lhe avaliar o que já foi feito no Velho Mundo e, ao mesmo tempo, afastar as generalizações apressadas com referência a outras regiões.

No segundo ano de estudos da disciplina, possuidor de tal back-ground, está o aluno capacitado a estudar a arqueologia da América, sendo-lhe ministrado ensinamentos relativos às diferentes áreas já estudadas em nosso Continente.

Finalmente, com uma visão geral da arqueologia americana, está o estudante apto a iniciar seus trabalhos e pesquisas na arqueologia brasileira, constituindo êsse, o coroamento do curso. Tanto mais que neste segundo ano adquiriu o aluno os conhecimentos indispensáveis da arqueologia americana, facultando-lhe assim julgar, face ao back-ground adquirido no primeiro ano da disciplina o que já foi feito no novo mundo, sentindo, portanto, o problema arqueológico não só em novas, mas, particularmente, em mais próximas áreas. Assim, será atingida a etapa final, e com base anterior, poderá ser examinada e tratada em particular, a arqueologia prehistórica brasileira.

Nêsse último período o curso deve tomar um caráter prático de trabalhos de campo, no decurso dos quais os estudantes devem consolidar os seus conhecimentos teóricos sobre métodos e técnicas de escavações, bem como de classificação e tipologia dos objetos.

Na Universidade do Paraná, êsses trabalhos podem ser muito facilitados pela intervenção e auxílio do Instituto de Pesquisas da Faculdade de Filosofia e do Museu Paranaense. Estas duas instituições, face a carência de uma cátedra que se ocupe especificamente do nosso material arqueológico têm patrocinado não só trabalhos de escavação de jazidas, mas também procurado reunir coleções para estudo.

Dentro da ordem de idéias esplanadas anteriormente e, o ensino da disciplina na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, poderia, em suas linhas gerais, receber o seguinte esboço de planificação:

CÁTEDRA DE ARQUEOLOGIA PREHISTÓRICA
(Segundo ano do curso de Geografia e História)
(Primeiro ano de ensino da disciplina)

1. Introdução à Arqueologia.
 - a. Definição, métodos, disciplinas afins.
 - b. Visão geral da arqueologia da Europa, Ásia, África e América.
2. Prehistória da Europa.
 - a. Estudo do Paleolítico, Mesolítico, Neolítico e idades dos metais, na Europa e Norte da África, bem como influências recíprocas.

(Terceiro ano do curso de Geografia e História)
(Segundo ano de ensino da disciplina)

3. Estudo da prehistória Americana.
 - a. Possíveis origens do homem americano. Áreas arqueológicas estudadas na América do Norte, Central e Sul.
4. Prehistória Brasileira.
 - a. Revisão do que foi feito até agora. Levantamento de problemas e planos de estudo.

Correlato com o curso teórico, far-se-á um curso prático de:

- a) Trabalhos de laboratório.
- b) Trabalhos de campo.
- c) Métodos e técnicas de escavação.
- d) Classificação e tipologia dos objetos.

Propondo a criação da cátedra de Arqueologia Prehistórica na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, proposta que já recebeu aprovação unânime do seu Conselho Técnico Administrativo e da sua Congregação, estamos certos que damos um primeiro passo para formação de um arcabouço científico com relação à Arqueologia no Brasil.